

Ana Luiza Carvalho da Rocha

Cornelia Eckert



ANTROPOLOGIA DA E NA CIDADE
interpretações sobre
as formas da vida urbana

Antropologia *da e na* cidade,
interpretações sobre as formas da vida urbana

© 2013 Ana Luiza Carvalho da Rocha /Cornelia Eckert
1ª Edição

Capa e diagramação: Airton Cattani

Foto da capa e página 3: Cornelia Eckert, 2012

Diagramação do capítulo 3: Maria Luiza Rocha

Primeira revisão: Juarez Segalin

Finalização: Marcavisual

Impressão: Gráfica e Editora Pallotti

R672a Rocha, Ana Luiza Carvalho da

Antropologia *da e na* cidade, interpretação sobre as formas da vida urbana / Ana Luiza Carvalho da Rocha [e] Cornelia Eckert. – Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

304 p. : il. ; 14x21cm

Inclui figuras.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Etnografia. 3. Narrativas imagéticas. 4. Estudos etnográficos. 5. Memória – Esquecimento – Medo – Crise – Porto Alegre. 6. Paisagens – Fabricação – Jogos da memória – Imaginação criadora. 7. Irrracionalidade - Estética urbana – Brasil. I. Eckert, Cornelia. II. Título.

CDU 572.4

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN: 978-85-61965-15-0

Ana Luiza Carvalho da Rocha
Cornelia Eckert

**Antropologia *da e na* cidade,
interpretações sobre
as formas da vida urbana**



Porto Alegre
2013

À memória de Gilberto Velho

SUMÁRIO

Apresentação	9
CAPÍTULO 1 – Nas Trilhas de uma Antropologia <i>da</i> e <i>na</i> Cidade no Brasil	15
CAPÍTULO 2 – Etnografia <i>da</i> e <i>na</i> cidade, saberes e práticas	53
CAPÍTULO 3 – Narrativas imagéticas. Estudos etnofotográficos de Fernanda Rechenberg, Jéssica Hiroko de Oliveira e Olavo Ramalho Marques	81
CAPÍTULO 4 – “A cidade com qualidade”, estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre	101
CAPÍTULO 5 – Cidade sitiada, o medo como intriga	143
CAPÍTULO 6 – As variações “paisageiras” na cidade e os jogos da memória	185
CAPÍTULO 7 – A fabricação das paisagens, os jogos da memória e os trabalhos da imaginação criadora	209
CAPÍTULO 8 – A irracionalidade do belo e a estética urbana no Brasil	237
Referências	267
Sobre as autoras	303

APRESENTAÇÃO

A maior parte do material deste volume foi originalmente divulgada em publicações científicas. São interpretações que partem sempre de estudos antropológicos e exercícios etnográficos nas cidades brasileiras, em especial Porto Alegre. Retomamos e reorganizamos este material por acreditar que em novo formato terá mais oportunidade de circular e contribuir com os estudos das linhas de pesquisa conhecidas como antropologia das sociedades complexas e antropologia urbana.

Para este empreendimento, tivemos uma motivação em especial. Como acadêmicas, sempre nos identificamos com a antropologia urbana na interface da antropologia e imagem e transformamos essa motivação em projetos que vimos desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com o apoio do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados – ILEA. Nos filiamos a uma comunidade interpretativa, da qual participam antropólogos brasileiros como Eunice Durham, Ruth Cardoso e seus orientados, Ruben Oliven e seus orientandos, entre tantos outros. Mas um intelectual, em especial, sempre nos estimulou a produzir neste campo de conhecimento – o professor Gilberto Velho.

Seus escritos e suas conferências têm sido fonte da qual haurimos as aprendizagens lógicas e dramáticas de grande densidade. Seu falecimento inesperado, em abril de 2012, nos tocou sobremaneira. O luto nos sensibilizou a prestar-lhe uma homenagem *in memoriam*. Já havíamos realizado um documentário, sobre e com o mestre, no projeto *Narradores Urbanos* – estudos etnográficos nas cidades brasileiras (financiamento CNPq) e havíamos tido a oportunidade de o exibir em uma reunião brasileira de antropologia, em julho de 2012, na Universidade Católica na cidade de São Paulo, sob os auspícios da Associação Brasileira de Antropologia. Agora, reunimos alguns esforços da produção escrita, relacionada à linha de pesquisa fundada no Brasil pelo professor Gilberto Velho. Ao homenageá-lo, queremos expressar nosso reconhecimento a uma ampla rede de pesquisadores antropólogos, que dialogaram nestes anos de efervescência da produção gilbertiana e a acompanharam.

Para esta reverberação, solicitamos a concordância dos responsáveis pelas publicações originais e a todos agradecemos pela compreensão e consentimento. Assim, abrimos com o artigo *Nas trilhas de uma antropologia da e na cidade no Brasil*, originalmente publicado no livro organizado por Carlos Benedito Martins, Luiz Fernando Dias Duarte, Renato Lessa e Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, intitulado *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil* (1. ed., São Paulo: Anpocs/Editora Barcarolla/Discursos Editoriais/ICH, 2010, v. 1, p. 155-196). Em seguida, trazemos o texto *Etnografia da e na cidade: saberes e práticas*, originalmente publicado em uma coleção de metodologia voltada aos alunos de graduação, organizado por Célia Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli, intitulado *Ciências Humanas: pesquisa e método* (1. ed., Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9-24). Neste texto, enfatizamos o processo de

aprendizado da pesquisa etnográfica, privilegiadamente em contextos urbanos, espaço de nossa experiência de ensinar e orientar, associada à produção de pesquisas etnográficas com imagens.

O capítulo 3 é muito caro para ambas as autoras, pois reúne trabalhos resultantes de orientações de pesquisas de alunos e alunas que dirigimos em dissertações de mestrado e tese de doutorado, hoje professores de instituições de ensino superior. São pesquisadores que participaram em projetos por nós coordenados no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Núcleo de Antropologia Visual e no Banco de Imagens e Efeitos Visuais. Intitulamos este capítulo de *Narrativas Imagéticas*. Iniciamos este capítulo com a narrativa visual de Fernanda Rechenberg intitulado *Imagens para guardar na memória: o Bairro Cristal na trama das transformações urbanas* que traz um recorte das imagens produzidas no âmbito do projeto Memória Fotográfica do Cristal, realizado pelo Clube de Mães do Cristal, bairro do mesmo nome em Porto Alegre. Este projeto teve parceria do setor de Descentralização da Cultura e a Coordenação da Memória Cultural vinculados à Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. O projeto consistiu em uma extensa documentação fotográfica, acompanhada de entrevistas com os moradores das diferentes localidades acolhidas pelo bairro, no ano de 2008.

O segundo ensaio etnofotográfico compõe a dissertação intitulada *“Lembra-te que recebeste do Artista na mocidade e dá-lhe o teu amparo na velhice”*: *Trajectoria social e experiência de vida nas narrativas dos habitantes da Casa do Artista Riograndense* (2012) de Jéssica Hiroko de Oliveira. O contexto da pesquisa é a Casa do Artista Riograndense, uma sociedade civil sem fins lucrativos situada na cidade de Porto Alegre, onde habitam onze velhos artistas que já não logram

manterem-se através de seus ofícios no âmbito do teatro, música, rádio, cinema e outros.

Por fim a narrativa fotográfica de Olavo Ramalho Marques é parte da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado *Entre a avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: Estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade, e territorialidade negra em Porto Alegre/RS* (PP-GAS, UFRGS) defendida em 2006. Trata-se de um estudo etnográfico desenvolvido na região central de Porto Alegre junto aos moradores residentes em uma rua situada no limite entre os bairros Cidade Baixa, Menino Deus e Azenha.

Seguem-se dois capítulos, nos quais procuramos problematizar conceitos-chave na categoria estudos urbanos, como os temas do conflito e o da crise, sob as múltiplas e complexas formas de expressão da cultura do medo, em narrativas e práticas que dramatizam a vida social em contextos urbanos, tema entendido como inseparável das práticas sociais, da estetização da vida cotidiana e das lógicas de segurança (e proteção patrimonial e física) para dar ordem e sentido à vulnerabilidade enfrentada rotineiramente pelo cidadão em seus deslocamentos e trajetos. O artigo *A cidade com qualidade: estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre* foi originalmente publicado na Revista Sociedade e Cultura (v. 10, n. 1 jan./jun. 2007, Goiânia, Departamento de Ciências Sociais, FCHF/UFG, 2007, p. 61 a 80). O ensaio *Cidade sitiada, o medo como intriga* foi originalmente apresentado no Seminário Medo e Perspectivas Urbanas realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade de Brasília em 2007.

Em seguida privilegiamos a temática da construção da paisagem nos jogos da memória coletiva. Trazemos dois textos, ambos publicados em *Paisagem e cultura: dinâmicas do patrimônio e da memó-*

ria na atualidade (1. ed. Belém: EDUFPA – Editora Universitária, 2009, v. 1), organizado por Flávio Leonel da Silveira e Cristina Donza Cancela. Sob esta categoria, podemos interpretar questões relacionadas a políticas ambientais e patrimoniais, a condições da vida no espaço público, tanto quanto a criatividade e imaginação de personagens urbanos e atores sociais na cidade.

Fechamos esta homenagem com a reflexão sobre a estética urbana no Brasil. O artigo *A irracionalidade do belo e a estética urbana no Brasil* foi originalmente publicado no livro organizado por Zilá Mesquita e Carlos Rodrigues Brandão, *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experimentos* (1. ed. Santa Cruz/RS: Ed. UNISC, 1995, v. 1, p. 114-134). Este artigo foi concebido a partir da tese de doutoramento de Ana Luiza Carvalho da Rocha sobre memória coletiva e estética urbana no Brasil, que realizou na Universidade René Descartes, Paris V, Sorbonne, sob a orientação do professor Michel Maffesoli. Neste estudo coloca-se em alto relevo uma reflexão sobre o “paradigma estético” e a dimensão “sensível”, “intuitiva” e “empática” que configura o mundo social (Maffesoli, 1985). Nele reconhecemos como essencial o tempo em suas rítmicas, como tema que religa as práticas e representações sobre as quais queremos polemizar no âmbito das unidades e fragmentações da sociedade complexa, linha de pesquisa que Gilberto Velho nos deixou como legado.

Cabe agora registrar que a publicação desse livro só foi possível graças ao apoio do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do financiamento do Programa de Excelência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Por fim queremos agradecer o apoio do Prof. Airton Cattani no processo de edição e apresentação do livro.

CAPITULO 1

Nas trilhas de uma antropologia *da e na* cidade no Brasil

Introdução

Tratar da categoria da cidade no campo antropológico brasileiro é um desafio que nos incita a muitos deslocamentos no tempo do trajeto da disciplina.

As pistas deste caminho não estão apagadas; ao contrário, podem-se identificar os rastros dessa trilha intelectual coletiva fazendo um percurso pelas grafias que testemunham um profícuo exercício intelectual e uma ação metodológica relativos ao tema da cidade no processo histórico e político brasileiro.

A civitas e a *polis* são variáveis caras aos estudos históricos macroestruturais, ganhando maior atenção com as teorias sociais

que emergem no século 19 e ganham expressivo impacto internacional no século 20. As tradições antropológicas e sociológicas de orientação cultural e sociopsicológica afloram nesse âmbito, com preocupações de ordem interacionista simbólica. É recorrente, nessas disciplinas, apontar como “territórios-mito” a Escola de Chicago,¹ com forte influência da Sociologia de Georg Simmel que, em sua teoria da forma social, inter-relaciona a cultura objetiva e a cultura subjetiva, as esferas macro e microsociais.

Outra referência laboratorial de microssituações que cabe referir como fundadora é a Escola de Manchester, na qual se destaca Max Gluckman, atento aos processos de transformações sociais e ao dinamismo das relações entre as fronteiras simbólicas de grupos e as sociedades. O método de pesquisa de redes sociais torna-se privilegiado para o estudo das formas organizacionais em sistemas de mudança em contextos urbanos, pela competência técnica em representar e mapear sistemas de interação e formas de socialidade.

São muitos os desafios herdados de paradigmas que promoveram a explicação, a compreensão e a interpretação das ações humanas no mundo ocidental. Propomos reconhecer uma comunidade de interpretação do tema da cidade e da política na antropologia brasileira de uma perspectiva transgeracional, que põe em sinergia as reciprocidades cognitivas e os diálogos dos antropólogos no Brasil sobre esse binômio e seus desdobramentos críticos e cosmopolitas.

Nessa forma de operacionalizar o conhecimento produzido sobre cidade e política em base a uma memória compartilhada, não há propriamente esquecimento deliberado ao mapear fronteiras e traçar uma trilha. Dos intelectuais predecessores e dos sucessores

1 R. Park, L. Wirth, W. Thomas, F. Znaniecki e M. Bulmer (Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, EUA, fundado em 1892). Ver L'Ecole de Chicago (1979).

evocados, são as demandas por uma ética antropológica contemporânea, atenta aos limites da dicotomização cidade-política, que propomos como guia e roteiro. Que este seja tão somente um exercício indicial de tantos outros rastros que devem ser explorados pelo alunato em seu processo de aprendizagem. Nessa aventura antropológica de curto espaço, não nos será possível peregrinar por todos os caminhos. Mantemo-nos nos limites da empreitada que nos propusemos, esperando despertar interesses e um maior aprofundamento desse percurso, seguindo o sábio conselho, “cada geração reinventa a Antropologia; cada antropólogo repensa a disciplina” (DaMATTA, 1981; PEIRANO, 1995, p. 147).

Linhas que alinhavam

É interessante construir como intriga (RICOEUR, 1994) sobre o tema o fato de que as pesquisas nesse campo são, por demanda de uma política científica e burocrática, definidas por linhas de pesquisa. A Antropologia urbana identifica os estudos do fenômeno urbano e das dinâmicas socioculturais aí relacionadas, denominação que expressa o campo de interesse de pesquisas nesses contextos, “sem, entretanto, isolarmos o urbano de seus contextos sócio-históricos, políticos e culturais”². Já os estudos antropológicos que refletem sobre as questões plurais que expressam formas de viver a política na vida social são identificadas por Antropologia política e/ou “da” Política. Hoje são linhas de pesquisas consolidadas nos programas de pós-graduação no País, na área de Antropologia, e nos editais organizados por instituições e fundações de amparo à pesquisa. De qualquer forma, as diversidades entre essas e outras linhas são tênues e suas fronteiras, fluidas e relacionais.

² Entrevista para *Narradores urbanos*. Filmografia (ECKERT; ROCHA, 2006).

A comissão de frente

A consolidação dessas linhas de pesquisa nos instiga a conhecer a linhagem que funda os cursos de ciências sociais no País. Por sorte, este projeto de revisitação já foi tratado com amplitude e competência (CORRÊA, 1987; MELLATTI, 1984, OLIVEN, 1985; PEREIRA, 1994; PEIRANO, 2006b; ABA, 2006), de forma que podemos usar esse privilégio analítico triando, entre as referências, as que iluminam nosso percurso.

No início do século 20, uma geração de intelectuais brasileiros conhecia profundas transformações estruturais após anos de política colonial e processos migratórios para ocupação das terras produtivas. Dessa geração, é consenso citar estudiosos da cultura brasileira como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Nina Rodrigues, Monteiro Lobato, Roquette-Pinto, Amadeu Amaral e Basílio de Magalhães.

Outros intelectuais são apontados como formadores de uma teoria geral do Brasil. Desse circuito, o historiador Antônio Candido (1996) cita Manuel Bonfim, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Nesse período, o desafio era analisar a desarticulação do sistema tradicional de produção socioeconômica no País. O centro de reflexão eram a decadência do mundo econômico, arcaico, e o refluxo da população interiorana, pois, no meio rural, o trabalho tradicional se esgotava, e as cidades inchavam com as grandes levas de migrantes rurais.

Nessa conjuntura, a magnitude da obra de Gilberto Freyre repercute sobremaneira ao tratar dos processos de aculturação e empréstimos culturais, perscrutando a noção de cidade, como a do Recife em seus traços distintivos; o que, para a antropóloga Fernanda Peixoto, já era um esboço do que viria a ser uma antropologia “na”

e “da” cidade (PEIXOTO, 2006, p. 179). Outros pesquisadores, estrangeiros, são citados, relacionados à formação de escolas como a de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil da Universidade de São Paulo, em 1930, a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro e a Escola Normal do Estado de Pernambuco, Emilio Willems, Claude Lévi-Strauss, Radcliffe-Brown, Donald Pierson, Herbert Baldus, Roger Bastide etc. Dessa leva de pais fundadores, emerge uma geração de sociólogos e etnólogos brasileiros com produção intelectual de importante impacto, como Eduardo Galvão, Egon Schaden, Arthur Ramos, René Ribeiro, Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Darcy Ribeiro, Luiz Castro Faria e outros (MELLATI, 1984, p. 9-10). Estes dois últimos, junto com o colaborador de docência Roberto Cardoso de Oliveira, organizam o campo de estudos antropológicos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o que influenciará, anos depois, a fundação da Universidade de Brasília e na Universidade Estadual de Campinas.

Para os intelectuais estrangeiros, aqui radicados, em geral a convite das organizações pioneiras de centros de formação, o País, pela diversidade de grupos étnicos e a pluralidade cultural, era objeto de pesquisa, destacando-se, em suas análises, a significativa influência das tradições teóricas estrangeiras do culturalismo, do funcionalismo e do estruturalismo francês. Desta última conjetura, é exemplar a obra *Tristes trópicos*, de Claude Lévi-Strauss, que apresenta as reflexões sobre as cidades brasileiras que percorreu antes de dedicar-se à descrição de sua viagem no interior indígena brasileiro.

O sociólogo Florestan Fernandes deve ser aqui a principal referência no campo científico social, predominando sua contribuição para os estudos de estrutura e função. Na cidade de São Paulo, desenvolve pesquisa sobre folclore e etnia, sobretudo sobre a situação

do negro, das relações raciais e do preconceito racial (FERNANDES, 1964; MELATTI, 1984, p. 16-17). No Norte e Nordeste, outros antropólogos, como Emilio Willems e Roger Bastide, tratavam de estudos de comunidades e grupos étnicos e também contribuíam para a compreensão da atrofia da vida urbana nesses estados.

A cidade interiorana no Brasil, um laboratório à la Chicago

É consenso identificar a proposta dos teóricos da Escola de Chicago como pioneira “na prática etnográfica voltada ao contexto urbano” (FRÚGOLI, 2007, p. 17).

Nesse período, é importante destacar a influência direta que a Sociologia no Brasil recebe dos ensinamentos da Escola de Chicago. A presença de Donald Pierson (aluno de Robert Park e de Louis Wirth) na USP (de 1939) teve peso nessa difusão. Nesse ano, organiza a disciplina “Métodos e técnicas de pesquisa social” e começa a orientar uma série de “pequenos estudos na cidade de São Paulo” (CORRÊA, 1987, p. 43). Não há como não destacar aqui o “laboratório à la Chicago” que Cruz das Almas foi para uma geração de alunos, exercício de campo que envolveu cientistas sociais que consolidarão a pesquisa sociológica no Brasil (VALLADARES, 2005).³

Assim, não se deve negligenciar a contribuição dos estudos regionais e de comunidade empreendidos pela geração de sociólogos e antropólogos dessa primeira metade do século 20. Para Júlio Melatti (1984), é neste período que se estrutura a Antropologia Urbana, quando se identificam os processos de marginalização, favelização, empobrecimento, segregação e discriminação como problemas sociais.

³ Nessa influência, destaca-se a tradução e publicação do livro *O fenômeno urbano*, organizado por Otávio Velho (1967) e a coletânea de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (1983).

A caminho da cidade

A expressão “a caminho da cidade” evoca uma geração que opera uma guinada mais crítica da Antropologia, “que se poderia caracterizar como populista”, althusseriana, por exemplo, encontrando-se aqui um marco para a ampliação dos estudos sociais que tomam “o Estado como objeto de estudo privilegiado”; os partidos políticos e a ideologia burguesa (VELHO, 1980b, p. 83-85), como pistas para o que viria a configurar a linha de pesquisa em Antropologia Política.

Uma geração de antropólogos que, se por um lado conquistava um “processo de socialização profissional” (VELHO, 1980b, p. 83), por outro, cedo se confrontaria com a experiência da imposição de uma ditadura militar persecutória e repressiva das expressões intelectuais sociais.

A Antropologia Urbana era liderada por duas professoras concursadas em Antropologia na USP, Eunice Durham e Ruth Cardoso. Durham, sob a orientação de Egon Schaden, na USP, e com sua pesquisa sobre italianos no Brasil, defende a dissertação sobre mobilidade e assimilação em 1964 e seu doutorado sobre o processo de integração do trabalhador de origem rural à sociedade urbano-industrial, em 1967. Convicta da qualidade da prática antropológica internacionalizada pela obra de Malinowski, as técnicas da observação direta, do *survey* e da entrevista eram prerrogativas de sua pesquisa no contexto da cidade.

Na obra *A caminho da cidade*, modela o tema da dinâmica cultural e elabora o objetivo de se dedicar ao estudo da família e da rede de parentesco no âmbito de uma sociedade em transformação. Para o período, Durham identifica uma “preocupação de estudar os grupos socialmente desprivilegiados, econômica e politicamente oprimidos, assim como os movimentos sociais de protesto dessa população” (*apud* MONTERO, 2004, p. 124).

Ruth Cardoso, também orientanda de Egon Schaden no mestrado, tinha por universo de interesse os imigrantes japoneses. Trata do impacto dos deslocamentos desses trabalhadores do campo para a cidade e os rearranjos de suas formas de vida nas cidades paulistas, especialmente São Paulo. Assim como sua colega Eunice, a dicotomia entre o meio rural e o meio urbano não é o enfoque de seus estudos, que o têm na ênfase sobre o processo em transformação, na inter-relação desses dois mundos em suas crises, nos conflitos e discontinuidades. Sua trajetória acadêmica foi interrompida pelo exílio no Chile durante o regime militar ditatorial no Brasil. Em seu retorno, no final dos anos 1960, defende *O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses*, agora sob orientação de Florestan Fernandes e, em 1972, obtém o doutorado na USP sob orientação da colega Eunice Durham, com a tese *Estrutura familiar e mobilidade social, estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*.

Este grupo étnico, com suas tradições milenares em um contexto de migração, era apropriado para mostrar as complexas contradições vividas pela etnia nas indústrias e com os novos habitantes na capital paulista.

A preocupação nasceu simultaneamente ao apogeu dos debates entre acadêmicos marxistas sobre a luta de classes sociais e um projeto de democratização do País. Eunice Durham e Ruth Cardoso, atuando então no curso de Ciências Políticas na USP, costumavam fortemente as bases de uma linha de pesquisa em Antropologia Urbana no Brasil, provocando novas reflexões de cunho político, seja na pesquisa etnográfica, seja no uso dos conceitos analíticos em seus “deslizes semânticos”, como sugere a leitura do artigo em coautoria *A investigação antropológica em áreas urbanas* (CARDOSO; DURHAM, 1973). No Departamento de Antropologia (USP), o autor de *Vidas mar-*

ginais, José Quirino dos Santos, também se dedicava ao ensino da Antropologia Urbana (CARDOSO, 1986, p. 97). A cidade como “lugar da investigação” (DURHAM, 1986, p. 19), é foco herdado por uma geração formada por essa liderança, atenta ao desafio do fazer etnográfico.

A “politização” da Antropologia Urbana

Os anos 1980 são de reabertura política no País e reverberação de “movimentos sociais” (MACHADO da SILVA, 1985). Em termos institucionais, consolidam-se os programas de pós-graduação em Antropologia e Ciências Sociais. Emergem as análises críticas às estruturas de poder e ao papel do Estado em face das contradições próprias do sistema capitalista e do fenômeno de metropolização que se acentuava.

A politização dos temas em Antropologia é uma guinada importante que conhecerá uma intensificação de pesquisas no contexto urbano, instigadas ao exercício relativista e reflexivo pelas transformações do método etnográfico na pesquisa, investigando os grupos sociais em seus problemas de empobrecimento e marginalização, bem como as formas de resistência e emancipação na cidade. Sobre esses temas, as reuniões científicas de Antropologia (RBA) e de Ciências Sociais (ANPOCS), entre outras, são arenas de produção intelectual de significativa repercussão acadêmica, Exemplos disso são os artigos *A dinâmica cultural na sociedade moderna*, de 1976 (DURHAM, 2004) e *Cultura e ideologia* (DURHAM, 1984a). Em 1986, a organização do livro *A aventura antropológica*, assinada por Ruth Cardoso, lançava pesquisas inéditas, restaurando o lugar político de atores sociais engessados pela análise folclórica.

Como na arte da costura, as linhas “urbano” e “política” eram suturadas (DURHAM, 2004) por pesquisas que mostravam no cotidia-

no os moradores da cidade como novos atores sociais e políticos, “o nós como outros” (PEIRANO, 2006b, p. 86), colocando em alto-relevo a dimensão simbólica das ações cidadinas.

O arsenal conceitual da aventura antropológica na cidade, que identifica a geração dos anos 1980, segue doravante as tendências internacionais de debates epistêmicos. As tradições antropológicas são dimensionadas em sua fusão de horizontes (CARDOSO de OLIVEIRA, 1988), integrando novas teorias sobre relações de poder e dominação, sobre individualismo e identidade relacional (Foucault, Bourdieu, Turner, Balandier, Geertz, Sahlins, Dumont, Barth, Lévi-Strauss), não sem uma constante releitura de clássicos como Marcel Mauss e Evans-Pritchard, para novos aportes comparativos sobre sociedade moderna/tradicional no contexto político e social brasileiro.

Cientes da importância de uma vigilância epistemológica constante em suas análises, proliferam estudos antropológicos brasileiros “na compreensão da dinâmica de sociedades complexas” e da relativização “da suposta racionalidade da cultura prevalecente no contexto urbano” (OLIVEN, 1985, p. 12-43). Os estudos de caso recortam bairros, vilas, periferias, favelas, centros de comunidade, lugares de expressão popular etc. É no espaço cotidiano que os “atores sociais” são observados, no intuito de captar como se representam em situação. Nesses, ganhavam destaque os temas família, trabalho e movimentos sociais (BILAC, 1983; CARDOSO, 1983; CORRÊA, 1983; PESSANHA, 1986; SAKURAI, 1987), política e pobreza de populações na periferia urbana (CARDOSO, 1978; SCARFON, 1982; NIEMEYER, 1985; CALDEIRA, 1982; ZALUAR, 1985; MACEDO, 1986a), cultura popular (ARANTES, 1970; BRANDÃO, 1981; MAGNANI, 1982; VON SIMSON, 1990), gênero (GUIMARÃES, 1977; FRY, 1982; MACRAE, 1986; SARTI, 1994), questões de violência, discriminação e conflitos na vida

cotidiana (RAMALHO, 1978; GREGORI, 1987, 1994; KOFES, 1991), concepções de corpo, doença e/ou representações mágico-religiosas (MAGGIE, 1975; MONTEIRO, 1982) etc.

A enorme ousadia nesse processo de aventurar-se na Antropologia Urbana é assinada pela pesquisa de Gilberto Velho. Seu estudo será reconhecido por um aproveitamento teórico de clássicos e contemporâneos, combinando o interacionismo simbólico, a Antropologia social britânica, a escola sociológica francesa, o estruturalismo histórico, fazendo uma síntese e uma “combinação entre diferentes tradições” (VELHO, apud VALLADARES, 2005, p. 66).

Estranhando o familiar

Entender a sociedade brasileira em transformação pelo olhar antropológico, que, com seu método singular, poderia “interpelar a cada um de nós sobre nós mesmos e sobre a nossa sociedade” (DURHAM, 2006, p. 224), alude ao que será um compromisso profissional qualificado, assumido pela antropologia brasileira.

Também a disciplina se transformava na década de 1980, em especial pelo impacto do paradigma hermenêutico que se impunha como inovação à matriz disciplinar clássica (CARDOSO de OLIVEIRA, 1988). Repercutiu no Brasil a chamada “antropologia interpretativa” (GEERTZ, 1973) e “pós-moderna” (CLIFFORD; MARCUS, 1986). Tornou-se fundamental desvendar as relações de poder e de constrangimento, latentes no processo da prática etnográfica, que se colocam como condição de conhecimento do outro e de si, no espelhamento dos debates sobre a autoridade etnográfica (CLIFFORD, 1999). É manifesto, no contexto brasileiro, “o compromisso que o cientista tem com o grupo que escolhe estudar” e “com o envolvimento social que caracteriza e define o intelectual no Brasil” (PEIRANO, 1995, p. 144).

Consolida-se nos programas de pós-graduação no País o projeto de enfocar as sociedades complexas.

O mote ético de conhecer a si mesmo no outro, e a sua própria sociedade no confronto com as outras, tecia os saberes e as práticas da pesquisa antropológica na cidade marcada por uma interpretação compreensiva, com a complexidade de que ela era o lugar da transformação a ser compreendido. É nesta perspectiva que se destaca o artigo escrito por Gilberto Velho no livro *A aventura sociológica* (VELHO, 1978), que teve importante impacto no processo de formação de antropólogos pesquisadores.

Em *Observando o familiar*, Velho reflete sobre o fazer etnográfico em contextos das modernas sociedades urbano-industriais e elabora a ação do estranhamento em relação ao micromundo familiar. O desafio da alteridade próxima nascia de uma experiência sólida de pesquisa, primeiramente, de sua dissertação, intitulada *Utopia urbana, um estudo de ideologia e urbanização*, em 1970, orientada por Shelton H. Davis (Universidade do Texas).

Gilberto Velho desenvolve um estudo antropológico sobre as camadas médias no bairro de Copacabana (onde residiu por dezoito anos), tratando das representações e estilos de vida de moradores, propondo uma articulação entre as variáveis estratificação social, residência e ideologia (VELHO, 1989, p. 15). Já sua tese de doutorado responde a outra problemática, que tomava proporções de impacto na vida cotidiana dos segmentos médios no País, o consumo de drogas. Orientada por Ruth Cardoso e defendida na USP, em 1975, sob o título *Nobres e anjos, um estudo de tóxicos e hierarquia*, dá especial atenção ao processo de individualização, aos estigmas e rupturas nos projetos e estilos de vida.

Teresa Caldeira (1981) imprime mais uma marca fecunda nos

programas curriculares de método em Antropologia nas instituições de ensino com seu artigo *Uma incursão pelo lado 'não respeitável' da pesquisa de campo*. Nele, as reflexões sobre o lugar da Etnografia na produção do conhecimento se complexificam. A autora problematiza a aura romântica do encontro intersubjetivo entre o pesquisador e o grupo pesquisado, ao mostrá-lo como um fenômeno permeado de reflexões sobre as diferenças de condições sociopolíticas no processo de interlocução, revelando impasses e questões éticas que tangenciam a experiência etnográfica. O problema, assim, é ético e político, propõe Mariza Peirano (1995, p. 144) em *A favor da etnografia*, “trata-se de uma combinação *sui generis* dos papéis de cientista e de cidadão”, e, interpretando a trajetória das Ciências Sociais no Brasil, é intrínseco ao “compromisso geral com os problemas de *nation-building*” (PEIRANO, 1991, p. 16).

Antropologia das Sociedades Complexas

A linha de pesquisa em Antropologia das Sociedades Complexas congrega os estudos de temas sensíveis à vida na metrópole contemporânea. Proposta pelo antropólogo Gilberto Velho, vinculado ao corpo docente do Museu Nacional (UFRJ), abriga “a primeira pesquisa de campo no País, vista como plenamente urbana nos termos da Antropologia atual” (PEIRANO, 2006b, p. 62).

Trata-se de um projeto acadêmico sobre estilos de vida, projetos e trajetórias, redes e formas de sociabilidade no que tange aos valores urbanos, no qual o tema das acusações estigmatizantes engaja os estudos científicos numa crítica às análises positivistas sobre patologia social. A Antropologia Urbana toma, assim, um sentido de compromisso ético e político, no desvendamento das atribuições persecutórias e ideológicas a grupos minoritários e injustiçados no País.

O livro de referência aqui é *Desvio e divergência, uma crítica da patologia social*, organizado por Gilberto Velho e publicado em 1974 com textos de Maria Julia Goldwasser, que estuda uma instituição total; de Dorith Schneider, sobre acusação de desvio a “alunos excepcionais”; de Simoni Guedes, que trata da relação entre umbanda e loucura; de Zilda Kacelnik, sobre circuncisão numa família judia; de Filipina Chineli, sobre acusação de homossexualidade, e do próprio organizador, sobre comportamento desviante entre moradores de Copacabana (RJ).

O desafio da pesquisa urbana alcança importante repercussão e Gilberto Velho promoverá continuamente essa troca entre pares, organizando publicações como *O desafio da cidade*, em que ele, Ruben Oliven, Geert Banck e Yvonne Maggie, entre outros, nos instigam com reflexões sobre como grupos sociais no contexto urbano representam, organizam e classificam suas experiências (VELHO, 1980, p. 18).

Em 1981, publica *Individualismo e cultura*, com aporte teórico reflexivo para tratar da sociedade contemporânea. O autor tece um diálogo interdisciplinar; inova em sua diversidade e em seus recortes conceituais para construir subsídios interpretativos sobre “as noções de indivíduo, sociedade-cultura e suas complexas e múltiplas relações” (VELHO, 1981, p. 8). Propunha uma concepção de antropologia urbana que deveria incorporar perguntas sobre quem eram os atores, como interagiam, para, finalmente, reconstituir suas histórias. O autor atenta, em especial, aos segmentos médios, entre os quais predomina um *ethos* individualista contemporâneo, cujas distinções e rupturas em redes e grupos são engendradas por fronteiras simbólicas e códigos morais. A transposição dessas múltiplas fronteiras e territorialidades de significação é operada pela noção de metamor-

fose, em que indivíduos e grupos sociais delineiam seus projetos de vida (Id., 1994). Em *Subjetividade e sociedade* (1986), é a dialética entre cultura objetiva e subjetiva, em parceria com conceitos do interacionismo simbólico, que o autor articula para refletir sobre a unidade e a fragmentação em contextos individualizadores.

O fazer antropologia urbana para Gilberto Velho é refletir sobre a descontinuidade entre o eu e o outro (Id., 1981, p. 82), mantendo, ao mesmo tempo, “a preocupação sociológica de distinguir grupos sociais, de vê-los operando e atuando politicamente” (Id. *ibid.*, p. 8). Na continuidade dessa linha de pesquisa, emergem outras problemáticas que se destacam no debate nacional. Os temas gênero, conduta sexual estigmatizada, violência, envelhecimento, vida suburbana, desemprego, carreira política, refletem um rizoma de análises etnográficas orientadas por ele no mestrado (PERELBERG, 1976; NUNES, 1977; GUIMARÃES, 1977; LEMGRUBER, 1979; HEYE, 1979 ; SANTOS, 1979; LINS DE BARROS, 1980, ABREU, 1980; HEILBORN, 1984; ROCHA, 1985; VIANNA, 1987; KUSCHNIR, 1993; TRAVASSOS, 1995 etc.) e no doutorado (DUARTE, 1985; LINS DE BARROS, 1987; DAUSTER, 1987; SALEM, 1987; COSTA, 1988; RUSSO, 1991; HEILBORN, 1992; VIEGAS, 1997; KUSCHNIR, 1998; MOURA, 2003; ALVES, 2003a, 2003b etc.).

Antropologia dos grupos urbanos

Tendo a contemporaneidade como tema e a cultura brasileira como argumentação, a pesquisa antropológica *da e na* cidade teve, na análise das representações sociais e culturais, um ponto de inflexão em sua trajetória. Trata-se de uma geração que constituiu um diálogo potencial com a sociologia da cultura produzida no Brasil (ORTIZ, 1985), buscando mapear os grupos urbanos e como se relacionam na cidade.

Na perspectiva de relacionar a cidade como espaço de integração e desterritorialização, de viver na tensão entre valores locais ou globais, é referência a obra de Ruben Oliven. Sua dissertação (1973) trata da mudança econômica e cultural, com estudo de caso em uma vila na periferia. Em sua tese de doutorado (1977), a cidade de Porto Alegre é igualmente contexto do processo de mudança rural/urbano. Aborda as distinções e hierarquias sociais que desvendam situações de classe heterogêneas e como as relações de identificação recortam fronteiras de significação homogeneizantes.

É a diversidade dos arranjos dos grupos sociais e urbanos, na relação entre a vida cultural, as representações de identidade social, a situação de classe e as âncoras simbólicas que ele (OLIVEN, 1974, 1980) propõe como norte dos estudos que orienta em contextos urbanos na linha "*Urbanização, sociedade e cultura no Brasil*" (LEAL, 1983; MACIEL, 1984; ECKERT, 1985, DAMO, 1998; DORNELES, 2001, MACHADO, 2005, DAMO, 1998; DEVOS, 2007 etc.).

A cidade em suas dilacerações

No País, nos anos 1980, em sentido oposto ao do final dos anos de chumbo e da violência política da ditadura militar (CASTRO *et al.*, 1994), cresce a visibilidade da violência urbana. Suas manifestações assumem formas difusas (anômica, microfísica etc.), como em elaborações discursivas midiáticas, de "contralinguagem comunitária" (SODRÉ, 2006). Os meios de comunicação veiculam o aumento da criminalidade no cotidiano dos habitantes das cidades e, de modo mais contundente, das metrópoles (SOARES, 1996).

O tema da violência, ligado ao das estratégias de sobrevivência de populações marginais nas cidades, se torna eixo de análise. Sua abordagem, no campo antropológico, conhece uma importante

reflexão relacionada ao processo sócio-histórico e cultural associado às transformações urbanas no País. É mister citar, nessa frente, os estudos do dilema brasileiro na obra de Roberto DaMatta (1979, 1981, 1982, 1985) e, na perspectiva da cultura brasileira, os estudos sobre o desvendamento das estratégias de dominação (PAOLI, 1974; OLIVEN, 1982a, OLIVEN, 1982b). Ruben Oliven (1982b, p. 22-23) sugere tratar-se de um estudo da violência na cidade, em vez de violência urbana, “desdramatizando” o culturalismo que constrói “uma imagem maniqueísta da sociedade”.

Na mesma perspectiva de uma antropologia cada vez mais atenta ao exercício da alteridade próxima, os estudos dessa geração abordam as contradições advindas das tensões vividas nas cidades brasileiras, entre clivagens igualitárias no nível da política e desigualitárias no nível da vida civil e das práticas contraditórias do Estado (KANT de LIMA, 2000; 2008; MELLO, 2007). Estudos sobre as condições de vida e trabalho, as relações familiares, a vida política, a violência doméstica e pública, os movimentos sociais, apoiados em um vasto referencial de leituras internacionais de História, Sociologia e Antropologia inovam na compreensão das práticas e saberes de grupos sociais em suas singularidades cotidianas em face de dispositivos de poder e determinações sociais (GREGORI, 1987, 1994; ADORNO, 1991; GROSSI, 1995; PINHEIRO, 1998; RIBEIRO, 2004; RIFIOTIS, 1998; VELHO, 2002; ZALUAR, 1994a; 1994b; 1996a, 1996b, 1998, 2000; FONSECA, 2004 etc.).

O cotidiano da pobreza

A questão da pobreza, na década de 1970, já conhecia uma abordagem sociológica denominada teoria da pobreza social e/ou do mito da marginalidade das populações de favelas em suas alienações e

seus estereótipos (PERLMAN, 1977; LEEDS; LEEDS, 1978), em face de um processo capitalista perverso e de uma urbanização repleta de incoerências. Nos anos 1980, à luz de novas contribuições teóricas de impacto na academia internacional, verifica-se uma mudança no enfoque sobre esse tema.

No livro *A máquina e a revolta*, Alba Zaluar (1985), orientada de Eunice Durham, trata dos significados da pobreza aplicando um modelo etnográfico sobre o modo de vida das classes populares urbanas. Vinculada, no período, à Unicamp, a pesquisa se desenvolve na cidade do Rio de Janeiro, no conjunto habitacional Cidade de Deus. A autora empreende um estudo da construção da identidade de trabalhadores pobres em seus constrangimentos morais, honestidade, bandidagem, lealdade etc. A vida na periferia se desvela como arena de práticas e debates com significados políticos que acionam redes, práticas clientelistas, lealdades e seus contrários, traições, decepções, rivalidades e rupturas.

Esta fluidez do viver cotidiano nas periferias é também cenário do estudo de Teresa Caldeira (1984) em *A política dos outros*, orientada por Ruth Cardoso. A Vila Jardim das Camélias é o contexto analisado. É da perspectiva do papel deficiente do Estado em face da especulação imobiliária e do planejamento do uso do solo que a autora parte para reconhecer os dispositivos de ocupação desigual do espaço urbano, motor da “exacerbação das marcas sociais” (CALDEIRA, 1984, p. 23).

As experiências de participação popular na forma de engajamento político são também tratadas na dinâmica da vida urbana na região da Freguesia do Ó, na Grande São Paulo. A atuação da comunidade eclesial de base nessa territorialidade é o assunto da tese de Carmen C. Macedo (1986b), orientada por Eunice Durham. A autora

observa e escuta os agentes que operam os movimentos sociais urbanos e propõem o estudo da comunidade em novos moldes, para reconhecimento dos embates de transformação no universo cultural presentes na vida cotidiana de classes populares em suas questões simbólicas e ideológicas.

Individualismos e holismos em seus desdobramentos etnográficos

O tema do ideário individualista conforma uma produção densa de estudos etnográficos nas cidades brasileiras, abrangendo as formas múltiplas em que a vida social e individual se manifesta em suas lógicas e paradoxos. A vida familiar, de vizinhança, de bairro, em instituições, nas cidades como universo de encontros e conflitos de agentes empíricos, foi dimensionada por uma geração de antropólogos atentos às manifestações do individualismo na sociedade contemporânea brasileira. Podemos mapear essa geração em suas teses e dissertações pela incidência etnográfica ora sobre segmentos médios, ora sobre segmentos populares, tanto quanto no entrecruzamento de segmentos e grupos sociais.

Pesquisando famílias da alta classe média no Rio de Janeiro, Tania Salem (1980) estuda os papéis e conflitos familiares na tese *O velho e o novo*, formulando questões sobre as relações geracionais em seus diversos projetos individuais e familiares. Também no Rio de Janeiro, camadas médias é o recorte escolhido por Myriam Lins de Barros. Acrescentando a perspectiva da memória intergeracional, a relação entre avós, filhos e netos é objeto de abordagem da mudança e da permanência de padrões sociais e culturais (LINS de BARROS, 1987). Assim como no estudo anterior, há importante interface entre os temas de gênero e geração, além de outras formas de configura-

ção de estilos de vida nas trajetórias sociais que delineiam conflitos e visões de mundo multifacetados.

Guita Debert, igualmente, traz a experiência de grupos médios em São Paulo, estudando a história de vida e a reflexão de mulheres sobre as situações de engajamento social no processo de envelhecimento (DEBERT, 1984). Aqui é o Estatuto do Idoso que traz as novidades de adesão de idosos e aposentados a projetos públicos, a universidades de terceira idade, a movimentos sociais e políticos, a grupos e práticas de lazer, à reinvenção de formas de agregação de redes familiares ou de amigos por internet etc. (DEBERT, 1997; LIMA, 1999; SIMÕES, 2000; PEIXOTO, 2000; CABRAL, 2002; MOTTA, 2001; MOTTA, 2002; FRANÇA, 2009).

Esta diversidade de alternativas entre grupos e redes sociais é abordada na perspectiva dos jovens cariocas por Maria Luiza Heilborn (1984), que problematiza o tema da moralidade e da sexualidade, relacionando o estilo de vida ao cotidiano da metrópole; por Ana L. C. da Rocha (1985), que investiga os dilemas de honrar a continuidade do projeto familiar ou de aderir às rupturas que um descasamento possibilita, estudando as mulheres separadas em Porto Alegre; por Tânia Dauster (1987), que investe nos papéis de maternidade e paternidade nos projetos de casais de segmentos médios, e por Elena Salvatori (1996), que compara projetos de estilo de vida em bairro de classe alta em Porto Alegre. São estudos, nas palavras de Salem (1986, p. 26), que descortinam a “impossibilidade de uma demarcação universal e irrelativizável das identidades sociais”.

Ajustando o foco para observar segmentos populares, a dimensão relacional de viver na tensão entre valores individualistas, determinantes de políticas institucionais, e valores que apontam para os “paradoxos endêmicos à configuração de valores individualistas”

(SALEM, 1992, p. 62), fará escola. Estudos tratam das contradições na vida cotidiana em suas determinações (PRADO, 2000) junto à família, à criança e à mulher na condição de vida operária (BILAC, 1983; ALVIM, 1985). Já Luiz Fernando Dias Duarte (1986) realiza uma etnografia para estudar o *ethos* e a identidade social de trabalhadores urbanos na cidade de Niterói, no bairro Jurujuba (RJ). Em base à teoria dumontiana, o autor investe no tema das perturbações físico-morais da configuração do nervoso, operando analiticamente sobre o caráter hierárquico-holista da cultura das classes trabalhadoras urbanas.

No âmbito da vila operária, articulam-se sentidos de resistência e reinvenção do sistema de dominação em base às reflexões do trabalhador sobre suas práticas. Nesse processo, resgata a memória do grupo, na transmissão singular de referências identitárias que delineiam a cultura do trabalhador em seus embates cotidianos contra as estruturas de poder (LEITE LOPES, 1987). Nas contradições do capital e do trabalho, os estudos antropológicos e sociológicos compreendem as inferências sobre o conjunto das esferas da vida social (LEITE LOPES, 1978; PEREIRA, 1979, BLAY, 1980; LEITE LOPES, 1988; ECKERT, 1985, LASK TOMKE, 1991; GONZAGA DE OLIVEIRA, 1992, CIOCCARI, 2004).

Leitura social da cidade em seus jogos de contradição

O tema da cidadania e da cultura tem várias faces etnográficas. Emerge nos anos 1980 por ocasião de um forte debate sobre cultura popular, que se consolida nos anos 1990.

Tendo por contexto a cidade de São Paulo, nos anos 1980, Teresa Caldeira realiza um estudo sobre a narrativa do crime, do medo da violência e da segregação combinada às transformações. É a etnografia da vulnerabilidade da população em face dos estereótipos

e da discriminação social reproduzidos na violação dos direitos de cidadania que tonaliza os limites da consolidação democrática e do Estado de direito no Brasil (CALDEIRA, 2000, p. 55 e 137).

Claudia Fonseca (1995), pesquisando grupos populares em bairros de periferia porto-alegrense, aborda a “circulação de crianças” em famílias de baixa renda e/ou desempregadas. Relaciona as tensões que elas e sua rede familiar conhecem, seja ao “circular” no contexto citadino, seja no contato com as instituições de vigilância ao menor (Febem). Em Curitiba, Maria Cecília S. da Costa (1988) desenvolve o tema da adoção voltada às camadas médias brasileiras.

Seguem-se estudos críticos da visão intelectual que relaciona pobreza/incapacidade de ordem, vista agora sob a perspectiva de suas formas de organização familiar no enfrentamento da carestia e da baixa renda (ZALUAR, 1982; SCOTT; MOTA, 1983; WOORTMANN, 1983), do nomadismo dos adultos “excluídos” da cena urbana (MAGNI, 1994), da exploração do trabalho infantil (NEVES, 1999). Essas determinações são revistas pela perspectiva da injustiça social, que envolve a situação do menor e o impacto da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas políticas públicas voltadas a esse grupo social (ALVIM; VALADARES, 1988; GREGORI, 1994; MARCHI, 1994; MILITO, 1995; DOSSANTOS, 1997; RIZZINI, 1997; LECZNEIZKI, 1992, JARDIM, 1998; NUNES, 2003).

No Rio de Janeiro, Luiz A. Machado da Silva (1978, p. 86-87) mostra que, para os segmentos populares, “o mundo é a cidade”. Tais segmentos são dinamizados em redes de relações que interagem, por exemplo, em torno do botequim. A cidade, como pretexto de mundos relacionais, do dentro e do fora, da familiaridade ou da ordem abstrata e universal, reveladora de relações sociais, está situada na obra de Roberto DaMatta, que propõe uma análise das mediações

na sociedade brasileira a partir da peculiaridade do “englobamento” como uma operação ideal de encontrar formas lúdicas de sociabilidade, de convivência e de relacionamento. Nessa cultura de mediações, misturam-se ou se invertem a casa e a rua, a pessoa e o indivíduo, “muitos espaços e muitas temporalidades convivem simultaneamente” (DaMATTA, 1985, p. 28).

Estudar a cidade não é o foco dos estudos deste autor, mas o de compreender a sociedade brasileira como “alguma coisa totalizada”, como “sociedade que se debate em torno de visões diferenciadas de si mesma” (Id., 1985, p. 11, 52). Mas, nesse mundo contraditório, logo se afirmam os conflitos que ordenam as lógicas de distinção e contraste. Os jogos de poder perfazem os sistemas simbólicos que reforçam a hierarquia e operacionalizam a injustiça social na sociedade de classes.

Com esse propulsor, estudos seguiram de perto o exercício da leitura social da rua domesticada por laços de afinidade. O Centro de Pesquisas Urbanas do Ibmam desenvolveu um projeto interdisciplinar intitulado “Quando a rua vira casa”, com uma equipe liderada por Arno Vogel, Marco Antônio da S. Mello e o arquiteto Carlos Nelson F. dos Santos. Os bairros Catumbi e Selva de Pedra foram selecionados por serem territórios que passavam por processos de revitalização urbanística para captar a dinâmica dos usos de espaço (VOGEL; SANTOS, 1985, p. 15-16).

Este enfoque temático revela disputas de políticas urbanas por espaços de comércio formal ou informal e lazer, como comprovam os estudos sobre práticas de consumo e mercado (MELLO, 2001; CASTELLS; GUIMARÃES, 2007), cotidiano dos camelôs (MAFRA, 2005; MACHADO, 2005) e conflitos étnicos em espaços de comércio (CUNHA; MELLO, 2006).

A rua também é foco do estudo de James Holston, que propõe uma análise de a sua estrutura semântica na cidade tradicional e na atual (1982, p. 153). Atento aos processos de desintegração das formas tradicionais no espaço público, face a políticas de modernização, opõe os aspectos arquitetônicos da cidade barroca de Ouro Preto (“procissão de formas reiterativas”), aos da Brasília de hoje (“convenções de repetição”), o que envolve uma “reavaliação dos valores culturais e políticos” (HOLSTON, 1982, p. 159, 161).

No caso da Capital federal, inaugurada a 21 de abril de 1960, o plano-piloto de cidade pública e política é apropriado, em termos de eficácia simbólica, por uma discursividade elitista, rompendo com os potenciais igualitários da forma contemporânea. Assim, Brasília, que em seu processo de construção alia uma gama de operários oriundos dos mais diversos lugares do País (RIBEIRO, 1980), é agora conformadora de espaços de elite. O ideal arquitetônico segmentário e a arquitetura antirrua, porém, conhecem inversões e subversões que podem ser avaliadas em estudos sobre famílias e redes sociais de classe popular nas cidades-satélite, como a pesquisa sobre o valor da honra em Gama (MACHADO, 1986), ou sobre “processos de territorialização e socialização” (BORGES, 2004). Este último estudo, configura experiências de cidadania de residentes na Capital federal.

A rua na cidade, como objeto de olhares interdisciplinares diversos, resulta na produção de *Formas e tempos da cidade* (LIMA; MACHADO, 2007). A rua 20, em Goiânia, é focada por ensaios, fotos, mapas que rastreiam tempos diversos, trajetórias múltiplas na conformação de uma cidade planejada, vivendo no contexto atual os ditames dos processos de especulação imobiliária *versus* esforços de patrimonialização da obra edificada em *art déco*, símbolo da época de pioneirismo da nova capital. Também as ruas da cidade paulistana

imperial (FREHSE, 2005) são analisadas pelos acervos fotográficos e textuais para neles encontrar as marcas da atualidade, como o tempo agitado de transformações urbanas e de ressignificações sociais.

Os territórios urbanos onde pulsa a vida cotidiana

No estudo de doutorado de José G. C. Magnani (1982, 1998), orientado por Ruth Cardoso, são os deslocamentos do antropólogo em diferentes territorialidades que permitem a leitura dos desdobramentos das experiências dos indivíduos e grupos urbanos em uma cidade como São Paulo. Seguindo a linha de reflexão de cultura e ideologia, estuda os fluxos e circuitos sociais urbanos, as formas de reinventar a vida cotidiana. Na periferia, Magnani etnografa as sociabilidades lúdicas, organizadas ou informais, as redes de relações orientadas por códigos morais que demarcam as fronteiras simbólicas que revelam o “pedaço”, aquele lugar que enlaça os de dentro, como o bar da padaria Três Irmãos.

Encarando a periferia pelo circo-teatro como lugar de lazer, Magnani concebe a etnografia como prática de sociabilidade que flui dos circuitos das diversas formas plurais de apropriação do espaço urbano. Estes lugares, semantizados como identidade, compõem a lógica da vivência pública, recheada de relações de reconhecimento da comunidade, não raro com projetos de engajamento, de movimento político, no que se aproxima dos estudos de Maria Lúcia Montes (2010).

Na linha de estudos de antropologia urbana, refina conceitualmente o exercício etnográfico de dentro e de fora, de perto e de longe, para investigar a dinâmica cultural urbana, evidenciada nas coletâneas que organiza com etnografias sobre a metrópole, focando as que tratam de despachos sagrados (SILVA, 1996), de torcidas

de futebol (TOLEDO, 1996), de circuitos de cinemas (ALMEIDA, 1996), de festas, (AMARAL, 1996) entre outros estudos (MAGNANI; TORRES, 1996; MAGNANI; SOUZA, 2007).

O jogo dialético que a etnografia aplica ao lugar urbano acompanha, no trajeto, as novidades da disciplina antropológica. A prática do deslocamento em relação ao e com o outro na cidade promove, na “etnografia de rua”, a reciprocidade cognitiva. O antropólogo, como narrador a caminhar pela cidade (ECKERT; ROCHA, 2003), como um *flâneur*, compreende o evento etnográfico como um jogo da memória criativa (BOLLE, 1994, p. 367), um projeto compartilhado de ação no mundo da vida urbana, aberto a interpretações e ao reconhecimento crítico do percurso analítico (ECKERT; ROCHA, 2000; MACHADO, 2003; RODOLPHO; ROCHA, 2003; MARQUES, 2006b; VEDANA, 2004, 2008).

Representativo da etnografia das ruas, onde pulsa a vida, Hélio R. S. Silva e Cláudia Milito caminham nas áreas centrais do Rio de Janeiro, na interlocução com meninos de rua (SILVA; MILITO, 1995). Novos estilos de relato etnográfico dão diversidade interpretativa à pesquisa e expressam as inovações nas formas de narrar as experiências de campo com atenção à noção de “crítica cultural” (MARCUS; FISCHER, 1999). Hélio Silva constrói uma etnografia dialógica para narrar trajetórias e experiências de prostituição de travestis na Lapa (SILVA, 1993), estilo seguido no estudo dos travestis de Desterro (SC) (OLIVEIRA, 1997).

Com pesquisa etnográfica sobre os sentidos simbólicos do sistema de crenças afro-brasileiros na cidade de São Paulo, Vagner G. da Silva (2000) tece uma rede de interpretações. No Rio de Janeiro, Janice Caiafa (2007), de forma ensaística, desenvolve o tema sobre trânsito e circulação, como uma “aventura das cidades”.

Na interface entre antropologia urbana e antropologia visual, a imagem é evocada para narrar a cidade como o estudo fotográfico no cotidiano dos sapateiros de Franca (TACCA, 1983), a fotoetnografia dos recicladores de lixo na vila Dique, em Porto Alegre (ACHUTTI, 1997), as etnografias hipertextuais sobre a memória coletiva de habitantes de Porto Alegre (DEVOS, 2003, 2007; VEDANA, 2008), ou os vídeos etnográficos sobre grupos sociais na cidade (ROCHA, 1997; PEIXOTO, 2000; ECKERT; ROCHA, 2000; BARBOSA, 2002; MORGADO; SENA, 2007, 2008; SATIKO, 2008, ROCHA, 2008; DEVOS, 2006; DEVOS; VEDANA, 2008).

São estudos classificados de antropologia audiovisual e da imagem, que permitem uma constante interrogação sobre os pontos de vista e de escuta em jogo nas diversas fases de pesquisa. Uma reconfiguração sempre aberta e acessível às diversas comunidades de interesse, ao assistirem aos documentários ou ao verem os ensaios fotográficos.

Os embates políticos no espaço urbano

E quanto às intervenções do Estado no espaço urbano?

A perspectiva de relacionar os processos por meio dos quais as fronteiras simbólicas se formam e reconfiguram a paisagem urbana é tratada com mestria por Antonio Augusto Arantes. Este antropólogo pesquisa as diversas formas de estetizar a vida pública no espaço urbano e indaga, em *Paisagens paulistanas, transformações do espaço público*, sobre os aspectos políticos e culturais de sua produção social (ARANTES, 2000, p. 9). No fluxo das transformações, a política de Estado imprime uma memória oficial no espaço urbano, como mostra o autor em *Produzindo o passado* (Id., 1984), inaugurando uma linha de reflexão crítica *versus* predomínio de aspectos técnicos nas políti-

cas de preservação e tombamento, consolidando uma inter-relação nos estudos antropológicos sobre políticas urbanas e patrimônio cultural em contextos urbanos (RUBINO, 1992; OLIVEIRA, 1998; LEITE, 2001; CORRÊA, 2003; TAMASO, 2007), revelando as “frágeis conquistas democráticas no plano da cultura como política pública no Brasil” (ARANTES, 2000, p. 9).

Seguir o fluxo das cidades brasileiras no seu espírito contemporâneo motiva cada vez mais os antropólogos formados pela geração que fundou a Antropologia Urbana no Brasil a pensar as referências de tempos vividos e ordenados na experiência ordinária dos atores sociais como meio de atribuir significação aos seus atos/pensamentos nas novas cidades brasileiras. Novos espaços urbanos, essencialmente funcionais, emergem nos projetos políticos da Nação. Tema do livro do antropólogo Manuel Ferreira Lima Filho (2001), a construção social do espaço urbano nos projetos militares de Estado está inserida num projeto ideológico de construção de cidades políticas. No estudo, é o trabalho da memória dos antigos expedicionários de Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central, em suas reminiscências, que retraçam a relação com as cidades emergentes na região. Exemplo disso é a construção de Aragarças (GO), interpretada pelo autor como retórica da idealização da Marcha para o Oeste no Estado Novo de 1937 a 1945, que engrena a imagem de conquista e urbanização ao papel dos pioneiros como guardiões do mito fundador (LIMA FILHO, 2001, p. 20-22, 122-130).

A paisagem urbana e os jogos da memória

As contradições do desenvolvimento urbano constituem tema de pesquisas sobre a paisagem urbana. Estudos apontam para as ações de resistência às propostas públicas de reordenação urbana desvin-

culadas das identidades localizadas (SILVEIRA, 2004; FARIAS, 2006; GRABURN et al., 2009; RIAL; GÓDIO, 2006).

Rossana Honorato (1999) relata, na perspectiva dos agentes culturais da cidade de João Pessoa (PB), as reapropriações de uma política urbana com vistas a uma vocação turística idealizada em função dos recursos naturais de sua orla marítima. Rachel Rocha (2007) problematiza, na cidade de Maceió (AL), a ação dos agentes culturais tendo como referência o *habitus* do grupo, marcado pelo “isolamento”, leia-se, pela disjunção entre a ânsia de e a preferência por uma vocação turística que busca amalgamar-se a lógicas internacionais e globais de economia e consumo, em contraste a uma fraca estrutura das instituições locais.

Em Florianópolis, a cidade “turística” em transformação, é palco de estudo de Márcia Fantin (2000). A autora entrevista, por um lado, grupos empresariais, administradores e agentes políticos; por outro, setores ligados a movimentos sociais, atores sociais. Ambos os lados disputam símbolos, identidades e imagens da cidade, opondo ao modelo de “cidade-metrópole” idealizado pelo primeiro grupo o de “cidade-província”. Este último, crítico da “metropolização da Ilha” (FANTIN, 2000, p. 22-23). Estes contrastes já haviam sido assinalados por estudos pioneiros, que haviam identificado lógicas rurais e urbanas que se contrapunham nos processos de formação na Ilha de Florianópolis (BECK, 1979; LAGO, 1983, 1996; RIAL, 1988).

Outro viés de análise compreende as dinâmicas contraditórias que configuram os ritmos temporais e as lógicas espaciais da vida urbana das cidades brasileiras. No estudo sobre memória coletiva, Ana Luiza C. da Rocha (1994) aborda a estética da desordem e da monstruosidade que impregna a imaginação da matéria terrestre. Dando continuidade a esse estudo, ambas desenvolvemos o tema da

cidade como objeto temporal no livro *O tempo e a cidade* (2005). Lançamos o desafio de uma etnografia da duração no estudo da memória coletiva na “cidade habitada”, repleta de narrativas e imagens a ela atribuídas. Numa *démarche objetel*, a cidade se revela aos olhos dos antropólogos nos gestos, olhares e (de seus moradores, nos itinerários, dramas e intrigas vividos por eles, nas formas de sociabilidades e nas linguagens ordinárias da rua, todos descritores dessa topofilia que reenvia às projeções individuais e coletivas dos traços de uma cultura e de uma civilização (ECKERT; ROCHA, 2005, p. 87). A cidade de Porto Alegre é o cenário privilegiado da pesquisa que espelha referenciais culturais em que a vida urbana é analisada para recompor um tempo coletivo.⁴

A polissemia de significados atribuídos aos espaços vividos na relação com as determinações políticas e econômicas em vigência, em territorialidades urbanas, remete a estudos que tratam das dinâmicas do patrimônio e da memória em Salvador, Porto Alegre, Belém, Boa Vista dos Negros etc. (SILVEIRA; CANCELA, 2009). Em Antônio Prado (RS) Lewgoy, (1992); em Porto Alegre, Sant’Ana (1997) e Gutterres (2010) ou, em Espírito Santo do Pinhal (SP), Tamaso (1998), são os conflitos em torno da remoção de vilas e/ou o tombamento de casas que põem em evidência os campos de disputa entre agentes do Estado e moradores. Em Natal (RN) Cavignac (1998), são os migrantes “rumo à cidade” que narram suas motivações de trajetória e enraizamento e, em Belém (PA) (BELTRÃO, 2004), são os tempos do flagelo da cólera que são arranjados na memória social dos paraenses para ordenar suas experiências na cidade.

4 A produção é inserida em um banco de conhecimento informatizado, disponível em www.biev.ufrgs.br.

Usos do espaço e intervenção urbana

O urbanismo como prática política em suas reverberações no espaço social é tema de reflexão que consolida importante colaboração entre pesquisadores brasileiros antropólogos, sociólogos, geógrafos e urbanistas. As metrópoles brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Niterói, Recife, Fortaleza etc., são as arenas de suas investigações. Entre outros, esses debates estão reunidos no livro *As cidades e seus agentes, práticas e representações* (FRÚGOLI, 2006), predominando reflexões sobre políticas públicas para os espaços urbanos.

São Paulo, como metrópole, é assunto para o antropólogo Heitor Frúgoli Jr. (2000), que pesquisa *shopping centers* e formas de sociabilidade. Contrapõe políticas urbanas de “democratização” à privatização do espaço. Parte de trajetórias, conflitos e negociações entre agentes e instituições de poder para abordar o fenômeno de revitalização. Investiga as intervenções na territorialidade central de São Paulo para identificar as políticas que regem os espaços articuladas pelos grupos sociais dominantes (2000, p. 43), sem negligenciar os processos de organização civil no embate à centralidade do poder público na dinâmica urbana.

Os estudos recentes se multiplicam para pôr em foco a política de revitalização em contextos urbanos, apontando para os planos-diretores e os projetos de uso dos espaços públicos. Operando fronteiras simbólicas de segregação, que evidenciam a precária condição de cidadania na metrópole brasileira, pesquisas analisam a política de *gentrification*, que articula formas de elitização de espaços privados e/ou revitalização de espaços públicos, como em Recife (LEITE, 2004), Goiânia (MOURA, 2003), Niterói (LUZ, 2008), São Paulo (TELLES, 2001), Florianópolis (AGOSTINHO, 2008). As formas de apropriação diferenciadas dos espaços públicos nos centros das cidades brasilei-

ras são estudadas em etnografias sobre a diversidade de sociabilidades e usos no centro da cidade (CORADINI, 1992; TRAVASSOS, 1995; CUNEGATTO, 2009; NUNES, 2010), não raro relacionadas aos territórios de circulação de profissionais do sexo, que mapeiam a cidade com “o negócio do desejo” a partir de “etnografias das margens” (PERLONGHER, 1987), de ruas, bares, boates e casas, organizações não-governamentais (ERDMANN, 1981; GASPAR, 1985; MARINHO, 2003; CARDOZO, 2007; SIQUEIRA, 2009; OLIVAR, 2010; CAVILHA, 2010).

Cidade cidadã?

Quando a cidadania não se impõe como valor ideário, um espectro de insegurança urbana, vulnerabilidade e imprevisibilidade penetra a vida cotidiana, como os determinismos sociais que predominam nos contextos urbanos. As múltiplas performances de controle e autoritarismo legitimadas nos jogos de dominação social se dispõem nas proposições analíticas dessas situações-limite de conflito. Nos anos 1990, estudos antropológicos, entre outras áreas de interpretação, passam a tratar dos processos de dilaceramento de indivíduos e grupos sociais no espaço urbano no esforço de desvendar as estratégias e redes de poder que constroem as interações sociais e a prática da cidadania.

A coletânea organizada por Gilberto Velho e Marcos Alvito – *Cidadania e violência* (1996) – reúne, de forma representativa, os pesquisadores que repensam as complexas faces da violência e da criminalidade no contexto contemporâneo brasileiro, debatido pelos participantes do Ciclo de Debates Cidadania e Violência (Copea/UFRJ). Uma violência difusa (MISSE, 2006a, 2006b) é abordada por um campo interdisciplinar, atento aos elementos das microfísicas da violência e do poder (FOUCAULT, 1975, 1995). A sociologia brasilei-

ra conquista um importante campo de interpretação (PAIXÃO, 1993; ADORNO, 1993; SANTOS, 1999; MACHADO da SILVA, 2004) e estabelece rico diálogo com o campo antropológico, atento, sobretudo, aos embates éticos com as populações envolvidas no fenômeno da violência nas cidades.

Os estudos de Alba Zaluar (1994, 1996a, 1996b) trazem as especificidades de situações vividas pelas populações urbanas no convívio cotidiano em espaços constrangidos por índices de violência, tanto quanto abordam os fenômenos de globalização da criminalidade, no caso, “estudo da sociedade criminoso” (ZALUAR, 1996b, p. 54) e “do caráter organizado da criminalidade contemporânea” (Id., 2003, p. 10). A estudiosa inaugura uma importante reflexão crítica sobre os pressupostos causais do binômio criminalidade-pobreza.

Projeto crítico que ganha importante análise nos estudos que apontam para os perigos discriminatórios do senso comum, senso que vincula a pobreza à proliferação de uma violência popular corroborada por um modelo explicativo racionalizante, legitimado pelas políticas de combate à violência no Brasil (KANT de LIMA, 2000; CALDEIRA, 2000; MISSE, 2006a, 2006b). A correlação entre cidadania e exclusão, elucidada por estudos que se aprofundam no cotidiano nas metrópoles, articulam o tema da violência urbana com as formas da vida cotidiana, a cultura e o poder. Hermano Vianna investiga grupos jovens pelo viés dos bailes *funks* (1988) e interpreta a transformação do fenômeno acusado de violento (1996); Sandra Costa (2002) traz a perspectiva de carreiras no âmbito do movimento social juvenil *hip-hop*, com pesquisa na Baixada Fluminense e em São Gonçalo (RJ); Fátima Cechet (2004) realiza uma análise crítica do binômio masculinidade-violência, com um estudo sobre baile *funk* e práticas marciais. São análises que buscam desvendar as dinâmicas internas e

as contradições subjacentes aos processos de criminalização de indivíduos e grupos sociais no Brasil. Estudos como o de Glória Diógenes, com pesquisa de grupos jovens na cidade de Fortaleza (1998), dão a dimensão das experiências de segmentos (gângues) que “catalisam as tensões sociais”.

As diversas faces das violações dos direitos humanos são mapeadas por um profícuo campo investigativo etnográfico e analítico. Marcos Alvito (1996), na favela de Acari, aborda o problema do tráfico e do consumo de droga relacionando-o a questões de honra e hierarquia, o que desvenda a questão dos “poderes paralelos” nas periferias urbanas (LEEDS, 1998). Em Porto Alegre, José Carlos dos Anjos (2006), com a mesma abordagem, põe em foco as práticas cosmopolíticas afro-brasileiras na Vila Mirim; Maria C. Giacomazzi (1997), na Vila Jardim, dimensiona as práticas de sociabilidade sob o prisma do medo. Outras pesquisas recentes investem em uma revisão crítica de conceitos analíticos relacionados aos temas da favela e da pobreza, em cenários cotidianos permeados de violências e estigmas (ZALUAR; ALVITO, 1998; PEREIRA, 2003; PICCOLO, 2006; CUNHA, 1996; CUNHA, 2006; OLIVEIRA, 2009). Os estudos etnográficos em cidades com potencial de risco em face de eventos críticos, como desastres e catástrofes, intempéries climáticas, acidentes ambientais, também apontam para as crises e traumas que vitimam a população (CAMARGO, 2004; RODRIGUES, 2006; LEITE LOPES *et al.*, 2004).

O mundo da política na cidade

Focando o “Estado-nação” como cenário em que podemos desvendar “um repertório simbólico socialmente partilhado” (PEIRANO, 2006a, p. 26), destaca-se a linha de pesquisa de uma “antropologia da política”, que trata “da objetivação de um sujeito político e de uma

consciência política” (GOLDMAN, 2006, p. 204-207). As relações de poder e as eleições partidárias são estratégias de estudo para realizar uma leitura social da política no Brasil à luz da teoria do rito, da “festa política” (MONTES; MEYER, 1985) ou para refletir sobre cidadania e direitos civis (PEIRANO, 2006B; PALMEIRA; BARREIRA, 2006). Etnografias sobre instituições do Estado articulam, no contexto de cidades de diferentes portes, o fenômeno do clientelismo (LANNA, 1995; PALMEIRA; GOLDMAN, 1996, BEZERRA, 2006; BARREIRA, 2006a) e evidenciam fronteiras de significação ambíguas. Com a linha de pesquisa “*Concepções de política e ação sindical*”, Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (UFRJ) promovem “o tempo da política” como eixo interpretativo fundamental para a compreensão da cultura política relacionada à efervescência característica de períodos eleitorais (PALMEIRA, 2006).

Dos anos 1990 em diante, constata-se um acréscimo de estudos antropológicos sobre eleições, relacionando sistemas e redes formais e informais, em uma “antropologia da política” (GOLDMAN, 2006, p. 204), tempo em que a rede de significado “se atualiza publicamente” (KUSCHNIR, 1999, p. 10). São pesquisas apoiadas em cidades brasileiras de diferentes portes, abrangendo a pessoa política e os acontecimentos políticos, em que a perspectiva de ritual se revela majoritária pela qualidade de arranjos e combinações que se configuram nos processos etnografados (CHAVES, 1996; TEIXEIRA; CHAVES, 2004).

Tanto se destacam as pesquisas que reconhecem a dinâmica da monetarização dos processos eleitorais no agenciamento de redes de favores e relações pessoais que orientam as lógicas de poder, impregnados de determinações sociais, de violência e corrupção (BEZERRA, 1995; VILLELA, 2004), quanto se ressaltam estudos sobre “coexistência de múltiplos planos de realidade” (VELHO, 1992,

1999), como o estudo de Karina Kuschnir (2000a, 2000b), que aborda o campo eleitoral na disputa pelo poder local e pelo cotidiano do mandato, e o de Alessandra Barreto (2001) sobre a vida política em um bairro carioca. O comportamento eleitoral, as disputas locais, as motivações de voto situam a dimensão local/nacional de articulações e expressões políticas na cidade-contexto (CASTRO, 1992; MAGALHÃES, 1998; BEZERRA, 2006; CIOCCARI, 2010), revelando personagens que fazem da política profissão, utilizando dispositivos de persuasão como recurso eleitoral para reproduzir seu capital político (LEMENHE, 2006; CORADINI, 2006), práticas confirmadas por estudos sobre linhagens familiares no cenário político de Aracaju (BARREIRA, 2006b) ou em municípios no interior do estado de Pernambuco (MARQUES, 2006a).

Desafios do devir, que olhares? que escutas? que projetos?

A desfamiliarização é a tarefa antropológica de desnaturalizar as diversidades interiorizadas como determinações sociais, em que a cidade é tão somente contexto que desafia a compreensão de ações plurais e múltiplas vozes.

Mistura-se, hoje, nas chamadas linhas de antropologia urbana (sociedade complexa e antropologia da política), a produção de conhecimento das diversas gerações. Os concursos monográficos e audiovisuais promovidos pela Associação Brasileira de Antropologia apontam para um potencial de estudos que, sem perder o foco sobre os constrangimentos éticos e os limites das apropriações políticas do ofício do antropólogo, problematizam a pluralidade de agenciamentos de cidadãos em seus direitos, na interface com as instituições de poder e de Estado (BONETTI, 2001; SCHUCH, 2001; BIONDI, 2006; PIRES, 2006; LEAL, 2008; ALBERT, 2008; ARAÚJO, 2008) ou ousam novos

experimentos para comunicar e promover a circulação, *hors ethos* universitário, de um vasto patrimônio etnográfico na e da cidade brasileira com *performances* (GRAVINA, 2006; AQUINO, 2009), fotoetnografias, (ACHUTTI, 1997), etnofotografias (OLIVEIRA, 2009), etnografias hipertextuais (DEVOS, 2007; VEDANA, 2008; GUTTERRES, 2010), banco de conhecimento informatizado (ROCHA, 2003), historietas, fotos narrativas (GUTERRES, 2003; GRAEF, 2007) e fotografia *pinhole* (BIAZUS, 2006), indicando os caminhos emergentes e seu potencial de estudos antropológicos sobre cidade e política no futuro, não sem antes rastrear as trilhas já percorridas.

CAPÍTULO 2

Etnografia *da e na* cidade, saberes e práticas

Método etnográfico? Técnicas de pesquisa etnográfica

É frequente afirmar que método etnográfico é o que diferencia as formas de construção de conhecimento em antropologia em relação a outros campos de conhecimento das ciências humanas. De fato, ele encontra sua especificidade no âmbito da disciplina antropológica. Compõe-se de técnicas e procedimentos de coleta de dados associados a uma prática do trabalho de campo, a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do(a) pesquisador(a) junto ao grupo social a ser estudado. A prática da pesquisa de campo etnográfica responde a uma demanda científica com origem na inter-relação do(a) pesquisador(a) com o(s) sujeito(s) pesquisado(s),

recorrendo primordialmente a técnicas de pesquisa de observação direta, conversas informais e formais, entrevistas não-diretivas etc. Dos dados coletados, forma o conhecimento antropológico.

Desde já esclarecemos ao (à) aluno(a) de graduação que se trata de um método específico de pesquisa antropológica. Outras ciências sociais a ele recorrem, apesar das técnicas de pesquisa singulares ao método de pesquisa qualitativa. Costuma-se, neste caso, adotar alguns procedimentos técnicos próprios da pesquisa etnográfica, como a observação e as entrevistas, vinculadas agora a outros campos teóricos de interpretação da realidade social diferentes dos da teoria antropológica.

Já o método etnográfico é a base na qual se apoia o edifício da formação de um(a) antropólogo(a). A pesquisa etnográfica, constituída pelo exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir), impõe ao/à pesquisador/a um distanciamento de sua própria cultura para se situar dentro do fenômeno por ele/ela observado em sua participação efetiva nas formas de sociabilidade encontrada na realidade investigada.

Inicialmente, em antropologia, a preparação para o trabalho de campo implica inúmeras etapas. Uma delas é a construção do próprio tema e objeto de pesquisa, desde a adoção de determinados recortes teórico-conceituais do campo disciplinar e suas áreas de conhecimento (Antropologia rural, Antropologia urbana etc.). Não é usual este projeto contemplar hipóteses iniciais de pesquisa, uma vez que estas emergem à medida que a investigação avança no universo a ser pesquisado.

A observação direta

Se o método etnográfico se compõe de inúmeros procedimentos, entre eles levantamento de dados de pesquisa probabilística e quan-

titativa (demografia, morfologia, geografia, genealogia etc.), a observação direta é, sem dúvida, a técnica mais apropriada, seja para investigar os saberes e as práticas na vida social, seja para reconhecer as ações e representações coletivas na vida humana. Ela comporta perceber contrastes sociais, culturais, e históricos. As primeiras inserções no universo de pesquisa, conhecidas como “saídas exploratórias”, são norteadas pelo olhar atento ao contexto e a tudo o que acontece no espaço observado. A curiosidade é logo substituída por indagações sobre como a realidade social se constrói. Esta demanda é habitada por aspectos comparativos que nascem da inserção densa do pesquisador, comprometido em refletir sobre a vida social, desde que disposto a vivenciar a experiência de inter-subjetividade, sabendo-se ao mesmo tempo objeto de observação (LÉVI-STRAUSS, 1974, p. 1 a 36). O(A) aprendiz a antropólogo(a) coteja os aspectos que percebe cada vez mais orientados por questões teórico-conceituais apreendidas já nos primeiros anos do curso de ciências humanas.

Após a elaboração de um projeto sobre tema pertinente ao campo de conhecimento antropológico e orientado por um(a) professor(a), que o iniciará na pesquisa, a primeira atitude do(da) jovem cientista é aproximar-se das pessoas, grupos ou da instituição a estudar para ser aceito e para que lhe seja permitido observar sistematicamente as práticas sociais.

A interação é condição *sine qua non*. Não se trata de um encontro fortuito, mas de uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços sociais vividos cotidianamente, no contexto urbano, rural, indígena, quilombola, em casas, ruas, roça, seja o que for que abranja o mundo público e privado da sociedade em geral.

Logo após o pedido de consentimento por parte dos indivíduos ou das pessoas, ou da concordância institucional, o(a)

pesquisador(a)-observador(a), com sua presença regular, será parte das rotinas do grupo social estudado. Sua técnica consistirá na observação participante. A prática da etnografia se torna mais profunda e constitui a ferramenta de pesquisa dos valores éticos e morais, dos códigos, das emoções, das intenções e das motivações que orientam a conformação de determinada sociedade.

É recorrente afirmar-se que o(a) antropólogo(a) não pode se transformar em nativo(a), nem se integrar ao *ethos* e visão de mundo observados, tanto quanto não pode aderir irrestritamente aos valores de sua própria cultura para interpretar e descrever uma cultura diferente da própria (o que consiste no etnocentrismo), sob pena de não ter as condições epistemológicas necessárias à produção à profissão. O antropólogo brasileiro Roberto DaMatta (1978 e 1981) considera o sentimento de estar-lá e estar-aqui parte das tristezas do(a) antropólogo(a), um eterno desgarrado de sua própria cultura, sempre em busca do encontro com outras culturas. Isto caracteriza a antropologia como ciência da diversidade cultural.

O trabalho de conhecer

A pesquisa de campo etnográfico consiste em estudar o Outro como Alteridade, mas justamente para o conhecer. A observação consiste nesta aprendizagem de olhar para conhecer, e ao fazê-lo, conhecer melhor a si mesmo. Nesta busca é sempre orientado por questões conceituais que aprendeu estudando as teorias sociais. O etnógrafo desenvolve o tempo todo o que o sociólogo francês Pierre Bourdieu definiu como teoria em ato (apud THIOLENT, 1980). A cada percepção que lhe permita refletir conceitualmente, opera o que o filósofo francês Gaston Bachelard ensinou, em sua obra de iniciação “A formação do espírito científico” sobre como vencer obstáculos epistemoló-

gicos imbuídos numa cultura desse tipo. Fascinado pelas generalizações de primeira vista, logo é seduzido pelo que o motiva e supera as armadilhas de explicar o que observa pelo senso comum. Ao recorrer às ideias científicas, pode então ordenar as descobertas em uma lógica inteligente que provoca o conhecimento intelectual sobre o observado, sobre a situação pesquisada, sobre as dinâmicas sociais investigadas. Bachelard ensina que vivemos no campo científico uma ruptura epistemológica (BACHELARD, 1996).

Esta descoberta sobre o Outro é uma relação dialética que implica uma sistemática reciprocidade cognitiva entre o(a) pesquisador(a) e os sujeitos pesquisados.

A acuidade de observar as formas dos fenômenos sociais implica de parte do pesquisador(a) a disposição de se permitir experimentar uma sensibilidade emocional para penetrar nas espessas camadas dos motivos e intenções que conformam as interações humanas, ultrapassando a noção ingênua de que a realidade é mensurável ou visível. Observar, na pesquisa de campo, implica interagir com o Outro, evocando a habilidade de participar das tramas da vida cotidiana, juntamente com o Outro no fluxo dos acontecimentos. Isto exige prestar atenção às regularidades e variações de práticas e atitudes, reconhecer as diversidades e singularidades dos fenômenos sociais para além das suas formas institucionais e definições oficializadas por discursos cuja legitimidade advém das estruturas de poder.

A pesquisa se inicia pela aprovação de um projeto cujas intenções teóricas e categorias antropológicas fundamentem as etapas do desenvolvimento do trabalho de campo sob a orientação de um professor(a)/pesquisador(a) antropólogo(a). Há múltiplas maneiras de se inserir em campo, mas, em sua maioria, as etnografias estreiam com um processo de negociação do(a) antropólogo(a) com

indivíduos e/ou grupos que pretende estudar, transformando-os em parceiros de seus projetos, compartilhando com eles/elas as ideias e intenções da pesquisa. O consentimento implica saber quando e onde ir, com quem e o que falar ou não, como agir diante de situações de conflito e risco etc.

Algumas vezes o(a) antropólogo(a) é “iniciado(a)” no seu trabalho de campo por um dos membros do grupo que investiga. Em geral, o(a) personagem que apoia os primeiros passos no contexto da pesquisa é denominado de “interlocutor principal”, quando não pela carinhosa denominação de padrinho ou madrinha de iniciação. Outras vezes, coloca-se em campo a partir do consentimento de determinada instituição ou organização que ou avalia a pertinência da pesquisa ou desenvolve ações junto ao grupo com o qual pretende trabalhar.

O antropólogo americano William Foote Whyte (2005) fez sua entrada em campo nas ruas da cidade. Buscava aproximar-se dos moradores do quarteirão italiano de um bairro de Boston, Cornerville. Esta aproximação era mediada por um trabalhador que lhe apresentaria Doc, chefe de um grupo de jovens, que o colocaria em contato com seus companheiros, com os quais iria estabelecer uma densa rede de relações no bairro.

A expressão “entrada em campo”, utilizada no exemplo, é evidentemente ambígua. Para o(a) etnógrafo(a), “entrar em campo” significa tanto a permissão formal do “nativo” para ele dispor de seu sistema de crenças e práticas como objeto/tema de produção de conhecimento em antropologia, quanto o momento propriamente dito em que o(a) antropólogo(a) adquire a confiança do(a) nativo(a) e de seu grupo, aceções que, em linguagem técnica, significam, da parte dos observados, que permitem deixar-se observar pelo(a) etnógrafo(a) que, por sua vez, integraria o cotidiano de suas vidas.

A escuta atenta

A entrada em campo sempre comporta uma rede de interações tecidas pelo(a) antropólogo(a) no contato com determinado grupo. Inicialmente, o laborioso trabalho do(a) etnógrafo(a) de passar de uma situação periférica para o interior da vida coletiva deste grupo, e daí, progressivamente, avançando no coração dos dramas sociais vividos por seus membros. Obviamente não de todos, mas daqueles com os quais conseguiu se aproximar em seu trabalho de campo.

A experiência situada é a que orienta a prática da pesquisa em antropologia, que jamais pretende atingir um conhecimento do mundo social a partir da posição que ele/ela ocupa no seu interior. Todo conhecimento produzido e acumulado pelo pensamento antropológico tem origem na experiência singular do/da profissional com a sociedade que investiga.

A inserção no contexto social objetivado pelo(a) pesquisador(a) para o desenvolvimento do seu tema de pesquisa o(a) aproxima cada vez mais dos indivíduos, dos grupos sociais que pertencem a seu universo de pesquisa. Junto a estas pessoas, o(a) pesquisador(a) tece uma comunicação densa, orientada pelas intenções de seu projeto.

A presença se prolonga e o(a) antropólogo(a) participa da vida social que pesquisa, interagindo com as pessoas no espaço cotidiano, compartilhando a experiência à medida que o tempo flui. Esta comunicação se densifica com a aprendizagem da língua do “nativo”, com o reconhecimento dos sotaques ou das gírias, dos significados, dos gestos, das performances e das etiquetas próprias ao grupo, que revelam suas orientações simbólicas e traduzem seus sistemas de valores com os quais pensam o mundo.

Para o antropólogo americano Clifford Geertz (1978), esta inserção é um meio que permite desvendar o tom e a qualidade da

vida cultural, o *ethos* e o *habitus* do grupo, ou seja, interpretar o sistema simbólico que orienta a vida e conforma os valores éticos dos grupos sociais em suas ações e representações acerca de como viver um sistema social. Isto significa estar junto nas situações ordinárias vividas como possibilidade interpretativa dos ditos e não ditos, que constituem parte fundamental das aprendizagens de seu *métier*.

A disposição de escutar o Outro não é tarefa nem evidente nem fácil. Exige um aprendizado a ser conquistado a cada saída de campo, a cada visita para entrevista, a cada experiência de observação. Os constrangimentos enfrentados pelo desconhecimento vão sendo superados pela definição cada vez mais concreta da linha temática a ser colocada como objetivo da comunicação. Diz-se, então, que a prática etnográfica permite interpretar o mundo social aproximando o pesquisador do “estranho” (Outro), tornando-o “familiar” ou, no procedimento inverso, estranhando o familiar, superando o pesquisador suas representações ingênuas, agora substituídas por questões relacionais sobre o universo de pesquisa analisado (DaMATTA, 1978 e VELHO, 1978).

O universo de pesquisa, o contexto estudado

Os jogadores de futebol de várzea, os fiéis de uma determinada casa de religião, os moradores de uma vila de invasão, os habitantes de um cortiço de esquina de um bairro popular, os grupos de travestis e as prostitutas em seus territórios de batalha, os frequentadores de *fast foods*, os doadores de rins, os vendedores de artesanato no mercado de pulgas, os voluntários em uma ONG ativista ambiental, os jovens de classe média que “ficam” numa boate etc., todas estas redes sociais têm sua forma própria de pertencer e viver, construindo realidades culturais próprias.

A escolha do tema de pesquisa leva a optar pela inserção em um contexto social específico que responde à demanda intelectual do(a) antropólogo(a). Questões iniciais, dificuldades ou impedimentos são levados na conta de condições sociais concretas para a reciprocidade almejada. As pessoas devem estar cientes, sobretudo, da intenção do/a pesquisador/a; aliás, a pesquisa só é possível com a disponibilidade e cumplicidade dos integrantes do contexto objeto de estudo.

Este lugar não é desprovido de sentidos nem simplesmente neutro. Cada acontecimento está vinculado ao contexto social em que a ação humana é desenvolvida.

O esforço de construir este cenário social é, então, fundamental em toda monografia para que os futuros leitores possam compartilhar dos matizes que orientaram os procedimentos sociais nos atos interativos, bem como ter o mínimo de dados sobre as disposições sociais em jogo nas interações cotidianas. O contexto é elaborado a partir de dados observados, dos estudos históricos, da revisão bibliográfica de pesquisas já desenvolvidas sobre o tema, da análise de discursos e de documentos históricos, do estudo de imagens produzidas, enfim, de uma gama de dados empíricos e conceituais coletados e interpretados pelo saber arqueológico de reconstruir o universo social pesquisado.

O exercício da escrita e a *ipseidade*

A cada investida “em campo”, o(a) etnógrafo(a) segue o modelo clássico fundado pelos primeiros antropólogos que se aventuraram em viagens para conhecer os povos à época considerados exóticos, simples e distantes. Trata-se do registro escrito em notas, diários ou relatos das experiências observadas ou escutadas no cotidiano da investigação.

O que se escreve? Recorremos aqui ao famoso antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro (2006), que responde de forma muito simples, "*Meus diários são anotações que fiz dia a dia, lá nas aldeias, do que via, do que me acontecia e do que os índios me diziam.*"

O ato de anotar define a capacidade de recriar as formas culturais que tais fenômenos adotam e permite exercitar a habilidade de lhes dar vida novamente, agora na forma escrita, com base em uma estrutura narrativa. Eis alguns pontos comuns entre o método etnográfico e o romance, os de aproximação entre antropologia e literatura.

O antropólogo brasileiro Roberto Cardoso de Oliveira recorre a uma expressão em inglês para definir esta experiência de escrever sobre a experiência de observar o Outro e o escutar, *Semantical Gap*. Isto quer dizer que o(a) antropólogo(a) vivencia seja a interação face a face, seja o ato de refletir sobre a experiência, o momento de descoberta do Outro, mas não deixa de "refletir", ou seja, de fazer um retorno a si mesmo porque ele também se redescobre no Outro. O(a) antropólogo(a) reconhece, ao se relacionar à pesquisa de campo, uma diferença, uma separação de valor, um abismo entre os valores compreendidos na premissa de estranhar o Outro e o relativismo cultural.

Este momento é uma experiência única e intransferível. Uma busca de conhecimento orientada por conceitos de um campo semântico da teoria antropológica que nos estimula a questões anti-etnocêntricas, quer dizer, de não fazer com que os juízos de valor da sociedade do(a) próprio(a) pesquisador(a) influenciem seu olhar sobre o Outro.

Para muitos, uma mescla entre arte e ciência, o método etnográfico se conforma num processo lento, longo e trabalhoso de acesso às inúmeras camadas interpretativas da vida social, e que conforma os fenômenos culturais tanto quanto num laborioso procedi-

mento de reapresentação das formas culturais pelas quais tal vida social se apresenta a seus protagonistas.

A antropóloga americana Margareth Mead (1979), em um artigo célebre, já havia pontuado entre seus colegas que uma das peculiaridades da antropologia, desde suas origens, é a de ser uma disciplina de palavras. Ao desenvolver seu argumento, revelava que a prática etnográfica se traduz na memorização de acontecimentos orais complexos (cerimônias, conversas, relatos, comentários, interações verbais etc.) que necessitam ser registrados, classificados, correlacionados, comparados e, logo após, retomados pelo etnógrafo na forma de estudos monográficos, valendo-se dos conceitos teóricos e metodológicos do seu campo disciplinar e não dos do “nativo”. Todo(a) etnógrafo(a) é, por assim dizer, um(a) escriba.

Para muitos cientistas sociais, a sua formação no ofício de etnógrafo passa pelo espinhoso processo da escrita de uma monografia, ou seja, por um estudo pontual e denso sobre uma prática cultural qualquer, devendo conseguir transpor para a escrita a experiência feita com o grupo pesquisado. O sofrimento da escrita para o aprendiz de etnógrafo(a) é mais complexa quanto mais ele/ela se dedicar ao estudo de práticas de contextos culturais fortemente marcados pela oralidade na forma de se exprimir, caso dos estudos de contos e lendas do folclore popular, de cantos e mitos em sociedades indígenas ou tribais.

A prática da etnografia traz hoje para o campo do debate as questões da restituição etnológica, isto é, o retorno das informações e dados que o(a) etnógrafo(a) deles retirou quando de sua estadia junto ao grupo. Esta foi, sem dúvida, uma das grandes contribuições dos antropólogos americanos, que reivindicam uma antropologia pós-moderna. Eles se preocuparam fortemente com questões como

autoridade etnográfica dos escritos dos antropólogos e o lugar de autor no momento de oferecer à comunidade dos antropólogos suas interpretações a respeito da cultura do Outro, produção de estudos monográficos que apresentam dados, situações, acontecimentos da vida cotidiana do “nativo” cuja natureza é diferente daquela dos dados obtidos no trabalho de campo.

Não cabe aqui discutir, mas vale lembrar que a prática da escrita em antropologia, assim como o trabalho de edição, revisão e editoração, representam um rito de passagem importante na formação de um antropólogo, precisamente pela forma como a linguagem escrita permite ao acervo científico dar conta da natureza do construto intelectual que orienta a representação etnográfica.

Importante é ressaltar que o trabalho de escrita etnográfica, tal como aparece nos estudos monográficos clássicos, foi, obviamente, concebido, geralmente com o apoio de casas de edições interessadas na venda de tais monografias sob a forma de livros. A leitura dos clássicos, encontrados no espaço livresco, não pode ignorar que a realização de um trabalho etnográfico não dispensa a prática de um dispositivo de pensamento especulativo preliminar em que a escrita exploratória e ensaística é fundamental para seu processo de pensar o próprio pensamento. A organização do trabalho de campo em fases bem precisas, totalmente esquemáticas (preparação, coleta de dados, análise dos dados e escrita final do estudo monográfico, dissertação ou tese) é, neste sentido, uma ilusão criada pelo espaço livresco, por onde circulam as etnográficas clássicas do pensamento antropológico e ao qual todo(a) aprendiz de etnógrafo(a) precisa ter acesso.

A escrita etnográfica, desde a contribuição de Clifford Geertz (*O antropólogo como autor*), de James Clifford (*A experiência etnográfica*),

fica) e de Paul Rabinow (*Antropologia da razão*), supõe atualmente a pesquisa com novas formas de escritas etnográficas para acomodar as questões controversas da restituição etnológica da palavra do Outro.

Conhecer a trajetória da antropologia como campo de ideias disciplinares

A prática do método etnográfico é acompanhada pelo estudo sistemático da construção do campo da disciplina antropológica. Este procedimento permite compreender as disposições intelectuais e ideológicas da trajetória do método antropológico no qual o pesquisador se engaja. Faz parte de um dos processos de formação que um aluno do curso de ciências sociais necessita apreender para se formar na prática de investigação crítica que delimita a produção de conhecimento em antropologia, na sua relação com os demais campos das ditas “sociais”.

Foi evidentemente o encontro/confronto do cientista social com as sociedades não-europeias que deu origem a este modo de conhecimento particular, elaborado em base à técnica da observação rigorosa, contínua e regular, da vida social do investigado nas formas da vida social que pretendia estudar. Procurava impregnar-se, lenta e sistematicamente, dos grupos humanos com os quais mantinha, então, estreita troca e interação. Nas palavras do antropólogo alemão Franz Boas,

Qualquer um que tenha vivido entre as tribos primitivas, compartilhado suas alegrias e seus sofrimentos, que tenha conhecido com eles seus momentos de provação e abundância, e que não os encaem como simples objetos de pesquisa examinados como célula num microscópio, mas que os observe como seres humanos sensíveis e inteligentes que são, admitiria que eles nada possuem de

um “espírito primitivo, de um “pensamento mágico” ou “pré-lógico” e que cada indivíduo no interior de uma sociedade “primitiva” é um homem, uma mulher ou uma criança da mesma espécie, possuindo uma mesma forma de pensar, sentir e agir que um homem, uma mulher ou uma criança de nossa própria sociedade (BOAS, 2003, p. 32).

Bronislaw Malinowski e Franz Boas foram os pais-fundadores deste método ao explorar a distância que separava suas sociedades das por eles investigadas. Suas obras, *Os argonautas do pacífico ocidental* e *A alma primitiva*, respectivamente, são exemplos da experiência de alteridade na elaboração da experiência etnográfica, tão necessária à formação de um antropólogo, mesmo nos dias de hoje. Diz o antropólogo polonês, posteriormente naturalizado inglês,

Se um homem embarca em uma expedição decidido a provar certas hipóteses e se mostra incapaz de modificar sem cessar seus pontos de vistas e de abandoná-los em razão de testemunhos, inútil dizer que seu trabalho não terá valor algum (MALINOWSKI, 1976, p. 65)

Estranhamento e relativização foram conceitos cunhados na tradição do pensamento antropológico na tentativa de dar conta dos processos de transformação do olhar o Outro, o diferente, desde os deslocamentos necessários do olhar do(a) antropólogo(a) sobre si mesmo e sua cultura, o igual.

A antropologia dos mestres-fundadores foi, assim, no campo das ciências sociais, responsável por uma revolução epistemológica. Conseguiram-no, os mestres, pela forma como a pesquisa etnográfica, tendo como fundamento o trabalho de campo junto às sociedades ditas primitivas, afetaria as formas das ciências sociais, produzir conhecimento ao longo do século 20 conquistando vigor metodológico na investigação antropológica nas modernas sociedades complexas.

A etnografia, como método de investigação das modernas sociedades complexas, influenciou as formas de fazer pesquisa entre os sociólogos da Escola de Chicago. Este grupo de americanos e europeus tinha por interesse comum, nos anos 30 do século 20, desenvolver método e conceitos pertinentes para tratar do fenômeno urbano e industrial. Suas descobertas para compreender a sociedade moderna amplificaram seus efeitos nos questionamentos no campo da pesquisa em ciências sociais pela forma como a etnometodologia encontrou nos estudos clássicos dos antropólogos sua fonte de inspiração para o estudo microscópico das formas de vida social de nossas próprias sociedades na cultura ocidental, urbano-industrial.

No início do século 20, principalmente após as crises dos anos 1930, eram inúmeros os cientistas sociais que participavam de instituições públicas ou privadas que tinham por centro de suas ações o trabalho com grupos e/ou indivíduos que viviam em situação de crise social. Muitos destes cientistas fizeram destas experiências seu tema e objeto de teses em universidades, efetuando a passagem da participação para a observação das situações vividas por tais indivíduos e/ou grupos, numa tentativa de agrupá-los num mesmo procedimento metodológico.

A etnometodologia foi, neste caso, fundamental para que a pesquisa no campo das ciências sociais migrasse de procedimentos e técnicas de pesquisa influenciadas por uma sociologia funcionalista, ou positivista, para uma microssociologia com grande influência do método etnográfico, em antropologia. Um exemplo paradigmático é a referida escola (de Chicago) que influenciou grandemente os estudos antropológicos em sociedades complexas, em especial orientando para a análise das práticas culturais no contexto da vida social nos grandes centros urbanos. Reunindo esta experiência ao método et-

nográfico, a área de conhecimento da antropologia inovou em suas formas de pesquisar os fenômenos sociais nas modernas sociedades urbano-industriais, propondo o conceito de relativização como inerente à pesquisa em ciências sociais, resultante do jogo polêmico entre participação e distanciamento do pesquisador em relação ao seu território de pesquisa.

Outra forma de produzir conhecimento em ciências sociais se expande desde aí, tendo como foco o tema das necessárias rupturas epistemológicas, conforme Pierre Bourdieu (1999). Para o sociólogo francês, tal pesquisa necessita contemplar o sentido reflexivo da trajetória dos conceitos e teorias produzidos, superando a força e a qualidade heurística das ditas ciências duras. A apresentação do mundo subjetivo do pesquisador como parte integrante dos procedimentos científicos de objetivação à pesquisa do mundo social e não como impedimentos à sua realização encontram na história das técnicas de pesquisa em antropologia uma fonte de inspiração.

Aprender a etnografia lendo etnografias

A pergunta do(a) aluno(a) ao professor(a) antropólogo(a) é frequente, “como posso aprender a fazer uma boa etnografia? Existe algum modelo que possas me sugerir? Tenho pressa”.

O(a) professor(a) antropólogo(a) sempre responde da mesma forma, Não existe nenhuma “receita de bolo” pronta ou “cursinho Walita”¹ a seguir. Você pode começar por ler o *Manual etnográfico* de Marcel Mauss, ou os vários livros que sistematizam as técnicas de pesquisa etnográfica. Mas somente lendo boas etnografias, diários, crônicas de viajantes, boa literatura, laudos de pesquisa, relatos de

1 *Cursinho Walita* resultou de uma publicidade da venda de liquidificadores Walita que sugeriam receitas de culinária rapidamente elaboradas com o uso do aparelho.

campo, somados ao estudo sistemático de abordagens teóricas, é que você conseguirá passar pelo processo de formação epistemológica na experiência etnográfica.

O(a) aluno(a), conformado(a) de que a pressa não adiantará de nada, entenderá que a prática da etnografia se baseia nesta disponibilidade de pesquisar a partir de um método que o(a) coloque no encontro direto com os indivíduos e/ou grupos em situações de vida ordinárias.

Lendo os chamados clássicos da etnografia, o(a) aprendiz entenderá o que significa para o(a) etnógrafo(a) misturar-se no seio de um grupo social, colocando-se em perspectiva a partir de conversas, de diálogos que nascem das interações sempre na expectativa de compreender as intenções e motivações que orientam as ações dos Outros e as suas. Desvenda, aos poucos, os acontecimentos (rituais, cerimônias, eventos, conflitos, solidariedades etc.) particulares, interpretando os sentidos neles contidos. Pela leitura das etnografias, o(a) pesquisador(a) vai participando cada vez mais de uma comunidade de comunicação que compartilha de um estilo de produção do conhecimento, sempre orientado(a) por interrogações e inquietações de seu tema e objeto de pesquisa, o que está se passando naquele momento em que um determinado acontecimento está ocorrendo? Quem faz o quê nestas situações? Quem é quem na ordem destes acontecimentos? Quais as razões de tudo aquilo se passar da forma como está se passando? Quais as razões das coisas serem como são?

Baseado no aprendizado da leitura etnográfica, o(a) pesquisador(a) supera este “mal necessário” e se capacita a levantar questões mais pontuais sobre a vida das pessoas e dos grupos com quem está dialogando, convidando-os a pensar sobre o sentido de suas práticas cotidianas. Neste diálogo, transforma os acontecimen-

tos ordinários da vida dos indivíduos e/ou dos grupos com os quais interage em evento extraordinário, promovendo entre eles o desafio de refletir conjuntamente sobre si mesmos.

As implicações de ser etnógrafo, a vigilância epistemológica

O método etnográfico se define pelas técnicas de entrevista e observação participante, complementares aos procedimentos importantes para que o cientista possa adequar suas preocupações estritamente acadêmicas e academicistas à trama interior da vida social que investiga, que é uma das razões pelas quais na etnografia a entrevista compreende desde a elaboração da estrutura de um roteiro de inquietações do(a) pesquisador(a), até as situações subjetivas presentes no encontro etnográfico, devendo, para isso, ser suficientemente flexível para as necessárias adequações.

A preocupação desmedida do(a) pesquisador(a) com a estrutura de uma entrevista dirigida, transformada quase em questionário, e sua insistência no distanciamento do entrevistado e das situações de vida ordinária pode, em antropologia, conduzir o etnógrafo ao desencontro etnográfico, e até mesmo ao desconforto do desinteresse por parte do grupo de investigação.

Ao contrário, as relações de reciprocidade, mesmo que oscilantes em dias de pesquisa, alguns mais produtivos e outros menos – permeados de dificuldades de toda ordem (o informante que “deu bolo”, a desconfiança de um entrevistado sobre a fidelidade de suas concepções etc.), sugerem para as entrevistas um formato mais livre, aberto, semi-guiado, com receptividade para trocas mútuas de conhecimento.

Além destas duas técnicas associadas ao método etnográfico, existe outra, de extrema importância para todo antropólogo(a),

a técnica da escrita do diário de campo. Após cada mergulho no trabalho, retornando ao seu cotidiano, o profissional necessita proceder ao registro escrito de seus diários de campo. Os diários íntimos dos antropólogos trazem farta bibliografia sobre os medos, receios, preconceitos, dúvidas e perturbações que os moveram numa cultura com relação à compreensão da sociedade por eles investigada. Trata-se de anotações diárias do que o(a) antropólogo(a) vê e ouve entre as pessoas com que compartilha um certo tempo de suas vidas cotidianas. Os diários de campo, entretanto, não servem apenas como instrumento de “passar a limpo” todas as situações, fatos e acontecimentos vividos no transcurso de um dia compartilhado com uma família moradora de uma vila popular, com quem passou um tempo para pesquisar o tema da violência urbana. Trata-se de um espaço fundamental para ele/ela arranjar o encadeamento de suas ações futuras em campo, fazendo uma avaliação das incorreções e imperfeições ocorridas no trabalho de campo, das dúvidas conceituais e sobre procedimento ético. Um espaço para avaliar sua própria conduta em campo, seus deslizes e acertos junto às pessoas e/ou grupos pesquisados, numa constante vigilância epistemológica.

O diário de campo não é, evidentemente, algo que possa ser escrito ao mesmo tempo em que o profissional e o pesquisado compartilham suas vidas, no dia-a-dia! Ele resulta de outro instrumento, o caderno de notas. É no caderno de notas de campo que se costuma registrar os dados, gráficos e anotações que resultam do convívio participante e da observação atenta do universo social em que o profissional está inserido e pretende investigar. É o espaço em que se situam o aspecto pessoal e intransferível de sua experiência direta, os problemas de relações com o grupo pesquisado, as dificuldades de acesso a determinados temas e assuntos nas entrevistas e conversas

realizadas ou, ainda, as indicações de formas de superação dos limites e conflitos por ele vividos.

O caderno de notas e o diário de campo são instrumento de transposição de relatos orais e falas obtidos na inserção direta do(a) pesquisador(a) na vida social por ele/ela observados. Muitos destes cadernos e diários, com seus dados ainda brutos, conduziram os antropólogos ao estudo e à pesquisa, por exemplo, das gramáticas e vocabulários que constituem os diferentes dialetos de uma mesma língua falados pelas sociedades pesquisadas, das genealogias de parentesco que organizam seu corpo social, os mitos e rituais que vivificam o sentido coletivo de suas vidas etc.

Nos termos de Roberto Cardoso de Oliveira (2000), ver, ouvir e escrever como parte integrante da prática da etnografia não se limita a ações simples, mas gira em torno das implicações do pesquisador com a pesquisa, uma vez que ela repousa sobre a qualidade e densidade de suas trocas sociais com a dos grupos com os quais compartilha as experiências.

O resultado de um trabalho de campo se mede pela forma como o(a) autor/a reflete sobre si mesmo na experiência. A confrontação pessoal com o desconhecido, o contraditório, o obscuro e o confuso no interior de si-mesmo é uma das razões que conduzem inúmeros autores a considerar a etnografia uma das práticas de pesquisa mais intensas nas ciências sociais. Não raro, os diários são hoje publicados ou revistos para publicação pelos(as) próprios(as) antropólogos(as), como é o caso de *Os diários e suas margens, viagem aos territórios Terêna e Tükúna*, de Roberto Cardoso de Oliveira, em uma clara intenção de devolver a obra escrita e fotografada aos povos indígenas, hoje em crescente índice de alfabetização e tomados agora como leitores potenciais de sua própria história registrada e

relatada pelo antropólogo (CARDOSO de OLIVEIRA, 2002, p. 13).

Esta crescente circularidade das produções etnográficas, elaboradas no âmbito acadêmico para contextos além-muros universitários, consiste numa perspectiva de democratização e compartilhamento político do trabalho de pensar o mundo social. Como esclarece o antropólogo americano Marshall Sahlins,

Agora, duzentos anos mais tarde, uma marcada consciência de “cultura” está reaparecendo no mundo todo entre as vítimas atuais e passadas da dominação ocidental – é como expressão de exigências políticas e existenciais semelhantes. Esse culturalismo, tal como foi chamado, está entre os mais surpreendentes, e talvez mais significativos fenômenos da história do mundo moderno (SAHLINS, 2001, p. 28)

A tendência monográfica e a grafia da luz

A pesquisa elaborada no suporte escrito segue a tendência monográfica que tem por projeto acadêmico divulgar e circular a descrição da experiência.

A prática da escrita tem sido o espaço da produção intelectual do etnógrafo por excelência. Artigos, ensaios, livros, teses e dissertações ou trabalhos monográficos têm sido a forma adotada para a expressão final de um trabalho de campo com base no método etnográfico, a ser reconhecido pelos pares do mundo acadêmico.

Entretanto, assiste-se, ao longo do último século, uma re-orientação desta tendência no sentido de agregar a ela a produção de etnografias com o uso de recursos audiovisuais, caso de Bronislaw Malinowski, que adotou a câmera fotográfica entre os trombriandenses, e por Margaret Mead e Gregoire Bateson entre os balineses, para citar apenas alguns entre outros antropólogos(as) que produziram imagens nas experiências de campo nos primeiros cinquenta anos do século 20.

O antropólogo visual australiano David MacDougall (2006) reflete sobre as questões que decorrem do uso do método na pesquisa em ciências sociais. Ele afirma que a produção textual de etnografias tem seus limites expressos no fato de que a linguagem escrita representa as diferenças culturais sob uma forma esquemática, em detrimento da concretude da experiência traduzida, por exemplo, pela via da fotografia e do filme. Na produção textual, segundo o autor, o “nativo” se deixa ver pela mão do etnógrafo de um ponto de vista generalizante, abstrato e normativo, que é o que revela a palavra escrita no “desespero” de traduzir formas e fenômenos vividos em campo.

Outro fator determinante da escrita é que, à medida que o texto circula e é reinterpretado pelo ato da leitura, os dados etnográficos se depositam na forma de uma produção textual e se tornam pouco a pouco independentes do contexto original de enunciação, pois são reinterpretados desde outros lugares e contextos de leituras.

Estas questões sobre as modalidades do pensamento antropológico de escrever e tecer suas interpretações sobre a cultura “nativa” são fundamentais para o avanço dos procedimentos e técnicas dos recursos audiovisuais na prática da pesquisa de campo em Antropologia nos últimos 30 anos. Se, antes, a expressão figurativa do Outro poderia ser vista negativamente, porque congelava a cultura do nativo e o próprio nativo numa imagem determinada, alusiva apenas a um momento de sua vida compartilhada com o etnógrafo que o havia fotografado e filmado durante o trabalho de campo, hoje, este mesmo traço figurativo já se coloca de outra forma, sob o olhar de uma tradição interpretativa em antropologia que, longe da ingenuidade positivista, não atribui à imagem técnica o estatuto de duplo ou cópia do real.

Acumuladas ao longo dos anos nos acervos pessoais dos antropólogos ou nos arquivos institucionais, as imagens visuais e sono-

ras captadas e registradas do nativo e de sua cultura durante os vários momentos do trabalho de campo permitem justamente avaliar o grau de impacto da presença do etnógrafo entre a população por ele estudada.

Para David MacDougall (2006), o caráter figurativo da imagem fotográfica e fílmica (hoje cada vez mais videográfica), ao tempo em que permite, a quem a manipula, pensar nas semelhanças e diferenças entre ele e a cultura retratada na imagem, conduz a uma reflexão sobre a passagem do tempo do qual estas imagens resultam.

Cada imagem captada pelo antropólogo se soma à sua coleção etnográfica. Coletadas como dados etnográficos, as imagens interpretadas são narradas como fatos. Em seus traços figurativos, podem-se conceber as pistas que desvendam os gestos e motivações simbólicas que orientaram sua preferência por um tipo de composição/representação do nativo em vez / de outra.

Etnografia e novas tecnologias

Até recentemente, o leitor era orientado a ler na interface de um livro ou a olhar as imagens ilustrativas anexas para conhecer a experiência etnográfica e compartilhar do potencial analítico conceitual do(a) antropólogo(a) em sua objetividade científica. Após os aprendizados com a interface da fotografia e do cinema, é na era da linguagem (texto) eletrônicas que se renova o desafio da metamorfose da escrita etnográfica. Neste contexto, o “clique aqui” é o convite a um contrato de trocas complexas e efêmeras, que colocam *autrement* o ato sempre possível da interatividade entre o pesquisador e os sujeitos da interpretação.

Vale ressaltar que uma das últimas fronteiras, hoje, é a produção de novas escritas com base no contexto enunciativo, consti-

tuído das novas textualidades eletrônicas e digitais. Uma antropologia do ou no *cyberspace* é atualmente uma das formas possíveis de expressão do trabalho de campo em antropologia, mantido o método clássico em ambientes virtuais, o que tem gerado uma reflexão cada vez maior em torno do processo de desterritorialização da representação e a desmaterialização do texto etnográfico no âmbito das ciências sociais.

O processo de desencaixe espaço-tempo que as novas tecnologias da informática têm proposto à memória no corpo da sociedade contemporânea, ao configurar as relações entre homem e cosmos em redes mundiais de comunicação, provocou nas ciências humanas a necessidade de se aprofundarem novas formas de entendimento das estruturas espaço-temporais que conformam a magia dos mundos virtuais.

Para enfrentar esse e outros desafios, o que se impõe, cada vez mais, é a relevância não apenas de refletir sobre as diferentes modalidades de tecnologias de pensamento (oralidade, escrita, redes digitais) empregadas pelas sociedades humanas para liberar a memória de seu suporte material (seguimos aqui Leroi-Gourhan, 1964), até atingir sua expressão recente em redes eletrônicas e digitais, mas, principalmente, de indagar a respeito das operações e proposições por meio das quais as ciências humanas enfrentaram, até o momento, o conhecimento da matéria do tempo e suas cadeias operatórias.

Importa, aqui, tratar da cultura da tela (ECKERT; ROCHA, 2005) e da civilização da imagem (DURAND, 1980) como novas formas de reorganização dos saberes que suportes mais tradicionais disponibilizam, transfigurando seu sentido original e atribuindo-lhes uma significação mais móvel, plural e instável pelo caráter granular atribuído a todos eles.

Pode-se pensar na possibilidade de uma etnografia hipertextual (ECKERT; ROCHA, 2005) com base numa retórica mais aberta, dinâmica, fluida, de disponibilização dos dados etnográficos em *web*, tanto para o pesquisador quanto para sua comunidade linguística, o que supõe uma alteração na forma como até então as ciências sociais vinham produzindo conhecimento.

Conclusões

Os fundamentos da prática etnográfica, portanto, apontam para o papel que assume o pesquisador da área das ciências sociais na sua investigação da vida social no coração dela, uma questão que se tornou central, principalmente nos anos 50 e 60 do século 20, mais particularmente quando o objeto da Antropologia migra das sociedades ditas primitivas para as sociedades dos próprios antropólogos. Seu papel diante de coisas e pessoas por ele pesquisadas, seu grau de envolvimento, sua forma de participação no transcurso dos processos da vida social que se modificam e transformam no tempo e no espaço, configura-se na própria delimitação do trabalho de campo segundo a situação que nela ocupa o pesquisador em relação ao fenômeno etnografado.

Em antropologia, a dissimulação do(a) etnógrafo(a) (sua profissão, seus objetivos, suas intenções etc.) em relação ao grupo a ser pesquisado desencadeia inconvenientes de ordem ético-moral já debatidos pela comunidade de pesquisadores que tendem a rejeitar a situação em que ele esconde suas verdadeiras intenções em campo. Sua figura, travestida de nativo, é, portanto, rara na prática do método etnográfico, por colocar em risco precisamente o pacto de confiança e cumplicidade com o grupo que investiga, com o conseqüente comprometimento da natureza dos dados por ele obtidos.

O método etnográfico opera precisamente com esta distensão infinita do(a) antropólogo(a) diante de si e do outro, pois é neste vazio de sentido que brota sua reflexão sobre as culturas e sociedades humanas.

Importa frisar que a duração de uma etnografia não é a mesma da duração da temporalidade do próprio fenômeno social e cultural investigado. Desde suas origens, a prática do trabalho de campo em antropologia se confronta com situações de extrema complexidade, nem sequer imaginadas por seus pais-fundadores. Cada vez mais investigando os fenômenos de sua sociedade, o(a) antropólogo(a), ao usar o método etnográfico, se defronta com difíceis questões ético-morais no delineamento de suas relações com as pessoas e/ou grupos sociais por ele pesquisados.

Neste sentido, a prática da etnografia no mundo pós-colonial desdobrou-se em importantes debates sobre o lugar do(a) profissional e das ciências sociais no âmbito, por exemplo, das lutas pelos direitos humanos e dos direitos sexuais no mundo contemporâneo. Esta complexidade decorre da interdependência que une hoje ofício e formas de vida dos interlocutores, em que muitas vezes o cientista se vê constrangido a participar das atividades de luta de defesa das suas culturas.

Se antes o ato de participar que configurava a técnica da observação participante não trazia consigo o engajamento do(a) antropólogo(a) nas mudanças das formas de ser da cultura nativa, hoje, o método etnográfico não pode ignorar que seu próprio trabalho de campo provoque intervenções ou se possa simplesmente omitir, a ponto de ser um fator de transformação da cultura do “nativo”.

Inúmeras vezes acusada de produzir um conhecimento insípido e inodoro das sociedades humanas, pela forma inicial com que

advogava a necessidade do(a) antropólogo(a) de manter em campo certa distância do fenômeno observado, tendo em vista suas preocupações com o rigor científico, a tradição etnográfica se transformou lentamente em expressão de uma forma de produção de conhecimento engajada e, por vezes, até mesmo militante. Com o passar das décadas, em fins do século 20, situados na defensiva frente a um modelo positivista ou à radicalidade de um modelo militante nas formas de aplicar o método etnográfico, alguns antropólogos, inspirados numa tradição interpretativista, re-orientam para as tensões entre participação e distanciamento como inerentes à condição do tradicional ato de “etnografar” as culturas nas mais diversas sociedades.

Mais ou menos participante, o debate em torno das tipologias da técnica da observação participante que orienta o método etnográfico e os variados graus de implicações do(a) antropólogo(a) com o grupo pesquisado (até se chegar à controvérsia da pesquisa-ação ou da pesquisa participante) fez avançar a própria importância deste método na formação de um cientista social no campo da produção do conhecimento antropológico. O que qualifica a etnografia como uma forma fundamental de construir conhecimentos sociais é justamente sua abertura ao mundo das interações sociais e culturais que unem o pesquisador às culturas e sociedades por ele investigadas. Isto pode ser traduzido algumas perguntas que, embora cruciais, não garantem uma resposta única. A primeira questão talvez seja, como conciliar a necessidade metodológica do pesquisador se essa metodologia implica, por um lado, imiscuir-se na vida cotidiana de um grupo humano, e, por outro, se do envolvimento do(a) pesquisador(a) decorre a forma da vida humana que ele configura? Como evitar tornarmo-nos nós mesmos «nativos” ou de transformar os “nativos” em nós?

A ruptura com o senso comum é hoje, sem dúvida, uma questão que provoca verdadeira vertigem entre os cientistas sociais, se pensarmos que neste “senso comum” estão as suas próprias produções teóricas e conceituais. Na figuração de um tempo pós-colonial, o Outro, o Diferente, é ameaçado de se tornar o Mesmo, o igual, e isto pelas mãos dos próprios etnógrafos ou dos “nativos” transformados em antropólogos imbuídos da invenção ocidental da figura do “nativo” universal.

Segundo Sahlins (2001), no desencaixe espaço-temporal do mundo pós-colonial, no encurtamento das distâncias entre o pesquisador e sua produção no “olho do furacão” das guerras e disputas entre povos e culturas em busca de seus destinos, o apelo moral da noção de nativo universal e da privação que ela impõe às possibilidades de compreensão da experiência nativa, fora de suas particularidades ou pressupostos culturais, como sugere a teoria perspectivista, tornou-se hoje outro dos grandes desafios da preservação do método etnográfico no campo das pesquisas sociais.

A prática tem por desafio compreender e interpretar tais transformações da realidade de seu interior. Mas sabemos também que toda produção de conhecimento circunscreve o trajeto humano. Assim, o ofício de etnógrafo pela observação participante, pela entrevista não-diretiva, pelo diário de campo, pela técnica da descrição etnográfica, entre outros, coloca o(a) cientista social diante do compromisso de ampliar as possibilidades de re-conhecimento das diversas formas de participação e construção da vida social.

CAPÍTULO 3

Narrativas imagéticas

Imagens para guardar na memória: o Bairro Cristal na trama das transformações urbanas

Autora Fernanda Rechenberg

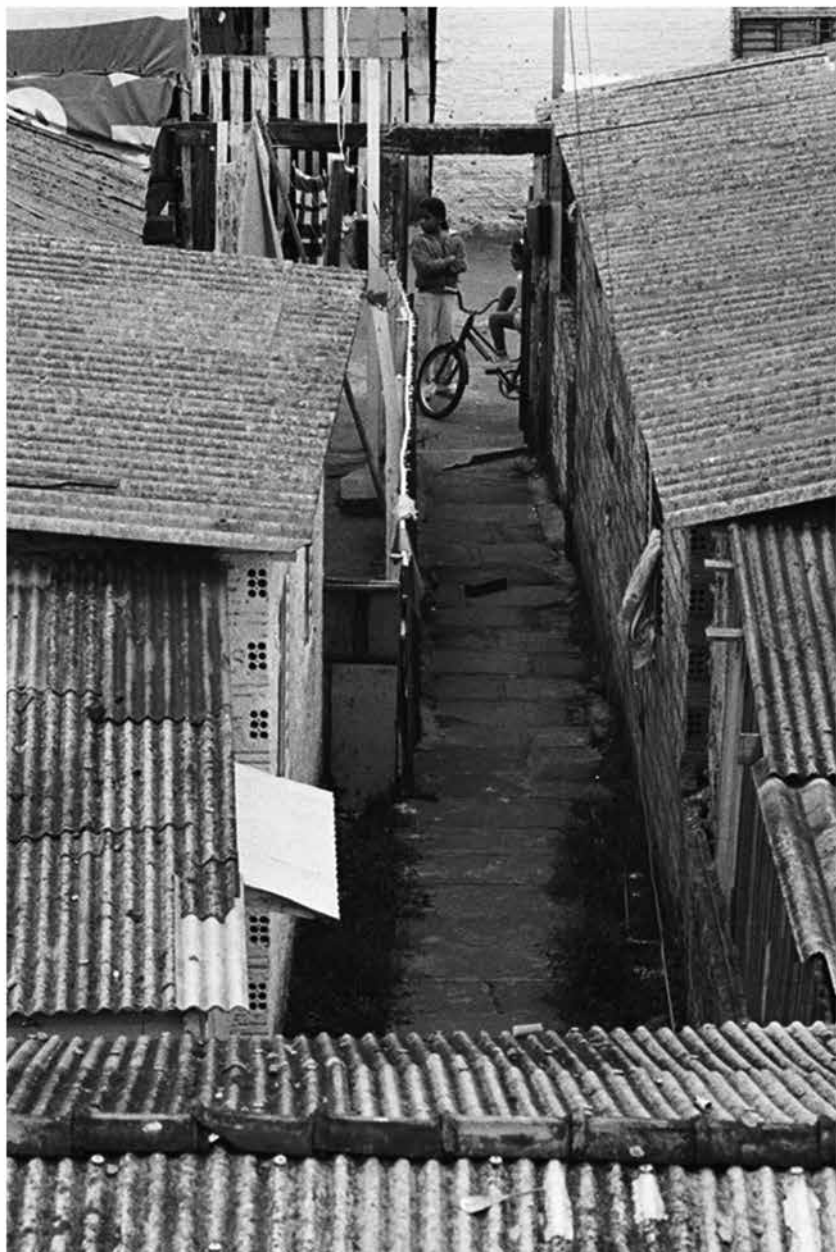
Cidade e ano de Produção: Porto Alegre |RS, 2008

Equipamento: Nikon FM2 Analógica lentes 24mm e 50mm

Estudo acadêmico: RECHENBERG, Fernanda. Imagens e trajetos revelados: estudo antropológico sobre fotografia, memória e a circulação das imagens junto a famílias negras em Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 14 de novembro 2012.

1







3

4





5

6





7

8



- 1 Vila Foz Cavalhada. Porto Alegre, 2008.
- 2 Vila Pedreira. Porto Alegre, 2008.
- 3 Obras na ampliação da Avenida Diário de Notícias. Porto Alegre, 2008.
- 4 Passagem para o Hipódromo, Vila Jockey. Porto Alegre, 2008.
- 5 Antiga Plataforma do Estaleiro. Porto Alegre, 2008.
- 6 Vila Foz Cavalhada. Porto Alegre, 2008.
- 7 Trabalhadores na construção do Barra Shopping Sul. Porto Alegre, 2008.
- 8 Antigo armazém, Estaleiro Só. Porto Alegre, 2008.

Sinopse

O projeto “Memória Fotográfica do Cristal” foi realizado em 2008 a partir da proposição de uma associação local, o Clube de Mães do Cristal para que se realizasse uma documentação fotográfica do bairro Cristal, em Porto Alegre, em um momento em que seus moradores vivenciavam o prenúncio de grandes mudanças que viriam a alterar a feição do bairro. No projeto, fui desafiada a produzir fotografias “para se guardar na memória” as diferentes feições de um bairro em meio a um processo de retirada de vilas e remoção de seus moradores, abertura de novas ruas e construção de grandes empreendimentos comerciais. Ao produzir os retratos do bairro encomendados pelo grupo comunitário, percebi vontade de fixar estas imagens em um livro mostrava não só uma ação política de protesto frente às transformações em curso, mas também o desejo de preservar em imagens fotográficas a ação do tempo sobre a instável matéria da paisagem urbana, na contramão da corrente de imagens que aludia à chegada do “progresso” no bairro. Nesse período havia uma veiculação sistemática pela mídia e espaços publicitários de imagens referentes a um “novo” Cristal, envolto em grandes empreendimentos culturais e comerciais que prometiam deixar para trás o tempo dos loteamentos e vilas “irregulares” que até então caracterizavam o bairro. O projeto resultou em um livro lançado no final de 2008 [Guardar na memória: imagens do Cristal/ fotografias: Fernanda Rechenberg; Entrevistas: Janaina Bechler e Jefferson Pinheiro. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2008. 88.p. fotgr. 23x21 CDD 770.981651] na principal praça pública do bairro e distribuído gratuitamente aos moradores, escolas e associações locais e compõem material etnográfico interpretado na tese de doutorado defendida em 14 novembro 2012, em Porto Alegre (RS) no PPGAS, IFCH, UFRGS.

Encontros Imagéticos na intimidade da Casa do Artista Riograndense

Autora: Jéssica Hiroko de Oliveira

Cidade e ano de Produção: Porto Alegre |RS, 2010-2012

Equipamento: Câmera Canon EOS Rebel T1i, lentes 18-55 mm ou 100 mm com modo de exposição manual.

Estudo acadêmico: OLIVEIRA, Jéssica Hiroko de. “Lembra-te que recebeste do Artista na mocidade e dá-lhe o teu amparo na velhice”: Trajetória social e experiência de vida nas narrativas dos habitantes da Casa do Artista Riograndense. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, março de 2012.

1





2

3





4



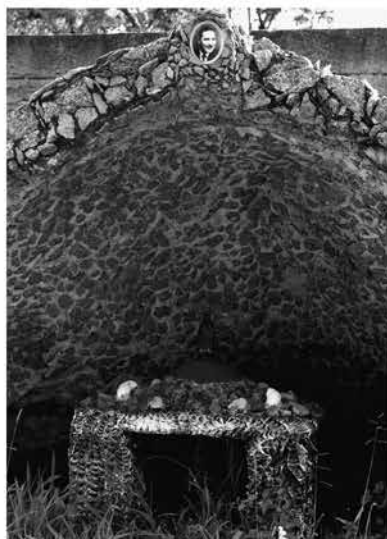
5



6



7



8



9



10

11



- 1 Fachada da Casa do Artista Riograndense, vista do quintal. Porto Alegre, 2012.
- 2 Placa de fundação: memórias. Detalhe da fachada da CAR. Porto Alegre, 2011.
- 3 Placa de fundação: rastros. Detalhe da fachada da CAR. Porto Alegre, 2011.
- 4 Sala principal, térreo da CAR no início da pesquisa. Porto Alegre, 2011.
- 5 Sala principal, escada de acesso ao segundo andar e ao corredor de habitações do térreo. Porto Alegre, 2011.
- 6 Detalhe que compõe a poética da CAR, arte de Wilson Gomes. Porto Alegre, 2011.
- 7 Altar em homenagem a Nossa Senhora da Glória, detalhe da Sala principal. Porto Alegre, 2011.
- 8 Altar com Santa e fotografia em homenagem ao Benfeitor Antônio Amábile, pátio da CAR. Porto Alegre, 2011.
- 9 "A porta-retrato", habitação de Catulo Parra Sareia, segundo andar da CAR. Porto Alegre, 2011.
- 10 Sala principal da CAR, final da pesquisa, novas pinturas de Wilson Roberto Gomes. Porto Alegre, 2012.
- 11 Corredor de acesso à Cozinha, final da pesquisa, novos ambientes na CAR, pintura de Wilson Roberto Gomes. Porto Alegre, 2012.

Sinopse

Esta narrativa fotográfica deriva da pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 2010 e 2012, junto à Casa do Artista Riograndense-RS (CAR) situada no bairro Glória, na cidade de Porto Alegre. Esta sociedade civil foi fundada em 1949, por e para artistas. Nela hoje habitam 10 artistas com mais de sessenta anos, em sua maioria, cujas trajetórias sociais se deram nos campos do teatro, rádio, cinema, música, etc.. Foram principalmente as trajetórias destes habitantes que nortearam tal pesquisa, quando da confiança e diálogo construídos, passaram a narrar e ordenar por si mesmos as temporalidades e experiências que vivenciaram no âmbito de seus ofícios, principalmente entre as décadas de 50, 60 e 70. No entanto, as narrativas e significados que abrangiam o olhar – meu e dos habitantes da CAR – sobre o cotidiano partilhado na Casa também se mostraram de suma importância à pesquisa. Estas vieram à tona através de lembranças, imagens e impressões, num diálogo construído a partir de detalhes de seus ambientes – seus espaços vividos e adensados. Desta relação, surgiram os encontros imagéticos, termo por mim utilizado na busca por estabelecer uma relação também imagética com a Casa e seus habitantes, através de fotografias que pudessem transformar – e comunicar àqueles – meu olhar, compondo ainda a dimensão do imaginário daquele lócus, fazendo parte de minha própria forma de transitar pela intimidade daquele espaço e, posteriormente, narrar a experiência etnográfica. Assim, os encontros imagéticos advieram do alvedrio de dar, receber e retribuir sentido junto à Casa e seus habitantes através de imagens deste lócus temporalmente impregnado, que se me mostrava através de placas de fundação; rastros de épocas passadas; colagens; quadros; pinturas, que compõem um espaço em contínua mutação – lembranças, esquecimentos, mas também a estetização criativa destas formas de habitar, no presente. A Casa do Artista fazendo-se habitada, vivida e imaginada por cada narrador, e pela pesquisadora que buscou captá-la através do olhar construído na reflexão da particularidade deste outro, e que aqui, através desta narrativa fotográfica, busca sugerir estas diversas temporalidades.

Etnografia da Avenida Luís Guaranha: A rua, as casas e a sociabilidade

Autor: Olavo Ramalho Marques

Cidade e ano de produção: Porto Alegre|RS, 2004-2006

Equipamento: Câmera Yashica FX3, lentes 50 mm, filme Superia 400.

Estudo acadêmico: MARQUES, Olavo Ramalho. Entre a Avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, março de 2006.

1





2



3



4

5







7

8



- 1 Brincadeira de menino. Av. Luís Guaranha. Porto Alegre, 2005.
- 2 Seu Flávio, em frente à porta de sua marcenaria. Av. Luís Guaranha. Porto Alegre, 2005.
- 3 D. Ester, sentada em frente de casa, observando o movimento da Av. Luís Guaranha. Porto Alegre, 2005.
- 4 Mulheres chegando ao fundo da Av. Luís Guaranha. Porto Alegre, 2005.
- 5 A Avenida Luís Guaranha. Porto Alegre, 2004.
- 6 Altar da casa de D. Sônia. Av. Luís Guaranha. Porto Alegre, 2006.
- 7 Olhares. Av. Luís Guaranha. Porto Alegre, 2005.
- 8 Maria. Av. Luís Guaranha. Porto Alegre, 2005.

Sinopse

Este estudo etnográfico foi desenvolvido no âmbito do Projeto Entre a Avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS. Os moradores da Av. Luís Guaranha, reivindicando-se como reminiscência viva do Areal da Baronesa - antigo território negro de Porto Alegre, paulatinamente descaracterizado durante o séc. XX -, se auto-reconhecem como remanescente de quilombo, buscando assegurar o direito de permanência no local que ocupam. Os antigos moradores afirmam que a comunidade teve origem nas senzalas da Chácara da Baronesa do Gravataí. A pesquisa etnográfica enfoca a situação de resgate das origens por parte da comunidade, explorando as tensões e conflitos envolvidos na reconstrução das identidades do grupo, processo que torna manifesto o caráter fragmentário das memórias, das relações de pertencimento e territorialização – e, portanto, das formas culturais - em nosso meio social. Tomando-se a cidade como objeto temporal (marcado por processos de destruição criativa, enobrecimento e segregação das populações pobres e afrodescendentes), trabalha-se o fenômeno das transformações urbanas sob o prisma da memória coletiva de seus habitantes. A produção de imagens como recurso metodológico na interação com os moradores da avenida permitiu explorar a estética da comunidade, as camadas de tempo impressas nas construções – notadamente no casarão da esquina, no contraste entre as novas casas de dois ou três andares e as antigas moradias geminadas de madeira, características das avenidas do Areal da Baronesa. Permitiu, sobretudo, a apreensão de aspectos das sociabilidades, laços de pertencimento e relações de vizinhança que fazem da Luís Guaranha um cenário único no contexto urbano mais amplo em que se insere, sobretudo pela intensa ocupação do espaço público por parte da comunidade, fator que remonta a uma cidade de becos e vielas habitadas por camadas populares e negras em plena região central da capital gaúcha. A temática dos remanescentes, no caso deste estudo, emerge como mecanismo de garantia de direitos, mas também de construção de identidades, sentidos e significações atrelados aos nichos urbanos.

CAPÍTULO 4

“A cidade com qualidade” Estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre

“As desigualdades” do homem moderno

Sem ética, sem valores, nenhuma verdade, sem qualidades, *self* dilacerado, esta é a descrição do principal personagem da obra do austríaco Robert Musil em *O homem sem qualidades* (anos 1930), uma das tantas obras que configuram a condição humana no mundo urbano contemporâneo, mergulhada na incerteza da ideia de tempo e da trajetória da história social. Neste artigo, buscamos tratar da condição de crise do tempo social e cultural do mundo cotidiano no qual se movem os habitantes em contextos citadinos

atuais, convergindo na preocupação levantada por autores como Alfred Schütz (1972) e Clifford Geertz (1978) que tratam da compreensão das formas simbólicas a partir da experiência biográfica das pessoas conforme ela é apreendida no mundo social, em específica condição histórica e política (GEERTZ, 1978, p. 229).

O mundo da vida cotidiana do cidadão brasileiro atual confere-lhe uma experiência da desagregação das relações sociais em face da insegurança e da vulnerabilidade que ameaçam os projetos de construção de um tempo ético fundado na perspectiva de valores de reconhecimento e de responsabilidade, e gera, nos termos de Paul Ricoeur (2000), desconfiança na cultura e descrença numa continuidade social. Ricoeur refere-se aqui à ameaça do esquecimento dos símbolos significantes da qualificação humana, da intimidação de uma amnésia da experiência humana no passado.

Crimes contra as pessoas, contra as propriedades, crimes de colarinho branco, fraudes, corrupção, delinquência, tráfico, desemprego... as referências de performance criminais são complexas e antagônicas. No contexto atual, em face da definida violência urbana, as sociabilidades públicas e a vida privada conhecem sistematicamente novos constrangimentos pelo aumento da criminalidade, alterando nossas concepções culturais sobre a confiança. Dinamiza-se uma pluralidade de reações de proteção para garantir uma rotina de liberdade de ir e vir. Estrutura-se uma avalanche de dispositivos maquinários que alimentam uma indústria que sofisticada o mercado de segurança, na ilusória diminuição da vulnerabilidade, reforçando conceitos culturais de medo e temor que se multiplicam em conflitos na vida pública e privada. Um discurso generalizante sobre a insegurança e os riscos divulgados predominantemente pela mídia atribui causas e consequências à violência urbana, orientando o confronto

do conflito com a atividade pública que, em reação, não encontra melhor sugestão do que a passividade como autoproteção. Uma lógica que concebe erros de uma economia neoliberal e a necessária desconfiança do “outro”, “estranho”.

A civilidade parece ter cedido sua função e espaço às deformidades de um cotidiano marcado por ameaças e medo; urbanidade e hedonismo são associados aos efeitos de uma crise mal-aparada pelos vazios de sentido das ações democráticas.

No nível de ação do Estado e instituições públicas, confundem-se debates políticos com posturas ideológicas; atos sociais com defesa da sociedade contra indivíduos ameaçadores; decisões éticas com regras morais, como ideais valorativos de uma sociedade que não encontra a face da responsabilidade no espelhamento das violências e conflitos sociais. As ciências humanas compreendem que estão em questão noções de subjetividade, objetividade da liberdade, legalidade do direito contra o “indivíduo” que ameaça o bem-estar de uma coletividade. De um ato extremo, por uma defesa social, nos surpreendemos não raro de parte de instituições político-educacionais com perspectivas higienizadoras de mentalidades consideradas degradadas. Em outra, a ciência divulga os pressupostos de uma sociedade de riscos, vitimada pela complexa desigualdade social e irremediável divisão social do trabalho e do poder.

Neste processo, a pesquisa antropológica se preocupa em desnaturalizar as disposições morais desta cultura do medo que determina limites para as formas de sociabilidade e se contamina pelos engodos do mercado de segurança, da segregação espacial, da discriminação e da desconfiança do outro.

Problematizam-se, neste estudo, como campo de investigação, a matriz macro de explicações da violência e as crises urbanas

resultantes da decadência dos vínculos sociais e do enraizamento da vida coletiva, com base em estudos etnográficos *no* e *do* mundo urbano. Em 1997, quando iniciávamos nossos questionamentos antropológicos junto aos habitantes no contexto urbano, associamos o tema do medo à criminalidade como uma das prioridades. Esta análise se soma aos diversos estudos que compõem o projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais, base de dados de pesquisas etnográficas apresentados em diferentes suportes como fotografia, vídeo, som e texto, divulgados em www.biev.ufrgs.br

O porto pouco seguro

A motivação para tratar do tema das feições dos medos e das crises em Porto Alegre surgiu no retorno de uma estada, para doutoramento, no estrangeiro, no início dos anos 1990, quando emergia na cidade em Porto Alegre uma fala sobre insegurança e vulnerabilidade frente aos imponderáveis da rotina provocados pelo aumento da violência.

Capital do estado do Rio Grande do Sul, os indicadores oficiais a apresentam com uma população de 1.400.000 habitantes numa área de 476,30 km². Os índices indicam também que 91% da população acima de 10 anos é alfabetizada e que a taxa de homicídios é de 2,43 por 10.000 habitantes.

Nesta década, a paisagem arquitetônica de Porto Alegre transformou-se radicalmente em decorrência do medo da violência. Proliferaram grades, porteiros eletrônicos, guaritas, arames e cercas elétricas, circuitos de alarme internos e externos tanto em bairros chamados “nobres” quanto nos populares, onde todos, indistintamente, recorrem a grades e a cercas para dificultar roubos e assaltos cada vez mais frequentes.

As transformações no espaço urbano intensificaram-se pela presença de equipamentos de segurança, alimentados por uma indústria de prevenção com altos rendimentos. A fobia à criminalidade, que modificava vertiginosamente a estética da arquitetura urbana na cidade, fazia parte de nossa própria condição de moradoras. Em 1993, uma turista alemã, que hospedávamos, desde o primeiro dia confessou estar chocada com a agressividade da estética “de segurança” em Porto Alegre, pela presença de grades nas portas e janelas ou de seguranças privados em guaritas postadas em frente às residências. Dizia ter dificuldade em permanecer num apartamento com grades nas portas e janelas, pois a faziam sentir-se aprisionada e sufocada por não conseguir compartilhar desse *ethos* do medo, uma vez que em sua cidade, Munique, e em sua casa, nem mesmo trancava a porta.

A possibilidade de ser ator ou coadjuvante numa experiência de assalto, roubo, agressão ou sequestro-relâmpago tende a ser condicionante social do habitante comum na cidade. Paliativos de toda ordem, como miríades de ações que revelam práticas sociais (De CERTEAU, 1994), levavam, cada vez mais habitantes a um exercício de prevenção constante, em todas as classes, em todos os grupos etários e gêneros sociais, configurando uma estrutura imposta por novas determinações sociais.

Constata-se um aumento do crime contra o patrimônio, informam dados oficiais, que também indicam que as *performances* criminais se transformam segundo mudanças conjunturais, como mostra o quadro evolutivo da violência urbana na cidade divulgado pela imprensa porto alegreense no Jornal Zero Hora,¹

1 www.clicbs.com.br Consulta a portal, março 2005.

Décadas de 10 e 20 – tumultos e destruição de bondes;
Décadas de 30 e 40 – assaltos começam a ganhar espaço;
Décadas de 50 e 60 – nascem as grades nos muros;
Década de 70 – tráfico incipiente e repressão política;
Década de 80 – explosão do crime organizado;
Década de 90 – crimes importados; guerras entre quadrilhas causam homicídios; disseminação do tráfico e corrupção nas corporações de segurança;
Anos 2000 – violência indiscriminada, o crime desafia autoridades;
Anos 2000 a 2002 – aumentam os sequestros-relâmpago; ladrões atacam clientes e os forçam a retirar dinheiro de caixas eletrônicos;
Anos 2002 a 2004 – sequestro de gerentes de bancos; assaltos a motoristas em locais de estacionamento e em semáforos; aumento do número de assaltos seguidos de morte.

O latrocínio é o fator de maior influência na opção por mudanças de hábitos rotineiros e pela adesão à fortificação da casa com instrumentos de vigilância e segurança. O medo ao furto, mas, sobretudo ao roubo, caracterizado pelo emprego da violência para abstração de um valor, é o alibi para mudanças das rotinas, para restrições das práticas de deslocamento “sem preocupações” e para buscas de isolamento com grades, muros e toda a parafernália de prevenção contra o crime.

Cada habitante toma em conta novos gestos, novos cuidados, ponderando ações, percursos e turnos. Toma cuidado com os horários, sobretudo noturnos, segura seus carros, sua casa; contrata vigias residenciais ou se cotiza para a segurança de bairro; instala equipamentos de alarme em residências; locomove-se de táxi à noite ou evita sair; muda-se para condomínios fechados ou apartamentos com vigilância 24 horas etc.

A insegurança de cada dia

Nosso universo de estudo consiste em habitantes que se dizem pertencer a camadas médias. Propusemos fazer nossa pesquisa em visita a suas residências. As entrevistas tinham por eixo básico um roteiro sobre a trajetória familiar, a relação com a cidade em seu cotidiano e os relatos de situações biográficas de vitimização. Nelas conversávamos sobre rotinas e ações em relação ao sentimento de medo e à vulnerabilidade do viver cotidiano. Partíamos da imagem genérica de que a população do segmento médio brasileiro está significativamente preocupada com a proteção de seu patrimônio em um contexto urbano fragilizado pelas desigualdades sociais e de ser esta a camada mais visada pelos meios de comunicação de massa como vítima da criminalidade urbana, inclusive com total incerteza quanto ao seu cotidiano e a seu futuro.

Este universo foi identificado com uma categoria de habitantes do centro da cidade e de bairros residenciais, conformando um grupo com algumas características recorrentes, como o fato de ter residência própria, constituir família nuclear (com duas exceções, no caso de filhas separadas que retornaram à casa dos pais para, junto aos avós, criar o filho), ser branco e ter mais de 50 anos de idade (80%).

Como próprio das narrativas, as contradições dos relatos eram ricas em tratar da adesão ao novo padrão de segregação espacial, ao mercado de segurança e ao dimensionamento das formas de «invenção do cotidiano» (De CERTEAU, 1994), às novas formas de sociabilidade (SIMMEL, 1934) e estilos de vida (SCHUTZ, 1972; VELHO, 1991).

Realizamos uma média de vinte entrevistas gravadas com câmeras digitais e transcritas, para fins de edição do documentário intitulado *Cidade Sitiada*, lançado em 2001 (Produção BIEV/UFRGS).



Figura 1

Autoria: Cornelia Eckert, Porto Alegre 1997, acervo BIEV

Os demais contatos foram episódicos, com entrevistas informais em inúmeras situações de observação e/ou escuta de acontecimentos e relatos de experiências de vitimização.

Com a análise desses dados, passamos a mapear as estratégias que os moradores entrevistados adotavam com a intenção de diminuir sua condição de vulnerabilidade. Nessas ocasiões, junto com a equipe de pesquisa, filmávamos e fotografávamos as casas com grades, os sistemas de alarme contra roubo, guaritas, enfim, todo um arsenal de recursos que visava a dar maior proteção ao patrimônio e às pessoas. Preocupava-nos mostrar as adaptações sofridas pelas edificações, que transformavam a paisagem urbana numa visão que podemos definir de “estética da segurança” ou “estética do medo”, introduzindo um novo critério nos já múltiplos e complexos processos de segregação espacial e social que distinguem a população.

A demanda maior era por muramentos e grades em residências e em edifícios públicos. O enquadramento intimista permitido pelo vídeo produzia uma dimensão “trágica”, porque “crítica” da transformação espacial para fins de controle social. Entrevistando em condomínios, filmamos os enclaves criados como sistemas de moradias fortificadas, como “fricções de distância” (HARVEY, 1996, p. 195) que restringem os projetos rotineiros de deslocamento e de ocupação do espaço – privado e público – dos habitantes na cidade.

Observamos mudanças cotidianas e grande investimento de recursos em estratégias de segurança. Mesmo os entrevistados que inicialmente afirmavam que jamais iriam aderir à fortificação de suas residências, acabaram por gradear seu patrimônio após experiência de roubo em bairro residencial onde até então predominava o modelo “casa-jardim” sem cercas. O professor aposentado Sérgio, por ocasião da entrevista em 1997, respondeu, em tom de desabafo, que

“capitulara!” Após longa resistência e luta para manter a imagem de uma sociedade livre sem maiores desconfianças, rendia-se à “estética do medo”, optando por gradear a casa a fim de dificultar novo furto.

Há, no contexto da construção social do medo, transformações nas práticas temporais e espaciais, nas mudanças nas rotinas diárias por um estilo de vida de menor risco face à criminalidade (furtos e roubos). A dinâmica das ações criminais na condição urbana brasileira é de alta monta, mas longe estamos de uma ecologização da cidade em função da criminalidade. Há, antes, formas de estetizar um processo de transformação relacionada à perspectiva da criminalidade ao patrimônio e à pessoa física. É a banalização da vida nos roubos seguidos de violência que é temida pelos entrevistados. Essa banalização é reforçada nos noticiários e comentários da imprensa porto-alegrense sobre o tema, enfatizando as situações de vitimização, que por sua vez geram insegurança e medo.

Buscando analisar o contexto dessas experiências, descrevemos aqui alguns dos episódios que nos parecem significativos para tratar desse tema.

Episódio 1

Experiência narrada em 1999 pelo casal d. Jovina e s. Clécio, ambos com 70 anos de idade, brancos; ela, dona-de-casa e ele, funcionário público aposentado, moradores de um apartamento em bairro de camada média baixa. O edifício é cercado com grades e fios de alarme antirroubo. Demonstam uma experiência de vitimização ao patrimônio que os marcará para sempre e que influenciará no abandono da casa construída no início da vida de casal como projeto familiar com certa qualidade.

O relato de d. Jovina é difícil, dado o grau de emoção que as

lembranças do episódio provocam. A casa fora arrombada, e todos os objetos de valor material e simbólico, roubados ou destruídos. A falta de confiança para continuar residindo em uma casa vulnerável levou à compra de um apartamento em edifício com “certa” segurança. Ao ser questionada sobre o porquê da escolha de um outro bairro para residir, respondeu ter ficado deprimida e querer apagar da memória esse trauma do imprevisto. O abandono da casa foi o enterramento de uma época enriquecida por objetos que falavam de suas histórias de infância, de noivado, de casamento, de batizado dos filhos, de heranças e de objetos adquiridos em uma condição de trabalho, economias e privações pessoais. A opção por um apartamento foi para eles a solução imposta para se distanciarem de uma experiência traumática.

Episódio 2

D. Gledi, branca, com cerca de 70 anos de idade, residente em bairro central, definido como centro político administrativo devido à proximidade ao complexo político-administrativo do Estado, conta, em entrevista realizada em 1998, que passara por várias situações de arrombamento, seja em seu apartamento em Porto Alegre, seja em sua residência no litoral gaúcho. Relata que, na primeira experiência, chegara a registrar queixa na polícia, mas, nas ocasiões seguintes, não recorreu mais à denúncia por “não adiantar nada”. Após a última agressão, optou pela adesão a grades nas portas e janelas em seu apartamento e aramado na casa da praia. Também fizera uma espécie de “chá-de-panela” entre as amigas da terceira idade, “por brincadeira”, e todas trouxeram panelas e utensílios para repor suas perdas. Mais recentemente (2002), sua vizinha havia sido vítima de roubo ao patrimônio e aqui introduziu a questão da desconfiança com relação

à ação de trabalhadores eventuais no edifício, como pintores, faxineiros etc. Em suas palavras,

Teve um apartamento que andaram abrindo, da vizinha. Mas descobriram que foi nosso próprio zelador que armou. A moça tinha muita confiança nele e deixava a chave com ele. Então ele entrou. Mas agora tá mais controlado. Tem serviço terceirizado de porteiro, alarme, porteiro eletrônico e ninguém sobe direto.

Finaliza comentando ter hoje mais segurança no edifício após o contrato de vigilância 24 horas e cerca eletrizada em torno do edifício, o que não evitaria totalmente uma condição de vulnerabilidade face ao imprevisto. Costuma avisar os filhos casados, e mesmo os vizinhos mais próximos, sobre seus deslocamentos, sobretudo viagens à praia ou saídas noturnas.

Episódio 3

Relatamos uma situação observada em uma solenidade pública, de cunho político, seguida de coquetel, ocorrida numa noite em 2003. Após o cerimonial, um guardador de carros previamente contratado comunicou aos participantes – de grupos médios, comerciantes, intelectuais e políticos – um dos veículos estacionados, que por estar fora de sua alçada de vigilância, havia sido arrombado. O carro havia tido seu vidro quebrado; a frente do rádio e discos roubados; documentos espalhados pelo chão. Várias pessoas correram para identificar o veículo e conferir a identidade da vítima. Após a identificação, o proprietário e alguns espectadores permaneceram. Os demais retornaram para continuar a festa. O proprietário seguia recuperando seus pertences e conversava calmamente com os meninos de rua que se aproximaram para dizer

que haviam visto o autor do arrombamento. Quem assistia à cena, ficava em dúvida quanto à veracidade da versão deles. Observa-se o início de uma negociação dos meninos com a vítima. Diziam ser possível identificar o agressor em troca de alguns trocados. Entre os espectadores, frases como “a polícia foi avisada?” não abalava o contexto de negociação, que seguia controlado. A conversa em tom calmo continuava. A vítima se conformou com a perda e sugeriu terminar o episódio. Os meninos acabaram por encontrar “sem querer” a frente do rádio e um e outro documento. Uma parenta do vitimado tentou chamar a polícia pelo celular; o chamado não foi atendido. O vitimado deixou o carro arrombado sob os cuidados do vigilante oficial e, junto aos demais espectadores, retornou à festa, enquanto os meninos continuaram perambulando e “zelando” pelos carros para futura recompensa.

Uma discussão entre familiares e participantes do evento se estabeleceu aqui e ali, avaliando que o erro do proprietário teria sido deixar o carro estacionado em lugar ermo e não possuir alarme. Comentários e sugestões sobre comunicar à polícia para fins de estatística ainda eram feitos, mas sem efeito prático, pois ninguém demonstrava ânimo para enfrentar uma ocorrência policial. A violência ao patrimônio aqui não provocou vítimas fatais. A banalização do acontecido se confirma pela continuidade dos festejos.

Episódio 4, Inventário temático em imprensa local, notas de análise de conteúdo

A imprensa porto-alegrense cobre de forma intensiva as situações criminais e policiais que envolvem conflitos políticos sobre a segurança do estado e da cidade de Porto Alegre de modo geral, com ênfase sobre “a crise” e os embates internos entre as corporações

policiais. Um evento criminal ocorrido no início do ano de 2001, em uma gráfica na rua Protásio Alves, evidencia essa crise. Trata-se de um assalto seguido de tomada de reféns (mas sem vítimas fatais). O local foi cercado por policiais. A imprensa fez-se presente e transmitiu ao vivo o episódio com requintes de espetacularização. Os criminosos, com seus reféns, respondiam às negociações. No “palco”, a certa altura da situação, policiais civis e militares se desentenderam sobre a quem caberia a hierarquia maior no encaminhamento da negociação. Os policiais expuseram esse conflito de poder frente às câmeras, enquanto vítimas, assaltantes e milhares de espectadores observavam atônitos o desenrolar dos acontecimentos.

Justapondo os relatos e as entrevistas que desenvolvemos a partir de 1997, há uma recorrente referência à condição de vulnerabilidade que mistura as imagens de banalização do fato à responsabilização dos órgãos públicos pela inoperância de políticas de erradicação do crime. Privilegiadamente, a violência remete a um mesmo e único processo, cuja matriz, simbolicamente compartilhada, seriam a decadência da cidade, a degradação dos valores éticos, geradoras da crise da civilização urbana. Entre os entrevistados de mais idade, constata-se alguma tendência a se referirem ao passado como tempo de bem-estar das camadas médias em Porto Alegre. Este é o caso de s. Everton, entrevistado em sua residência, em 1999. Mora com a esposa; os dois filhos, já casados, residem em suas respectivas residências.

O s. Everton nasceu no interior do estado e veio aos quinze anos para Porto Alegre morar na casa dos avós para realizar o curso colegial. Conta que já em 1957 trabalhava no centro, na empresa jornalística Caldas Júnior. Fez jornalismo e permaneceu na empresa até sua aposentadoria. Relata,

Naquela época quem entrava na empresa só saía de lá morto, não tinha troca-troca de pessoal. Eu era o mais novo, mais novo que o contínuo, que tinha 22 anos. Aí eu comprei um apartamento perto, pra poder ir a pé para o trabalho. Era uma beleza. Eu tinha um fuquinha que dormia na rua. Só pegava pra viagem. Não tinha problema nenhum, meus filhos brincavam na rua, passava bonde tipo gaiola, era um espetáculo. Aqui era uma rua bem-vista. Perto da igreja, do solar dos Câmaras, tradicional. Naquela época era bom mesmo. Eu cansava de sair ali passear no centro, olhar vitrine, de noite com a gurizada. Era um baita programa. Sem pensar em assalto nem nada. Agora é este terror. Eu tinha dois empregos, andava de madrugada a pé, nada. Hoje só saio pra passear no shopping. Tá vendo aqui? (mostra a janela atrás das cortinas), tá tudo gradeado. Não tem mais condições.

Outra entrevistada porto-alegrense (1997 e 1998) foi d. Ana, 67 anos. Reside em um prédio datado de 1970, no centro da cidade. Mora hoje com o marido, a filha e uma neta e faz questão de registrar que é moradora do centro há 54 anos. Por ocasião das entrevistas, gostava de falar das vantagens de residir no centro, explicando que esta opção estava ligada à proximidade com o quartel. Seu pai era militar e ela se casou com um militar e, por esse motivo, sempre residiu próximo essa zona. Ao orientarmos a conversa para os problemas de ali morar, as vantagens só encontravam um porém. Declarava gostar das facilidades trazidas pela modernidade, menos da “história de violência”.

A década de 1980 é identificada como o período de emergência da violência na capital, com relatos de maior presença de “descuidistas” (ladrões de carteiras) nas ruas e de aumento de assaltos à mão armada e de insegurança.

D. Ana faz questão de lembrar o passado para situar as dife-

renças para um tempo presente e situa,

Me lembro de que naquela época nunca se ouvia falar em assim assaltar e atacar. Lembro que quando eu fui estudar no Instituto de Educação, eu tinha 12 anos, uma vez me falaram para cuidar um cara que era exibicionista. Mas aquilo era a coisa mais grave, assim, que acontecia. A gente saía de casa e encostava a porta assim só com o trinco. Ninguém entrava ou roubava. Todo mundo se conhecia (...). E tinha amigas de colégio público, gente pobre, mas até a miséria era diferente (...) Tinha era muito preconceito. Moralismo, né! Não tinha isto de uma moça sair na rua sozinha. Mas era pra gente não namorar. Isso aí era muito severo. Mas assalto, essas coisas não tinha. Não tinha esses maloqueiros, essas coisas, isso não tinha.

De fato, é sobretudo na voz das mulheres idosas que surge o paradoxo de avaliar o atual contexto cultural como emancipado de ordens e proibições sóciomorais inculcadas durante tantos séculos e como uma atual condição de vida dominada pelo sentimento de insegurança que lhes solapa formas lúdicas de interagir, sobretudo nos espaços públicos. Ao falar de suas infâncias e adolescências marcadas pela repressão moral, dimensionam a superação de outros medos e opressões, subjugados pela ordem tradicional e por constrangimentos associados a atos afetivos. Como mostra seu relato, superados antigos sentimentos de vergonha e ressentimentos morais graças às ações de movimentos culturais e direitos civis que compuseram novas formas de relacionamento familiar, o medo às regras morais foi substituído por medos de outra ordem,

Olha, o perigo de violência eu fui sentir de uns dez anos prá cá. De uns dez anos a gente não tinha medo. Medo era assim de andar em má companhia, de ficar falada. Deus o livre uma moça ficar falada, tava na desgraça.



Figura 2

Autoria: Cornelia Eckert, Porto Alegre 1997, acervo Biev e Angelica Torres,
Aline Machado, Porto Alegre, 2011, Acervo Navisual

Nessas falas, a crise emergida da cultura do medo pela vitimização parece mais conflituosa, justamente por se constituir na contramão da ideologia da emancipação das vigas sólidas da disciplina moral e da conduta econômica, que erigiu a família nuclear nos dois últimos séculos de industrialização e urbanização.

Há que relatar também a experiência de Elenora e Roberta, entrevistadas em 1999, com média de 55 anos, com histórico pessoal ou familiar de militância política. Cotejam as recentes experiências de vitimização a situações diferenciadas de terror, vividas no passado de ditadura militar, pela perseguição política à esquerda entre os anos 1960 e 1980. Em seus relatos, manifestam inconformismo ao ver limitado, após anos de enterramento dos fantasmas da ditadura, o prazer da liberdade de ir e vir nos lugares públicos de suas rotinas urbanas. Roberta explica que hoje, eventualmente, contrata um serviço privado de “van” para levar a filha a festas noturnas adolescente e trazê-la de volta.

Elenora corrobora, relatando sua experiência. Diz que, em sua infância e adolescência, morou em bairro periférico Azenha, que explica ser um dos bairros mais antigos da cidade,

Morava na Eurico Lara, perto do Grêmio (Futebol Clube), no conjunto habitacional Castelo Branco. Tudo era muito calmo e difícil quem não se conhecia. Depois (...) eu já tinha passado poucas e boas na ditadura (...) A droga era outra. Depois esta zona virou passagem de maloqueiros para os bailes, aí havia muita boate, ali na João Pessoa. Eu já presenciei ‘n’ coisas de briga, gente bebendo, se drogando. Eu já vi se matando, só de espectadora, tiros e tudo. Hoje para se chegar em casa é perigoso, embora tenha até nos prédios, zeladores e, eles, botaram grade e tudo. Mesmo assim (...) tem que cuidar. A Alicia (a filha), quando vinha da faculdade que ela estudava à noite, eu ia buscá-la onde ela descia do ônibus. Então é uma série de cuidados que antigamente a gente não teria essa preocupação e hoje

se tem, de uns cinco anos pra cá. No meu tempo, na faculdade, a gente fugia da polícia e hoje tu foge do ladrão.

De fato, a busca por maior segurança é uma empreitada que detém um projeto de segurança, de sentidos compartilhados com os outros cidadãos numa série de experiências com uma intencionalidade na relação com a cidade. Como dimensiona Alfred Schutz, as ações, os comportamentos aqui se colocam como experiências das quais os sujeitos reconhecem o significado. Experiências que, na interface da cultura do medo, colocam-se como “motivo a fim de” construir estratégias “porque” envolvem, numa perspectiva compartilhada, restituir sentido de continuar a ser, em face da vulnerabilidade no âmbito de complexas estruturas da criminalidade na cidade (SCHUTZ, apud WAGNER, 1979, p. 123 a 142).

A cultura do medo

Diversos estudos sobre violência urbana no Brasil nos precedem e orientam em nossas demandas intelectuais para tratar do fenômeno da vulnerabilidade dos cidadãos em face do aumento da violência nas cidades brasileiras. Gilberto Velho, Ruben Oliven, Alba Zaluar, Teresa Caldeira e Luiz Eduardo Soares, entre outros, examinam a violência numa perspectiva da ordem cultural, seja considerando a ação discursiva dos meios de comunicação de massa e a interiorização de representações que orientam sistemas simbólicos de ação cotidiana do viver na cidade, seja analisando a construção de narrativas dos cidadãos contaminados por algum nível de produção e reprodução da cultura do medo.

Eduardo Soares (SOARES, 1995, p. 1), em especial, esclarece que a linguagem da violência que compartilhamos cria limites para formas de interação e sociabilidade, condição que impõem o medo

e a insegurança como determinismos socializadores cada vez mais presentes no convívio urbano.

A adesão a estratégias de maior proteção, seja pelo consumo em um mercado de segurança, seja pela mudança de hábitos e estilo de vida, leva-nos a analisar o medo como “valor” presente nos processos de representação social sobre a vulnerabilidade pessoal em face do aumento indiscriminado da violência urbana, obrigando os habitantes a “administrar” suas práticas sociais num quadro de probabilidades de risco, o que lhes empresta uma imagem de sujeição a formas individualizadas de vitimização.

Se considerarmos os fracassos de políticas econômicas em contextos urbano-industriais, como no caso brasileiro, em que a pobreza continua mantendo proporções alarmantes (CALDEIRA, 2000, p. 51), importa evidenciar um Estado limitado em sua política de segurança, sem controle eficaz sobre a deterioração dos direitos à liberdade na condição pública, o que implica, nos termos de Teresa Caldeira, uma contraposição às tendências democráticas no País, que finaliza por sustentar uma das sociedades mais desiguais do mundo (CALDEIRA, 2000, p. 56).

Neste sentido, o cotidiano do viver na cidade é constituído pelo paradoxo de um ideal civilizatório de construção social de uma realidade remetida à liberdade de individualização, agora em compasso com a configuração do sentimento de medo, real, imaginário ou potencial.

As mudanças de hábitos coletivos na cidade são sistematicamente tornadas públicas pelos órgãos de segurança como precaução necessária de parte dos cidadãos para diminuir a vulnerabilidade e a exposição ao fator de risco. Estas orientações definem as atitudes “facilitadoras” de atos criminosos.

As orientações mais frequentes falam de mudanças na condição pública e na condição privada. As principais recomendações referem-se a condutas que visam a transformar o desempenho do cidadão em seu ato de habitar a cidade. São ações que orientam a construção da realidade do mundo da vida diária. Dessa forma, através de folders e sites, a Secretaria da Justiça e da Segurança no Estado do Rio Grande do Sul orienta as seguintes políticas que regulamentam condutas preventivas,

Em vias públicas

Não transite a pé portando valores elevados em dinheiro ou jóias. Caso se sinta perseguido, entre em um estabelecimento.

Ao retirar dinheiro do banco, guarde-o cuidadosamente e não conte dinheiro em público. Ao ser perseguido por alguém, aja com naturalidade e busque ajuda.

Conduza sua bolsa de forma firme e porte-a na frente do corpo. Carregue seu celular de forma discreta.

Evite andar em ruas com pouca iluminação.

Não use carteiras no bolso de trás.

Não ande com todos seus documentos e cartões de crédito.

Evite ficar sozinho em paradas de ônibus.

Evite ficar conversando ou namorando dentro de carros à noite.

Ao sair do carro, não deixe pacotes ou bolsas no seu interior.

Não porte rádios ou cds no carro ou use os de gaveta.

Utilize travas de segurança no carro e saiba de cor a placa do seu carro.

Não ande de carro com janelas abertas e tranque bem as portas.

Em ônibus com poucos passageiros, sente-se próximo ao motorista e separe o dinheiro da passagem para não ostentar sua carteira na hora de pagamento.

Ao ter que parar à noite em semáforos, fique atento ao retrovisor e mantenha o veículo a uma distância razoável do carro da frente. Essa providência facilitará o arranque em caso de emergência.

Esteja atento a cotoveladas, empurrões ou conversas banais nos coletivos. Essas atitudes podem significar o início de um crime.

Em caso de assalto

Não reaja. Não faça gestos bruscos. Mantenha-se calmo. Não tente fugir. Forneça o que exige o criminoso, mas alerte seu assaltante dos gestos que pretende realizar.

Quando possível, chame o 190 ou procure a delegacia mais próxima.

Não use armas.

Em casa

Instale grades nas janelas, olho mágico e trancas nas portas.

Não forneça dados pessoais por telefone.

Mantenha sempre à mão os telefones de emergência.

Procure conhecer seus vizinhos e seus hábitos.

Mantenha controle das cópias da chave de sua casa.

As crianças devem ser orientadas para não abrirem portas aos estranhos.

Ao sair ou chegar em casa, fique atento. Essas ocasiões são as mais propícias para roubos e sequestros. Se desconfiar, aguarde, dê uma volta no quarteirão e chame a Brigada Militar no 190.

Tranque bem as portas e janelas antes de sair.

Ao viajar, suspenda assinaturas de jornais e revistas ou peça para alguém de confiança recolhê-los.

Selecione criteriosamente os prestadores de serviço à sua residência. Exija referências anteriores.

Atitudes paliativas de toda ordem remetem a um regramento de condutas, apreendidas como experiências em curso de novas estratégias de sociabilidade e estilo de vida. A reclusão à intimidade do lar passa a ser uma atitude recomendada; ou a saída, a ser comunicada a familiares e amigos, uma precaução que cria uma espécie de rede de vigilância solidária no acompanhamento do trajeto do sujei-



Figura 3

Autoria: Cornelia Eckert, Porto Alegre 1999, Acervo Biev

to do ponto de partida ao destino, para garantir o retorno ao lar com integridade física assegurada.

O receio resulta de um processo de contato agressivo do outro que desestimula o indivíduo no que lhe é constitutivo, as interações que o constroem como sujeito social. Reféns do estranhamento, indivíduos em suas redes de pertencimento designam como perigosos as territorialidades, os trajetos, as situações, os horários e os indivíduos que, potencialmente estranhos, ameaçam a ordem social. A desconfiança do outro leva ao mergulho no sentimento de esvaziamento dos sentidos coletivos, fortalecendo ainda mais as bases de um *ethos* social hiperindividualista.

Os percursos residenciais, os projetos de vida, os cálculos utilitários que antecipam uma relação com territórios públicos na cidade são delineados por essas determinações externas.

Os denominados “medos domésticos” (ROCHÉ, 1993), como o de trancar-se em casa “a sete chaves”, o não-atendimento à porta, o aumento desmesurado da proteção do domicílio combinam-se com os “medos no espaço público”, medo do estranho, medo do assalto, numa espécie de agorafobia. Ambas as formas de configurar as inquietudes são correlatas com a expressão de um medo que se afirma na subjetividade, “eu estou inseguro” (ROCHÉ, 1993, p. 150).

As medidas de segurança adotadas no agenciamento da vida urbana são cada vez mais expressas e divulgadas em estatísticas e demonstrativos quantitativos realizados a partir de sondagens que conformam com números e estatísticas o discurso em torno de uma racionalidade probabilística. André Burguière observa que, “em nossas sociedades, o sentimento de insegurança aumenta com o reforço objetivo das medidas de proteção”, em que “toda medida de proteção enquanto tal é indicação de ameaça e atualiza a própria ameaça”

(ROCHÉ, 1993, p. 115).

Sem mascarar as contradições impostas pelo caráter “disjuntivo da democracia brasileira” (CALDEIRA, 2000, p. 56), a insegurança, pela teoria de risco, pressiona condutas e atitudes que implicam restrições de liberdade individual.

Condição de risco ou neoconflitos?

Diversos estudos convergem na necessidade de investigar a mudança de atitudes e valores no universo de segmentos urbanos frente a um cotidiano em que precisam lidar com a violência e o sentimento de medo em razão da criminalidade urbana. A antropóloga brasileira Alba Zaluar, em seu texto *Medo do crime, medo do Diabo*, chama a atenção para os textos de jornais diários que trazem manifestações de indignação dos moradores amedrontados, “que vivem atrás das grades de suas residências e dos vidros de seus automóveis, conclamando todos para o fim da passividade, sem dizer como fazê-lo” (ZALUAR, 1994b, p. 6).

Numa primeira aproximação ao tema do imaginário em torno do ente/entidade culpado(a) das mazelas da violência urbana, pode-se constatar, ainda que não rara, no senso comum, a tendência a conceber o “inimigo” na figura genérica do “pobre”, o Outro que ameaçaria uma irreversibilidade na crise urbana. O deslize para um sistema de acusações é um perigo ideológico iminente, como analisado por Teresa Caldeira (2000, p. 43) a respeito do crime entre moradores na cidade de São Paulo.

Tomados pela desconfiança do Outro e pela insegurança cada vez mais inevitável, progridem as pressões reivindicatórias sobre as instituições estatais contra os riscos do viver na cidade. As queixas, de modo geral, são apropriadas por instituições oficiais de poder (go-

verno, polícia, exército) como razões legítimas para atitudes punitivas violentas, assim como para outras formas de repressão e de exclusão.

Outra feição da crise cinge, então, a qualidade de vida da comunidade, poderes legais incitam a um aumento da violência no combate à própria violência ou, como sugere Hannah Arendt (1994), admitem que cada diminuição de poder é um convite à violência.

Importa, assim, considerar a construção do medo social pela imprensa, pelo mercado de segurança, pelas políticas públicas e pela ação cotidiana dos habitantes embora buscando, no âmbito das teorias reflexivas do risco, diminuir a vulnerabilidade face à criminalidade na cidade. Estas reações aproximam-se da teoria de Mary Douglas (1992), que afirma vivermos atualmente uma sociedade de riscos, reveladora de uma nova cultura individualista relativa ao quadro de determinações abstratas e universais em que os riscos se tornam fatos sociais.

Se, por um lado, assumimos a linguagem de Douglas (1966, 1992) na classificação, ao analisarmos os riscos que se tornam fatos sociais – consciência do aumento da vulnerabilidade e diminuição da probabilidade de segurança patrimonial e pessoal –, acompanhamos Ulrich Beck (1997) e Anthony Giddens (1991, 1997) em suas críticas às políticas institucionais na era industrial e sua análise sobre o surgimento de peritos para mediar situações de risco.

Para esses teóricos, a violência urbana, como risco em potencial, alimenta um mercado de segurança e promove a qualificação de especialistas na atividade.

Giddens e Beck (1997) propõem, contra o estado de violência, projetos de conscientização, até para impedir que a população atual debande para a radicalização, com o risco de tal crítica provocar uma profunda crise institucional.

Podemos observar esforços neste sentido em projetos governamentais do estado e da municipalidade no chamado programa “Orçamento Participativo”, vinculado ao projeto do governo que dirigiu por mais de uma década (1989-2003) ambas as instâncias políticas. A atual administração preservou para suas secretarias o tema da segurança como prioridade, dando continuidade aos projetos já iniciados na Secretaria da Justiça e da Segurança, que trata do Estado, e da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana, que trata do município.

Entretanto, a criminalidade organizada do narcotráfico põe à mostra os limites de programas de combate ao crime pelos órgãos responsáveis pela segurança pública, como revelam pesquisas sociais e governamentais. Por um lado, o aumento da repressão para conter os delitos pouco diminuiu o índice de criminalidade; por outro lado, esses organismos são reféns dos processos de corrupção da própria estrutura repressiva. A incapacidade de instâncias políticas de combater a criminalidade conflita com a disputa de poder nas diferentes polícias que atuam no contexto urbano. Este fato, que mostra que as raízes dos problemas sociais no contexto brasileiro são mais complexas e implicam reformas estruturais na base do sistema da Justiça, ultrapassam o sistema atual, comprovadamente obsoleto. A essa ambiguidade soma-se o papel dos meios de comunicação, que se especializam em espetacularizar a violência, agravando o sentimento de medo e pânico na população.

Face aos limites dos poderes públicos em prol da coletividade, a população se protege com ações preventivas, alinhando-se, no fundo, às regras de conduta propostas pelos sistemas de segurança e de políticas de proteção social definidas em planos de segurança urbana que, se seguidas, poderão melhorar a segurança e diminuir a

sensação de fragilidade face ao dilema da criminalidade na cidade.

A sistemática limitação das instituições da ordem e do sistema judiciário e a urgência de mudanças no caráter disjuntivo da democracia brasileira” (CALDEIRA, 2000, p. 55) desmascara a visibilidade do aumento da vulnerabilidade do cidadão, cuja situação de ameaça condiz com a ineficiência da representação institucional pública que deveria representar os interesses de toda a sociedade (BECK, apud GUIVANT, 1998, p. 27). A população é alarmada para se proteger.

A indústria oferece paliativos instrumentais. As serralherias especializam-se em correntes e chaveiros, grades, portões automatizados e pantográficos, estruturas metálicas e basculantes. Dado seu custo acessível, esta opção tornou-se consumo de todas as camadas sociais. Já as “lojas de segurança especializadas” propõem uma parafernália de instrumentos antifurto, câmeras para circuito interno, sensores internos e externos etc.

Mas a maior demanda de moradores em bairros das camadas médias é por vigilantes diurnos e noturnos, alimentando um mercado de grandes proporções. Em 2005, pelos dados do Sindicato dos Vigilantes em Porto Alegre, havia 122 empresas de serviços de vigia com registros legais e 140 sem registros legais.

Esta prática consiste em reunir um grupo de moradores, em geral nos limites geográficos da “quadra”, que contrata o sistema de vigia. Para isso, é instalada uma guarita na calçada, de forma que o vigilante possa observar constantemente a rua. Ainda segundo o Sindicato dos Vigilantes, é provável que estejam atuando 18 mil vigias atualmente na cidade. Eles não podem portar armas, e sua função preventiva, de vigilância, é dificultar a ação criminal.

Estes peritos em vigilância, antes de assumirem tal função, seguem um curso de formação, única forma de atuar na legalida-



Figura 5

Autoria: Rumi Kubo, Porto Alegre 2010, acervo Navisual



Figura 6

Autoria: Eliane Suelen Oliveira da Silva, Porto Alegre 2010, acervo Navisual

de, vinculados a empresas de segurança desarmada, atuando em ruas, portarias e zeladorias fiscalizadas pelo Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas, setor da Brigada Militar do estado. De modo geral, os condomínios e edifícios em Porto Alegre contratam serviços terceirizados no sistema de segurança privada desarmada, com circuitos internos e externos de câmera para controle televisivo. Já moradores de uma quadra cotizam as despesas para contrato de vigias autônomos, também denominados de “guardas de rua”, que se revezam durante turnos diurnos e noturnos. Para comunicação com a polícia, usam telefones celulares do vigia contratante, telefone na guarita ou telefone de algum morador. Esta prática não se diferencia muito da prática dos antigos guardas noturnos. A diferença é que, antes paga por recursos municipais, é agora de responsabilidade dos moradores.

O posto de vigia de s. Oswaldo (55 anos, branco) fica em frente a um grupo de casas e edifícios em zona residencial de classe média. Iniciou a atividade em 1997 e logo solicitou aos moradores “da quadra” uma guarita. Feita de fibra, tem três janelas e uma porta, que permanece aberta durante o dia e fechada à noite. No seu interior, uma cadeira, eletricidade para o ventilador, espelhos para o olhar retrovisor etc). Na rua o método de vigia consiste em percorrer a quadra para cima e para baixo, observando a aproximação de qualquer pessoa estranha ao território. Os vigias são organizados em três turnos. Durante o dia, conversam com os moradores e são conhecidos dos zeladores de todos os edifícios. A quadra é toda gradeada; muitas casas apresentam ainda sensores e câmaras antifurto e possuem cachorros ferozes.

O ônus da vigilância passa, assim, de forma sistemática, a ser cotizado entre os habitantes da cidade, privatizando os processos de

segurança e criando a demanda por peritos em vigilância para mitigar os atos criminais.

No caso de famílias mais abastadas, o *microchip* cutâneo é um recurso para solucionar casos de sequestro. Em Porto Alegre, 22 famílias estão inscritas no programa, que depende de uma base de monitoramento. Outra demanda é por empresas que buscam e levam adolescentes, e mesmo adultos, para eventos de diversão noturna. Esta opção é cada vez mais frequente, substituindo a cotização entre pais que se revezam no leva-e-traz de filhos e amigos dos filhos às festas noturnas. A exigência de carro blindado torna o recurso pessoal mais limitado; é frequente o contrato de empresas especializadas em carros blindados. Muitas vezes, são as mesmas empresas que atuam em transporte escolar, e que já adquiriram confiança no mercado que operam nesse ramo “promissor”.

A expansão da indústria da segurança e de especialistas engendra a necessidade de estratégias de segurança compatíveis/proporcionais ao enfrentamento dos riscos e remete às noções propostas por Giddens de “construção da reflexividade” (GIDDENS, 1991, p. 43) e por Beck (1997), de “modernização reflexiva”. A preferência por uma ação protetora individual objetiva minimizar a ameaça do perigo demonstrando a recomposição de uma confiança pela mediação do mercado em detrimento da credibilidade nas instituições públicas e civis.

As experiências de vitimização na rede de relações e publicidade das imagens de medo insegurança pela imprensa e pela publicidade só multiplicam o consumo da segurança e induzem a mudanças no estilo de vida por práticas de prevenção. Nos termos de Giddens, estamos diante de um desencaixe dos sistemas sociais pelo dinamismo da modernidade de separar tempo e espaço e recomb-

ná-los em formas que permitam o 'zoneamento' tempo-espacial preciso da vida social, de "reordenação reflexiva das relações sociais à luz das contínuas entradas de conhecimento, afetando as ações de indivíduos e grupos" (GIDDENS, 1991, p. 25).

Sucessivas situações e experiências vividas ou apreendidas são sistematicamente avaliadas como decadência social devido ao caos constituído pela criminalidade urbana.

Estas redefinições dinamizam diferentes formas de busca de proteção. O diálogo é necessário entre vítimas e sociedade. Surgem "organismos não-governamentais" propostos por vítimas ou familiares de vítimas fatais, que demandam do interesse público arenas de atuação para compreensão dos processos de vulnerabilidade estrutural e de mediação política, como o Centro de Referência às Vítimas de Violência, ligado a instâncias municipais de serviço de segurança pública.

O risco da insegurança representa, portanto, um processo sociocultural relevante no contexto da cidade brasileira e, em nosso estudo sobre Porto Alegre, não só apreendido pelas dinâmicas de probabilidades estatísticas de ocorrência, mas como opção por novos tipos de organização e ação dos atores em sua cotidianidade.

Para Mary Douglas e A. Wildavsky (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1982), por um lado, há uma burocracia que busca administrar os riscos, orientando as condutas individuais; por outro, também há indivíduos que se organizam na elaboração de estratégias de enfrentamento dos riscos. Estes aspectos contextualizam as situações agonísticas do viver urbano, que delineiam a paisagem da cidade em seus paradoxos contemporâneos.

Podemos considerar que a ação dos atores na cidade busca amainar a vulnerabilidade considerada e se refere à falta de confian-

ça nos administradores da segurança, mas também se refere à desesperança na capacidade das políticas públicas de instaurar sistemas sociais de igualdade e justiça. Aqui empregamos a análise Paul Ricoeur, quando afirma estarmos em face de “neoconflitos” (RICOEUR, 1988, p. 149), de novas determinações socioculturais que alimentam a tentação da busca de uma ordem considerada “caótica” e que afeta a população alimentada de medo e que se coloca na defensiva (RICOEUR, 1988, p. 151). Dessa forma, estamos tratando não só de diferentes formas de racionalidade, mas de uma conjugação de experiências simbólicas complexas que problematizam as trajetórias pessoais e coletivas dos sujeitos habitantes nas cidades.

Estes neoconflitos implicam formas mais complexas de reconhecimento de si nos processos de interpretação da vida social moderna e incidem em admitir os medos coletivos na atualidade, como sugere Jean Delumeau, prossequindo o seu questionamento sobre o “que, de fato, as pessoas têm medo?” (DELUMEAU, 1989).

Estas formas de expressão das preocupações que habitam os corações e as mentes dos cidadãos colocam-se como narrativas do desejo coletivo de reconstrução de uma ordem perdida, de uma normatividade desfeita, de uma sociedade estranha e incivilizada.

Não se trata, portanto, de uma naturalização discursiva da violência, muito presente nos sistemas acusatórios no passado (organicistas e funcionalistas); há, antes, uma espécie de socialização da violência, na indagação sobre a construção da imagem do Outro, promovida pela cultura do medo.

Hermenêutica da crise no cotidiano na cidade

A constante projeção de atos, gestos e condutas cotidianos nas biografias dos habitantes na cidade revela cidadãos que individualmen-

te procuram construir disposições para enfrentamento da violência criminal. A conduta não é só projetiva. É igualmente prospectiva, retrospectiva de ações e pensamentos dos habitantes no fluxo do tempo coletivo. A previsão de estratégias como interpretação é reflexão igualmente retrospectiva, porque tecida no estoque de conhecimento apreendido no cotidiano, como crises a serem ultrapassadas.

A crise configurada pelo medo social face à violência na cidade refere-se, para os entrevistados, ao tempo presente, em que as formas interativas do cotidiano já não lhes permitem reconhecer, nas rotinas e interações com o Outro a imagem do trabalhador honesto (ideal do prometeico).

Manifestam preocupação relativamente à capacidade de um sistema de valores éticos de referência de reprimir a crescente agressão ao corpo coletivo na cidade e de dissipar os medos e as ameaças à vida. Mas, ao reivindicar atos e normas reguladoras de tais processos junto às estruturas político-urbanas do poder, têm modificada sua relação, de dependentes para a de atores de estratégias na construção de alternativas de resguardo social.

Atitudes que contrastam com imagens de medo, que parecem marca de um contexto urbano em “outros tempos”. Como não dizer, portanto, que nasce uma identidade narrativa coletiva de cidadãos que, numa polifonia generalizada, pensam diferentemente em face das novas complexidades na cidade? É uma nova identidade que compõe novas sensibilidades, de força coletiva que se opõe à banalização orquestrada por uma mídia eloquente.

Os relatos de experiências de medo frente à vitimização e à investigação sobre as sociabilidades relacionadas desenham, no contexto da cidade, múltiplas formas de convivências reorientadas pelo sentimento de insegurança, considerando aqui o conceito de “jogar

o social” simmeliano, segundo o qual os indivíduos interagem ou se evitam, se encontram ou se afastam, mas sempre em ação permanente ou passageira. Neste sentido, a cultura do medo é uma síntese singular do espírito subjetivo com o espírito objetivo, concebendo a cultura objetiva e subjetiva sob o ponto de vista do “valor”, na dinamização dessas múltiplas formas de convivência.

Nessa experiência de medo social, o sujeito é habitante de seu tempo na cidade, e a própria cidade é o sujeito de interação, “sujeito moderno”, fugaz, contraditório, paradoxal, dialético, efêmero, mas sempre lá, sujeito-cidade. Disforme, por certo, ou incerto, mas instância viva, nas reciprocidades imanentes do ser sociedade. Alfred Schutz descreve esta corrente de consciência compartilhada no cotidiano vivido como tese geral da existência do alterego (apud WAGNER, 1979, p. 163). Dimensão que remete os habitantes aos jogos de memória que os inserem como atores de uma trajetória coletiva na cidade.

A alteração na tessitura urbana, condicionada pelo medo social, converge com a mudança de forma de pensar e viver, conforme orienta Georg Simmel (1934), para quem, na vida cotidiana, precipita-se a figura do terceiro disformante (o conflito) nos atos interativos entre os indivíduos que desenham redes de trocas, que estetizam o viver na cidade em suas diferenciações e no seu princípio de individuação.

Georg Simmel (1934), ao conceber a história dos sentimentos dos atores, das representações dos conteúdos de consciência, elucida a afirmação do indivíduo e sua atuação como sujeitos no mundo. No caso em estudo, como o indivíduo trabalha as imagens de medo que espelham as complexidades de ser sujeito (cidadão) no mundo moderno, tem como referência relacionando uma ideologia individualista de sobrevivência. Ou, como sugere Gilberto Velho (1987),

sobre “a mudança de costumes e valores associada às drásticas transformações da vida urbana”, pelo uso de trancas na portas, do seguro com alarme no carro, com o guarda (privado) de rua, com o distanciamento do contato social para impedir situações das quais, “uma dessas consequências foi a banalização, rotinização da violência”.

A interiorização do medo e da imagem genérica de um Outro ameaçador coloca-se como cultura, ou, na linguagem de Simmel (1983, p. 166), como matéria da sociação, mas que não consegue fortalecer as formas de interação do contínuo viver social em sua descontinuidade pelas mudanças de formas no curso dos códigos sociais, dos processos histórico-políticos, dos constrangimentos estruturais e das práticas dos indivíduos. Isto porque, continua o autor, a reciprocidade implica que o desenvolvimento da cultura seja, ao mesmo tempo, uma espécie de deculturação, não no sentido de uma negação, mas de uma fuga da cultura em um mundo objetivo que se torna impermeável a toda subjetividade (FREUND, 1992, p. 221). O noticiário sobre insegurança e a criminalidade que constrói a cultura do medo como retrato do viver urbano, provoca um desencaxe e uma espécie de incomunicabilidade entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo no fluxo do tempo e do espaço. A cultura do medo e a violência desmesurada são produto da obra humana que escapa ao controle de seu criador. Sua deformação independe da vontade maior e contraria a lógica da forma para a própria duração individual na história coletiva.

A obra da violência na cidade sobrevive, assim, à vida de seus autores moderno-industriais. Esta autonomia da deformação no âmbito do espírito objetivo torna-se adversária do sujeito seu criador e desafia a lógica, a ponto de, como diria Sara Pain (1992), confundirmos os reais perigos com os perigos simbólicos. A cultura do medo

gera a imagem da tragédia da cultura pela “atitude do vivente a produzir a não-vida” (SIMMEL, apud FREUND, 1992, p. 222).

Atores que compartilham sentimentos de insegurança e vulnerabilidade recorrem a ações paliativas e configuram a existência de intrincadas relações. Se há adesão ao gradeamento, se há segregação e afastamento do Outro, estranho, há também motivação de reconhecimento do Outro, há busca de pertencimento, de conformação de redes de interação.

Não há como falar em homogeneização da cultura do medo. É mais apropriado falar em “retóricas”, “táticas”, de acordo com Michel de Certeau, uma miríade de ações, todas com a marca da intenção humana. Assim, mesmo que atreladas a uma complexa teia de jogos de poder enunciada nas políticas de segurança e estruturas repressivas, é preciso reconhecer que há reinvenções nessas condutas, “formas clandestinas assumidas pela criatividade dispersa, tática e paliativa de grupos ou indivíduos já presos nas redes da disciplina” (De CERTEAU, 1994; HARVEY, 1996, p. 197).

Antes de conceber as condutas como resposta a uma malha repressiva de controle social, como denuncia Michel Foucault (1979), elas se tornam práticas, no cerne da contemporaneidade que ordena simbolicamente o tempo e o espaço vividos e fornece à experiência prescrições pelas quais aprendemos quem ou o que somos na cidade que habitamos.

Esta forma de ver ato humano de criação na ação de agir sob a prescrição da cultura do medo é uma fala sobre si para reconhecer um nós relacional nos ritmos paradoxais das práticas e saberes do viver cotidiano. Convergem o princípio metodológico de Georg Simmel (1934), o ato recíproco entre cultura subjetiva e cultura objetiva, em que, se “o processo causal é indispensável”, ele não é exclusivo,

mas submetido a incertezas e variações de ação e, portanto, sujeito às oscilações das avaliações e escolhas. Dessa forma, não se trata de localizar uma população aterrorizada, uma classe média passiva ou uma classe popular encurralada, tampouco de localizar a causa da violência, mas de reconhecer as ações que projetam a vida aprendendo a tragédia como drama social gerador de sentido para continuidade na cultura.

Na interpretação de estado de crise e de ameaça da ordem coletiva, os moradores, os habitantes, não raro falam dos constrangimentos na busca diária de enfrentamentos e de táticas para reagir à "crise", "à violência", respostas simbólicas a garantir a integridade física e as sociabilidades que expressam novos estilos de viver suas rotinas e de se deslocar na ambiência urbana, situações de reconfiguração do imaginário social.

Tentando novamente uma orientação, na teoria simmeliana, tornamo-nos conscientes da dimensão da cultura do medo como tragédia da cultura, do viver moderno, e a reproduzimos, mesmo conscientes de sermos autores de um projeto estéril de continuidade.

Mas como dar conta dessa ruína de sociabilidade pela não-sociação? Como poderíamos conscientemente aniquilar a vida que justamente queremos preservar?

Ocorre que, nesse processo, não se trata mais de tragédia, mas de crise. E, se nos acomodamos à tragédia da cultura (adesão à estética da cultura do medo), lutamos para superar a crise (reivindicando direitos civis). Neste sentido, estar em crise é da dinâmica do viver social contemporâneo, e a força do viver no social consiste justamente em preencher de sentidos a crise (da cultura moderna, para Simmel), reordenando as experiências temporais num campo semântico que estrutura a vontade de ultrapassar a tragédia inerente

à cultura, a essência que reside na faculdade de produzir, como vida, as formas não-viventes (FREUND, 1992).

Assim, tributária do tempo, a cultura do medo contém sua própria transformação, ora conformação, ora deformação, ora também reformulação que a teoria da forma contempla. Estas considerações de Georg Simmel (1934) são plasmadas mais propriamente no *inner-self* (no plano psicológico, no cultivo interior ou na subjetividade), uma vez que, para o autor, o indivíduo qualitativo é a unidade fundamental de análise.

Importa complexificar as questões em torno da cultura do medo no âmbito histórico e social, como o propõe Norbert Elias (1994), que interpenetra a sociogênese à psicogênese, relacionando a história interna de cada indivíduo a uma história de longa duração, do processo civilizatório à domesticação do pensar e à colonização do agir.

Embora reafirmando a necessidade imediata de reformas políticas na base do sistema civilizatório econômico e jurídico brasileiro, é possível, advogam representações contra a violência urbana de pensamento organicista, superar a condição de crise global de aniquilamento da cultura. A historiadora Arendt (1994, p. 55) atribui esta tendência à mídia, que retrata uma sociedade enferma, cujos sintomas são a desordem, e as consequências, a generalização da violência pela esterilidade de sentidos

A violência urbana, em sua proporção agonística, não constitui uma nova crise no presente, mas é próprio do fenômeno moderno que a crise engendre o conflito social. A cidade criadora está sempre grávida de sua destruição para transformação e para estetização de uma nova forma de viver o social. Como se trata de uma dinâmica de níveis, seguindo Louis Dumont (1992), a cidade

é morta para se transformar e gerar a criação da duração, não em um sentido linear e progressista, mas em uma oposição de níveis de posição (Id. *ibid.*, 1992) ou em uma superposição temporal e cíclica (BACHELARD, 1989) que não nega uma vontade de ultrapassar a vida, como sugere Simmel (apud BACHELARD, 1989). A adesão ao mercado de segurança e a segregação espacial acabam por nos constituir em ultraje ao direito social (diálogo aqui com CALDEIRA, 2000, p. 376). Também nos leva a nos questionar sobre o conteúdo de liberdade que queremos projetar para que a noção de confiança sustente o viver em sociedade.

A paisagem do mundo urbano contemporâneo guarda, neste contexto, as feições das crises e dos medos sociais, por um lado, e das estratégias de vida de seus habitantes, seus sonhos e desejos, por outro lado, segundo a acumulação benéfica da animação e da vibração temporal dos ritmos diferenciais de elaboração de sentido de seus territórios de pertencimento, aderindo à fragmentação e à sistemática negociação dos lugares de interação.

Daí a possível leitura, entre outras, da arte de viver o cotidiano segundo as práticas de prevenção e as estratégias de fuga que vão estilizando as interações sociais cotidianas como estilos de vida propulsores de expressões múltiplas de pensar e agir na cidade ameaçada pela criminalidade.

Reconhecer a vulnerabilidade como um fato social retoma a noção da cultura como espaço de relações diferenciadas, em que, nos termos de Paul Ricoeur (2000), a possibilidade de resistência (*resilience*) se coloca frente a essa perturbação sobrevinda pela violência urbana, que solapa o valor “confiança” como lógica do viver urbano moderno-contemporâneo).

A cultura do medo inscreve-se, assim, como mais um valor na

memória social que mapeia a condição do viver urbano hoje e inflama as atitudes pelas quais nos relacionamos ao passado e ao futuro, como estratégias do saber viver social que promovem as ações com conhecimento mais coletivo da sociedade que queremos, ultrapassando as reações defensivo-agressivas.

A cidade-contexto está ligada à existência da violência, mas sem se conformar à democratização da criminalidade como risco. As práticas e os fenômenos objetivamente identificados como criminosos ou violentos são apenas parte dos processos presentes na figuração da cultura do medo.

Esta cultura, analisada a partir da percepção interna para a percepção externa, não deixa de ser a representação social da ameaça e dos riscos (SOARES, 1995, p. 1).

Também nada há de positivo na apreensão da cultura do medo como fenômeno social. Apostamos, entretanto, que há circularidade de ideias, de pontos de vista, interpretações nos relatos de experiências, de diálogo e de ações de resistência. Não há só fuga; há gestos de transformação nas relações que nos levam paradoxalmente a nos aproximar do Outro. Uma ONG fundada por vítimas, a necessária corrente de vizinhos e a familiarização com algum Outro próximo são pequenas subversões à imagem do indivíduo alienado e sem qualidades. No fluxo da experiência humana, presente no mundo contemporâneo, repercutem práticas e saberes que os indivíduos e/ou grupos urbanos constroem com a cidade que se transforma.

Conclusão

Mapear a complexidade da vida cotidiana no meio urbano, seu quadro de situações disjuntivas e de desenraizamento coletivo são im-

passes que conduzem muitas vezes o pesquisador a dificuldades na forma de compreender os graus diversos de concretude que adquire a cultura do medo no mundo urbano contemporâneo, principalmente no caso brasileiro.

Porto Alegre é mais uma cidade em que a condição de crise das dinâmicas de transformação social supera sua referência ao progresso e ao atraso social. No jogar o social, como diria Georg Simmel para definir a sociedade, importa situar um esforço da produção de sentido que comprometa a coletividade, que recoloca o urbano no social, transformando a defesa em ação por referência a valores de identidade, permitindo-lhe construir projetos, encadear trajetórias que a envolvam solidariamente, restituindo-lhe a autoconfiança.

Trata-se de perceber cenários de conflito, diferenciados por questões sociais e políticas, por diversidades culturais (costumamos dizer), no caso de cidades brasileiras como Porto Alegre, em que a dimensão antropológica, antes de propor certezas, situa-se como o lugar em que se propagam interpretações e narrativas de uma sociedade não aniquilada na construção de uma ética de autocontrole. Movem-se as nuvens. Ainda há outros ruídos urbanos. Mas não há como não perceber a força de sentidos dos princípios de reciprocidade que movem a humanidade, mesmo a de Porto Alegre.

Capítulo 5

Cidade sitiada, o medo como intriga

Prólogo

Imagens da cidade amanhecendo (céu sem nuvens). Falas das velhas senhoras (plano fechado no rosto das velhinhas; ao fundo, imagens da cidade de Porto Alegre, em velocidade acelerada, em evocação à passagem do tempo)

D. Orientina: É a gente ver aquilo que não gostaria de ver, passar pelo que não quer... A minha infância. A gente naquela época era muito segura. A gente não saía, não tinha assim liberdade, né. Era em casa. Ali a gente, eu me criei ali, estudei em Cruz Alta...

Vó Santa: Faço oração com a Bíblia na mão; eu caminho com ela e aonde eu vou eu levo, eu não deixo... é a minha espada que eu tenho comigo, é a minha espada, o poder que eu tenho comigo, é a palavra do Senhor, a Bíblia aberta é a boca do Senhor falando conosco; eu confio nisso e confio em Deus.



Figura 1

Cidade Sitiada. NTSC / 24min / MiniDV / 2001. Direção: Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha. Câmera: Rafael Devos. Produção: Equipe Biev

Introdução ou “Prefiguração”

Com estas vozes, inicia-se o documentário *Cidade sitiada, seus fantasmas e seus medos*, que em 2001 realizamos sobre a cultura do medo, contando com trajetória de vida de quatro habitantes em Porto Alegre. Trata-se de documentário etnográfico que retrata as feições da crise e do medo no teatro da vida urbana contemporânea desta cidade, de 1,42 milhões de pessoas (capital do estado do Rio Grande do Sul), seguindo os itinerários de seus diferentes personagens, enfatizando o conteúdo trágico que encerram as inflexões por eles apontadas entre tempo passado e tempo presente, na genealogia da controvérsia de suas ambiências, “acolhedoras” ou “ameaçadoras”.

Concebido na trilha de conceitos antropológicos sobre as feições das crises nas grandes cidades do País, o documentário etnográfico foca o tratamento diferencial das figuras do imaginário do medo no contexto urbano. Seguem-se os rastros da memória de habitantes em seus cotidianos, com relatos biográficos segundo recortes distintos de classe, etnia, geração e gênero. As formas da crise, em função de insegurança, vulnerabilidade, vitimização e da estética do medo pela proteção patrimonial, vão sendo configuradas de acordo com os itinerários de seus diferentes personagens, ressaltando-se o conteúdo trágico por eles apontado em suas experiências passadas e atuais.

A ideia inicial previa que se pudesse remontar uma genealogia da controvérsia das ambiências “acolhedoras” ou “ameaçadoras” em Porto Alegre, mas os relatos e as entrevistas com os informantes não o permitiram. Optou-se, assim, na construção do roteiro final de edição para o desenvolvimento do argumento original, pela escolha de dois personagens centrais, cujas trajetórias sociais e histórias de vida na cidade de Porto Alegre tornam possível ao espectador confrontar-se com a complexidade das representações de medo e crise no mundo urbano contemporâneo. Escolhemos como estórias a serem narradas pelo documentário os relatos de um pai de família de camada média (Augusto), engenheiro, morador de um condomínio horizontal e de uma mãe de família (Marilda), empregada doméstica, negra, oriunda das classes populares, e habitante de uma vila de periferia nos arredores de Porto Alegre.

Para marcar a passagem do tempo, que se tornou uma marca dos depoimentos dos dois protagonistas, escolhemos duas personagens nas figuras de duas vozes de velhas senhoras (d. Orientina e d. Etelvina, “vó Santa”). Por meio delas, o espectador poderá acompanhar a trama com os comentários sobre a cidade e suas transforma-

ções no tempo. A intenção era que estas narradoras ocupassem o lugar do “coro” nas tragédias gregas, comentando, a distância, as ações, os sentimentos e os pensamentos dos personagens em seus dramas e interpretações no fluxo do tempo vivido.

O uso de imagens para construir a atmosfera das trajetórias concentrou-se no acervo pessoal dos informantes, com algumas inserções de imagens aéreas da cidade de Porto Alegre, do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (Biev), produzidas especialmente para a realização deste documentário. A equipe de realização era reduzida, para garantir a qualidade de sua posição e presença na vida cotidiana dos informantes, no bairro onde moravam, tanto quanto sua inserção discreta e processual – embora muitas vezes conflitual e tensional – nos territórios da cidade por eles sugeridos.

Voz 1, *Com minha bíblia, nada temo!*

Cornelia, Tudo bem, Vó?

Vó Santa, Tudo, minha filha; vão entrando.

Cornelia, Conhece este menino?

Vó Santa, Desde pequenininho. Eu criei ele, o irmão dele.

Vó Santa (como gosta de ser chamada) foi entrevistada por Felipe Stella, pesquisador de iniciação científica do Navisual, no inverno de 1999. Faxineira, moradora do Bairro Agronomia, teria 80 anos de idade. Sua trajetória, relatada em diários de campo pelo aluno, revela uma migração rural, ainda jovem, para Porto Alegre. Aceita ser novamente entrevistada “sobre sua vida”.

Já era uma interlocutora importante na pesquisa sobre crise e medo na cidade por nós desenvolvida ainda em 1997. Neste dia, em sua casa de alvenaria de dois cômodos, aceitou ser filmada. Rece-



Figura 2

Vó Santa. Aatoria: Felipe Stella, Porto Alegre, 1999, acervo Biev.



Figura 3

Vó Santa. Aatoria Felipe Stella, Porto Alegre, 1999, acervo Biev.

beu nossa equipe abrindo o portão gradeado e fechado com cadeado. Fotografamos o ato.

Entre cuidados domésticos, lavava a roupa e cuidava de um neto de dois anos de idade. Para ser filmada, escolheu sentar perto da mesa em que pousava uma Bíblia. Disse estar “pronta para nos contar sua vida”. Filmamos.

Voz 2, A gente não tinha medo

Thaís Vieira, bolsista de iniciação científica do Biev, finalizava sua pesquisa em 2000 sobre trajetória de mulheres idosas na cidade de Porto Alegre. Uma de suas informantes, Orientina, era sua avó.

Na época da entrevista, residia em bairro popular, numa casa de alvenaria onde criara seus filhos. Acostumada com a pesquisa da neta, nos recebeu em sua casa “para ajudar a pesquisa” ao “contar sua vida” em Porto Alegre, então nos seus 78 anos de idade. Seja a câmera fotográfica, seja a câmera filmadora, Vó Orientina se sentia a vontade para narrar aos membros da equipe, episódios de pequenos furtos e nos transmitir sua sensação de vulnerabilidade mais aguçada no tempo presente do que no passado, preocupando-se essencialmente com a integridade física de seus netos aos saírem de casa e somente retornarem tarde da noite devido seus estudos e trabalhos.

A emergência do tema do medo na antropologia no Brasil

Entre 1992 (Cornelia) e 1993 (Ana Luiza), havíamos retornado de nossos programas de doutoramento na França, onde havíamos tratado da crise nas cidades de indústrias tradicionais (Cornelia) e da estética da desordem no processo fundacional das cidades no sul do Brasil (Ana Luiza). Para seguir na interface das linhas de pesquisa de antropologia urbana e imagem, elegemos como um dos temas prioritários



Figura 4
Vó Orientina. Autoria Thaís Vieira,
Porto Alegre, 1999, acervo Biev.

a problemática do medo e da insegurança na cidade de Porto Alegre, através de um projeto integrado, *Estudo antropológico sobre memória coletiva na cidade, as formas de sociabilidade, as trajetórias de vida e os itinerários de seus habitantes*. Para circunscrever o tema, iniciamos, na época, um inventário das reportagens na imprensa e na televisão sobre o tema medo. As diversas mídias alardeavam a problema da violência urbana no Brasil. Em Porto Alegre, não era diferente.

Jornal Zero Hora, Porto Alegre, domingo 10 de outubro de 1993. p. 34. Artigo – *Violência muda hábitos e convicções*. Com medo de repetir momentos de angústia, a população se defende com armas e trancas e altera comportamentos. As mudanças de comportamento são regidas por atos de violência tão diferentes como o roubo de um tênis, o furto de um carro ou uma tentativa de estupro... No dia 24 de abril um casal de idosos é assaltado na sua casa. Roubam dólares e joias. A senhora passou a ter crises de angústia, chora muito, apresenta problemas cardíacos e só dorme se os familiares ficam até tarde da noite na residência. O casal decidiu se mudar para um apartamento.

No nível político, a cidade de Porto Alegre, numa sucessão de gestões administrativas lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), conhecia como demanda recorrente nas reuniões de representantes do Orçamento Participativo a solicitação por maior segurança nas ruas, bairros, escolas, ônibus, por qualificação dos equipamentos urbanos de prevenção, como iluminação e assédio policial constante. Logo os discursos dos candidatos a cargos administrativos municipais adotaram o *slogan* de maior segurança como carro-chefe em programas eleitorais face ao cenário de “aumento de criminalidade,” alardeado por instituições estatísticas públicas e privadas. A cidade vinha sendo, assim, construída pelos discursos

mediáticos como um “porto pouco seguro”, e, além disso, não tão alegre. A estruturação de uma secretaria mais moderna de segurança pública do Rio Grande do Sul tornou-se prioridade para projetos de governo estadual e municipal. As autoridades passam a orientar (por meio *Manuais de segurança*, *folders* e portais eletrônicos institucionais, como www.sjs.rs.gov.br) mudanças de comportamento nas formas de viver os espaços públicos. Em suas campanhas, a polícia civil, por exemplo, estabelece orientações preventivas, que motivam para a formação de um cidadão alerta, prudente, vigilante, que calcula cada ato com o cuidado necessário para evitar riscos à sua vida e ao seu patrimônio.

As mudanças de hábitos coletivos na cidade (dicas de segurança) são precauções aprendidas pelos cidadãos para diminuir a vulnerabilidade e a exposição ao fator de risco, evitando atitudes “facilitadoras” de atos criminosos. Em particular, por causa do medo da violência, a paisagem arquitetônica e urbana de Porto Alegre transforma-se radicalmente. Na esteira deste processo, proliferaram grades, porteiros eletrônicos, guaritas, arames e cercas elétricas, circuitos de alarme internos e externos, não só em bairros identificados como “enobrecidos”, mas também em bairros populares, nos quais os moradores e pequenos comerciantes recorrem a grades e cercas para dificultar roubos e assaltos cada vez mais frequentes.

Assistíamos, nos noticiários da época, a uma crescente configuração da cultura do medo. Compreendia-se que o mundo da vida cotidiana dos habitantes das grandes metrópoles contemporâneas do Brasil expunha cada vez mais o cidadão à desagregação das relações sociais em face dos noticiários sobre insegurança e vulnerabilidade, ameaçando os projetos de construção de um tempo ético fundado em valores de reconhecimento e responsabilidade, gerando,

com isto, segundo os termos de Paul Ricoeur (2000), a desconfiança na cultura e a descrença de uma continuidade social.

De imagens e conceitos, a configuração

Com o projeto *Antropologia do cotidiano e estudo das sociabilidades a partir das feições dos medos e das crises na vida metropolitana (projeto CNPq 1997-2001)* realizamos uma série de exercícios etnográficos no contexto urbano de Porto Alegre. O tema tratava da memória dos habitantes em seu cotidiano, sob o enfoque da cultura do medo, face às situações de crise e violência no mundo contemporâneo. Entrevistas realizadas nas residências de alguns moradores se consolidavam nas observações de situações vividas no cotidiano urbano porto-alegrense por seus moradores nos mais diversos bairros. Esta prática mapeava uma pluralidade e heterogeneidade de experiências do viver urbano entre os seus habitantes, a começar pelo sentimento de segurança ou insegurança em suas trajetórias. Por haverem consentido em compartilhar seu dia-a-dia e em participar de entrevistas, admitiram também a ideia das filmagens. Aos poucos surgiam, entre alguns deles, os narradores privilegiados que iam tecendo suas histórias a respeito dos antigos e dos atuais territórios seguros ou a evitar, situando as memórias “de outros tempos” nas transformações pelas quais passava a cidade.

Em decorrência das etnografias desenvolvidas, cujas imagens (visuais, sonoras, escritas) vinham sendo reunidas no corpo do projeto integrado, criamos, em 1997, o Projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais – Biev –, voltado à formação de coleções etnográficas com os acervos de imagens que vínhamos coletando sobre o patrimônio etnológico e a memória coletiva em Porto Alegre. Desta forma, as imagens sobre as feições da crise e do medo, entre outros eixos

temáticos, foram construídas pelos pesquisadores.¹ Os isomorfismos presentes em tais imagens nos levaram a pensar as formas das experiências biográficas relacionadas ao cenário do medo na cidade tendo como referência os estudos da *duração* e do *tempo* nas sociedades complexas. O termo cunhado ao longo da pesquisa – *etnografia da duração* – resultaria, assim, no tratamento da memória narrada pelos habitantes urbanos, constituída pelas experiências vividas na cidade como conhecimento de si e do mundo, pelo trabalho de recordar e tecer os sentidos do medo encadeados no presente. Isto significa que, no plano dos estudos da memória para a compreensão dos territórios da vida urbana, entendíamos que os habitantes das grandes cidades não recordam as experiências “por simples repetição” do vivido, pois suas lembranças *compõem* o seu passado, uma vez que toda vida humana é a narração, “não a recitação” (BACHELARD, 1988, p. 51).

O uso de outras linguagens, além da escrita, como a do registro de imagens em movimento, imagens fixas e imagens sonoras nos estudos da memória coletiva como *parti pris* da prática da etnografia da duração, criou excelentes oportunidades para pensar novos processos interpretativos na produção do conhecimento antropológico sobre as dinâmicas sociais e culturais no contexto urbano. No processo do *estudo das feições dos medos e das crises na vida metropolitana* desenvolvido pelo Biev, a representação etnográfica do viver urbano nas grandes metrópoles passou a ser cotejada com outras formações discursivas, como as dos meios de comunicação, com a preocupação de “desdramatizar” as disposições morais de uma cultura do medo que limita as sociabilidades e incrementa a segregação espacial e a discriminação.

1 Coleções para consulta na base de dados do BIEV e na sua *homepage* www.biev.ufrgs.br.

Ao aderir aos jogos de imagens que narram os inúmeros moradores de bairros populares e de camadas médias da cidade sobre a violência urbana, sobre suas experiências de vitimização e sobre os gestos de busca de proteção ao patrimônio e à pessoa física, reconhecemos uma referência constante à condição de vulnerabilidade do viver a cidade, mesclada a acusações aos órgãos públicos pela banalização, culpando-os por sua inoperância e pela ineficácia das propostas de políticas de erradicação do crime. Disto resulta a imagem da violência urbana cuja matriz, simbolicamente compartilhada, seria a decadência civilização nas grandes metrópoles contemporâneas e a degradação dos valores éticos.

Esta situação, nos termos de Eduardo Soares (1995, p. 1), tem levado a pensar os limites da sociabilidade pública e privada do território de nossos estudos, e suas conseqüentes possibilidades, reconhecendo-se o medo e a insegurança como determinantes socializadores cada vez mais presentes no convívio urbano.

Pelo estudo etnográfico, os relatos informavam a adoção de estratégias de maior proteção, seja apelando a um mercado de segurança (com a proteção de suas casas e carros), seja mudando hábitos e estilo de vida, levando-nos a pensar, como foco das coleções etnográficas do Biev, o medo transformado em “valor” presente nos processos de representação social, conjugado à vulnerabilidade pessoal em face do aumento indiscriminado da violência, que obrigava os habitantes a espreitar suas práticas sociais num quadro de probabilidades de risco. Cada relato empresta a imagem de sujeição a formas particulares de vitimização.

Dispositivos do projeto fílmico

Em 1999, através do projeto de realização do documentário *A cida-*

de sitiada, participamos de um concurso para a produção de documentários etnográficos através da Agência espanhola de dotação de recursos para a América Latina – AECI – e obtivemos o prêmio para finalizar um vídeo com base na pesquisa que vínhamos realizando. De todas as trajetórias sociais e itinerários urbanos pesquisados até aquele momento, optamos por dois personagens, por paradigmáticos em suas experiências urbanas no que tange às narrativas do documentário sobre as experiências de viver sentimentos de vulnerabilidade, insegurança e medo nessa cidade.

Desenvolvemos esta produção audiovisual com captação em formato Mini-DV e finalização em formato DVCAM, de cunho documental, visando ao debate atual sobre a crise nos grandes centros brasileiros (crescimento desordenado, aumento da violência e da criminalidade, miséria e desemprego, intolerância às diferenças sociais e étnicas, entre outras). O documentário retrata as experiências dos habitantes de uma grande cidade brasileira, que em seu cotidiano vivenciam experiências caóticas. O documentário foi finalizado em 2001, tendo sido realizado em sistema NTSC, com duração de 30 minutos, com direção das autoras, tendo como operador de câmera o antropólogo Rafael Devos, na ocasião bolsista de iniciação Científica/CNPq. Foram, ao todo, dez horas de gravações de entrevistas, em formato mini-DV.

Pela análise das trajetórias sociais e dos itinerários urbanos dos personagens do documentário – compreendidas as entrevistas transcritas e os diários de campo –, enfrentamos os elementos estruturais das narrativas biográficas, a migração de cidades de menor porte, ou mesmo de áreas rurais, para a capital em busca de trabalho. Uma vez em Porto Alegre, a experiência de mudanças residenciais entre vilas ou bairros, em geral orientadas, no passado, pela proximidade do trabalho ou pela acessibilidade à compra de moradia ou do

aluguel e, mais recentemente, experiências de mudanças mais frequentes como estratégia para maior proteção ao patrimônio e maior segurança pessoal no contexto metropolitano. Observávamos, pelas coleções reunidas na base de dados do Biev e pela realização do documentário, a ação cotidiana dos habitantes que procuravam reduzir sua exposição à criminalidade e aos riscos, fenômeno influenciado pela proliferação do noticiário da imprensa sobre o medo social, o aumento do mercado de segurança, as resoluções de políticas públicas. O quadro estava muito próximo do descrito por Mary Douglas (1992), que afirmava vivermos em uma sociedade de riscos, que revelava uma nova cultura individualista, explicada por um quadro de determinações abstratas e universais, mas na qual os riscos se transformam em fatos sociais.

Trajetórias narradas

Conhecíamos Marilda e Augusto. Ambos participavam, de alguma forma, da rotina familiar de membros da equipe. A proximidade facilitou a interlocução e o consentimento para as filmagens.

Marilda se colocava para nós como uma voz de grupos populares em sua biografia singular. Dificuldades de toda ordem, marcadas pela carestia e pela discriminação. Augusto, em seu estilo de vida, dava o tom da tendência das famílias de camadas médias de se transferir para condomínios fechados. Outros hábitos introduzidos em sua rotina simbolizavam o padrão de consumo desta pertença, como sua adesão a uma rede de aposentados, que regularmente se exercitam em parque revitalizado, onde se sociabilizam para o consumo coletivo do chimarrão e muita conversa. Atividade diurna, com numa condição de policiamento sobre um território que virou marco do lazer de grupos médios.



Figura 5

Marilda. Extrato do filme Cidade Sitiada Acervo Biev

Marilda: Desde nenê, minha vó nos cria, nos criou porque meu pai era uma pessoa assim... meu pai era alcoólatra, sabe, meu pai era uma pessoa assim que saía de casa e levava duas, três semanas sem aparecer. Quando aparecia em casa, ele queria matar a minha mãe... ele incomodava. Queria bater em todo mundo, aí eu ficava sentada no meio da rua. Minha vó chamava a polícia, dava tiroteio... Era a minha mãe e a minha tia correndo pelo meio da rua afora com a gente correndo fugindo deles... eu carregava meus caderno dentro dum saquinho plástico e ia pro colégio de tamanco; meu tio botava uma sola de borracha em baixo pra nós não fazê barulho, é, pra nós não fazê barulho. Eu nunca tive assim uma infância duma criança, brincar, normal como hoje em dia todas as criança brincam; nós nunca tivemos uma boneca, sabe! Eu sempre trabalhei pra ajudar a minha vó, sabe, eu sustentava a minha avó. Então, todo o dinheirinho que eu ganhava, era pensando ajudá a minha vó, porque minha vó naquela época não era uma pessoa aposentada.



Figura 6

Augusto. Extrato do filme Cidade Sitiada. Acervo Biev.

Augusto: Eu perdi meu pai quando eu tinha seis anos de idade. Então, o pai era engenheiro e tudo... Vamos dizer, ele ganhava hoje o equivalente a 4.000, 5.000, e no outro dia a mãe estava com meio salário mínimo de pensão e com cinco filhos. As gurias, uma estudava no Se-vigné; outra no Bom Conselho. Tiveram que sair do colégio e trabalhar. Começaram a trabalhar uma com 16 anos outra com 17. Eu comecei a trabalhar com 18 anos no quartel. Depois com 19 anos eu já estava trabalhando; o meu irmão também... eu dos nove aos 17 anos, eu estive interno num colégio. O meu número era 29, eu usava o número em tudo, meia, cueca... O meu número me perseguiu durante sete anos e meio. Por exemplo, batata frita, ovo, era impossível fazer para duzentos internos. Então para mim ovo era coisa de rico.

Dilemas da estetização do medo como intriga na narrativa etnográfica

O desafio do vídeo etnográfico residia em seu caráter mais “conceitual”, mais precisamente na forma como ele seria capaz de expressar as quebras ocasionais e voluntárias e/ou nucleares e derivativas de significações culturais para o tema das feições da crise e do medo em Porto Alegre, fruto do encontro etnográfico do antropólogo com os sujeitos de sua pesquisa, fazendo concordar, ao final de uma sucessão temporal, o testemunho documental de tais personagens com a experiência do próprio ato social que se estava retratando.

Para nós, o filme etnográfico pode atribuir ao antropólogo o papel de “criador de intrigas”; permite-lhe “fazer surgir o inteligível no sensível”, emergir “o universal do singular, o necessário ou o ve-róssimil do episódico” (RICOEUR, 1994). Estas reflexões, aplicadas ao processo de realização de uma etnografia visual-conceitual da duração, por exemplo, supõem, de parte dele, a exploração das “artes do ilusionismo”, oriundo da linguagem cinematográfica, uma vez que o filme etnográfico resultaria menos da natureza fragmentária do tempo do que da sua negação pela via da construção de uma inteligência narrativa, fundamento dos próprios jogos da memória.

Com base nos escritos de Paul Ricoeur (1994) sobre tempo e narrativa, ousamos insinuar que o processo de construção do vídeo etnográfico se fundou na tentativa de ordenação diferencial de restauração do fenômeno da duração das narrativas dos personagens do documentário sobre o medo e a crise, seguindo-se sua feição intratemporal em no mínimo três modos diferentes de imagem-movimento, “o tempo pré-figurado” da experiência temporal dos grupos humanos pesquisados, abrangendo o roteiro de gravação, aí incluído o próprio ato etnográfico, que se traduz no problema do diálogo

entre tradições narrativas múltiplas, as “nativas” e as do próprio antropólogo; “o tempo configurado” da experiência temporal pensado em base à trama conceitual, que encerra o encontro a ser narrado e refletido num roteiro de edição e, finalmente, “o tempo reconfigurado”, em que a experiência temporal do espectador é projetada na obra etnográfica.

A possibilidade de realização de uma etnografia que configure “ideias” depende, portanto, do ato de compreensão de que a imagem fílmica está imersa no plano da imaginação criadora, possibilitando ao espectador construir e reconstruir a matéria do tempo de forma ininterrupta, não-linear, por ordenações sucessivas e reversíveis dos intervalos e dos instantes vividos.

Contrariamente às antíteses bergsonianas, o tratamento conceitual do fenômeno da duração pela via da etnografia visual implicava, para nós, que o vídeo *A cidade sitiada* fundisse, “nos níveis das significações culturais”, o diálogo da inteligência humana de nossos narradores com a matéria percível do tempo, conjugando as lembranças de suas experiências na cidade de Porto Alegre e as transformações da paisagem, em processo semelhante ao uma cidade de muros (numa alusão a CALDEIRA, 2000).

Extratos do roteiro de edição

O cerco à cidade, os temores e as inseguranças. As paisagens interiores. Imagens da cidade à tardinha (mais e mais nuvens passando). Falas das velhas senhoras no papel do coro (plano fechado).

Vó Santa: Agora já está tudo diferente, né? Porque agora tem vila aí em cima, mudou muito né? Em seguida eles assaltam as casas... a gente tem que ter medo; hoje em dia a gente tem que ter medo de tudo, né?

Tem que se cuidar muito, mas aqui nunca aconteceu nada, graças a Deus, comigo não, mas tem acontecido com os outros, a gente vê o sofrimento dos outros.

D. Orientina: É, meu Deus do céu, a gente tá sempre preocupada com os netos, bisnetos, sempre preocupada. Mas isso é da vida, é da humanidade, fazer o quê. E feliz de quem se preocupa com os seus!

As falas das protagonistas intercalam-se com imagens de vertigem na cidade. A cidade à tardinha e seu clima opressivo – jogo de planos fechados de rosto de pessoas – *closes*, o olhar da câmera pelas grades, muros, vegetações.

Marilda: Tu dá conselho, sabe, – filho é assim, é passado... Eles acham que já tem uma idade – Ah! Não dá nada mãe! E tu, – Filho! olha de noite na rua, não anda de noite na rua! Olha os documento! Tu que fica dentro de casa, tu fica imaginando mil e uma coisa, onde que tá meu filho, meu Deus? Será que tá morto? Será que atiraram? Porque fim de semana é um tiroteio só aqui nessa vila né!

Augusto: Tudo fica centralizado no Felipe, porque é ele que dirige o carro; então é ele que tem que buscar as gurias nas festas. Às vezes ele está numa festinha boa; às duas horas da madrugada tem que sair pra buscar as meninas... A gente pensa que está seguro, mas às vezes não está.

Marilda: Aqui que eles assaltam... Esse meu vizinho aqui do lado, o armazém dele agora tá com grade, ele foi assaltado. É daqui da zona mesmo. Aqui essa semana passada não entraram aqui?... Chega uma certa hora tu tem que manter as porta fechada porque eles tão entrando. Tu não tem mais segurança. A viatura tem que andá é de noite aqui, elas andam de manhã, de manhã quando eu tô na parada do ônibus, passa duas, três viatura; fazê o que! os bandido tão dormindo essa hora, eles já assaltaram de noite, né?

Augusto: A opção do condomínio é agora depois que eu retornei bem mais tarde para Porto Alegre... Eu não sei se é porque a gente se assusta um pouco... Porque tu pode morar também numa casa... Ter uns cachorrinhos meio da pesada e pagar menos que um condomínio, né?... Ipanema, um lugar bonito...

Marilda: Eu desço de noite aqui; nunca ninguém me fez nada, que toda, esses guri, essa gurizada toda, que tudo se criou comigo aqui na vila, que estudou junto comigo, são tudo assaltante, sabe! marginal. Eu nunca deixei de cumprimentar. Agora tu querer dá uma assim ó, de posuda pra eles, deu pra ti, deu pra ti, que eles te marcam, na próxima, eles te pegam.

O que é tempo de crise, tempo do medo?

Sob o ponto de vista geral da compreensão narrativa que encerra a produção de uma obra etnográfica, vale assinalar o “potencial hermenêutico” que ela contempla. Ao incorporarmos a estrutura semântica da ação narrada pelos personagens do documentário aos recursos de simbolização da montagem em paralelo, revelamos o seu caráter temporal “construído”.

Evidentemente, o tratamento dado à edição do documentário contempla a explicitação do conjunto de operações intelectuais. Por meio delas, o antropólogo faz a experiência temporal do medo e da crise relatada por seus personagens elevar-se do “fundo opaco do viver, do agir e do sofrer humano” (RICOEUR, 1994), traduzindo-a para um leitor que a recebe e, assim, muda seu ponto de vista sobre o sentido de suas próprias lembranças.

Neste ponto, nos filiávamos à proposta de David MacDougall (1992) sobre o processo de conceitualização que subsidia a produção de uma etnografia visual de ideias, para quem esta se traduziria na arte de narrar, ou na atividade do “tecer da intriga” decorrente de ope-

rações cognitivas específicas, através das quais o antropólogo extrai de uma simples sucessão de acontecimentos, apresentada por uma trajetória social ou um itinerário urbano, uma configuração de sentidos transposta para a sucessão construída na ordem da linguagem cinematográfica, utilizando suas formas simbólicas de expressão.

Extrato do roteiro de edição

Imagens da cidade de Porto Alegre à tarde (mais e mais nuvens passando). Algumas imagens (planos mais fechados) da cidade à tardinha.

Voz do jornalista na TV, imagens de noticiário televisivo

... o crime perde força, um dos chefões foi pra cadeia... 10.000 presos, especialmente na Casa de Detenção... Eles forneciam informações para planos do PCC... Os 20 bandidos chegaram atirando. Armados com fuzis, encapuzados. A polícia apreendeu armas e este suspeito... Quatro granadas, uma dinamite e muita munição.

Extrato do roteiro de edição

Feições da crise e processos de vitimização. Imagens da cidade à tarde (mais e mais nuvens passando). Algumas imagens (planos mais fechados) da cidade de Porto Alegre à tardinha. Falas das velhas senhoras; o coro (plano fechado no rosto das comentaristas, ao fundo).

D. Orientina: *...era uma vida bem simples, né, bem pacata, mas era... num ponto era melhor; não havia violência como há hoje, né! As crianças saíam, brincavam de noite na rua, a gente sentava na calçada. Até tarde da noite. Vai sentar na calçada hoje, botam pra dentro com cadeia e tudo, né! Deus o livre, vai ficar com a casa aberta sentada na rua, tá pedindo pra ser assaltada, né?*

Vó Santa: *Eu tenho um neto que até hoje tá na penitenciária do Jacuí, lá, que ele já é avô e ele começou a ser preso desde os doze anos. A gente sofre; eu não gosto nem de falar. Desde o começo em que ele caiu, ele caiu de mensageiro dos traficantes, e porque ele era gurizinho, ele ia como mensageiro, porque ninguém ia tocar nele, né?*

As falas dos protagonistas intercalam-se com imagens da cidade em movimento. A cidade, os movimentos de pessoas e o clima de insegurança (jogo de planos fechados)

Marilda: *Eu acho que a minha vida acabou assim, a partir do momento, que fez um ano agora 23 de abril, que eu tive um filho preso... Não que meu filho é um marginal, que é assaltante, não. Meu filho ficou preso, três meses. Três meses até o advogado conseguir provar a inocência do meu filho.*

Augusto: *Era bom caminhar a pé, a noite. Muito melhor que essa criança, que pega o carro e eu fico louco de medo. A gente andava tranquilo.*

Marilda: *Se tu quiser conhecer o inferno, entra dentro daquele Presídio Central, que eu tive que entrar. Eu tive que fazer carteira, tive que fazer carteirinha pra entrar dentro daquele Presídio Central. Eu sei o que eu sofri, Ana. Três meses que pra mim parece que foi uma eternidade. Três meses... Eu sofri dentro daquele presídio. Acabou com a minha vida, Ana. Acabou com a minha vida.*

Augusto: *O bairro Menino Deus é muito bom, você sai, não precisa carro. Às vezes nem o ônibus; pode andar a pé pra tudo que é lado... mas tu não tem mais aquela liberdade do ir e vir, né?*

Marilda: *Como diz o ditado, quem vai pra delegacia, quem vai preso é vagabundo, negro e ladrão. Pobre é que vai preso e negro, como diz o Ratinho ali, e vagabundo que vai preso.*

Augusto: *Por exemplo, se eu tenho que ir ao teatro, tenho que ir de carro... Eu não posso chegar e ir num barzinho. Eu vou tomar um aperitivozinho e não dá, eu tenho essa dificuldade aqui.*

Marilda: *É cada vez pior... Negro não tem chance pra nada..., pra nada, só o que eu te digo. Pra nada... me revolta isso aí, me revolta...*

Augusto: *Tem, ouve os tiros aqui... às vezes se ouve sim. Mas o perigo eu vejo mais pro adolescente... O meu irmão mora aqui perto também, tá com vontade de se mudar. A guriazinha dele tem 14 anos, às vezes a guriazinha dele vai numa praça, aquela praça é perigosa, aquela praça tem um pessoal se dopando. ...Ela sai e ali tem os marginalzinhos que querem ser amigos do teu filhinho também, ou passar droguinha pra ele.*

Marilda: *Negro não tem vez em emprego, não tem mesmo, porque se tu vai um branco e um negro procurar um emprego, vamos dizer, são duas vagas, né, o negro vai procurar o emprego, o que é que eles vão fazer? Eles vão dá a vaga pro branco, negro é posto fora. Agora eu não sei por que... Que eu acho que a gente é um ser humano, todo mundo somos iguais, que eu acho que se nós morrer nós vamos fedê tudo igual.*

Augusto: *É um receio horrível, é medonho. O próprio João XXIII (colégio), ele teve que fechar as portas pra não deixar os adolescentes sair, porque ou eles iam pra essa praça ali ou uma praça mais perigosa ainda, mais perto da vila Cruzeiro, porque é uma beleza pro marginal pegar uma criança que tem dinheiro.*

Marilda: *E o meu guri, o Flavinho, que tá com vinte e dois anos, que ele ficou cinco anos no quartel; às vezes ele descia na dezessete aqui. A polícia abordava ele e botava ele na parede. Ele dizia assim, Eu sou militar! Eles não querem saber, sabe. Sabe, dava-lhe soco, pontapé, sabe?*

Como se pode perceber nos extratos acima transcritos, nossa intenção com o documentário *A cidade sitiada* foi explorar as narrativas apresentadas pelos personagens centrais da estória, acatando os relatos de suas experiências de vulnerabilidade e medo como fatos (seguimos Ricoeur). O documentário é então uma obra conceitual sobre a intriga do medo pela descontinuidade que interfere sobre o ritmo da vida cotidiana, considerando-se aqui que toda a lógica do pensamento, científico ou não, que pensa a distensão temporal, não escapa às formas simbólicas produzidas pelas culturas humanas.

A produção de filmes–documentário, que têm por preocupação os jogos da memória e seu tratamento conceitual na linha da argumentação adotada, exige que se atribua primeiramente às imagens captadas e registradas em campo o *status* inicial de um conjunto de representações conceituais, podendo evocar as ações e intenções humanas. Posteriormente, tais imagens, sujeitas à manipulação do etnógrafo na produção de um documentário, sofrem uma alteração qualitativa ao comportarem uma “abstração refletidora”, que compreende o processo de produção de um roteiro de edição, momento em que o antropólogo se confronta com o desafio de estabelecer o pertencimento da ação narrada a um conjunto de traços estruturais de uma dada ordem simbólica, portanto, cultural.

Para assegurar um mínimo de concisão ao relato etnográfico, seguimos passo a passo os três níveis da operação mimética (mimeses I, II e III) da ação, propostos por Paul Ricoeur em seus estudos sobre o tempo na construção narrativa, quais sejam, os tempos da pré-figuração, configuração e re-configuração, aplicados, respectivamente, às etapas de realização e produção do documentário, que compreende pesquisa de campo, elaboração do pré-roteiro de entrevista, até finalmente chegar à construção final do roteiro de edição.

Esses tempos narrativos transformaram-se em importantes mediações simbólicas, constitutivas do ato de narrar e, como tais, da própria experiência compreensiva do fazer a pesquisa etnográfica em parceria com os sujeitos da pesquisa. Pela adoção desta estratégia, o ato narrativo sobre as feições da crise e do medo, apresentadas pelos personagens, passa de um tempo pré-figurado de sua ação na cidade de Porto Alegre, em suas trajetórias sociais e itinerários urbanos (tempo do vivido presente a mimese I), para um tempo configurado simbolicamente pela composição narrativa, a do antropólogo, no encontro etnográfico com o outro, diálogo restaurado no tratamento das linguagens audiovisuais (o tempo “figurado-com”, estrutural da mimese II), até finalmente atingir o tempo re-configurado, que encerra a ação de comunicar uma experiência narrada a outrem (o que caracteriza o tempo da alteridade, da mimese III).

Apresentar os dilemas, as tensões e as negociações do mundo urbano e da ação dos personagens diante de suas trajetórias e itinerários na cidade de Porto Alegre como elementos verossímeis de um viver urbano pelo olhar da câmera; dramatizar a vida dos personagens como habitantes de uma grande metrópole; mergulhar o espectador no mundo urbano por meio das feições discursivas sobre o medo e a crise urbana; desvendar as sutilezas dos sujeitos de nossa pesquisa nos distintos espaços da vida local, em suas casas e nas ruas da cidade, enfim, todas estas questões nos interrogavam sobre o lugar do antropólogo também como narrador de sua própria cidade.

A reconfiguração ou a circulação de ideias, a cidade moderna como campo de investigação

Podemos pensar que as cidades de fato já nasceram sob o estigma das narrativas da crise, como o demonstraram os sociólogos da Es-

cola de Chicago, influenciada pelos estudos de intelectuais alemães como Max Weber (1982) e Georg Simmel (1979). Na perspectiva desses estudos e pesquisas, a cidade moderna foi traçada a partir de mapas mentais, de regiões morais, de áreas de pertencimento, de micro-mundos sempre relacionados a dinâmicas macrosociais, a espaços individuais e coletivos, privados e públicos, a situações e posições de classe e de grupos sociais que vão delineando concepções simbólicas, mundos culturais em que os atores sociais pensam e agem cotidianamente.

Revoluções paradigmáticas do século 17, com o racionalismo e as transformações econômicas com o capitalismo, já colocavam como irreversível a cidade, como *locus* humano por excelência, com suas máximas, pragmaticidade, mercado, razão utilitária, funcionalidade, individualidade como valor maior do social e o sujeito moderno e anônimo como símbolo maior da conquista da liberdade.

Georg Simmel, entre outros, é um dos autores que nos legam, de forma qualificada, pelo conjunto de sua obra, as definições deste homem moderno, produto do processo urbano, figura generalizante da condição urbana, ou o personagem judeu e comerciante nômade, que tem por objetivo introduzir um fator de desestabilização no meio urbano e a limitação de reagir à comunidade tradicional, neste contexto impactante que é a cidade.

Novos conceitos são elaborados ou adaptados para dar conta de processos da condição humana, como intensa mobilidade, heterogeneidade, deslocamentos sistemáticos, ascensão social, acumulação, consumo, novas sociabilidades, impactos psicológicos, aspectos que conformam uma mentalidade urbana e novos personagens urbanos tão bem sintetizados na noção de reserva *blasé* proposta por Georg Simmel ao pensar o cidadão frente às diferenciações sociais,

enfrentando complexos e diversificados valores que comporão as regiões morais.

Estávamos diante da tarefa de dispor os fatos vividos e narrados por nossos personagens através de suas memórias, colocando-se os temas do esquecimento e da lembrança de situações de crise e medo como desafio aos recursos audiovisuais do próprio pesquisador em campo.

Extratos do roteiro de edição

O passado, a cidade e os medos. Apresentando o cenário e seus dramas. Imagens da cidade pela manhã (algumas nuvens passando). Algumas imagens (planos mais fechados) do cotidiano da cidade (movimentos de pessoas, carros, reformas).

Vó Santa: Eu tinha medo porque eu não conhecia o que era uma cidade, não é? Então eu tinha medo; eu disparava até dos indigentes, que não, muitos fazem alguma coisa mas muitos não fazem, a necessidade cobria eles né pobrezinhos...foi de uns anos prá cá e que começou esse desespero, né? De assalto, de esses indigentes que assaltam as pessoas, assim, só por judiaria, né?

D. Orientina: Aumentou muito a cidade, porque essa Assis Brasil, pra cá, não era calçada; era uma poeiragem, uma coisarada, né... Mas isso, tudo assim era muito... não era o que é hoje. Era uns casebre; às vezes tinha, pedaço que não tinha nada.

As falas dos protagonistas principais intercalam-se com imagens da cidade em movimento. A cidade e seus contrastes (jogo de planos fechados e abertos).

Augusto: Aqui é o bairro Nonoai, mas tem um pouco de Vila Cruzeiro,

porque a vila Cruzeiro é logo ali. Tem a vila Cruzeiro, tem a vila Formiga... Uma das zonas é a nossa.. Aqui é um dos piores focos de Porto Alegre...

Marilda: Isso aqui era um matagal,... eu limpei isso aqui. Isso aqui era tudo maricá; só tinha uma estradinha pra ti passar e uma maloquinha que tinha aqui no meio do terreno, ne!... eu digo é meu, né, agora eu vou lutar porque é meu.

Augusto: Aqui tem muita criançada da FEBEM, os marginalzinhos, que moram aqui no nosso bairro. Mas eles não atacam próximo à casa deles, não atacam...

Marilda: Eu sou, eu moro há 49 anos aqui; antigamente não tinha luz, era só de lampião; não tinha água encanada; não tinha luz, não tinha esgoto, né. Não tinha nada, não tinha supermercado, não tinha, como é que se diz? não tinha madeira, não tinha nada, nada.

Augusto: Eles asfaltam até as entradinhas onde eles se escondem. Eles procuram asfaltar pra polícia entrar livremente ali, que assim eles vão... vai desmantelando os focos. Mas é uma das zonas mais perigosas.

Marilda: Eles são mais bem armado do que a polícia; aqui é de doze minha filha... Arma de doze, doze calibre, trinta e oito. Compram, eles roubam, né, Ana, eles assaltam. Aqui que eles assaltam aqui, Ana. Esse meu vizinho aqui do lado, o armazém dele agora tá com grade, ele foi assaltado.

Augusto: Eles levaram as pessoas pro condomínio em função da segurança. E a classe média alta, mesmo assim, optou por aquele lugar ali. E hoje, até eu acredito que a Vila Cruzeiro, com o tempo, com o asfaltamento, com saneamento básico, com tudo... Eu acho que o pobre vai ser corrido dali pela classe média alta, que aos pouquinhos vai tomando conta.

Marilda: *Que segurança que tu tem? Nenhuma. Chega uma certa hora tu tem que manter as porta fechada porque eles tão entrando. Tu não tem mais segurança.*

Augusto: *Eu morei em Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Pelotas... Aí não tinha problema de condomínio, né? Mesmo em Pelotas, encontrando aquele grau de dificuldade da miséria que Pelotas tem... A gente tem problema de segurança em relação aos filhos; isso aí existe mesmo. É bem diferente do interior. No interior tu já sabe onde é que eles estão, em tal lugar e pronto.*

Marilda: *Essa vila aqui foi muito boa, depois que eles começaram a fazer uma limpa na cidade, aquela, aquela Maria da Conceição, que eles acabaram com aquela vila a Maria da Conceição, sabe? Faz uns anos. Aí aqueles maloqueiro começaram a vim tudo pra cá, começaram a se expandir aqui na vila, aí começou os assaltos.*

A insustentável vulnerabilidade do ser, personagens da cidade moderna

São inúmeros os personagens que definem a cidade como um sistema comunicativo e formas de interações de tipos diferenciados. O *flâneur* melancólico vaga nas multidões em Baudelaire; o homem desmemoriado da vivência solitária, em Walter Benjamin; o alienado em Karl Marx; o ser atomizado da autoconservação ou o indivíduo-massa em Walter Adorno; o homem do subterrâneo de Dostoievski; o tipo privatista e autocentrado de Hanna Arendt; o intimista refugiado de Richard Sennett; o narcisista de Christopher Lasch; o solitário sem identidade, o *zapper* solitário da TV interativa dos não-lugares de Marc Augé; o homem sem qualidades de Robert Musil; a massa silenciosa de Jean Baudrillard; enfim, a literatura e a ciência humana

não cessam de refletir sobre estas personalidades ditas imagens de uma cidade como criatura da crise.²

A atitude *blasé*, a melancolia, a tristeza, hoje diríamos o medo, a fobia, a depressão, o stress, seria a resposta subjetiva sobre a cultura objetivante dos papéis segmentados, da dinâmica de competição das relações, das vicissitudes de fuga e estranhamento, das distâncias em face das novas complexidades no jogo social.

De fato, Georg Simmel em seu célebre ensaio *A metrópole e a vida mental* (apud VELHO, 1979) afirma que a grande conquista do indivíduo moderno foi a liberdade do anonimato na multidão e a liberdade da elaboração e busca de um tipo de espírito refinado em sua originalidade, em contraste e diferença com qualquer outro. Estamos, pois, tratando do processo de construção do indivíduo moderno, que reivindica liberdade, privacidade, autonomia, a vida das metrópoles modernas.

Não é por acaso, portanto, que a modalidade narrativa empregada pelo vídeo etnográfico *A cidade sitiada* busca inserir-se, de muitas formas, nas pistas deixadas por estes estudos que abordam a cidade como lugar de conjunção de tipos sociais e valores em perpétua redefinição, vivendo numa sociedade complexa, em espaços diferenciados e onde os indivíduos se localizam e se deslocam de maneiras diversas num mesmo e único território, a metrópole.

Extratos do roteiro de edição

O cotidiano na cidade de Porto Alegre, entre o inferno e o paraíso. Imagens da cidade pela tarde (céu com mais nuvens passando). Algumas imagens (planos médios) da cidade e suas grades. Falas das

² Estes personagens são citados por CARVALHO, Sérgio. *"Lonely Sweet Home"*, *solidão e modernidade*. Dissertação de mestrado Dep. Sociologia FFLC. USP, 1995, p. 9 e 10.

velhas senhoras, o coro – plano fechado no rosto das comentaristas.

D. Orientina: ...a gente não tinha medo das coisas, né. Ladrão era... só de noite, arrombando janela das casas, e assim mesmo era muito pouco; não tinha assim como tem hoje. Não, naquele tempo arrombavam uma... Sabe vizinha, arrombaram a loja do seu fulano, entraram pela janela." Ah, mas aquele era uma coisa um acontecimento, e era uma coisa que acontecia mas lá uma vez que outra, né?

Vó Santa: ...eu passei muito medo, porque a casa era de madeira, era mal fechada, mas só os primeiros tempos; depois me acostumei, porque eu ia trabalhar, não tinha fechadura na porta e deixava encostada do jeito que a gente deixava ela ficava...

As falas dos protagonistas intercalam-se com imagens da cidade em movimento. A cidade de Porto Alegre e seus contrastes. Jogo de planos fechados e abertos. Jogo de imagens de bairros, residências de classe média e vilas populares.

Augusto: ...eu tive pouco tempo de Porto Alegre... Adolescência eu não tive em Porto Alegre. Dos 9 aos 17 anos era Hamburgo Velho. Vinha no fim de semana, me reunia com o pessoal da Medianeira, ali no bairro Medianeira. Jogava futebol... até as nove da noite, pé no chão, chegava com os pés com sanguezinho... isso á noite... mas também não tinha... só no Menino Deus, em 65, 66, que ali na rua Marcílio Dias que começou a maconhazinha por ali, né?

Marilda: A minha mãe era doméstica, né, minha mãe sempre trabalhou de doméstica, minha vó trabalhava no colégio, no IPA, sabe a minha avó era faxineira lá do colégio IPA? Eu aprendi com a minha avó. Eu aprendi a cozinhar com a minha avó. ...eu já trabalhei em restaurante, tá, trabalhei num restaurante na Carlos Gomes, trabalhei num restaurante em Viamão, trabalhei na Delegacia de Menores, fazia faxina lá, limpava né.

Augusto: *A Ilhota era o pior bairro de Porto Alegre, assim de droga, marginalização... Por exemplo, o bairro Bom Fim sempre foi um bairro da seresta, da cultura, da música... e o Menino Deus era um segundo bairro assim, nessa parte. ...E a droga já estava começando ali, em 65, eu me lembro bem.*

Marilda: *Fui criada pela família da minha mãe e da minha vó, ne! Aí com trinta e nove anos minha mãe morreu. Aí com dez anos eu comecei a trabalhar em casa, que aí a família da minha mãe me arrumou, como eles trabalhavam assim, né... lá na Glória, eu comecei a trabalhar. Lá é que eu fui vê o meu sofrimento.*

Augusto: *Depois que eu me formei, eu fui para o interior; fiquei 17 anos no interior. Antes de ir para o interior, eu morava no Menino Deus. Morava muito bem, morava na Barbedo com a Getúlio... eu ia naqueles bailezinhos da engenharia, da odonto, eu ia a pé, não tinha dinheiro pro bonde, ou ônibus... E eu, os meus amigos todos...*

Marilda: *Eu tinha dez anos, daí dos dez anos até os doze anos, eu nunca mais vi a minha família. Eu fui completamente prisioneira sabe, trabalhei numa casa, lá na Glória. Nós dormia num porão..., e passava rato desses tamanho ...assim, por cima dos pau. Nós tinha que dormi naquilo ali; aquilo ali era um verdadeiro inferno...Ela não te dava o café da manhã, eu não sabia o que era toma o café da manhã, eu só conseguia almoçar.*

Augusto: *É, era a opinião unânime do pessoal. Pô, a Ilhota, não dá pra chegar. A Ilhota e a Baronesa do Gravataí ali, ali era pesadíssimo. Dentro, praticamente no centro da cidade. Eu não sei por que se formou esse foco de marginalização.*

Torna-se imprescindível, ao se pensar o tratamento conceitual do medo e da crise pela via de um documentário, subverter a cren-

ça de que o registro etnográfico audiovisual, no caso de um vídeo, é parte do processo de objetivar, pura e simplesmente, as ações humanas dos sujeitos da nossa pesquisa no mundo urbano porto-alegrense. Em especial, quando se tem por inspiração a ideia equivocada de que a “verdade etnográfica” é algo contrário ao olhar subjetivo e ao ato passional.

No tratamento documental/audiovisual das representações da crise e do medo, tratava-se de enfrentar o desafio de reconhecer que o binômio autenticidade/verdade que se projeta no documento etnográfico só é possível, no caso acima mencionado, quando os jogos da memória das experiências de medo, risco e vulnerabilidade vividas no contexto citadino são concebidos pelos sujeitos da etnografia no âmbito de sua significação ético-moral, sem eliminação das indagações a respeito dos arranjos entre as estruturas cognitivas humanas e suas significações culturais.

Vida e não-vida na perspectiva dos habitantes de uma grande cidade

Deslocando este problema para o centro do processo de realização do documentário, o desafio passava a ser a compreensão da emergência da moderna concepção de indivíduo e da dinâmica da vida social urbana citadina porto-alegrense, na sua dimensão conflitiva, agonística, tendo por suporte as narrativas de seus habitantes.

Teoricamente, propúnhamos como centro nevrálgico de nosso projeto de pesquisa relacionar a noção de crise à da tragédia simmeliana, que consiste na atitude do vivente de produzir “a não-vida”. Viver a cidade contemporânea abarcaria, assim, a dimensão trágica de construir incessantemente sua contradição. A alteração na tessitu-

ra urbana, condicionada pelo medo social, converge com a mudança da forma de pensar e viver, conforme Georg Simmel (1934), para quem, na vida cotidiana, a figura do terceiro disformante (o conflito) se precipita nos atos interativos dos indivíduos que desenham redes de trocas, que estetizam o viver na cidade em suas diferenciações e no seu princípio de individuação. A cultura do medo e a violência desmesurada colocam-se, aqui, como formas criadas pela obra humana, cujo controle escapa ao seu criador e que se deforma independentemente da vontade maior de poder reconhecer a lógica da forma para a própria duração individual na história coletiva.

No ritmo da tragédia, o homem moderno faz uma aposta sobre a vida puramente como tal; deixa desenvolver uma vida sem formas (fuga de interações sociais para diminuir a vulnerabilidade em face do temor ao Outro). Simmel indaga se não se trataria de um projeto estéril, que, ao final de contas, arruinaria e aniquilaria a vida que o cidadão pretende preservar (SIMMEL, apud FREUND, 1992, p. 222). Um fenômeno que reconhecemos claramente nas falas dos personagens do documentário *A cidade sitiada*, isto é, o esforço humano pela continuidade e permanência, na luta contra a morte (social, da cultura, sua própria), contra a dissolução, numa incessante reinvenção do cotidiano com táticas e estratégias de continuar (De CERTEAU, 1994).

O projeto de continuar se dá sobre a descontinuidade e a ruptura, como ensina Gastón Bachelard na dialética da duração (1989). A imagem do medo, como destruição da vida social, tem na duração humana o reverso da descontinuidade constituída como determinismo social pela vulnerabilidade e insegurança. A cidade sitiada é sempre agregadora de trocas de sentido e táticas de continuidade. Neste caso, não é questão de tragédia, mas de crise. Portanto, é da dinâmica da cidade morrer e renascer, da morte que transforma. É

neste eterno ciclo de morrer para renascer e criar para morrer que identificamos a tragédia do viver urbano. Cessar de criar seria risco de interrupção ou de extinção de toda vida. Ultrapassa-se a não-vida pela atividade criadora de ultrapassar a morte (SIMMEL, 1934, p. 177-207), que contemplamos na forma de uma etnografia da duração.

A noção de crise, em Georg Simmel, tem justamente este componente dialético, o da eterna transformação das relações do homem com o mundo social. Neste sentido, o reconhecimento das formas da crise oriunda do medo da criminalidade e da violência no âmbito do contexto moderno consiste na vontade de ultrapassar a tragédia inerente à cultura, na sua faculdade de produzir formas não-viventes na vida. A crise procura romper a circularidade e a dualidade da vida e das formas, do sujeito e do objeto, do pessoal e do impessoal, em que a vida estaria a serviço da forma. Denunciando sua inautenticidade (a vida a serviço da economia, do poder, por exemplo), Simmel coloca as formas a serviço da vida (SIMMEL, apud FREUND, 1992, p. 222).

No que tange à sociologia da forma, o autor propõe a seguinte questão, "Como é possível a sociedade?" (SIMMEL, 2006). Sua obra é um esforço para responder a esta pergunta, que por sua vez parte da seguinte afirmação, a sociedade só é possível porque a vivemos através de interações sociais. Neste ponto, Georg Simmel des-substantiviza as formas que adotam a vida social, qualquer que ela seja, e se questiona sobre as condições do acesso ao conhecimento dos seus conteúdos, como na denúncia de práticas sociais disjuntivas e desagregadoras existentes no Estado-nação, corrupção, violência, injustiças, discriminação, desigualdades, desemprego, abusos, ilegalidades.

Podemos, então, fazer circular as imagens que mostram os narradores dos medos nos arranjos sociais de uma tragédia que asso-

la a cidade e configura uma crise, ela mesma grávida de dinâmicas de descontinuidades e continuidades, seja nos paradoxos das culturas políticas e sociais, seja pelo esforço do habitante no viver urbano, a cada dia com suas táticas de reinvenção, de duração.

Extratos do roteiro de edição

O cerco, os temores, as inseguranças. Paisagens exteriores – imagens da cidade de Porto Alegre à noite (céu com sombras e luzes se acendendo). Falas das comentaristas (plano fechado).

D. Orientina: Hoje não, sai e a gente fica preocupada, né. Botou o pé pra fora não sabe se volta. Ai que coisa triste. Eu, cada um que sai eu faço uma carga de oração. De verdade. Cada um que sai, eu rezo. Pra que volte sem problemas, né! Porque eu acho que tem que ser assim mesmo. Só Deus pra nos salvar.

Vó Santa: Eu tenho visto muitas coisas muito perigosas, mas a gente não pode abrir a boca, não é? E não é gente pequena; é gente grande e que comanda... Então a gente que é machucada da vida, que sabe o que é viver, a gente se endoça (de doce) com aquela pessoa que a gente acha tudo carinhoso, tudo bom, tudo gostoso... eu acho que é por isso que eu nunca caí numa infelicidade por causa desse filhos, não é?

As falas dos protagonistas intercalam-se com imagens da cidade. A cidade e as cenas de perseguições (jogo de planos fechados e abertos). Passeios noturnos na cidade de Porto Alegre, seus personagens e cenas.

Marilda: Mas só que eu não quero que os meus filhos passam pelo que eu já passei na minha vida; eu já passei muita fome na minha vida; eu já passei muito trabalho na minha vida, sabe, e eu não quero que aconteça... com meus filhos, sabe!

Augusto: *A gente tem problema de segurança em relação aos filhos, isso aí existe mesmo. É bem diferente do interior. No interior tu já sabe onde é que eles estão, em tal lugar e pronto.*

Marilda: *É difícil, tu vê as outras criança com as coisas que, que deram, aquela coisarada e tu não tê pra dá. Eu disse pra eles, a única coisa que eu tô conseguindo dá pra vocês é a comida, e o que eu tô conseguindo é com muito sacrifício. Eu peço pra Deus, todo o dia de manhã, quando eu me levanto, que Deus me dê força pra mim aguentar a minha jornada.*

Augusto: *Eu penso muito mais neles do que em mim. Por exemplo, eu e a minha mulher, nós não viajamos; as viagens que a gente fez durante esses anos todos... a gente teria condições ...mas sempre foi pra dar pra eles o melhor. Ah, sim, pra deixar pra eles o patrimônio.*

Marilda: *Devia ter nascido homem, que aí eu acho que home resolvia os problemas, sabe, e eu aqui tenho que dividi, eu tenho que sê metade home, metade mulher. Problema tudo é comigo. Eu que resolvo. Eu disse [...] eu nasci errado. Meu pai e minha mãe me fizeram na hora errada; eu nasci na hora errada.*

Semânticas das feições da crise no cotidiano na cidade

A constante projeção de atos, gestos e condutas cotidianas nas biografias dos habitantes da cidade revela cidadãos em suas identidades reflexivas, construindo disposições para enfrentar a banalização da violência criminal. A conduta não é só projetiva; é igualmente prospectiva, retrospectiva das ações e pensamentos dos habitantes no fluxo do tempo coletivo. A previsão das estratégias dos cidadãos surge como interpretação de um campo semântico, repleto de sentidos conceituais, para o exercício da reflexão tecida no estoque de conhecimento, aprendido no vivido cotidiano como crises a serem

ultrapassadas.

Os relatos de experiências de medo da vitimização aqui apresentados, levantados pela investigação das sociabilidades dos personagens do documentário, desenham, no contexto da cidade de Porto Alegre, múltiplas formas de convivência urbana reorientadas pelo sentimento de insegurança, considerando aqui o conceito de “jogar o social” simmeliano, segundo o qual os indivíduos interagem ou se evitam, se encontram ou se afastam, mas sempre em ação e reinvenção.

Neste sentido, a cultura do medo, da maneira como é enfocada no documentário *A cidade sitiada*, é uma síntese singular do espírito subjetivo dos habitantes de uma grande cidade com o espírito objetivo de sua cultura urbana, manifesta em seus bairros e territórios, concebendo estas tensões e disposições de sentido sob o ponto de vista do “valor” (DUMONT, 1992), na dinamização dessas múltiplas formas de convivência. Nessa experiência de medo social, o sujeito é habitante de seu tempo, numa cidade disjuntiva, que concebe as formas dos sentidos de interação, “sujeito moderno”, fugaz, contraditório, paradoxal, efêmero, vulnerável, mas sempre lá, sujeito-cidade.

Percebe-se, pelos trabalhos de construção do roteiro de edição do referido documentário, que a alteração na tessitura urbana dos protagonistas da estória por eles narrada, condicionada pelo medo social, converge para a mudança da forma de pensar e viver, conforme orienta Georg Simmel, para quem, na vida cotidiana, entra a figura do terceiro disformante (o conflito) nos atos interativos entre os indivíduos que desenham redes de trocas que estetizam o viver na cidade em suas diferenciações e no seu princípio de individuação. (FREUND, 1992, p. 223).

Podemos perceber, no delicado processo de construção do roteiro de gravação e sua passagem para o roteiro de edição, por um lado, que a interiorização de uma cultura do medo e da imagem genérica de um Outro ameaçador se coloca, para os protagonistas e comentaristas do documentário, como mais uma matéria da socialização (SIMMEL, 1981 e SIMMEL, apud MORAES FILHO, 1983), não conseguindo, entretanto, enrijecer as suas formas de interação do contínuo viver social em sua descontinuidade, seja pelas mudanças de formas no curso dos códigos sociais e dos processos histórico-políticos, seja pelos constrangimentos estruturais que afetam as práticas de tais personagens, ao longo de suas vidas, na cidade de Porto Alegre.

Por outro lado, ao dar tratamento diferencial às entrevistas realizadas com os personagens do documentário em questão, nos fomos dando conta, progressivamente, de que o vídeo, por seu caráter etnográfico, deveria contemplar as considerações dos personagens sobre insegurança e criminalidade, da qual teria resultado a cultura do medo, fixada agora como imagem do viver urbano para cada um dos protagonistas desta estória, traduzida numa espécie de incomunicabilidade, ou desencaxe, entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, numa cultura urbana contemplada no fluxo do tempo e do espaço em processo de transformação.

A cultura do medo e a violência desmesurada que aparecem re-apresentadas no roteiro final do documentário são algumas das formas criadas pela obra humana para viver a cidade contemporânea, a qual, não encontrando a objetivação em conteúdo, no sentido simmeliano, se deforma na tentativa de cada protagonista do documentário de se reconhecer na própria individuação na história coletiva de uma cidade em processo de reconstrução dos espaços de

vida coletiva.

Ao longo da pesquisa de campo, o tratamento preciso das imagens e dos depoimentos para a consecução em vista do roteiro final de edição nos possibilitou compreender, e tentar levar o espectador a refletir, que a cultura do medo no mundo urbano contemporâneo não é homogênea; seus sentidos são antes “retóricos”, “táticos”, diz Michel de Certeau (1994), uma miríade de ações, todas trazendo em si a marca da intenção humana. Assim, mesmo que atreladas a uma complexa teia de jogos de poder, enunciada nas políticas de segurança e estruturas repressivas, nessas condutas há reinvenção de “formas clandestinas assumidas pela criatividade dispersa, tática e paliativa de grupos ou indivíduos já presos nas redes da disciplina” (HARVEY, 1996, p. 197).

Antes de conceber os estilos de vida e visões de mundo dos personagens do documentário sobre o medo e as crises numa grande metrópole como resposta à malha repressiva de controle social denunciado por Michel Foucault (1988, 1995), na elaboração do roteiro de edição elas se tornaram práticas da vida cotidiana, no cerne da contemporaneidade, que ordenam simbolicamente os grandes centros urbanos na perspectiva do tempo e do espaço por seus habitantes. Por ela, aprendemos quem ou o que somos na cidade que habitamos, ou que cidade somos no fluxo do tempo.

O documentário, por fim, é reconfiguração pela ação no mundo como obra aberta para o jogo de reinterpretações.

Constelação de imagens etnográficas “livre” no âmbito da bacia semântica da cultura urbana, não encerra ou apresenta, para a cidade de Porto Alegre, em seu constante rearranjo e interpretações isomórficas, um saber unitário sobre a construção da cultura do medo. Também não é capaz de reverter a matriz

de sentido que encerra o processo de reprodução dessa cultura. Apenas provoca outras intrigas, outros relatos e as imagens de outras experiências. Entre concordâncias e discordâncias, o diálogo está aberto.³

³ Ver, a respeito, a obra de Norberg-Schulz, *El significado en la arquitectura occidental*, Buenos Aires, Summa, 1980, na qual o autor, analisando a arquitetura do Renascimento, tece comentários sobre o espaço espiritualizado da Idade Média e a sua passagem para uma concepção de espaço como ordem concreta e geométrica.

CAPÍTULO 6

As variações “paisageiras” na cidade e os jogos da memória

Perspectiva temática

Pierre Sansot, filósofo francês, intitulou de *Variations Paysagères* o estudo que faz sobre as experiências humanas, acrescentando ao conceito de paisagem a aceção de sistema de troca entre o mundo sensível e o mundo das significações (SANSOT, 1983, p. 24).

No enraizamento a um lugar de pertencimento ou no deslocamento pela diversidade de lugares vividos, importa como a experiência humana se ofereceu aos sentidos, ao olhar, à escuta, ao cheiro, ao gosto. Nestes jogos perceptivos, destacam-se as formas sensíveis que movem os habitantes em suas lógicas de viver os espaços e tempos. A paisagem, em Sansot, é experiência plural e descontínua da força dos sentidos na biografia de um sujeito, sempre motivado pelo saber e pelo imaginário. A paisagem estará onde a vida pulsa, na qua-

lidade de estar no mundo social, na percepção de quem a admite na imaginação. O que está em jogo é um reencontro entre quem sente e o sensível, fazendo-se aqui referência direta à estética, sempre presente como fato de cultura. Este princípio de visibilidade se prolonga na palavra, que, na sua ressonância narrativa, dilata a percepção, agora em uma paisagem na memória, que faz vibrar as formas sensíveis.

Este deslocamento já estava presente na obra de Georg Simmel sobre o tema da paisagem. Esta nasce na nossa atividade criadora, essencialmente humana por se deixar evocar por um estado psíquico (*stimmung*), que articula percepção e afeição, que se separam e se reaproximam, se associam e se dissociam “como dois aspectos do mesmo ato” (SIMMEL, apud MALDONADO, 1996, p. 6-8).

Como esclarece Simone Maldonado (1996, p. 8), “é esse sentimento da ordem da subjetividade e da afetividade que vai permitir que um determinado pedaço de natureza venha a se constituir em uma paisagem”.

Mas a paisagem, como construto social, pode ser estruturada e organizada para além da sensibilidade de origem e transformada em sistema de signos. O indivíduo, com esta intenção, quer sua permanência na matéria construída, que requer formas duráveis. Apesar do espaço construído, o homem acolherá as modificações que se impõem ao seu olhar. Isto é suficiente para que ocorra “paisagem” (SANSOT, 1983, p. 35), experiência possível pela evocação das imagens que habitam nossa memória coletiva.

A construção da paisagem na trajetória humana não se reduz a deixar reger-se por modelos culturais ou a *priori* externos à consciência humana, mas de intenções afetivas, de motivações singulares que acomodam as sensibilidades potencializadas por um universo de signos e de imagens que imprimem ritmo aos deslocamentos em

nossos percursos, em nossa trajetória, dando, assim, sentido a um tempo pensado e vivido, um tempo humano.

Neste processo exclusivamente humano, aventuramo-nos a refletir sobre as paisagens urbanas. Trata-se da aventura de associar a motivação individual ao durar no social, apreendendo a paisagem no seu estado alternativo de ser fragmento de uma totalidade. Detemo-nos nas formas de reciprocidade da vida em contextos urbanos, seguindo a obra de Sansot, que nos orienta sobre a noção das variâncias das experiências subjetivas de paisagens da vida urbana que deslizam o ser para reciprocidades cognitivas entre um mundo subjetivo e um mundo objetivo. Como lembra Simmel (2006), neste processo os indivíduos interagem dando ritmo à vida social. Os habitantes investem nas formas de continuar na vida social do interagir cotidiano em suas memórias e trajetórias, perscrutando paisagens, arranjando as imagens em constelações, em que podem acomodar as sensibilidades e desejar a continuidade da experiência de jogar o social.

Nesta perspectiva, problematizamos o tema da paisagem que conta com a disposição do ser em sua reflexividade. A paisagem nasce da experiência temporal, articulada ao movimento da sensibilidade, como um projeto de experiência narrativa que concilia na memória coletiva a existência do grupo compreendido na disjunção do todo da natureza.

Notícia etnográfica

De 1987 a 1991, quando, na França, desenvolvemos um estudo sobre a vida de uma comunidade de mineiros de carvão (ECKERT, 1992), chamava a atenção a forma como, ao longo do século 20, se desenvolveu um sentimento de pertencimento local e regional, vinculado

ao território cultural de Cévenne, amalgamando a diversidade étnica de uma mão-de-obra recente, vinda de diferentes países da Europa e da África. A construção social das identidades narrativas se relacionava, neste estudo, ao sentimento de enraizamento no lugar. Os velhos mineiros franceses, espanhóis, poloneses, africanos de La Grand-Combe, quando narravam suas sagas imigratórias e migratórias tão diversas, definiam suas permanências nesta cidade no sudoeste da França, após o fechamento das minas nos anos 80, por razões práticas e simbólicas plurais. Mas o tom emocional era em torno da integração a uma comunidade ocupacional, colocando como dramática de pertença o “viver e morrer” no país cévenno, “lutar ou morrer” pela paisagem cévenno. Em suas narrativas, promoviam a força de sentido da memória coletiva na orientação de um projeto de enraizamento no lugar que os inscrevera no valor trabalho (de mineração) e na comunidade de destino. Os slogans eram repetidos em dialeto Langue d’Oc, o mesmo que usavam nas lutas de resistência ao fechamento das minas nos anos 60. Fenômeno estudado por Pierre Bourdieu e por Alain Touraine, em torno do amor pela paisagem, que constituía um símbolo de unidade dos mineiros trabalhadores de subsolo, não importando “no discurso sobre a luta” suas origens diversas.

A paisagem era sistema de signos em que podiam acomodar uma luta de identidade regional e recriar a saga de mais de um século de proletarização, mesmo que desterritorializados de seus territórios afetivos de origem. A paisagem, neste processo de construção de uma identidade da categoria regional, amalgamava pertencas locais diversas face a um estado de poder centralizador e reformista das lógicas econômicas do Estado-nação francês.

Os mineiros inovavam em suas narrativas a relação a um mito fundador de pertencimento regional, à celebração da paisa-

gem e ao espírito de identidade pela resistência à morte da mina. As torres de extração, desativadas nas planícies cevenóis, proliferavam como signos de identidade de um luto comum. Em face de sua demolição e de casas vetustas, lutavam pela permanência no território-paisagem. A paisagem era ressemantizada como território de unidade de sentido de suas trajetórias heroicas, configurando suas identidades individuais e sociais.

As imagens de suas memórias pela estratégia da etnografia da duração, na observação, na escuta, na pesquisa de seus acervos, são evocadas nas imagens produzidas. Trabalhar com a cidade industrial em sua demolição, em sua crise e em sua demanda por novas vocações funcionais, nos orientava para a importância de aderir à noção de paisagem por sua força de estetizar o movimento da vida narrada por seus habitantes.

De retorno ao Brasil, elaboramos um projeto circunscrito à paisagem urbana para tratar do tema da cidade em suas múltiplas interfaces coletivas. Em 1997, criamos então uma prática de pesquisa no projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais (ver www.biev.ufrgs.br) que consiste em desenvolver pesquisas etnográficas na cidade, bem como em garimpar acervos de imagens como uma alquimia, a nós significativa, para apurar o mundo sensível das formas plurais de interagir, agir, construir, dialogar e representar nos diferentes níveis da vida social urbana. Nosso lugar de pesquisa é a cidade de Porto Alegre, onde nos dedicamos ao estudo.

Nosso esforço de pesquisa na cidade de Porto Alegre está centrado nos itinerários urbanos, nas formas de sociabilidade, nas intrigas e dramas que configuram o teatro da vida cidadina. Tendo por base uma multiplicidade de etnografias em ruas, bairros, na vida coletiva nos dias de hoje, refletimos sobre a complexidade antropológica das

estruturas espaço-temporais sob as quais se assentam os fenômenos da alteridade e da experiência humana no mundo contemporâneo. Estas pesquisas, no âmbito do projeto apelidado BLEV, têm por mote o estudo das formas do tempo sobrepostos e configurados nos jogos da memória dos habitantes. A pesquisa é concebida por cada uma de nós pela produção imagética (fotografia, vídeo, som, escrita, estudo de acervo). A produção, por sua vez, depende da disposição dos usuários e pesquisadores do banco de dados fixo e do banco em web, disposto em forma de museu virtual para acesso dos usuários.

Daí nossa motivação de tratar das variações paisageiras na arte do viver na cidade, do agir e do narrar captado em vídeos etnográficos, em coleções fotográficas, em etnografias sonoras e etnografias escritas. Daí aderirmos ao tema da memória coletiva para poder evocar as práticas sociais e os sentidos de jogar o social.

Ao tratarmos da narração do tempo vivido e da estetização da vida cotidiana na pluralidade de formas sociais que concebem as práticas e saberes dos seus habitantes, seguimos o movimento constante de evocação de suas imagens, de suas experiências de viver as paisagens urbanas no fluxo do tempo. É sobre esta noção de uma paisagem urbana, constantemente criada e recriada na adesão aos lugares de interação social, que buscamos as referências, as formas sensíveis da trama da paisagem construída de acordo com os ritmos segundo os quais os habitantes refletem sobre o sentido de ser na cidade.

Pesquisar o tempo vivido na cidade é apreender estas paisagens urbanas na memória coletiva dos cidadãos nos espaços cotidianos. Cada narrativa escutada, cada imagem captada, cada diário de campo lido e monografia construída é para nós este ato de “transcrição” (expressão de Haroldo de Campos) das paisagens compartilhadas pelo etnógrafo da cidade como “pontos de amarração” (BOSI, 2003, p.

70) de trajetórias singulares, de histórias comuns, “de processos afetivos exclusivamente humanos” (SIMMEL, apud MALDONADO, p. 8).

Ressonâncias e dissonâncias da paisagem urbana atual

As formas e a cultura urbana que configuram as paisagens na atualidade são questões igualmente tematizadas na obra de Georg Simmel. O estar em sociedade é também disjunção pelo conflito. Um movimento intrínseco à variedade das formas da vida social em seus paradoxos e contradições que estetizam as múltiplas dimensões da existência humana no presente.

É na sociedade complexa que Simmel acomoda um conceito possível de paisagem relacionada aos atributos de consciência da socialização como processo. A paisagem urbana será esta pluralidade de relações, um em relação ao outro, ao nós, ao eles, ao tu. Trata-se da variedade de formas socializadoras segundo as quais os indivíduos atualizam os sentidos coletivos que criam e recriam a vida. Nestas formas de reciprocidade, ressoam os dispositivos de sentimentos sociais em que podemos vislumbrar as estéticas das interseções em que cada indivíduo, em sua liberdade, é interpelado a interagir. Jogar o social é, assim, para cada cidadão, um tempo de escolhas, de motivação de possibilidades de se colocar à disposição do movimento de viver na paisagem urbana, que o funde num evento psíquico em que pode dispor de orientações recíprocas para interpretar as formas de ligação, de dissociação, de ação e disjunção, de negociação e de conflito.

Como mostra Moraes Filho a respeito de Simmel, sua obra quis tonalizar o permanente vir-a-ser da vida social onde “não há propriamente sociedade feita, mas antes o *fazer-se* sociedade” (MORAES FILHO, 1983, p. 31) que, tal como a paisagem, é obra do caráter temporal da experiência humana.

Estas formas de viver socialmente são variadas e implicam em dissonâncias de dominação e subordinação de uma em relação à outra, e dentro de cada uma delas. Simmel está, pois, atento ao conflito eternamente gerado nas formas sociais como ingrediente da interdependência das ações sociais. Para tratar do ser humano, é sobre o senso das diferenças que devemos nos debruçar; é necessário sempre um sentimento de deslocamento e diferenciação ao lado da unidade para torná-la perceptível e eficaz (SIMMEL in MORAES FILHO, 1983). Como arte combinatória das variações paisageiras, as formas sociais relacionam-se como dinâmicas de dramatização as diferenças e diversidades em que as paisagens da vida urbana são configuradas nas interseções de processos motivados na vida objetiva e na vida subjetiva.

Neste paradigma hologramático, a cultura objetiva é produto da estrutura na tensão com a cultura individual em que os indivíduos, a partir de motivações e interesses diversos, atuam nas interações sociais. Neste jogo de formas possíveis, a multiplicidade de laços depende das configurações que enlaçam os indivíduos nestas reciprocidades. Mas, diz Simmel, “a cultura individual modela e é modelada pela cultura objetiva. E o problema que se coloca é que a cultura objetiva chega a ter vida própria” (SIMMEL, apud WAIZBORT, 2000, p. 116). Como orienta Leopoldo Waizbort, para Simmel estas são estruturas cristalizadas de interações que se autonomizam enfrentando o indivíduo como se fossem poderes alheios (WAIZBORT, 2000). É esta a tragédia da cultura preconizada na obra de Simmel nos processos de socialização na vida urbana contemporânea, oriunda da tensão entre opostos, que acabam se consolidando como determinismos sociais no âmbito da própria sociedade.

Paisagem com patrimônio tombado, tragédia da cultura?

Simmel vai relacionando a noção de paisagem à intensidade de pulsionar os sentidos no lugar, vividos nas formas de interação dos indivíduos em suas relações e nas reciprocidades com o mundo que os abriga e onde podem interagir com outros e onde investem na continuidade de formas de “sociação” e de círculos de agregação.

A “variância paisageira” é, assim, o trabalho da memória coletiva de recordar e esquecer numa lógica social de significações (DUARTE, 1986). Esta experiência, no sentido ideal de Simmel, ocorre no processo interativo da cultura individual e da cultural social, em que a cultura subjetiva modela a cultura objetiva e é por ela modelada. O problema é que a cultura objetiva chega a ter vida própria, tanto quanto a circulação do dinheiro, que modifica as relações dos indivíduos, impondo-lhes uma racionalização de divisão de trabalho pela lógica de um sistema financeiro que se movimenta em esfera abstrata.

A paisagem apropriada como objeto de política cultural também pode ser analisada, em Simmel, sob a noção de tragédia da cultura. Trata-se de problematizar os critérios que determinam sua classificação – como paisagem ou lugares –, mas objetivados como patrimônio a ser conservado. Se monumento, sua forma é congelada pelo propósito de lei. A paisagem antes vivida no tempo e espaço da experiência humana é tema de representação institucional em função dos argumentos de uma memória histórica que deve ser patrimonializada. A história monumental afasta o movimento de relações recíprocas dos indivíduos e da vida coletiva. O que se opera é uma “distância entre o produtor e o produto, que conduz até o ponto em que o produtor não se reconhece mais na sua ação e assistimos a uma dissociação entre a personalidade criadora e a obra criada e

tudo se passa como se a obra adquirisse uma existência autônoma pela relação aos produtores” (WATIER, 2003. p. 125).

Poderíamos selecionar inúmeros exemplos de paisagem intocada pelo tombamento constitucional. A questão é complexa. Podemos sugerir uma dramatização: um indivíduo contemporâneo viveu, em um dado tempo e espaço, a experiência da emoção de poder depositar sua memória afetiva em uma fonte em ruínas em um bairro esquecido. A prática de uma simples *flannêrie* pelo território-mito, lhe estimula – em um movimento involuntário de sua memória –, a evocação de imagens lembranças de laços afetivos em sua infância. Mediante a ameaça de demolição da fonte e transformação da paisagem, passa a reivindicar junto à estrutura política a salvaguarda e a permanência do lugar pleno de significados. Para tanto, demanda a intervenção do poder público no congelamento da matéria significativa. Atendido em sua reivindicação, a fonte é tombada e restaurada e transformada em símbolo da história local. Submetida a um dispositivo legislativo, é transformada, por uma lógica objetiva, em área enobrecida, revitalizada em espaço de turismo. Paradoxalmente, por esta nova razão, o indivíduo é doravante impedido de interagir com o lugar ressignificado, transformado em território espetacularizado e objeto de apreciação. O lugar é esvaziado de fluxos ordinários dos habitantes locais e mesmo interdito às formas de reciprocidade cotidiana. As atuações são controladas por estruturas legitimadas por justificativas que repropõem uma paisagem tributária de um tempo ideal no passado social.

A reivindicação individual operou, neste exemplo, a institucionalização da experiência afetiva, por obra da intervenção política, com poder de eternizar a paisagem patrimonializada. Lembrando o desabafo dos velhos mineiros franceses entrevistados em face da

nova vocação turística almejada para a cidade industrial em ruínas, suas vozes definiam um sentimento de vulnerabilidade ao presenciarem a morte da mina, a fonte de trabalho: “a modernidade nos traiu”.

Podemos encontrar outro exemplo no trabalho de Simmel – a ruína –, para ele fundadora de imaginários e motivações emocionais. Esta mesma ruína pode ser signo de degradação para o discurso urbanístico que demanda intervenção do Estado. Simmel pergunta, neste âmbito, por que tememos a ruína que nos inspira as lembranças? Por que esta paisagem não pode durar na sua condição de luto? A ação política mais provável será de restauro para um simulacro de continuidade. Sobre a ruína, a macrosfera impõe a reforma e ressemantiza seus sentidos pela higienização e/ou espetacularização. Ganham terreno a especulação imobiliária ou a lógica do mercado patrimonial para operar esta cimentação da paisagem como patrimônio cultural, censurada ao convívio descontínuo. Para ser tombada no livro das artes ou no livro das paisagens, sofre a interferência da política de restauro à revelia das artes de viver o lugar.

Para Henri-Pierre Jeudy, a política de museologização é definida por uma ordem simbólica cimentada no passado. É “uma necessidade de cultura traduzida por uma objetualização das culturas” (JEUDY, 1990, p. 2). Um ato jurídico determinado pela ordem política que desqualifica a vida civil de aprender a ruína como devir, ou “em qualquer trabalho de restituição ou de reconstituição, uma execução ótima, sem falha, sem indeterminação, só faz reconduzir à ausência aterradora de um jogo entre a morte e a memória” (JEUDY, 1990, p. 3). Concordamos com sua crítica às políticas patrimoniais que desconsideram que o fenômeno urbano é o resultado da ação recíproca de indivíduos e de grupos no plano de trocas sociais, como elucida Simmel.

Falando pelo projeto integrado Banco de Imagens e Efeitos Visuais, portanto do campo da antropologia urbana e da imagem, enfatizamos a importância de os gestores do patrimônio escutarem uma comunidade semântica. Compete-lhes, de acordo com os arranjos da vida social na cidade, respeitar a complexidade de seus gestos acumulados; compreender o processo de territorialização/desterritorialização de identidades sociais no mundo contemporâneo; entender a descontinuidade/continuidade sistêmica de valores acionados por esses habitantes; finalmente, compreender as redes/espços sociais em que se situam tais habitantes segundo suas trajetórias, posições e papéis, adesões e dissidências com relação a certos lugares do contexto citadino.

Esta crítica ao processo de objetificação no mundo contemporâneo confunde-se com a intensa desconfiança epistemológica ou ética da Antropologia com relação aos discursos universais ou totalizantes.

Do ponto de vista antropológico, a questão patrimonial impõe, atualmente, condições para enfrentar as variações paisageiras na cidade. Apontamos, particularmente, para a estratégia de produzir conhecimento sobre a condição urbana e para o papel da análise da memória dos habitantes na cidade. No contexto atual, política e ciência devem dialogar para promover as “identidades narrativas” (RICOEUR, 2000), por sua capacidade de subverter a idealização da linearização do tempo.

Paisagem e memória, etnografia da duração

Como o leque de referências teóricas terá que ser aqui pontual, podemos nos concentrar nas provocações intelectuais de autores tão díspares como Georg Simmel e Gaston Bachelard (embora o segundo,

não raro, diga seguir o primeiro), assim como nos desafios de outro guardião do tempo narrado, Walter Benjamin, e com este potencial reflexivo problematizar a noção de paisagem à luz da dialética dos deslocamentos dos habitantes na cidade. Por outro lado, nos apoiaremos em autores da linhagem dos hermenêutas da tragédia, como Gilbert Durand, Paul Ricoeur, Michel Maffesoli, Pierre Sansot, entre outros, por suas competências em instaurar a noção da memória como espaço fantástico, permitindo conceber nas experiências dos espaços vividos o tempo em suas imagens e em seus imaginários, “epifania de mistérios” (DURAND, 1998).

Se há um requisito para a confiança dos habitantes nas formas de viver de sua cidade território de pertença, este não é certamente o poder público, em razão dos muitos abusos, ainda que lhes possa disponibilizar equipamentos urbanos.

A confiança depende da “circularidade dos sentidos” (BAKHTIN, 1993) produzidos nas diferentes ações – destruições criativas e criações destrutivas (NIETZSCHE, apud HARVEY, 1996) – que transformam ou preservam os espaços de acordo com o que eles almejam, que sirvam de referência identitária e neles possam produzir formas interativas de viver uma trajetória coletiva, sejam lugar de narrativas intra e intergeracionais, que é onde se situa a importância da transmissão de valores simbólicos.

As pesquisas antropológicas nas cidades brasileiras tem buscado apontar para as reflexões dos habitantes sobre os sentidos dos lugares urbanos depositários das memórias singulares na vida pública pela qualidade de suas formas de interação. Suspeitam assim, das políticas de patrimonialização que se fecham ao movimento da experiência humana e as ações recíprocas das dinâmicas cotidianas.

Em seu estudo Alain Corbin (1988, p. 11), refere-se à paisagem





Figura 2

Fotos de Cornelia Eckert, Porto Alegre 2010, acervo Biev.

como a maneira de o homem ler e analisar o espaço como representação e apreciação estética. Uma leitura que, para Gilbert Durand, é imaginação criadora (1989) oriundo do impulso do ser.

É na prática de rememoração que a paisagem é empreendida como experiência de evocação simbólica. Assim, o trabalho de tecer as reminiscências é configurar as variações paisageiras consteladas por imagens da experiência de viver nos lugares no fluxo do tempo. Gastón Bachelard, em sua fenomenologia do imaginário (DURAND, 1988, p. 67), estabelece a plenitude das imagens, “o imaginário confunde-se então com o dinamismo criador, a amplificação poética de cada imagem concreta” (DURAND, 1988, p. 68). Bachelard postula uma meditação fantástica para o tempo vivido como ritmos temporais em que podemos localizar a vida social. Durar na paisagem é esta qualidade de “formar imagens que ultrapassam a realidade, que cantam a realidade” (BACHELARD, apud PESSANHA, 1988, p. 153). É na imaginação criadora, distinta da imaginação reprodutora, que Bachelard confia os ritmos encontrados do tempo pensado que repercute em nós. Este caráter temporal da experiência humana é que torna a paisagem urbana o lugar dos sentidos que articulam narrativas e *performances* dos atores em seus dramas na cidade. Este é o setor da palavra humana, “da linguagem que nasce, jorrando do gênio da espécie, ao mesmo tempo língua e pensamento, uma linguagem poética” (DURAND, 1988, p. 65).

Aspectos teóricos que orientam nossas pesquisas na cidade de Porto Alegre, ao tomarmos este contexto sob a perspectiva da figuração de seus cenários em que atuam os grupos/indivíduos. Nas etnografias que temos orientado nesse universo e que problematizam a paisagem como categoria de interpretação, nos mais diversos projetos, evidenciamos a pluralidade de dinâmicas tempo-

rais na vida cotidiana. Trabalhadores do antigo sistema ferroviário VFRGS (LORD, ECKERT, 2002), jogadores de futebol nas várzeas das periferias da cidade (LOPO, 2008); *habitués* da rua da Praia ou do calçadão, no centro da cidade (CUNEGATTO, 2009); relação de redes familiares no processo de demolição de casas herdadas ou construídas (GUTTERRES, 2010); *performances* e jogos de interação nas feiras-livres (VEDANA, 2004); relação dos habitantes do bairro insular com as águas em suas diversas práticas (entre elas a de pesca) (DEVOS, 2003), em todas a paisagem do mundo urbano contemporâneo guarda as feições das estratégias de vida de seus habitantes, de seus sonhos e desejos, segundo a acumulação benéfica da animação e da vibração temporal dos ritmos diferenciais de ocupação e apropriação de seus territórios.

A cidade de Porto Alegre (e outras do Rio Grande do Sul e em outros estados que estudamos), se revela a nós nos gestos, olhares e *performances* de seus moradores; nos itinerários, dramas e intrigas por eles vividos; nas formas de sociabilidade da vida de cada dia; nos bairros, nas ruas, nas casas, nos clubes, enfim, em espaços que lembram suas trajetórias, seus itinerários, memórias e imagens.

O cotidiano, assim, se torna uma dimensão dos jogos interativos e ordenados pelos habitantes em suas memórias, ritmadas em temporalidades descontínuas que elucidam o “como” e o “porquê” dos laços coletivos, e os contextos sociais onde são vividos e negociados.

Evocamos aqui o tema das variações paisageiras na forma como os cidadãos conciliam suas narrativas e gestos com a memória afetiva ao lugar, acomodando na matéria as lógicas imaginárias. Esta ritmicidade dimensiona a experiência temporal em seus detalhes, fragmentos, instantes vividos, mas ao mesmo tempo nos leva, dialeticamente, a tratar das práticas e estruturas institucionais que

imprimem uma representação sobre a realidade social, a economia, a política, a educação, as tecnologias etc.

A vida cotidiana no contexto urbano é, então, o cenário em que as narrativas dos habitantes se referem às paisagens que abrigam suas referências em percursos e itinerários, aos quais atribuem identidades sempre na perspectiva de um vir-a-ser. Paul Ricoeur é para nós, nesta instância, uma referência importante. Seja em sua obra *Tempo e Narrativa* (I, II e III volume) seja em *O Si mesmo como um Outro*, nos provoca a tratar da experiência vivida no tempo da ação narrativa. Ricoeur concebe os personagens da experiência em sua inteligência narrativa. Neste sentido, as etnografias que desenvolvemos sobre as paisagens urbanas, pensadas e vividas no trabalho da memória dos habitantes, buscariam o sentido desta relação na experiência narrada. Por ação narrativa Paul Ricoeur compreende a construção de uma identidade relacional de um si mesmo, deslocando a percepção de uma paisagem externa à sua experiência (mesmidade) para a reflexão sobre o lugar vivido pelo narrador na identidade (ipseidade).

A etnografia da duração, neste sentido, vislumbra o tratamento da memória narrada como conhecimento de si e do mundo, no trabalho dos sujeitos ao recordar, “o que equivale a dizer que não nos recordamos por simples repetição e que devemos *compor* nosso passado... a humanidade é a narração, não a recitação” (BACHELARD, 1988, p. 51). O narrador reconstrói os sentidos do presente e dos lugares em que pode, no presente, depositar suas memórias. O presente é sempre movimento e transformação, que instaura a rememoração do passado sempre restaurado. Posto que a rememoração do passado não implica simplesmente restauração, mas também transformação do presente como se o passado perdido pudesse aí

ser reencontrado, ele não fica o mesmo, mas é ele retomado e transformado (BENJAMIN, 1993, p. 16).

O antropólogo é concebido como narrador da cidade, dos jogos da memória compartilhados com os leitores e usuários das experiências de interação no viver urbano, disponibilizadas no nosso portal www.biev.ufrgs.br. As paisagens são estetizadas na memória narrada e por nós interpretadas e disponibilizadas em diversos suportes, como o texto escrito, videográfico, fotográfico e sonoro.

Em decorrência, os espaços urbanos construídos e vividos como objeto do estudo etnográfico vão se revelando não meros reflexos de políticas urbanísticas, mas suportes de tradições e biografias de seus habitantes, cujas narrativas expressam uma linguagem coletiva que comunica uma pluralidade de identidades e memórias. As experiências em suas trajetórias são interpretadas e comunicadas na forma narrativa. Neste tempo do jogo da memória, a forma narrativa agencia os fatos em intrigas reconfiguradas para interpretação dos interlocutores que interagem na condição pública com a memória compartilhada.

Esta experiência etnofotografada vivenciada em agosto de 2002 em Porto Alegre foi o início de uma longa relação dos pesquisadores do Banco de Imagens e Efeitos Visuais com Seu Hélio, ex-ferroviário e presidente da Agremiação Esporte Clube Ferrinho. Nesta localidade mora com sua família no segundo andar do prédio da antiga Estação Diretor Augusto Pestana.





Figura 2
Fotos de Cornelia Eckert e Lúcio Lord, Porto Alegre agosto de 2002,
acervo Biev.

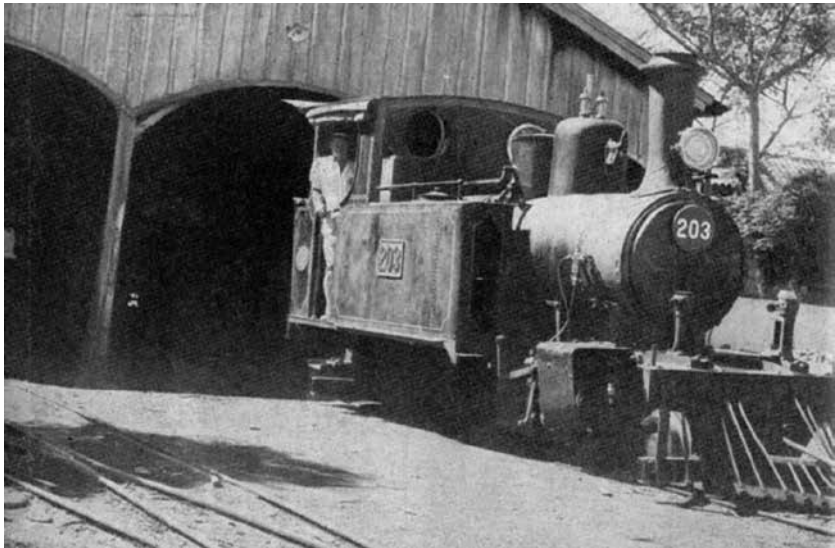


Figura 3

Imagens de acervo do Sr. Hélio. Originais Revista do Globo. Pesquisa etnográfica Porto Alegre agosto de 2002.

O guardião da memória dos ferroviários em Porto Alegre é um colecionador de documentações sobre o patrimônio da antiga profissão e como um maestro dessa temporalidade que se esvai, nos recebe para registrarmos com instrumentos audiovisuais as ruínas que testemunham a degradação de um local outrora efervescente: prédios abandonados que denunciam as rupturas na vida cotidiana do trabalho previsível e seguro por mais de um século. Na crise anunciada, permanecem as moradias pertencentes ao antigo sistema fábrica com vila operária, localizadas nos bairros Navegantes e Humaitá, identificada por Vila Ferroviária (LORD, ECKERT, 2002).

Fica aqui ainda a questão de Paul Ricoeur sobre a interpretação narrativa, no sentido de ver até que ponto ela desloca o epistemológico sobreposto à história relatada e à história que se edifica sobre os rastros da pesquisa documental (RICOEUR, 2000, p. 300). Não são certamente os traços de intersubjetividade da percepção que se destacam no estudo narrativo em que há mediação simbólica entre as motivações da ação humana e a experiência narrada. Há, na experiência da memória compartilhada na narrativa, a função de religar a comunidade da narrativa aos lugares itinerantes da memória (RICOEUR, 2000, p. 186 e 311). Neste sentido, os espaços públicos e/ou outros do domínio privado fornecem o suporte material de um investimento simbólico, referido ao cotidiano afetivamente significativo de seus grupos sociais.

Não se pode esquecer aqui que toda obra humana remete a uma produção simbólica, nem que os territórios de sociabilidade de uma cidade são nichos de sentidos que uma comunidade produz, não para concluir aí apenas sobre os sistemas de dominação subjacentes, mas para interpretar os significados que configuram em seu interior as diferentes formas e planos de existência social (ECKERT; ROCHA, 2005).

Assim, indiferente ao desaparecimento das referências materiais dos espaços sobre os quais os grupos/indivíduos fundam sua identidade, os lugares de pertença (a cidade, o território) tornam-se os guardiões da memória de seus habitantes. Como os habitantes de La Grand-Combe e, em especial, a última geração de mineiros de carvão do estudo que referimos no início do capítulo, a paisagem é o espaço fantástico em que podem “colar” sua existência em alguns momentos de interação social vividos em seus territórios e investi-los do ritmo construído no corpo da duração de biografias.

É esta a nossa pesquisa, da concepção de uma paisagem que permanece na memória, compartilhada nos reencontros, nas sociabilidades, na vida cotidiana (SANSOT, 1983, p. 8).

CAPÍTULO 7

A fabricação das paisagens, os jogos da memória e os trabalhos da imaginação criadora

Da morte à ressurreição da paisagem

A pesar de anunciada sua morte prematura, o tema da paisagem tem sido re-inventado como um espaço para refletir sobre as fragilidades e incertezas da vida humana na superfície terrestre contemporânea. Redes de transporte de pessoas e de mercadorias, extensões desordenadas de cidades e vilarejos, mecanização e transformação da agricultura, implantação de infraestruturas turísticas em lugares antes longínquos, o tema da paisagem vibra e ressoa com vigor na forma como se têm pensando as transformações mais recentes na fisionomia do ambiente que nos rodeia.

Vista por uma ótica futurista, em que o ambiente é cada vez mais integrado ao mundo artificial de barragens, túneis, autoestra-

Originalmente publicado em: SILVEIRA, Flávio Leonel e CANCELA, Cristina Donza (Org). *Paisagem e cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém, EDUFPA – Editora Universitária, 2009. P. _ a _

das, pontes, centrais elétricas, usinas termonucleares, aeroportos e estações de trens, um mundo tomado por máquinas, mutações terrestres e velocidade das transformações tecnológicas, ou por uma ótica expressionista, incorporado, quase como ornamento, às construções e estruturas que ressaltam cada vez mais os atributos cósmicos da matéria terrestre, as paisagens contemporâneas polemizam, sem dúvida, com as antigas.

Hoje, mais do que ontem, tratar do tema da paisagem é abordar um vasto campo de investigação para a antropologia das sociedades complexas. O desafio, porém, é posicionar-se diante de um campo conceitual que tem para o conceito de paisagem múltiplas leituras e abordagens, associadas a maneiras de ver e modos de fazer ciência num espectro tão amplo que inclui geógrafos, pintores, arquitetos e urbanistas, antropólogos e sociólogos e, mais recentemente, historiadores.

A palavra *paisagem* – *paysage* – foi empregada pela primeira vez em 1690, na França, por Furetière, em referência ao aspecto de um território que se *estende até onde os olhos podem ver*. As florestas, as colinas e os rios eram são considerados, nessa época, paisagens belas precisamente pela possibilidade de serem contempladas pelo olhar.

Uma paisagem não pode prescindir de uma visão de conjunto de um território ou de um lugar que seja o ponto de vista do observador. O conceito de paisagem implica, desde seus primórdios, considerar o tema da unidade espacial e dos seus limites para o conhecimento humano do mundo, pois, numa paisagem, tudo se funde dentro de determinados quadros que limitam o olhar.

Georg Simmel, em seu famoso ensaio sobre a paisagem, foi um dos primeiros a mencionar o seu nascimento como solidariedade que se estabelece entre o espírito humano e a matéria terrestre. O ser-

para-si, do qual resulta a paisagem, faz com que o caráter contínuo e indivisível da natureza capitule diante do ato de modelagem do espírito humano. Este autor reconhece, inclusive, a presença da paisagem em outras sociedades que não as contemporâneas; apenas admite a singularidade da paisagem (que a pintura renascentista capitalizou) no que tange às catástrofes metafísicas que no Ocidente moderno provocaram a dissolução das ligações e das relações originais entre as formas de vida exteriores e as formas interiores que admitem relações entre a figura humana e o cosmo (CORAJOURD, 1982) .

Para M. Corajoud (1982), trata-se da potência analítica do olhar humano que faz o mundo das coisas e dos objetos um agregado de formas. Uma paisagem de campanha seria, assim, por exemplo, o testemunho do trabalho do camponês, olhar, contemplar e admirar a paisagem rural é emocionar-se com o trabalho que a mão humana produziu nesse território. Segundo Teresa Poester (2002, p. 35), “inventar uma paisagem não é imitar a natureza, mas utilizar seus princípios para criar artificialmente. Em outras palavras, é a imaginação, e não a observação, o fundamento da pintura de paisagem” .

A pintura de paisagem é a expressão de um construto mental do artista na sua relação com a matéria; diríamos, completando, que o gesto que carrega o ato de pintar se abre aos trabalhos da imaginação criadora pela via da abstração que ela contempla.

Para o que interessa a este capítulo, pensaremos o tema da paisagem e refletiremos sobre ele do ponto de vista dos estudos em torno de memória, estética urbana e patrimônio etnológico e etnografia da duração que no Banco de Imagens e Efeitos Visuais vimos realizando com outros estudiosos.

Para isso, devem-se admitir como premissa as afinidades singulares dos estudos de paisagem com os da antropologia da ima-

gem, posto que toda paisagem se realiza por meio de atos do espírito humano (em termos simmelianos) sobre a matéria terrestre e é, ao mesmo tempo, uma experiência sensível, plena de símbolos que derivam de um pensamento afetada pelas imagens.

Navegando nas águas de alguns conceitos e noções de paisagem

Para fins metodológicos, torna-se necessário precisar inicialmente os limites entre estes saberes e fazeres em conformidade com as questões da memória e do patrimônio que aqui nos interessam.

Iniciamos refletindo sobre o conceito de paisagem sob o olhar da arte. Pensamos nos artistas por representarem os criadores da imaginação por excelência, uma vez que ela se antecipa como forma da matéria terrestre (aquática, vegetal, mineral, aérea). Como produto da função fantástica, toda paisagem remete à imaginação criadora do artista em sua interação com ela.

Pela mão dele, a paisagem não é um fenômeno nem imanente, nem transcendente; ela é tributária de um complexo processo com base em sua imaginação, criadora de relações entre natureza e cultura, matéria e vida. Ao contrário da afirmação de que a arte imita a natureza, alguns pensadores, tais como A. Roger (1992, p. 13), dizem que é a natureza que imita a arte porque ela resulta dos trabalhos da imaginação criadora humana sobre a matéria.

Neste contexto, o artista não cultivaria uma passividade receptiva diante do belo da natureza. Seus constrangimentos, em termos de linhas de força, limite e realidade, tornam-se, progressivamente, evidências nas coisas e nos objetos pela composição com que lhes impõe formas de representação. Para este autor, a beleza natural construída pelo olhar artístico, é mediada pela operação artística.

Segundo a afirmação de Oscar Wilde, de que a arte imita a vida tanto quanto a vida imita a arte, concordamos novamente com A. Roger, ao argumentar que o conceito de paisagem deriva de um processo de transformação em arte da superfície terrestre. A arte não imitaria a natureza, simplesmente porque esta última resulta, parafraseando G. Bachelard, de um processo de “introversão”; depois de remodelada, passaria por um processo de extroversão que a expressa em linguagem poética humana.

A paisagem na arte surge do olhar da contemplação do artista sobre o mundo natural e do seu esforço em traduzir os componentes de sua realidade efêmera e instável em estados subjetivos da alma. A literatura, a pintura, o romance, a fotografia e as artes plásticas registram o destino dos lugares e permitem a confrontação de seus estados. Na pintura de paisagem, o horizonte dos vilarejos não se compara com o horizonte das campinas; os verdes das florestas não se confundem com a relva dos pastos numa campina; a brancura das geleiras não se assemelha à brancura dos picos das montanhas cobertas de neves.

Na hierarquização de planos e na projeção de linhas, a paisagem na pintura opera com elementos presentes no campo perceptivo do artista, que não correspondem forçosamente a dados mensuráveis em termos de natureza. Em termos de sensações, a pintura de paisagem explora a representação dos momentos do dia e das estações dos fluidos atmosféricos (bruma, sol, chuva...), da luminosidade (aurora, crepúsculo, noite...) e seus estados de espírito e de sensibilidade (alegria, tristeza, melancolia...). No plano das formas expressivas, a pintura procura associar aos estados de alma (interiores) as flutuações do mundo cósmico. A paisagem significaria a dominação humana sobre a ordem *natural*, imprimindo-lhe um caráter, um sen-

timento (melancolia, majestade, grandiosidade, exuberância etc.)

Nesta perspectiva, uma pintura, uma gravura ou um desenho de paisagem concretiza-se como espaço fantástico, fruto da imaginação criadora do artista em seus jogos de adesão à matéria terrestre de um lugar e de sua recusa. Antes de ser pensada como retorno à tradição em sua força nostálgica, a pintura, o desenho, a gravura que retratam uma paisagem refazem constantemente o caminho de remontar o Tempo, buscando integrar, num só gesto e ação, passado e futuro.

Segundo M. Gagnebin (1999), toda paisagem exprime a presença de gesto de superação de uma distância intransponível entre o ser e o mundo. Ela é marca de uma finitude. Assim, por mais violenta que seja uma paisagem retratada, ela sempre traz consigo uma ação de apaziguamento da angústia humana diante do vazio. Não se pode esquecer o aspecto fundamental de que toda paisagem é formada, criada e modelada pelo olhar e pela mão e pelo corpo do artista (PITTE, 1983). De acordo com J-R. Pitte (1983), muitos dos tratados sobre a paisagem originam-se da história da vida e do mundo rural dos mais diversos países da Europa, seja na tradição de estudos geomorfológicos (entre os franceses, alemães e russos), seja do ponto de vista da dimensão da vida humana nas formas de ocupação do espaço, caso dos estudos de paisagem entre os ingleses. Os alemães se destacam, em especial, pela forma como a pintura de paisagem se coloca como arte com origem na própria natureza, fonte absoluta de toda beleza. É por isso função da arte embelezar a natureza.

Para os pintores românticos, a natureza sempre se apresenta poderosa e selvagem em suas representações pictóricas. De seu ponto de vista, a paisagem representa os sentimentos que os lugares e as metamorfoses da matéria terrestre neles desperta. Na representação paisagística romântica, o artista procura apresentar as forças pode-

rosas da natureza e as emoções que elas suscitam. Representar suas qualidades é o desafio de todos os pintores românticos.

Na versão pictural da paisagem, as formas urbanas também exalam emoções estéticas singulares em termos de olhar, experiência vivida em contraste com as coisas da terra – no horizonte, as chaminés, os sinos, os telhados, os perfis das edificações, os materiais das quais são construídas são motivo de representação que anula, pela ótica do pintor, as distâncias entre o nós e o meio cósmico

Da paisagem do artista à paisagem dos geógrafos, a distância é determinada pela sobredeterminação da imaginação criadora para nos aproximar da interpretação das tensões entre os *devaneios do repouso* e os *devaneios da vontade* na forma como as culturas humanas se relacionam com a matéria terrestre. A paisagem do geógrafo é interpretada tanto nos termos da extensão da matéria terrestre, quanto de suas divisões num sistema de relações, entre o homem e o meio cósmico segundo suas formas de inventário descritivo. A paisagem se aprende por suas formas diversas, planícies, vales, montanhas; rios, mares e arquipélagos, campos cultivados, matas, florestas, vilarejos, cidades, favelas, fábricas e industriais, vias de transporte e de comunicação etc.

Nas mãos de um geógrafo, a paisagem passa por um olhar escrutinador na busca dos componentes estáveis e regulares do meio cósmico, sendo todos eles interpretados como realidades inteiras e, em certa medida, exatas na perspectiva de uma razão prática e simbólica que orientaria as ações e gestos humanos utilitários em relação à matéria terrestre. As montanhas, como paisagens, foram objeto das primeiras expedições científicas orientadas para a decifração da anatomia terrestre e a compreensão de suas variações aparentes, tornadas, logo após, um sistema organizado segundo suas características singulares.

As cidades se consolidaram como objetos do olhar do geógrafo. Cidades encravadas em morros ou enterradas em vales, assim como os campos de planície e os campos de serra acima, assim como os vales de vinhedos, os morros com canaviais e os arrozais e trigais são interpretados segundo a composição de seus elementos. A paisagem geográfica dá origem à ideia de região. E a ideia da região se aplica à matéria terrestre das cidades segundo seus elementos de composição, os casarios e os edifícios, os bancos, as casas de comércio e supermercados, as malocas e os casebres, as vielas e os becos, as ruas e as avenidas etc.

O conceito de paisagem se abre como realidade técnica e econômica para além de suas características físicas. As regiões *naturais* dialogam com as regiões econômicas. Os estudos de cobertura vegetal e de cobertura mineral, os de relevo e clima dialogam com os estudos de grupos humanos, de seus deslocamentos e migrações, dos devaneios de suas vontades, técnicas e instrumentos de sacrificar a essência da matéria terrestre a partir de fora.

Pensar em paisagem é, assim, pensar o processo de subordinar o meio e os recursos cósmicos e naturais às estratégias humanas, à necessidade de domesticação da matéria. A paisagem vem associada, por isso, a um enquadramento geográfico determinado, expressão da unidade de um lugar, denominado fisionomia. A transformação de um espaço qualquer em lugar (espaço existencial) supõe sempre a metamorfose do mundo natural em paisagem, o que não deixa de ser uma metafísica no sentido amplo do termo, pois se reconhece a própria dimensão espacial da existência humana como ontologicamente associada a um território.

Pelo olhar do geógrafo, descobrimos que a matéria terrestre não é indivisa, mas resulta da sobreposição de gestos e ações huma-

nos acumulados no tempo na forma de um lugar. No conceito de paisagem do geógrafo, pode-se reconhecer que nenhuma paisagem se reduz à sua realidade física. A transformação de um país em paisagem supõe sempre uma metamorfose, uma metafísica no sentido amplo do termo. Como diria A. Roger (1982) em seu ensaio sobre a história de uma paixão teórica, e com o qual concorda M. Conan (1994), um país nunca é algo natural, mas sobrenatural, isto é, um país é um fenômeno além do natural. O relevo de um território – montanhas, rios, cidades, fazendas, desertos, tanto quanto sua vegetação e as cores da terra e do céu, estradas e caminhos, horizontes e cursos de água – revela e esconde, a um só tempo, os sonhos e os desejos, bons ou maus, dos grupos humanos que o habitam.

Também é possível pensar a paisagem pelo olhar dos arquitetos e, dentro dele, como o olhar prepondera sobre a forma. Para este profissional, a superfície terrestre é plena de formas, sendo seu reino o do arranjo destas formas (fluidas, aéreas, sólidas). A paisagem do arquiteto sempre esconde um ponto de vista, um enquadramento, a articulação de planos, o encaixe de volumes, segundo a importância por ele atribuída ao céu e às nuvens, ao sol e à vegetação, às águas e às matérias minerais etc. Pela mão dos arquitetos, as construções são indissociáveis de meio cósmico que as cercam – orientação solar, massas sólidas e fluidas, flutuações de sombras e luzes, dias e estações do ano etc. Como elementos de estruturação de paisagens arquitetônicas, a chuva, a neve, o sol, o vento, a cobertura vegetal, os picos das montanhas, as beiras de lagos orientam o posicionamento de janelas e portas, a existência de balcões e alpendres etc.

Toda paisagem do arquiteto ensina que toda paisagem contempla a ideia de um cenário para o qual contribuem os trabalhos da imaginação terrestre dos grupos humanos em sua luta cósmica

com a matéria, no afrontamento e no desafio, na rivalidade e na animosidade entre o gesto humano e o do modo de ser da matéria. A orquestração entre a unidade do ambiente natural e o objeto a ser construído resulta da tensão entre os atributos do mundo natural e das disposições arquitetônicas e as suas composições, projetadas pelas sociedades humanas nos territórios onde vivem.

Passamos agora para o olhar do historiador, deixando as demais paisagens. Para ele, a paisagem é emergência histórica. Anuncia o nascimento do olhar distanciado (talvez ciumento, nos termos leivistraussiano), fruto da perda do sentimento de pertença que reúne o homem ao cosmos.

A paisagem é vista como fenômeno correlato à concepção do indivíduo moderno, sujeito ético e moral, histórico, sujeito do *cogito*, liberado de suas necessidades práticas e imediatas de seu meio cósmico e social. Segundo Norbert Elias (1991), o conceito de paisagem tem origem na perda do sentido das sociedades humanas modernas em relação à totalidade cósmica ou à ruptura original com o seu meio cósmico ou social (GABNEBIN, 2000). A paisagem circunscreve o mundo cósmico às ações humanas. Para produzir uma paisagem, a natureza precisa ser neutralizada, trabalhada, domesticada de dentro e de fora pela mão humana. Observar uma paisagem é, neste sentido, observar a história social de uma estética, do olhar e do gesto humano sobre a natureza, contemplando a perpétua metamorfose de seus modelos e leis (BERQUE, 1995).

A radicalização destes preceitos deu origem à doutrina da paisagem de Augustin Berque (1995). Este termo, segundo o autor, não pode ser aplicado indiscriminadamente a todas as épocas e culturas, devendo obedecer a critérios bem específicos e a parâmetros formais, como,

- 1) presença da sua representação linguística – (registro no vocabulário usado pelo grupo social);
- 2) presença na forma de representações literárias, orais ou escritas, em termos descritivos de territórios;
- 3) presença na forma de representações picturais de lugares;
- 4) presença na modalidade de representações jardineiras, traduzindo-se como representação estética da natureza.

O caráter sociologizante do olhar do historiador, apesar de seu reducionismo caracteriológico, revela que toda paisagem contém histórias referidas e não somente as tradições sociais dos grupos humanos que habitam a sua superfície, mas as formas de organização social através das quais as sociedades humanas se estruturam para viver e sobreviver em determinado território.

Destas últimas observações passamos para a paisagem do antropólogo, que a vê como expressão dos símbolos e sentidos que as sociedades humanas atribuem ao meio em suas vidas cotidianas. Iniciamos com uma afirmação que não queremos categórica, mas suficientemente provocativa, na sua simplicidade, para pretender congregar as perspectivas anteriores, as paisagens são aquisições culturais.

Adotamos a afirmação de Alain Roger (1994), para quem ela não pode ser pensada autonomamente, sem uma gênese no âmbito de uma sociedade. Sem dúvida, inúmeras são as obras que tratam da invenção da paisagem, como a de Alain Corbin (sobre o mar, 1988) e John Grand-Carteret (a montanha, 1983). Para muitos dos historiadores da cultura, o tema da paisagem traz consigo o tema do olhar, da visão, da contemplação e da admiração, tanto quanto da composição

estética do olhar de certos elementos que, embora isolados, conformam o mundo natural e podem ser vistos como partes de um conjunto ou configurando um todo.

Entretanto, partimos destes estudos para deles retirar o sentido antropológico da paisagem, não apenas como fruto das organizações materiais do espaço e das suas representações – a natureza – no percurso histórico das sociedades ocidentais. Interessa-nos refletir sobre a paisagem sob a ótica arqueológica da cena terrestre como receptáculo das forças da imaginação simbólica que presidem a ação e o gesto humano no mundo, criador de sociedades e culturas.

Valemo-nos do conceito de trajeto antropológico em G. Durand (1984, p. 38), pensar a paisagem como integrante dos trabalhos da imaginação criadora e das estruturas antropológicas do imaginário, fruto do intercâmbio incessante entre o *plano do imaginário*, as *pulsões subjetivas humanas assimiladoras da matéria terrestre* e as *acomodações das ações humanas as intimações objetivas que emanam do meio cósmico*. Ao nos referirmos a este intercâmbio incessante entre a imaginação e a matéria, admitimos que a paisagem resulte da *gênese recíproca* entre o gesto pulsional e o ambiente material e social visto na perspectiva de um arranjo no tempo.

Segundo esta perspectiva (*gênese recíproca*), as representações da matéria terrestre de onde nasce a ideia de paisagem têm origem nas formas como elas se deixam assimilar e modelar pelos imperativos pulsionais dos sujeitos (pelas motivações simbólicas orientadas pelas intimações do seu meio cósmico e social de origem), na mesma medida em que tais imperativos (necessários a todo sujeito para poder se expressar como existência) devem se acomodar ao seu meio objetivo (tanto social quanto cósmico).

A seleção de elementos efêmeros e variáveis e as sensações

que transmitem um meio cósmico resultam, portanto, no plano do imaginário. Todas as sociedades humanas têm de operar a construção de uma totalidade da experiência com a matéria, na perspectiva da imaginação criadora, a qual, assimilada como representação, atinge uma dimensão sensível (não-visível).

Estamos realçando outra noção de matéria para falar da superfície terrestre. Temos usado até o momento a ideia bachelardiana de *matéria terrestre* na perspectiva da *imaginação* que imagina uma matéria (*a imaginação terrestre*). Para o autor, cada gesto clama por uma matéria. Nesta ação, procura um instrumento que a molde na precisão de sua dureza, moleza etc.

A paisagem se traduz como tempo (todo o tempo), precisamente porque ela resulta de uma dinâmica incessante do movimento do gesto humano sobre a matéria terrestre, gesto este não considerado como simples encadeamento de ações, mas como cadeia de símbolos e sentidos.

A gênese recíproca entre o gesto humano e a matéria terrestre (aquática, aérea, mineral, vegetal) do meio cósmico tem como sede o símbolo. Por isto falaremos, mais de tarde, da imaginação simbólica¹ para tratar da imaginação terrestre, como pista da ação da imaginação criadora no mundo da cultura e das paisagens diversas que cada sociedade fabrica e fabula.

1 A análise de G. DURAND, *Science de l'homme et Tradition*. Paris, Berg Internacional, 1979, a respeito das catástrofes metafísicas que atingiram as formas do pensamento ocidental, são aqui imprescindíveis para que se possam compreender, no tratamento conceitual da paisagem, as deformações pelas quais passou a lógica dos símbolos no interior do *cogito* (e de seu modelo de unificação) para o caso das representações do espaço.

A produção das paisagens, os jogos da memória e os trabalhos da imaginação criadora

Seguindo os caminhos da imaginação criadora sobre o mundo natural, a mobilidade das imagens da matéria terrestre moldada pelo gesto humano, seus fragmentos e lembranças, nos orienta para a presença de uma história potencial da paisagem. No plano da função fantástica que subsidia os jogos da memória, toda paisagem é sempre uma luta do homem contra as feições devastadoras do tempo.

Do ponto de vista dos estudos sobre memória e duração, reconhece-se que em toda a paisagem se esconde uma estória a ser narrada, a qual, pela voz do antropólogo na figura de narrador, é repassada adiante, fazendo-se reverberar no tempo.

Toda paisagem é memória porque é contra a matéria terrestre ou dentro dela que a imaginação vai habitar na tentativa de superar a matéria perecível do tempo. Toda paisagem é tempo, porque a imaginação criadora, confrontada à extensão da matéria terrestre, resulta do seu triunfo sobre ela. Neste sentido, pertencendo ao domínio do tempo, toda paisagem, como arranjo estético de uma experiência no mundo, pertence ao domínio do imaginário.

Viver uma paisagem significa viver um tempo comprimido na forma de um espaço, pois, para construí-la, é necessário antes imaginá-la e, pelos trabalhos da imaginação, afrontar, confrontar, adentrar a matéria terrestre da qual ela é feita.

No pensamento simbólico, uma paisagem nunca é homogênea (como não o é o vazio geométrico, que habita o espaço euclidiano). Cada paisagem tem valor em razão de suas qualidades, havendo uma pluralidade qualitativa na matéria terrestre, dela exalam muitas formas que desafiam nossa sensibilidade.²

2 É aqui uma referência a obra de BACHELARD (1984).

Nos trabalhos da imaginação simbólica, em que o semantismo dos símbolos é nascedouro da paisagem, reconhece-se que o meio cósmico é modelado por toda ação social e a modela em sua origem estética, por tributária dos jogos da imaginação criadora humana em face da matéria terrestre.³

Uma paisagem regida pela imaginação simbólica possui inúmeras “camadas de duração”, sendo plena, ao mesmo tempo, de cantos e recantos, de nichos e ilhas, segundo o poder de uma ubiquidade não-euclidiana. Sendo um conjunto de lugares, a paisagem não se traduz, para o pensamento simbólico, em unidade de sentido, mas em unicidade em sua modéstia plural. Uma vez que aquele que a cria faz parte de sua criação, toda paisagem reúne criador e criatura numa totalidade indivisível.

Território habitado por jogos da memória, toda paisagem, na perspectiva do semantismo dos símbolos de suas formas, integra camadas de tempo, e de tempo local, do instante que não se fecha na irreversibilidade do passado como desdobramento linear de um tempo histórico, nem num tempo futuro, progressista.

Paisagens, a imaginação criadora e a imaginação terrestre

Seguindo com a ideia de inspiração bachelardiana que procuramos desenvolver, a paisagem resulta de um intenso trabalho da imaginação criadora sobre a matéria terrestre, em seus desejos de nela repousar e na vontade de contestá-la. A imaginação material é modeladora da natureza. Ao fazer isso, acaba por modelar a experiência humana em um território-lugar.

A paisagem pode, então, ser pensada tanto como negação

3 DURAND, G. 1980. Cf., em particular, a terceira parte da obra, *Éléments pour une fantastique transcendente*.

quanto afirmação dos atributos da matéria terrestre. Nestes termos, o que seria a natureza sem a imaginação criadora senão uma matéria inerte, sem movimento? Ao contrário, na imaginação material, todas as formas da natureza possuem vida. A natureza “morta” recebe, assim, determinações de uma cena poética, transformada em pura arte, criação material e obra da imaginação humana que faz com que cada lugar tenha sua alma. Diante da imaginação criadora, não há silêncio, nem quietude na matéria terrestre.

Em função, portanto, das qualidades da imaginação criadora, nem todas as ruas são iguais, nem todas as cidades se aproximam, nem as praças se assemelham. No plano onírico da imaginação material, toda natureza está saturada de movimento, riqueza, cores em seus apelos literários, cinematográficos, fotográficos, televisuais, publicitários etc.

É pelo trabalho da imaginação criadora que a superfície terrestre se revela potência estética. Como as tatuagens nos corpos e as pinturas faciais transformam o organismo em corpos, a imaginação penetra a matéria para melhor esculpir nela o tempo e atribuir a um espaço indiferente um sentido singular de lugar, um gosto, um cheiro, uma cor, um sentimento – o do meu país, da minha terra, do meu bairro, da minha cidade.

A ação da imaginação material dirige o olhar do artista sobre a obra; o do cientista, sobre seu tema de investigação, tanto quanto o olhar do homem comum sobre o mundo. Tocada pela imaginação criadora que guia o gesto e a ação humana no mundo, a natureza não permanece esteticamente indiferente. E, contrariando A. Berque, ainda que em certas culturas e sociedades o termo paisagem não exista em toda a sua pujança, ele ainda estará lá em seus princípios, posto que para a imaginação criadora do mundo das coisas e dos

objetos não é indiferente. Mesmo que a lógica do *cogito* cartesiano afirme a extensão do espaço como fenômeno, continua indiferente ao simbolismo da matéria da qual é feito; sua afirmação só pode se sustentar por ser representação espacial, tributária do imaginário na formação do espírito científico.

Paisagens, a imaginação simbólica e campo do imaginário

Para imaginar a matéria terrestre, o pensamento tem de operar com a dimensão simbólica que orienta os trabalhos da imaginação criadora. Pensar a superfície terrestre através do *cogito* sonhador é reconhecer, pela imaginação simbólica, que há lugares mais misteriosos que outros, territórios mais calmos que outros, espaços mais sagrados que outros. Um rochedo, um mar, um rio, uma montanha, uma praia, até mesmo um árvore não serão os mesmos em todos os lugares para o olhar guiado pela imaginação simbólica com a qual operam as culturas humanas.

Fica, assim, mais fácil pensar a superfície terrestre configurando paisagens diversas, uma vez que no reino do imaginário cada lugar tem seus espíritos e estes não habitam qualquer espaço. Para escutá-los, precisamos ter ouvidos e olhos atentos à ordem sensível dos territórios em que vivemos, tendo em vista os simbolismos que toda matéria terrestre (aquática, aérea, vegetal ou animal) esconde em seu interior. Por isto é que toda paisagem é sobrenatural, pois ela resulta do espírito do lugar que nos sopra aos ouvidos e que nos inspira o olhar. No campo do imaginário, os antropólogos bem sabem, os espíritos daqui não são os mesmos de acolá, nem sequer contam as mesmas estórias.

Portanto, para a imaginação simbólica, não há na paisagem espaço indiferente e plano; todo ele é espesso, denso e profundo! A

paisagem resultaria deste espaço fantástico fabulado pela imaginação criadora humana, recusando uma visão ordinária da superfície terrestre, atribuindo, numa duração, um enquadramento a cada um de seus instantes. Seguindo os comentários de Gilbert Durand (1979, 1984) a respeito da função transcendental que faz da memória um espaço fantástico, a configuração efêmera de qualquer espaço em paisagem faz parte dos jogos da imaginação criadora diante do mundo da matéria. Ainda que pressionado por uma interpretação cada vez mais substancialista do pensamento realista, toda paisagem, como lugar de ressonância do pensamento simbólico, nasce marcada pela ocularidade (o espaço da paisagem pode ser lido e interpretado do caráter topológico da visualidade de toda a imagem), pela ubiquidade (o espaço da paisagem não é afetado pela situação geográfica ou física do seu referente, tanto que o deslocamento do olhar sobre uma paisagem não muda nem afeta a matéria da qual ela foi construída) e pela profundidade (toda paisagem, pela simultaneidade das dimensões a que ela alude, é um convite a uma viagem pelo espaço da representação).⁴

Visitar uma paisagem, portanto, é habitar um país tanto quanto para visitar um país é fundamental habitar suas paisagens e aprender a escutar as estórias contadas pelos espíritos do lugar. Entretanto, tendo em vista o fator ocularidade, a paisagem não resulta simplesmente do ato de sucumbir aos constrangimentos da matéria terrestre ou de adormecer entre os deuses do lugar (quanto mais próximo de uma localidade (*pays*), mais longe da paisagem). A paisagem se constrói ao longo do processo ininterrupto de vaivém da imagina-

4 A propósito ver o artigo de ORMAUX, Serge. *Le paysage, entre l'idéal et le matériel*. In: DROZ, Yvan e MIÉVILLE-OTT, Valérie (Orgs.). *La polyphonie du paysage*. Lausanne, PPUR, 2005. O artigo, ainda que não adote o ponto de vista aqui resenhado, é ilustrativo.

ção (distanciamento e aproximação) diante dos mistérios da matéria terrestre; logo, nela se engaja a realidade temporal do próprio pensamento que pensa o mundo. A paisagem nega a realidade atribuída ao um espaço contínuo, resultando num espaço fantástico e excepcional em relação ao ordinário da aparente solidez da matéria.

Paisagens, imaginário e as feições do tempo

A paisagem é uma grande contadora de histórias! No plano do registro da memória, ela pretende tudo registrar, integrando, assim, as intenções e ações sucessivas dos grupos humanos na superfície terrestre. A paisagem se pretende, então, testemunha de um patrimônio.

Como documento, entretanto, a paisagem confronta constantemente os *dados naturais* com a natureza imaginária de sua representação. Sem dúvida, a superfície terrestre (construções em ruínas, caminhos abandonados, restos de utensílios, vias férreas desertas), interpretada pelo olhar do arqueólogo, se torna um desafio. Como interpretar as pistas e vestígios da ação humana no mundo e os traços originais de uma sociedade que se perdeu no tempo?

Sem dúvida, a paisagem, associada à imaginação onírica e ao desejo do horizonte como espaço humano vivido, desponta como virtude do pensamento ocidental, fruto de um enquadramento singular da imagem, originado não apenas de certos esquemas perceptivos e motores que vigoram no Ocidente, mas das formas simbólicas que adotam a imaginação material.⁵

Como retiramos do conceito de paisagem sua referência ao

⁵ Neste sentido, vale a pena mencionar o artigo de Y. DROZ & V. MIÈVILLE-OTT. Le paysage de l'anthropologie. In: DROZ, Yvan e MIÈVILLE-OTT, Valérie (Orgs.). *La polyphonie du paysage*. Lausanne, Presses polytechniques et universitaires romandes, 2005. Cf., igualmente, a obra de Anne COQUELIN, *Le site et le paysage*. Paris, PUF, 2002.

espaço e atribuímos a ela uma realidade temporal, podemos então refletir que não é a matéria disposta na superfície terrestre que delimita a paisagem, nem o contínuo imediato de sua duração num enquadramento. A paisagem não se apresenta somente nos julgamentos estéticos particulares, associados às motivações simbólicas com que os grupos humanos se acomodam ao seu meio cósmico e social e à forma como assimilam a matéria terrestre.⁶

Ela não se resume às relações entre organização material do espaço e às motivações simbólicas contidas nos gestos e ações dos grupos humanos em relação ao seu meio cósmico e social. Queremos ressaltar que, como construção temporal da duração dos trabalhos da imaginação face ao imaterial, a paisagem habita as formas da matéria em sua extensão no espaço. Ela é tributária de uma lógica sensível, tanto quanto de uma lógica racional, reunindo numa mesma forma espaço e pensamento.⁷

Independente dos saberes *sobre* a paisagem, ela se constrói nos instantes perdidos na vida da própria matéria, o que resulta na constatação de que ainda que as construções humanas qualifiquem lugares na superfície terrestre pelas culturas que nela se enraizaram, para obter novas paisagens não basta decompor as velhas, simplesmente reordenando [...] reordenando de forma diferente o mobiliário dos antigos lugares.

A paisagem, por refletir a ressonância rítmica de instantes

6 É aqui, incontestável, a referência ao livro de SCHAMA, S. *Le paysage & la mémoire*. Paris, Seuil, 1999.

7 Tema abordado por A. ROGER. No seu artigo, aqui já citado, sobre a *história de uma paixão teórica*, tece comentários sobre o processo cultural de recuo diante da matéria terrestre, em que toda percepção da paisagem exige, do ponto de vista do olhar humano sobre seu meio cósmico, uma dupla articulação entre o *pays* (grau zero da paisagem), que se torna “naturalmente” *paysage*, numa convivência obrigatória entre ambos.

temporais da matéria numa determinada forma de espaço, não existe simplesmente como dado imediato do espaço. Ela nasce em presença de um tempo prospectivo, capaz de engendrar no espaço uma representação estável de uma matéria terrestre que por si mesma é instável, movente, efêmera. Ao lhe enquadrar a descontinuidade e a percibibilidade do tempo numa forma, a paisagem a projeta num espaço, retirando-lhe a feição de mera indiferença.

A paisagem é uma invenção poética do mundo, cujo olhar, gesto, corpo em movimento se desprende do seu meio cósmico e social e, em liberdade, através dos símbolos, engendra o semantismo da matéria terrestre (aquática, mineral, vegetal, aérea etc.). Um pedaço de terra como vestígio da ação humana no mundo para alcançar o *status* de paisagem deve ser interpelado pela ação do espírito humano como trajeto que conduz seu modo de ser interior a se desprender da forma exterior, à qual fornece autonomia, mas de tal modo que, tornada forma objetiva, a ela aluda e a evoque.

Lembrando a filosofia da paisagem de G. Simmel (1996), na qual comenta que a natureza se refere à continuidade da existência espacial e temporal das formas, ao seu nascimento e aniquilamento numa unidade que flui sem interrupção e que não tem pedaços, já que é a unidade de um todo, a cidade contemporânea, para se configurar como paisagem, depende de um ato de modelagem do olhar do artista como agrupamento contínuo de fenômenos que, segundo um determinado ponto de vista, se divide e decompõe em unidades particulares.

É nas trocas entre o tempo pensado e o tempo vivido que se organizam o espaço e a existência, tornando um e outra totalidades indiferenciadas, patrimônio natural e cultural (flora, fauna etc.). Toda matéria terrestre está aberta a presságios bons e maus, e não mais

bons ou maus. Neste sentido, a paisagem prenuncia os julgamentos de valor e as motivações simbólicas de uma sociedade ou cultura sobre o mundo cósmico e social antes de refleti-los diretamente. Ela não se traduz numa figura estável de tempo passado; também não é afirmação persistente de um real passado, do qual possamos extrair um patrimônio, atribuindo uma identidade cultural a um lugar ou agenciando-lhe uma real continuidade temporal.

No âmbito das novas concepções sobre o turismo, fala-se agora em objetos-paisagem em referência ao tema do patrimônio na contemporaneidade. Os moinhos, as igrejas, as fazendas, os sobrados são objetos-paisagem tomados em si mesmos, como dados imediatos do espaço, fragmentos da matéria terrestre trabalhada pelo gesto humano, capazes de guardar a particularidade do seu todo. A paisagem tornada objeto representaria a realidade de uma forma no espaço, capaz de restituir a atmosfera da totalidade social, histórica e cultural que lhe deu origem, capaz de ordenar e organizar solidariamente o passado e o futuro.

O turismo de paisagem, de objetos-paisagem, como esforço de construção do tempo como agrupamento homogêneo e contínuo do tempo, ao invés de aderir a seu caráter granular no âmbito do grande conjunto cósmico das sociedades urbano-industriais para pensar o tema do patrimônio e da paisagem, coerente com a realidade temporal por elas engendrada, adota-se o ponto de vista da duração como continuidade direta entre futuro e passado; atribui-se, equivocadamente, uma concordância absoluta do presente com o passado, tomando o primeiro como substância do segundo (isto é, memória morta).

Admitindo as construções como elementos internos de uma paisagem, os objetos-paisagem do turismo transformam o antigo

processo de “artelização” *in visu* (indireta) em “artelização” *in situ*⁸ (direta), visto que, liberada progressivamente dos constrangimentos do meio cósmico, as tecnologias das modernas sociedades urbano-industriais redefinem a natureza da matéria terrestre de acordo com as motivações simbólicas diurnas de soberania sobre ela.

Esta lógica se expressa pela via das novas modalidades simbólicas de controle do tempo, gestadas nos agitados tempos contemporâneos. Antigos cenários da superfície terrestre, considerados imutáveis até o momento, apresentam-se cada vez mais em sua fragilidade e impermanência, e é precisamente neste semantismo de símbolos de catástrofe e crise que cada vez mais toma vulto a palavra paisagem! As visões noturnas das novas paisagens urbanas revelam esta superfície técnica. A cidade aparece como corpo sólido, brilhante (o néon dos anúncios, os faróis dos carros, as luzes das casas e edifícios).

A paisagem como objeto construído vai, então, do rompimento da estrutura da matéria terrestre ao diálogo com as propriedades e as qualidades de seus elementos. As fachadas, as silhuetas, os materiais, as proporções das construções em sua relação com o relevo, a vegetação e a cor do céu e da terra e a envergadura do horizonte que cerca uma construção são tomados como elementos organizadores da solidariedade entre tempo passado e tempo futuro. Tradição, costumes, hábitos incrustados na matéria terrestre se tornam fonte de explicação entre o presente e o passado numa continuidade/contiguidade que se pretende verdadeira. Por outro lado, a matéria se torna suporte para o tempo futuro, pois prepara o tempo presente como lembrança. A concepção de objetos-paisagem tende a negar

8 As obras às quais se referem os comentários de H. Bergson são, *L'évolution créatrice*. Paris, PUF, 1907; *Durée et simultanéité, à propos de la théorie de Einstein*, Paris, PUF, 1922 e *Matière et mémoire*. Paris, PUF, 1939, todos eles acessíveis pela internet no endereço <http://classiques.uqac.ca>.

o caráter descontínuo do tempo por recusar o caráter modular e mediado da duração como ordenação de instantes descontínuos, além de não conduzir adequadamente a uma reflexão acerca dos excessos dos suplícios a que a matéria terrestre é submetida nas atuais sociedades ocidentais.

Finalmente, da concepção de objetos-paisagem e de suas preocupações com a solidariedade direta entre presente e passado, resulta a incorporação da matéria terrestre de sítios, regiões e lugares ainda confinados nos mecanismos de consumo engendrados por estas mesmas sociedades.

No âmbito das políticas patrimoniais e das dinâmicas culturais, sugerimos adotar o tema paisagem pela ótica bachelardiana e suas meditações em torno do tempo descontínuo, com que enfrentou a teoria da duração como realidade imediata da consciência de Bergson (MARCEL, 1989) para quem a verdadeira realidade imediata do tempo é a sua duração/continuidade. Deveríamos refletir com mais vagar sobre a fragilidade dos estudos e pesquisas sobre o patrimônio e a dinâmica cultural no mundo contemporâneo face às exigências de pensar a superfície terrestre em constantes mutações territoriais provocadas por guerras, por processos de globalização, da indústria do turismo, da implementação de novas práticas agrícolas, pelo crescimento urbano acelerado, pela instalação de hidrelétricas, de estradas de ferro, de usinas, de refinarias etc.

Vemos as autoestradas que cortam os campos e assistimos, ao redor delas, ao nascimento de zonas industriais nos terrenos vagos, como vemos ao redor de suas franjas crescerem periferias que, espalhando-se, atingem grande parte dos acessos às cidades. As grandes infraestruturas de transporte, indústria e comércio das modernas sociedades urbano-industriais aceleram, cada vez mais, o tempo

sobre os espaços da antiga fisionomia rural da superfície terrestre. Em meio à agitação temporal tão propalada como tema do mundo contemporâneo, não é por acaso que o olhar sobre a duração, mesmo de técnicos e cientistas que atuam na área do patrimônio, se torna pouco a pouco despreparado para esta mirada sobre os estados transitórios e efêmeros da matéria terrestre (a intuição de seus instantes, diria G. Bachelard). É fundamental evitar a perspectiva de uma melancolia nostálgica, incapaz de considerar a persistência do estilo rural na paisagem conformada pelos inúmeros condomínios horizontais de camadas médias nas grandes cidades brasileiras. Da mesma forma, não devemos recusar outras formas de vida projetadas no espaço que não as associadas às paisagens rústicas das velhas cidades coloniais brasileiras ou dos pequenos vilarejos situados no sertão do País, subvertendo os estilos regionais e o “autêntico tradicional” em paisagens urbanas (no caso, brasileiras).

Sem dúvida, os contornos de uma cidade se expandem e se comprimem, a massa dos edifícios, o entalhe das avenidas e dos corredores, a multidão de janelas que corta verticalmente as cidades; as ruas, os bulevares, o movimento das pessoas e das coisas, as vitrines, os terraços dos cafés, as calçadas, as praças e os jardins direcionam nosso olhar para esta intuição da riqueza temporal. A cidade se descobre no encaixe dos volumes construídos em escalas diferentes e em seus espaços compartilhados, que passam a conformar identidades territoriais que fundam patrimônios, bairros, quarteirões, regiões, moradias etc. Cada vez mais, na superfície do planeta, a matéria terrestre das cidades e dos campos, do urbano e do rural se aproximam, se interpenetram, se mesclam, confluem numa harmonia híbrida e conflitual.

Em sua obra, O. Marcel (1989) aponta para o tema da criação contemporânea do espaço e sua genealogia social em termos da es-

tética da paisagem, fazendo uma reflexão sobre a conjugação dos efeitos da industrialização e da modernização no mundo rural e agrário desde a Modernidade. Além deste autor, o belo natural, as relações entre a pintura e a paisagem da Modernidade foram abordados por F. Guéry e F. Dagogne (1982) os quais constatam que “a paisagem pertence ao passado”; “um valor-refúgio, nostalgia de infância ou paraíso perdido”; reflexo de uma determinada economia e sociedade. Por tudo isto, acreditamos tratar-se de re-inventar os estudos de paisagens.

Diante deste enquadramento, não podemos evitar de pensar que entre o que passou e o porvir há uma dessimetria, pois, se o passado, ainda que não tenha o peso absoluto de uma realidade, se configura na voz de outrora que, reverberando e ecoando, se prolonga no tempo; o porvir é uma perspectiva sem profundidade, sem peso algum de realidade. Como paisagem, a cidade contemporânea desafia quem a interpreta a subtrair do fluxo infinito das suas formas um pedaço delimitado de mundo capaz de conter em si o seu próprio sentido. Parte de um todo, e referida à “natureza” das formas de vida social de seus habitantes, uma paisagem urbana – em termos simmelianos – configura a cidade como unidade de impressão, forma desenhada como entidade individual e homogênea, apaziguadora de seus instantes temporais descontínuos e dispersos.

Nas dinâmicas culturais contemporâneas, mais que em outros tempos, torna-se fundamental repensar o conceito de paisagem do ponto de vista da descontinuidade do tempo, não a concebendo como simples registro e inscrição do tempo numa matéria qualquer, num espaço determinado.

A paisagem, portanto, como patrimônio, comporta em si os desafios vividos por um corpo coletivo, no sentido de conter a sua fuga no fluxo de instantes através de seu agenciamento na tessitura

do tempo. O desafio continua sendo o de pensar a paisagem como fenômeno afetado pelas novidades dos instantes que a contemporaneidade agencia, aceitando-se o fato de que ela deve acolher seus arranjos rítmicos como forma de duração. Em toda paisagem, é a solidariedade que se processa entre os instantes que faz com que uma tradição se possa deslocar, na condição de patrimônio, do passado para o futuro, através do presente, e assim perdurar no tempo. A paisagem, como a matéria, não pode se encarregar de atualizar um tempo desaparecido, tanto quanto o presente é apenas promessa do futuro.

CAPÍTULO 8

A irracionalidade do belo e a estética urbana no Brasil

Uma das portas de entrada para se ter acesso ao labiríntico caminho do entendimento da dimensão estética presente na ambiência “disforme” das grandes cidades brasileiras é certamente aquela que conduz o cientista social à aceitação do tema da experiência “irracional” e “afetual” como fundamentais na configuração do mundo imaginal da sociedade brasileira. Nesse sentido, o percurso acidentado da gênese da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, pode muito bem esclarecer uma compreensão sobre o fenômeno da estética urbana no Brasil. Uma paisagem urbana que se exprime num “querer viver coletivo” integrado ao cenário gigantesco de deformações de prédios modernos e favelas que compõem o quadro recente de muitas cidades brasileiras, caso de São Paulo ou Rio de Janeiro, onde a propagação do messianismo progressista e de seus

Originalmente publicado em: MESQUITA, Zilé e BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experimentos*. Santa Cruz/RS, Ed. UNISC, 1995, v. 1, p. 114-134.

devaneios tecnicistas encontram aí seus limites de inteligibilidade (CORBIN, 1989). Aprofundamos aqui, o tema de uma *estética do sentimento* para a análise da ambiência do teatro da vida urbana brasileira, esse fenômeno percorre o debate em torno do “espírito inatural”¹ que compõe a consciência imaginante de sua coletividade, sempre lançando desafios às análises baseadas sobre um racionalismo triunfante. Em suas origens, essa estética do “sensível”, na memória coletiva da sociedade brasileira, rende homenagem a uma dialética da duração construída por uma coletividade já habituada a sofrer contínuos processos de desenraizamentos de seus territórios de origem.

Para compreender-se o “conservadorismo” com que os habitantes das cidades brasileiras enfrentam e reagem às constantes intervenções e destruições de sua paisagem urbana, é suficiente que se observe como a formação da sociedade brasileira deveu-se fundamentalmente ao profundo esforço de “imobilizar” as devastações do tempo no corpo de sua coletividade. Torna-se necessário compreender as razões dos atos “conservadores” de uma sociedade que renasce em razão de seu talento em “acomodar-se” a um tecido temporal acidentado através da superação de um estado de dispersão pelo esforço de permanecer “imóvel” e fiel a si mesma na busca de superação desta ambiência de caos.²

Eis que a adesão sacrificial à morte autoriza o homem brasileiro a “desmaterializar” seu mundo afetual da matéria concreta de

1 A respeito deste artigo são pertinentes as colocações feitas por Luc Ferry (1990), sobre o debate inaugural entre *coração* e a razão na estética moderna e o surgimento da estética contemporânea como retorno à tradição.

2 Trata-se aqui do que G. Durand (1992) nomina uma gnose inatural e seu axioma de um *Unus mudus*. Seguindo-se tais postulados, a estética urbana das cidades brasileiras exprime a ausência de um “colonialismo intelectual” e a presença da confraternização de contrários.

um território de origem (cidade, vila, campo ou roçado). Para que se compreenda a estética urbana no Brasil é fundamental que se percorra a construção de uma duração na memória coletiva da sociedade brasileira, segundo a qual a não-racionalidade aparente da paisagem urbana do país pode ser vista como tributária desta adesão coletiva e irrestrita de seus habitantes à ordem “sensível” e “afetual” que se desprende do teatro da vida coletiva das cidades brasileiras, “estetização” da vida quotidiana como forma última de desafiar a dispersão e o aniquilamento existencial de seu corpo social.³

Assim, as razões que fundam a *estética do sentimento* para a civilização urbana no Brasil podem ser procuradas ainda mais longe. Elas encontram suas fontes no relato de encontro primevo do “homem da civilização” com o Novo Mundo. Lá onde o “homem da tradição” que habitava as Américas passa a conviver com a presença avassaladora do tecido temporal acidentado de uma Europa orgulhosa. Trata-se do momento ancestral em que o homem europeu desembarca em “terras tropicais”. Revisitar o relato quase legendário da ambiência de excitação e de interrogação que precede a descoberta das Américas é um percurso rico que contribui para ampliar o quadro compreensivo da configuração de uma civilização urbana no Brasil.⁴

Uma superposição temporal

Ora, fenômeno particular de uma coletividade nascida sob a égide do “Novo Mundo”, a estética urbana das grandes cidades brasileiras

3 Cf. os comentários de M. Maffesoli (1992) a propósito da “modulação da errância” na fundação da sociedade brasileira como ato de afrontar e viver a morte ligado às figuras legendárias do banido e do aventureiro.

4 A propósito da rítmica temporal que perpassa a sociedade brasileira e que constitui o “homem da tradição” no Brasil ver obra referencial de Candido (1987)

revela-se como herdeira legítima do paradoxo presente no imaginário. Sem intermediários, neste encontro original, nascem ricos contatos e grandes mal-entendidos. Por um lado, o registro da descoberta de uma “liberdade bestial” praticada por seres “brutais” e “infames”, criaturas isoladas e livres dos constrangimentos da autoridade e do terror. Já se anuncia aí o domínio do *irracional* como a substância que marca a matéria das *terras tropicais*, a ilustração da monstruosidade e da deformidade do homem *in natura*.⁵ Marca da imperfeição da natureza humana, a matéria do território do *Mundus Novus* tornava-se a expressão da substância do ininteligível para o imaginário ocidental da época, sugerindo-lhe o desafio às aspirações ascensionais de um herói civilizador, capaz de impor em “terras tropicais” a presença da moralidade cristã, temente a Deus, e do cultivo à razão.

Por outro lado, além de expressar o ato primeiro de indignação do homem branco, europeu e cristão, em “terras tropicais”, a substância do Novo Mundo torna-se progressivamente fruto da fascinação do “homem da civilização” pelo horripilante, o surpreendente e o bizarro contidos na exuberância e na grandiosidade da descoberta geográfica, que lhe sugeria, sem dúvida, um sentimento de impotência.⁶ É evidente que a descoberta de um novo oceano, de um *Mundus Novus*, é o cenário de enfrentamento de duas visões de homem. Ilha paradisíaca e continente, espaço fabulatório de extroversão do mundo imaginal de uma civilização que fazia da aventura

5 A respeito ver os relatos de Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio traduzidos por Boriaud (1992) e, ainda, Plenel (1992), Bernard (1991), Chaunu (1969) e Todorov (1982).

6 Referência às influências do *esprit du temps* da tonalidade estilística da época maneirista na função fabulatória do homem europeu no momento da descoberta do Novo Mundo. A propósito de uma definição fenomenológica do maneirismo ver Hocke (1986).

humana sobre a Terra o orgulho de uma caminhada em direção ao exílio e da separação entre o homem e Deus, o Novo Mundo representa a expressão nostálgica do “homem da tradição” em seu êxodo rumo à Terra Prometida.

Além disso, cabe ressaltar que o fenômeno da “descoberta” de um Novo Mundo contém outra ordem de harmonização de contrários no corpo das motivações simbólicas que norteiam a sociedade europeia para a conquista das Américas. Ele desencadeia no “homem da civilização” tanto os devaneios da vontade, do *contre*, como os devaneios do repouso, do *dans*.⁷ Numa primeira instância, em seu desejo arcaico de conquista de um território “virgem”, o “homem da civilização” rechaça a imagem do *Mundus Novus* como o lugar de uma “morada onírica” e da terra como ventre caloroso que acolhe o homem em seu encontro cósmico com as suas forças naturais. Vem daí a pressão pedagógica das aspirações brutais de uma virilidade guerreira e belicosa contidas nos atos de possessão territorial do *Mundus Novus* expressa na figura do herói conquistador representante de uma sociedade já mergulhada na “catástrofe metafísica”.⁸

Polemizando-se com tais imagens, o processo de ocupação do Novo Mundo vai acarretar a inversão progressiva do princípio masculino que rege as ações do herói civilizador em “terras tropicais”,

7 Sobre o tema da “catástrofe metafísica” aqui apontada, sugiro a obra de Durand (1979). A propósito do símbolo e das motivações contidas na figura arquetípica do “soberano guerreiro”, seus símbolos espetaculares e ascensionais, e da “Grande Mãe Terra”, seus símbolos da intimidade e da inversão, ver Durand (1980).

8 Ver a respeito Bachelard (1988 e 1988a). Insisto aqui na perspectiva da importância onírica do receptáculo geográfico dos Trópicos no mundo imaginal do “Velho Mundo” como elemento referencial da busca de um “estilo” para a sociedade e o homem brasileiro em sua *cumPLICITÉ* com a Natureza. Neste sentido, cf. a expressão de Maffesoli (1990) sobre a “barroquização do mundo” em torno do qual se pode suspeitar instaura-se o princípio do “mito de fundação” do corpo social no Brasil.

pela evocação da imagem feminina da Grande Mãe Terra, ventre materno e microcosmos uterino onde a força seminal do conquistador português e de sua virilidade monárquica, em seus devaneios de repouso, adere os “deuses do lugar” na promoção do povoamento e a colonização deste território brasileiro. Rendendo homenagem à sociedade rural e patriarcal, instalada no momento de fundação da exploração colonial, e aos devaneios da vontade orgulhosa do conquistador europeu de submeter *Kronos* a seus desejos mais tiranos, a civilização urbana no Brasil vai regenerar eternamente a ambivalência desse gesto ancestral. Nesse ponto ela guarda em si as promessas de aprimoramento das aspirações fantásticas da conquista de um “Novo Mundo”.⁹

Eis aí as razões que levam a compreender a estética urbana das cidades brasileiras como um fenômeno tributário de um empreendimento colonial sobre “terras tropicais”, cujas aspirações fantásticas do Conquistador estão permeadas de um simbolismo complexo. Sob este ângulo, a retórica colonial que orientou o povoamento e a colonização no Novo Mundo integra constelações de imagens opostas que fundam a gênese de uma geografia fantástica para o caso do nascimento de uma civilização urbana no Brasil, fruto dos ímpetus demiúrgicos de conquista de terras e de conversão de almas, bem como dos devaneios de repouso do herói civilizador.¹⁰

9 Constatar a presença de uma estrutura de fundação para o corpo social no Brasil não torna o homem brasileiro nem partidário de um pensar rememorativo e monumental em relação ao seu passado, nem renunciante de um projeto emancipador de suas origens. Supõe-se aqui a presença de uma “pietá”, sorte de “devoção-respeito” do homem brasileiro ordinário às experiências de mortalidade e de finitude, cf. Vattimo (1989, p. 175-191). A respeito do imaginário que preside as grandes navegações e descobertas portuguesas, Godinho (1991).

10 Sobre o termo geografia fantástica e suas vinculações como estudo da função fabulatória do homem, consultar a obra magistral de Durand (1980).

Imersas no que Gilbert Durand nominaria o regime noturno de imagens, a “estetização” da vida cotidiana nas e das cidades brasileiras nasce de sua controvérsia em relação ao *regime diurno de imagens* expresso na figura solar do herói civilizador e nos símbolos de suas aspirações espetaculares de conquista e suas intenções purificadoras nos Trópicos, a coroa e a espada. Rompendo com as práticas salvacionistas do “homem da civilização” no Novo Mundo, as motivações simbólicas de quietude e intimidade que estão na origem da configuração de uma civilização urbana no Brasil expressam não só a inversão dos valores viris e belicosos no corpo de sua coletividade, mas inúmeras vezes traduzem aí a “miniaturização” da figura do “homem da floresta” no *mundus imaginalis* da sociedade brasileira.¹¹

Resultado de um processo de consolidação temporal na memória coletiva do país, portanto, a ênfase figurativa do “esteticismo” do carnaval, da praia, das rodas de samba, dos bares, dos grandes *shopping centers*, das competições esportivas, das feiras livres tão pontuado como marca das cidades brasileiras é herdeira legítima do desafio proposto pelo homem brasileiro à transplantação de uma verdade moral ou intelectual ascética do colonizador europeu em “terras tropicais”. Assim, polarizando “frescor” e “decrepitude”, o teatro da vida urbana jamais revela o rosto desejado da maturação.

A polissemia visual que caracteriza, por exemplo, a paisagem urbana das antigas cidades brasileiras coloniais expressa, sob este ângulo, as vinculações de sua coletividade com uma sorte de estéti-

11 Durand (1980), a ideia aqui é desenvolver a polêmica de uma pedagogia da preguiça e da displicência em relação ao gesto combativo do herói civilizador no mundo imaginal da sociedade brasileira. Trata-se da miniaturização da idolatria do trabalho e da fé produtivista no Brasil como parte de um processo de consolidação temporal na memória coletiva do país onde a “quietude cósmica” de repouso do colonizador na terra representa o exorcismo dos terrores da época da conquista do território nacional.

ca do sentimento. Essa estética vai ser retomada de forma exemplar nas manifestações literárias e artísticas do movimento modernista no Brasil que, em sua vertente “verde-amarelista”, numa transfiguração do arcaísmo de imagens da matéria exuberante da fauna e flora das “terras tropicais” veicula, pelo *mundus imaginalis* da sociedade brasileira, durante todo o século 19, imagens que são reminiscências dos relatos dos primeiros navegadores portugueses, deslumbrados com a costa brasileira e o contraste da paisagem exuberante do Novo Mundo em face da substância indigente da vegetação europeia da época, privada de suas florestas primitivas.¹² Nesse sentido, a dialética temporal expressa na rítmica das ações de conquista e de repouso do herói civilizador na memória coletiva da sociedade brasileira vai conferir à configuração do teatro da vida urbana do Brasil a imagem exuberante do renascimento e da regeneração que, em sua liberdade de “re-começos”, manifesta-se na forma como seu cenário se traduz na plasticidade do ato de arranjar sincreticamente estruturas, espaço-temporais polimórficos, “arcaicas” e “modernas”, mantendo-se, assim, eternamente “sem idade”.

Por sua capacidade de “imobilizar” ou “precipitar” o ritmo temporal é que as cidades brasileiras revelam-se em sua fascinante “monstruosidade”. Enfim, a presença de uma arquitetura ornamental onde a razão, imperando em seu gosto pela simetria e pela perfeição, coexiste assim com uma sensibilidade coletiva sempre seduzida pela ordem mais afetual de suas formas.¹³ Assim, dividida entre coração e

12 Sobre as florestas no imaginário ocidental, ver Harrison (1992) e sobre a presença da estética do excêntrico e do bizarro no mundo imaginai da sociedade, em particular nos quadros de uma produção literária de *fin de siècle* ver Prado (1983).

13 Os comentários de Lévi-Strauss (1955) seja sobre o Rio de Janeiro, São Paulo, Londrina, confirmam as imagens noturnas que compõem a “estética do sentimento” para as cidades “terceiro-mundistas”. Em sua viagem iniciática aos tristes trópicos

razão, a paisagem urbana do país se apresenta eternamente repleta de nichos onde a ancestralidade do fervor orgiástico de um hedonismo pagão ou do cristianismo mestiço de seus habitantes permite à sociedade brasileira ascender ao ato de reconciliação com as devastações do tempo. É justamente aí que o fio de um tempo progressista de instalação de um monoteísmo de valores se revela ondulante para o caso do Brasil.¹⁴

Apontar para o arcaísmo da busca do prazer e do jogo de formas na conformação de vínculos sociais coletivos na estética urbana das cidades brasileiras não conduz necessariamente a se pensar a teatralidade da vida cotidiana nas cidades brasileiras como parte da “sobrevivência cultural” de um hedonismo popular e suas origens patriarcais e coloniais. Justamente o que este artigo pretende é problematizar a ordenação serial de instantes na memória coletiva do país, responsável por uma consolidação temporal que polariza as constelações de imagens rural/urbano, tradicional/moderno.

Ordens guerreiras no RS e o nascimento de cidades

Ora, o estudo em torno das texturas espaciais da cidade de Porto Alegre, no corpo da memória coletiva da sociedade gaúcha, é exemplar para a tese que se defende neste artigo. Reportando-se à configuração da civilização urbana no Rio Grande do Sul, a estética da paisagem citadina de Porto Alegre retrança o gesto legendário da figura do

este antropólogo afasta-se de urna “objetividade científica” para mergulhar num depoimento poético sobre o Brasil, espécie de *travelling* mental, partindo da ambiência dos mercados e das multidões nas cidades do Brasil central para aportar em terras do sul da Ásia.

14 Em termos da prevalência do “sensível”, da importância do meio ambiente, a busca de estilo e a valorização do sentimento tribal na definição do “baroque contemporâneo” (MAFESOLLI, 1990, p. 120) e (THCUSSEL, 1992, p.99-103).

herói conquistador na memória coletiva da sociedade brasileira, fruto de uma ação rítmica onde o tempo desejado de conquista tenta inutilmente adquirir supremacia sobre o tempo vivido da acomodação-assimilação do colonizador ao meio ambiente tropical.

Assim como outras cidades brasileiras, ela é o fruto da polêmica dos desejos de repouso e quietude de uma comunidade local e do gesto combativo e viril de um herói solar nos Trópicos, em sua lenta tentativa de subvertê-lo no corpo das motivações simbólicas da conquista territorial no sul do Brasil. Ou seja, a instalação de uma civilização urbana no Rio Grande do Sul revela-se o palco privilegiado de uma trama social onde se exprime e se dramatiza o processo de sedentarização de uma sociedade pastoral e nômade assim como de “enfraquecimento” dos hábitos bárbaros e guerreiros do “centauro dos Pampas”.

Nessa perspectiva, a paisagem social que compõe a estética urbana de Porto Alegre exprime o esforço coletivo no qual se empenha a sociedade gaúcha no sentido da fabricação de quadros temporais suficientemente estáveis em sua memória coletiva para receber as “lembranças” do gesto arcaico do nomadismo de um herói guerreiro e conquistador no sul do Brasil. Em suas origens mais arcaicas, o mito de fundação desta cidade impõe a necessidade de pensar o enquadramento da descontinuidade de um tecido temporal acidentado na memória coletiva da sociedade local.

Assim, a cidade de Porto Alegre, nascida do povoado de São Francisco dos Casais, criado no território da antiga sesmaria de Sant’Ana (de Jerônimo d’Ornelas), revela-se a reconciliação orgânica das imagens viris da comunidade gaúcha, em sua origem, vista como uma sociedade pastoral e patriarcal assimilada às “lembranças” do tempo vivido pelo homem do Sul na conquista do território rio-gran-

dense, e do simbolismo da Terra, imagem feminina da fecundidade e do abrigo onde este herói solar encontra repouso no coração dos terrores brutais de guerras e batalhas. Síntese desse drama inicial e universo primordial de um enquadramento temporal pensado a propósito da pluralidade de instantes pela comunidade local, a criação e fundação da cidade Porto Alegre recupera este princípio telúrico de vitalidade e fecundidade atribuído à Grande-mãe terra no *mundus imaginalis* da sociedade gaúcha em face das imagens nefastas do território rio-grandense como de uma região desértica constantemente ameaçada pela destruição e pela morte.¹⁵

Força inicial sempre apontada na origem da sociedade e do homem gaúcho, a imagem feminina e acolhedora da Terra vai ser progressivamente incorporada ao corpo das motivações simbólicas do processo de instalação de uma civilização urbana a Porto Alegre, cujo mito de fundação restitui as reminiscências do passado pastoral, nômade e militar do homem gaúcho.

Fortificação e aldeamento, a cidade de Porto Alegre como outras tantas que começam a nascer no Rio Grande do Sul do século 18, representam um processo lento de descida do herói conquistador ao seio da terra gaúcha, tornada seu abrigo face às tribulações temporais características da época inicial da conquista do território rio-grandense. Sem dúvida, a imagem dos primeiros núcleos urbanos constituídos a partir de pequenos vilarejos sacralizados em paróquias, formados em torno da devoção à figura de santas padroeiras, polariza-se progressivamente com as imagens ancestrais das estân-

15 Como expressa Veríssimo (1971, p. 20) a figura feminina é assim: "... sinônimo de mãe, ventre, terra, raiz, verticalidade (em oposição à horizontalidade nômade dos homens), pertinência, paciência, espera, perseverança, coragem moral ..."; sob o enfoque do nomadismo guerreiro e as imagens da terra ver a obra de Duvignaud (1975).

cias de pouso na terra do Rio Grande do Sul, fêmea devoradora hostil ao repouso, cuja abundância e riqueza atraíam os homens de diferentes nações e os fazia se devorarem entre si na luta por sua posse.

A imagem “miniaturizada” da paisagem urbana peninsular de Porto Alegre, em seus primórdios de vilarejo de Nossa Senhora Madre de Deus, polemiza-se com as imagens maiúsculas de um mundo rural e patriarcal de fazendas presentes na imaginação popular do homem gaúcho. O gigantismo de imagens sugerido pela figura do *Monarca das Coxilhas* pelo território da Campanha cuja paisagem “monótona e grandiosa”, de pradarias e coxilhas, de “largas extensões de terras e grandes propriedades campestres” fazia alusão, na memória sentimental da sociedade gaúcha, a representação ancestral do Rio Grande do Sul como *Continente de São Pedro*.¹⁶

Obviamente, a substância grandiosa da terra gaúcha, contida no simbolismo do Continente, evocava às ações espetaculares de guerras e batalhas e as aspirações soberanas de independência e liberdade de um herói civilizador, *O Gaúcho*, figura arquetípica que marca as constelações de imagens da sociedade gaúcha como de uma comunidade de *guascas*, de guerreiros “sem fé, sem lei, sem rei”, onde se impõe o gesto combativo e a visão monárquica do *Rei das coxilhas*. Seu gigantismo se traduz também nos seus gestos heroicos de posses e de purificação de uma terra de ninguém como era nominado o antigo território do Continente de São Pedro. Eis aí a descrição do território fantástico ocupado ancestralmente pela comunidade gaúcha, onde vai instalar-se provisoriamente, em fins do século 18, a cidade de Porto Alegre e seus habitantes do “minúsculo”, um grupo de vinte famílias açorianas, dedicando-se progressivamente à prática

16 A respeito das imagens do gaúcho ver Leal (1989) e das relações da geografia natural do RS com a identidade regional ver Costa (1988).

sedentária da cultura da terra na região portuária da antiga sesmaria de Jerônimo de Ornelas, o assim chamado Porto de Viamão.

Sobreposta ao tempo mítico da fundação da sociedade gaúcha, em cujas entranhas nascera o ancestral do homem gaúcho, o fundador da sociedade rural e patriarcal no Rio Grande do Sul, herói civilizador responsável pela ocupação do território do Continente de São Pedro,¹⁷ nasce Porto Alegre como outros tantos vilarejos e povoados no Rio Grande do Sul. Obedecendo assim ao tempo sagrado da criação de cidades na sociedade gaúcha do século 19, a fundação posterior da Vila de Porto Alegre vai inserir-se no corpo de uma dialética da duração construída pela comunidade local em sua insistência em desafiar as ondulações do tempo concreto das lutas e guerras entre portugueses e espanhóis pela posse da região do Prata e o controle do escoamento do contrabando do ouro, originário do Eldorado espanhol, no período colonial.

Simultaneamente presa às fontes oníricas das raízes telúricas do homem gaúcho e ao simbolismo viril das armas cortantes de seus heróis solares (a espada e a lança) e de seus hábitos alimentares carnívoros (o churrasco) e ao arcaísmo primitivo de um bestiário que atribui à figura do *gaúcho* o significado dos atos animais, a teatralidade da vida quotidiana dos vilarejos e aldeamentos que despontam no Rio Grande do Sul já prepara, em seu mito de fundação, uma doutrina pluralista do tempo no sul do Brasil.

Os horrores da guerra e o repouso dos vilarejos

Seguindo-se as considerações até aqui feitas, à propósito da estéti-

17 A propósito de uma arquetipologia para o mundo imaginal da sociedade gaúcha ver as obras de Simões Lopes Neto (1926 e 1954); Martins (1937, 1944 e 1953); Veríssimo (1949, 1951, 1961 e 1962).

ca urbana no Brasil, reconhece-se que o discurso legendário sobre o qual se constrói o mito de fundação de Porto Alegre acompanha a uma correlação recíproca de ritmos temporais acidentados na memória coletiva da sociedade gaúcha, constituídos numa hierarquia de instantes, que começam com a referência ao nomadismo de bandos armados, à sua sedentarização em termos de uma sociedade pastoril e, por fim, ao nascimento de vilas e cidades. Esse panorama complexo de ordenação de estruturas espaço-temporais na memória coletiva da sociedade gaúcha assimila o nascimento de sua coletividade a uma dialética temporal exemplar à própria sociedade brasileira.

Eis porquê o que mais instiga a escritura desse estudo é certamente a compreensão das motivações simbólicas que configuram o nascimento da sociedade brasileira que, negligenciando os constrangimentos socioculturais vividos por seu corpo social, lhe permitem regenerar a sua existência face à presença desconcertante de um tecido temporal acidentado. Ora, a estética urbana da Cidade de Porto Alegre ao contemplar, em seu mito de fundação, a figura ancestral do herói conquistador e civilizador do gaúcho e seu território-mito primordial, as sesmarias, integra a genealogia arquetípica de uma civilização urbana na memória coletiva da sociedade brasileira, podendo ser comparada aos casos, por exemplo, do nascimento das cidades de São Paulo e Ouro Preto, ambas ligadas à figura do bandeirante e aos ciclos econômicos da mineração e do café. Assim como a cidade de Porto Alegre está ligada ao ciclo do couro e do gado, o mito de fundação de tais cidades expressando o drama épico do nascimento da sociedade brasileira que deita suas raízes num passado patriarcal, colonial e rural, vai regenerar eternamente a temática da filiação vegetal, animal e mineral do homem brasileiro eternamente assimilado à Natureza dos Trópicos.

Experiências dolorosas de tempo e estética urbana

Em termos de uma narrativa legendária, entretanto, a estética urbana de Porto Alegre dramatiza um mito de fundação singular. Diferente de muitas cidades brasileiras, a instalação de uma civilização urbana no Rio Grande do Sul remarca o gesto de sedentarização de um herói nômade e guerreiro, nascido do ventre de um território fortemente militarizado. Nesse ponto, o embrião da vida urbana na sociedade gaúcha está preso à imagem ancestral do abraço afetuoso (e incestuoso) que a figura do *gaudério* realiza com a Grande Mãe Terra, para dar nascimento ao homem gaúcho. Assimilada às imagens uterinas do *círculo*, de cidades oriundas de fortificações, e do *centro*, de cidades construídas em torno de capelas, a cidade de Porto Alegre nasce como capital do Rio Grande do Sul como o resultado último desse abraço primordial do herói solar e da Mãe Terra, fato que se mantém vivo ainda hoje na memória sentimental desta cidade presa ainda atualmente às marcas do simbolismo do “centro”.¹⁸

Diferenciando-se de outras cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, o crescimento urbano de Porto Alegre não alterou a importância da antiga imagem insular atribuída à área portuária no teatro da sua vida social. Lugar sagrado, a ancestralidade do “centro” remonta ao nascimento do vilarejo Nossa Senhora Madre de Deus (1772), da chegada dos colonos açorianos de suas “casinhas de palha”, construídas “sobre uma pequena península formada por uma colina que se projeta de norte a sudoeste sobre a lagoa dos Patos”. Imagem uterina em contraste com a visão monárquica do “Alto da Praia” [Praça da Matriz], nesta região onde “arrancharam” as famílias açorianas que

¹⁸ Considera-se significativo que mesmo sob os efeitos de um processo violento de crescimento urbano capaz de descaracterizar a escala humana da sua paisagem, em razão das construções de perimetrais, radiais e viadutos, a cidade de Porto Alegre e seus habitantes gravitam ainda em torno de sua antiga área central.

havia “uma grande enseada de contorno semielíptico, de águas originalmente tranquilas”, cuja parte longínqua era confinada por “um vale, largo e pouco profundo”.¹⁹

Em termos da ordenação serial de uma pluralidade de estruturas espaço-temporais, Porto Alegre segue o trajeto das primeiras cidades gaúchas que nascem da transformação do *continente* em território de povoamento, a partir da doação de sesmarias ao conquistador português ao sul do Brasil e, logo após, do surgimento das estâncias de pouso e de criação de gado.²⁰ Através de um tal processo de parcelamento da terra assimilado a um agenciamento temporal no coração da sociedade gaúcha, esta comunidade vê-se aderir progressivamente à suspensão de um *tempo profano* do período da conquista para o Continente de São Pedro. Isto é, no mundo imaginal da sociedade gaúcha, trata-se do momento de fixação do herói conquistador e civilizador (tropeiros e militares) à terra enquanto recompensa de seus feitos heroicos nos combates contra os *castelhanos*.²¹

Ora, o mito de fundação da cidade de Porto Alegre recupera a narrativa legendária da doação da sesmaria²² de Santana a Jerônimo de Ornelas (1744), e, logo após, a desapropriação de uma parte

19 A propósito de tais imagens uterinas evocadas pela geografia natural do sítio onde instalou-se o embrião da vida urbana de Porto Alegre, ver Saint-Hilaire (1974).

20 A respeito de tais tipos de povoamento e de suas formas de solidariedade correspondente como fenómeno generalizado no Brasil, ver Cândido (1987).

21 A propósito do tempo profano e da possessão de regiões desérticas e de territórios incultos habitados por monstros, Eliade (1969, p. 21) afirma: “... todas estas regiões selvagens, incultas etc. são assimiladas ao caos, elas participam ainda da modalidade indiferenciada, informe, de antes da Criação”.

22 Denominadas de sesmarias de campo, eram terras destinadas à criação de gado e atingiam 13.000 ha. Concedidas em nome de Sua Majestade e confirmadas por Carta Régia, eram delimitadas muitas vezes por acidentes geográficos (rios, colina, arroios), sendo denominadas de “fazendas” ou “estâncias”.

deste território, a *ponta da península*, em função da fixação definitiva dos “Casais d’El Rey” (1772), ali “arranchados” há vinte anos, a partir do qual se originou o vilarejo de São Francisco dos Casais. Logo após, a distribuição das *datas*²³ aos “casais das ilhas” (1772), ocorre a apropriação formal deste território, transformado em seguida, Freguesia Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1773). Seguindo-se ainda esta narrativa legendária, este território será expropriado de seu antigo, dando-se origem ao primeiro plano de ruas e logradouros a ser traçado para a nova Freguesia, reservando-se aí um terreno amplo e majestoso, localizado no topo da colina existente na península, denominado de “Alto da Praia”, para a criação do seu “centro cívico”. Em 1773, já transformada em Vila, é aí que vai abrigar-se a capital da Capitania de São Pedro, transferida de Viamão, em virtude das invasões espanholas (1763 e 1773).

Se comparado ao nascimento das cidades de Santa Maria, de Rio Grande, de Rio Pardo, a genealogia de Porto Alegre reconstitui o mito de fundação das cidades gaúchas mais antigas. Fiel à imagem da cidadela, ela retraça o discurso legendário das lutas de conquistas do território rio-grandense até a sedentarização de uma sociedade de guerreiros no Rio Grande do Sul. Transfigurada em sociedade pastoril, é neste percurso de uma consolidação temporal da sociedade gaúcha que se insere o mito de fundação de cidades ao sul do Brasil.²⁴

23 Segundo as finalidades a que se destinavam e também pelo tamanho, as primeiras terras distribuídas pelo governo colonial distinguiam-se em *datas*, áreas destinadas à agricultura, podiam ser doadas ou distribuídas pelo governador da Capitania, sem maiores formalidades, cujo tamanho era, cada uma, de 272,5 ha (espécie de chácaras ou colônias).

24 A respeito dos eventos e personagens históricos associados à posse territorial do Rio Grande do Sul a implantação de uma sociedade urbano-industrial, consultar Pesavento (1980). A respeito da consolidação temporal que acompanha os ritos de fundação das cidades gaúchas ver Rocha, 1994, cap. 3 e 4.

Entretanto, em controvérsias às intenções viris e combativas do conquistador português, tais vilarejos e povoados nascidos da liturgia cristã e da proteção de imagens femininas de Virgens Marias e Nossas Senhoras vão desempenhar um importante papel na formação dos primeiros núcleos urbanos no sul do Brasil. Eis aí, como a configuração de uma civilização urbana no Rio Grande do Sul polemiza-se, em suas motivações simbólicas primordiais, com os valores belicosos aos quais aludem a figura do herói civilizador, uma vez que recompondo o seu trajeto de repouso e de refúgio no ventre da Grande Mãe Terra, invertem a substância viril e agressivo do gesto de descida do conquistador português no coração dos Trópicos

Espiral do tempo e memória coletiva

Sem dúvida, a consolidação temporal aqui sugerida para o caso da sociedade gaúcha revela a presença incontestável de uma hierarquia de instantes na memória coletiva local. Ela engendra na conformação da sociedade regional, a passagem de sua comunidade de uma ordem efêmera, repleta de rupturas, a uma ordem durável, abandonando o tecido temporal anterior, descontínuo e acidentado em suas vinculações com os terrores brutais de guerras e invasões. Daí decorre a construção de uma sucessão de estruturas espaço-temporais no interior da imaginação popular do Rio Grande do Sul: “terra de ninguém”, sesmarias, estâncias de pouso, estâncias de criação, aldeias, vilarejos, paróquias, vilas e cidades.

Verdadeira “pedagogia da causalidade”,²⁵ no interior desta ordenação interna da transformação das estruturas econômicas e instituições sociais, a criação da cidade de Porto Alegre aponta para a

25 Cf. Bachelard (1984), é necessário uma “coerência racional” para substituir a coesão material.

superação do “tempo profano” do nomadismo, da guerra e das constelações rituais pastoris da preia do gado xucro, do tropeio, das vacarias no sul do Brasil assim como confere à sociedade gaúcha o acesso ao tempo sagrado da sedentarização de aventureiros, tropeiros e militares no ventre maternal da Grande Mãe Terra, do seu cultivo e das constelações de rituais ligados às atividades agrícolas.²⁶

Certamente, um tal enquadramento de estruturas espaço-temporais encerra, por seu turno, a resolução de uma polêmica. No caso da sociedade gaúcha, o processo de “pacificação” do território rio-grandense e de suspensão do tempo profano afeto a uma sociedade de guerreiros traz em seu bojo a inversão do gigantismo ancestral das imagens veiculadas pela figura do herói conquistador, o Gaúcho, e do culto à figura viril e masculina peculiar a uma sociedade patriarcal e rural. Sob este ângulo, a consolidação temporal a partir da qual nasce a cidade de Porto Alegre representa a adesão da sociedade local ao culto de figuras femininas se tornando mais atenta à imagem acolhedora e nutriente dos aldeamentos e povoados que nascem solidários da força religiosa de cultos populares. Tal foi, portanto, o caso de Porto Alegre nos primórdios de sua fundação, momento em que a comunidade local de famílias açorianas prestava homenagens à Nossa Senhora Madre de Deus como, hoje, consagra-se aos festejos anuais de sua padroeira, Nossa Senhora dos Navegantes.

Instante singular dentro de tal ordenação sincrética de estruturas espaço-temporais na memória coletiva da sociedade gaúcha foi, sem dúvida alguma, a resolução dos conflitos advindos da Re-

26 A propósito das imagens arcaicas presentes ao mundo imaginal da sociedade rio-grandense e brasileira, ver Goulart (1978); Viana (1974); Velhinho (1964) e Moraes (1959).

volução Farrroupilha (1835/45). Eis aí o momento crítico onde avoluma-se, na sociedade gaúcha, a imagem da “pacificação” de uma “terra de ninguém”, da “domesticação” do “centauro dos pampas” e da “devoração” do “Continente de São Pedro” e através do poder estatal unificador do Império, entrada definitiva, portanto, da sociedade regional na “solidez” e na “estabilidade” da ordenação temporal de unia sociedade nacional, com um “tempo local” e um “espaço local”. O relato legendário a propósito do desfecho da Guerra dos Farrapos na imaginação popular do Rio Grande do Sul tematiza a potência gigantesca, viril e combativa, unia sociedade “engolida” pela imagem feminina da Pátria.

Nesse caso, o sacrifício da figura primordial do gaúcho, relatado na paz “honrosa” dos Farrapos em face das tropas imperiais, faz apelo à sujeição do *monarca das coxilhas* aos designios protetores de um forte poder centralizador expresso na figura do Imperador.²⁷ Contudo, a representação diacrônica que reúne os antagonismos dos elementos rurais e urbanos no Rio Grande do Sul através do fator de uma causalidade temporal progressiva, impondo à sociedade gaúcha a obediência ao tempo sagrado da fundação da nação brasileira, não somente não implicou o rechaço das motivações soberanas arcaicas do *Monarca das coxilhas* como, ao contrário, transfiguradas em poder benéfico da redenção de uma sociedade de “bárbaros” tais aspirações soberanas acabam miniaturizadas no coração da sociedade gaúcha que de Continente passa a figurar como celeiro da sociedade nacional.

27 Trata-se aqui da disseminação da pressão pedagógica do período pós-colonização do Brasil e dos constrangimentos culturais sobre o mundo imaginal da sociedade gaúcha em função da ruptura dos “coloniais e brasileiros” com o ritmo atribulado do “viver em colônias” proposto pelo poder central português na Metrópole. A respeito da atmosfera revolucionária do final do século 18 no Brasil, ver Mota (1989).

Momento crucial para a emergência da busca do prazer de “estar-junto” e o culto ao gregarismo tribal do homem gaúcho na teatralidade da vida quotidiana dos habitantes da cidade de Porto Alegre, os anos subsequentes de implantação de uma civilização urbano-industrial vão significar a ruptura gradual de sua comunidade local com a vibração do tempo descontínuo da época da conquista territorial do Rio Grande do Sul em adesão à disseminação das fábulas progressistas no Brasil republicano. Após o desfecho da Guerra dos Farrapos e a “pacificação” da Província de São Pedro, presencia-se o abandono da figura da cidade-fortificação, em escala maior, para o conjunto do cenário da vida urbana de Porto Alegre, retomada no período de sítio à capital, com a construção de trincheiras para defesa da comunidade local, praticamente no mesmo trajeto das antigas muralhas (1771/78).

Observa-se a partir daí o predomínio gradual da imagem veicular do porto e do movimento das embarcações no Rio Guaíba sobre a figura ancestral do tropeiro a cavalo e do labirinto de caminhos construídos pelo deslocamento do gado na imaginação popular da sociedade local.²⁸ Eis o momento de configuração de uma paisagem citadina para Porto Alegre e da monetarização da economia regional onde os barcos e a moeda transfiguram-se em veículos *moderno* da reconciliação das diferenças territoriais até então existentes em Porto Alegre entre as áreas intramuros (urbana) e extramuros (rural), como confirmam inúmeros relatos legendários sobre a riqueza comercial e financeira desta cidade em fins do século 19.

28 Sob este ângulo, observa-se atualmente nas cidades do Brasil, sob a pressão da ambiência psicossocial de violência e de criminalidade, o retorno miniaturizado das imagens da cidade-fortaleza no momento em que a atmosfera de caos reconstitui uma paisagem urbana repleta de prédios e casas que são pouco a pouco cercadas com grades.

Os constrangimentos sociais e culturais advindos da ambiência de pacificação do Rio Grande do Sul e “domesticação” de costumes dão origem, assim, ao mundo imaginal da sociedade gaúcha, não só transfiguração de uma estética social campestre no cenário citadino da capital gaúcha a partir da ambiência do teatro da vida coletiva de seus arrabaldes e arraiais, mas à absorção gradual das marcas aí deixadas por tais estruturas espaço-temporais oriundas do hedonismo popular ligadas à fase arcaica de sua fundação assimiladas à atmosfera de consumação estética de roupas, de adereços, de objetos decorativos tanto quanto a ambiência feérica de espetáculos e manifestações artístico-culturais coletivas. Trata-se da transfiguração progressiva do tempo local de uma vida comunitária insular, onde a coletividade se reunia em torno dos inúmeros becos e algumas ruas em função das procissões ligadas ao culto de Nossa Senhora Madre de Deus no Alto da Matriz, das quermesses, e do mercado de escravos na Praia de Belas. Agregação que se processava nas camadas populares ao redor das fontes públicas, na orla do Guaíba e nas bancas de peixe, em alguns logradouros públicos, assim como no Largo da Força, em dias de execução, momentos que marcavam o ritmo diário da vida local.

Esse é o momento em que a estetização da vida cotidiana da comunidade local, expressa na paisagem urbana de Porto Alegre, polemiza-se com os dispositivos do poder central imperial, instalado no Rio de Janeiro, sendo o código de posturas municipais projetado por seus *notáveis* numa tentativa de enfraquecer a autonomia das ações locais da sua comunidade, antes responsável pela manutenção, por exemplo, da limpeza e conservação da fachada de suas casas e da construção de calçadas em torno da área residencial que ocupa-

vam.²⁹ “Guliverizado” e “miniaturizado” no mundo imaginal da comunidade porto-alegrense, a figura do herói solar adormece temporariamente na memória coletiva local para ser retomado sempre que o “estar-junto” coletivo, em estado de vigilância, revele-se sob ameaça eminente de dissolução, necessitando de tranquilidade e repouso para sua perpetuidade.³⁰

Nascida do abraço incestuoso ancestral do herói civilizador com a Grande Mãe Terra, os efeitos da urbanização e da industrialização da cidade de Porto Alegre vai adequar-se progressivamente à imagem ancestral de um ventre materno projetado para a campanha gaúcha, “região cósmica” onde o homem do Sul vai encontrar finalmente o abrigo às devastações do tempo que assolavam a Província de São Pedro e os novos ventos de uma nação imperial nos trópicos. Da transfiguração progressiva deste abraço maternal num abraço erotizado e sexualizado, nasce a cidade de Porto Alegre, centro comercial e financeiro da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Território confusional onde o homem gaúcho realiza a síntese entre o gregarismo dos hábitos provinciais do churrasco, dos “assaltos”, da rinha de galo e de corridas de cancha-reta e das disputas em torno de prestígio e riqueza contidas nas antigas tradições locais e o cosmopolitismo das exposições internacionais, de vinhos franceses e “cartolas”, do privilégio do *footing* na Rua da Praia e dos passeios campestres praticados pela aristocracia local nas ilhas do Guaíba assim como da frequência ao

29 A propósito ver “história social do disciplinamento moral do espaço urbano de Porto Alegre: o centro da cidade”, relatório de pesquisa integrante do projeto *A construção social do espaço urbano de Porto Alegre: uma genealogia da Modernidade* subsidiados pelo CNPq nos anos 1987/89.

30 É nessa linha que se pode apreciar a Revolução Federalista (1893/95), a Revolução de 23 (1923/24) no contexto do mundo imaginal da sociedade gaúcha e, para o caso do gaúcho como “artesão da nacionalidade”, a Revolução de 30 (1930) e o Movimento da Legalidade (1961).

ambiente sofisticado de clubes, cafés e confeitarias.

“Leal e valorosa”, ventre capaz de “engolir” e “digerir” o traço estético das intenções viris e combativas através das quais o “homem da civilização” relacionava com a natureza nos trópicos na época mítica da conquista do *Continente*, o antigo vilarejo de Nossa Senhora Madre de Deus torna-se fonte de fascinação, de nostalgia e de paixão coletiva ao atenuar as diferenças entre o arcaísmo das socialidades coletivas das feiras, das tavernas, dos prostíbulos, das quermesses, das procissões, dos candomblés, das irmandades, das bodegas e dos acampamentos de tropeiros e o movimento, os sons, as cores, as formas e os espetáculos e manifestações culturais peculiares ao teatro da vida urbana e industrial da capital gaúcha.

A partir desta perspectiva sincrética, a configuração de uma civilização urbana no Rio Grande, durante o século 19, vai significar o processo de “suavização” ou “feminização” gradual das imagens viris e masculinas da sociedade e do homem gaúcho, uma região militarizada e plena de excessos de energias pulsionais de uma “raça de machos”, dirigidas à “arte de fazer a guerra”. Re-inversão de Eros furioso, o teatro da vida urbana de Porto Alegre vai ser assimilado aos devaneios messiânicos da formação da nação imperial brasileira e, logo após, ao consenso social e histórico das fábulas progressistas projetadas no mito de fundação da nação brasileira como República. Ora, enquanto processo de disseminação de censuras culturais, as imagens de progresso e civilização veiculadas pela pressão pedagógica do nascimento da nação brasileira impunham a domesticação de “costumes bárbaros” e de tradições militares e nômades de uma sociedade de guerreiros, “inculta” e “selvagem” no sul do Brasil, assim como a complexificação de suas estruturas sociais e, finalmente, a

interpenetração do território rio-grandense à vida nacional.³¹

Isto é, a gênese do fenômeno urbano apontado aqui para Porto Alegre, incorpora o lento processo de consolidação temporal na memória coletiva da sociedade gaúcha, expresso na ordenação serial de eventos que conduzem-na em direção a uma economia de mercado. Nesse sentido, a própria possessão territorial do Continente de São Pedro vem associada à imagem da superação da agitação temporal ancestral vivida pela sociedade local em razão das atividades econômicas desregradas da preia do gado xucro que sustentaria as atividades de exploração colonial de mineração na região *das Gerais*. Nesta ordenação serial de acontecimentos, a criação da indústria das charqueadas, e, mais tarde, a chegada de imigrantes alemães e italianos em sua missão de diversificar a produção agrícola local vão significar, para o mundo imaginal da sociedade gaúcha, a promessa de pôr fim às tribulações temporais vividas desde a fundação de sua comunidade.³²

Entretanto, longe de se reconhecer uma “causalidade material” para o acontecimento “histórico” que preside a configuração da cidade de Porto Alegre em termos de uma ética puritana e ascética para a instalação de uma sociedade urbano-industrial no sul do Brasil, compreende-se aqui este fenômeno, enquanto uma “causalidade formal”, como “realidade” que é forjada pela ação formalizante da imaginação fantástica de uma coletividade em suas peripécias de sobreviver às

31 Sob o ângulo do debate histórico da instalação de uma ordem burguesa e da disseminação das noções de *democracia, progresso e civilização* no RS e Porto Alegre do *fin de siècle*, ver Pesavento (1980).

32 Sobre a pressão pedagógica da chegada dos imigrantes europeus ao Rio Grande do Sul e seus eleitos no mundo imaginal da sociedade gaúcha, em particular na estética urbana de Porto Alegre haveria inúmeras ideias a serem desenvolvidas, mas que foram deixadas de lado em razão da especificidade do tema aqui tratado.

devastações do tempo. Deste modo, o próprio mito de fundação da cidade de Porto Alegre confirma a ideia da configuração de uma civilização urbana e industrial no coração da antiga estância de Jerônimo de Ornelas em função da ênfase figurativa que esta cidade faz alusão no mundo imaginal da sociedade gaúcha, ou seja, um território-mito capaz de reunir o repertório de imagens e sensações destiladas pelas inovações tecnológicas e culturais que revelam, na estetização da vida cotidiana de seus habitantes, os traços arcaicos e ancestrais das emoções coletivas fundantes de uma comunidade local.

Certamente, a correspondência de formas aqui sugeridas entre “rural”/“urbano” e “tradicional”/“moderno” implica que se vincule a análise da instalação de uma sociedade urbano-industrial no Brasil ao julgamento estético que preside a formação do homem e da sociedade brasileira. Trata-se, assim, de se pensar o processo de ajustamento de camadas de duração e de estruturas espaço-temporais presentes no teatro da vida urbana da sociedade gaúcha e seu “encaixe” no corpo de motivações simbólicas afetas ao mito de progresso no Brasil. Esse processo contém o drama ancestral da instalação de uma civilização urbana no Rio Grande do Sul, marcada desde seus primórdios pelas lutas de conquistas de fronteira entre portugueses e espanhóis na região meridional do Brasil.

Ora, no caso da cidade de Porto Alegre, sua ascensão à capital (1773) da Província de São Pedro, antes mesmo de ser “elevada” à vila (1810) e à cidade (1822), faz apelo, no discurso legendário de sua fundação, à imagem da *ciudadela*, uma vez que atinge o grau de “maturidade” seja em razão da posição geográfica que ocupa nas funções de defesa militar de um território constantemente devastado por lutas sangrentas e atos arbitrários no sul do Brasil, seja em razão do lugar que o vilarejo Nossa Senhora Madre de Deus mantinha no interior

de uma *geografia fantástica* da configuração da nação brasileira, cada vez mais preocupada com o enquadramento serial do “homem da tradição” no interior de um tempo finalista.³³

Sob esse ângulo, o próprio processo de conquista territorial do Rio Grande do Sul assinalaria uma sobreposição de ritmos temporais dos quais originam-se as formas arquetípicas de cidades sejam as ancestrais “cidades-fortificações” e as “cidades-santas” criadas pelos atos de guerra do soldado português conquistador ou pela liturgia católica de soldados-missionários espanhóis, sejam as cidades-labirintos e as cidades-celeiros construídas respectivamente através da técnica da viagem de tropeiros e seus devaneios de repouso e da tecnologia do cultivo da terra, do artesanato doméstico e da industrialização de produtos agrícolas associadas ao patrimônio estético dos colonos europeus (alemães e italianos).

Eis porque a emergência recorrente do tema da “monstruosidade”, apontada para o teatro da vida urbana no Brasil, expressa a presença de um sentimento de angústia do homem brasileiro diante das devastações temporais no interior da nação brasileira. Eis porque se pode sugerir que a majestade do cenário “desolador” de cidades como Porto Alegre faz apelo a uma dimensão simbólica de domesticação do tempo peculiar ao homem brasileiro em seus devaneios messiânicos de superação definitiva das suas tribulações existenciais em alusão a uma maestria “inata” de uma coletividade em “domesticar” progressivamente a rítmica cíclica de seu eterno

33 A propósito das noções de *geografia fantástica*, “homem da civilização” e “homem da tradição” e suas implicações no debate filosófico do Espaço e do Tempo, ver Durand (1979 e 1980). A respeito do tema de uma estética “barroca” em alusão aos efeitos de ambiência como ponto nodal da articulação do tempo e do espaço na paisagem social que constitui as cidades brasileiras em suas marcas de *tactilité sociale*, de *reliance* e da “teatralidade da vida quotidiana” recorremos a Maffesoli (1990, 1985 e 1984).

recomeço como corpo social. Orientando-se para uma reconciliação lenta com os ritmos temporais forçados oriundos do expansionismo civilizatório do progresso nos trópicos, a configuração de uma civilização urbana no interior da sociedade gaúcha, assim, adere à vertigem da significação de um messianismo progressista que a ondulação do tempo adquire na configuração da nação brasileira sem afastar-se de suas raízes telúricas e das reminiscências de seu passado rural, patriarcal e colonial.

Nesse sentido, a saturação dessas tribulações temporais, enfrentadas pela coletividade local, podem ser avaliadas quando se observa, no século 18, os diversos tratados assinados entre Espanha e Portugal (Tratado de Madrid, 1750; Tratado de El Pardo, 1761; Tratado de Santo Ildefonso, 1777) que dividiam arbitrariamente o território do Continente de São Pedro e submetiam seus habitantes aos constantes terrores da guerra e às destruições ocasionadas pelo avanço do Velho Mundo sobre o continente americano. Certamente, reside aí a imagem ancestral do Rio Grande do Sul como “terra de ninguém” na memória sentimental da sociedade gaúcha.

Assim, desde seus primórdios, o mito de fundação da cidade de Porto Alegre relata o processo de sedentarização de uma sociedade de guerreiros, polemizando-se com a imagem ancestral do nomadismo e das lutas de fronteira no Rio Grande do Sul, território habitado por uma raça singular de homens rústicos, espécie de *bárbaros*, entregues à selvageria, ao estupro, a pilhagem e ao roubo.³⁴ Parte dessas constelações de imagens encontram-se nos inúmeros relatos dos viajantes europeus que percorreram o território rio-grandense no século 19. No *olhar iluminista* de tais “homens da civilização”, descobre-se uma parte significativa dos registros do nascimento de cida-

34 A propósito ver Dreys (1961); Beschoren (1989) e Nichols 1946).

des gaúchas. Eis o que o onirismo poético de inúmeros romancistas gaúchos souberam precisar:

“No lugar preciso onde o Pai do Doutor quis um dia construir, havia em outras eras o pampa e quero-queros. No exato ponto onde ficaria a Biblioteca, várias gerações de serpentes fizeram suas tocas. E onde, pelo traçado, se abriria a sala de jantar; uma avestruz pôs um ovo, quinhentos anos antes. Não um ovo comum; mas talvez aquele que continha o germe do pecado. Um índio minuano correu, arrebatou o ovo antes que outro índio, também alvoroçado, o fizesse. Lutaram. Ambos morreram. E a casca do ovo partiu-se e a gema escoou por um buraco; cinco séculos depois, naquele buraco correria o fio elétrico preso a uma campainha posta debaixo da mesa onde a Condessa, premindo com o pé, chamaria as criadas” (Assis Brasil, 1992).

Cidades nascidas sobre os escombros e as ruínas de antigos territórios que sobreviveram aos atos de violência e destruição da ambiência de terror sob os quais se formou a sociedade rio-grandense. Parte de uma gigantesca empresa colonial, a instalação de uma civilização urbana no Rio Grande do Sul encontra suas raízes na própria conquista da América, na avidez de glória e de recompensa do Velho Mundo. Lugar privilegiado de fabulações, o Novo Mundo³⁵ enraíza as imagens das origens ancestrais da sociedade gaúcha. A estética urbana atual de Porto Alegre é, como sempre foi, a metáfora viva da consolidação de estruturas espaço-temporais descontínuas vivida pela sociedade gaúcha, no corpo da memória coletiva da nação brasileira.

35 Sobre esse tema é significativa a abordagem de Holanda (1968), associando a ideia do sementeiro para descrever a construção de cidades no Brasil a partir dos atos de colonização ligados à aventura em terras tropicais. Também a obra de Ribeiro (1986) permite avaliar as repercussões da figura do herói conquistador na memória da sociedade brasileira.

Referências

- ABREU, Ovídio. *Raça, sangue e luta*, identidade e parentesco em uma cidade do interior. 1980. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ACHUTTI, Luiz Eduardo. *Fotoetnografia*, um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre, Tomo/Palmarinca, 1997.
- ADORNO, Sérgio. Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, Portugal, n. 33, p. 145-156, 1991.
- AGOSTINHO, Maria da Graça. *Espaço público urbano e cidadania nas cidades contemporâneas*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- ALVES, Andréa Moraes. *A dama e o cavaleiro*, um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade. 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ALVIM, Maria Rosilene B. *Constituição da família e trabalho industrial*. Um estudo sobre trabalhadores têxteis numa fábrica com vila operária. 1985. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia

- Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- ALVIM, Maria Rosilene B.; VALLADARES, Lícia. Infância e sociedade no Brasil, uma análise da literatura. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 26, p. 3-37, 1988.
- ALVITO, Marcos. A honra de Acari. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, UFRJ; FGV, 1996. p. 147-164.
- ARANTES Neto, Antônio A. *Compadrio no Brasil rural*. Análise estrutural de uma instituição ritual. 1970. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. *Paisagens paulistanas, transformações do espaço público*. Campinas, Unicamp, 2000.
- _____. *Produzindo o passado, estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1992.
- _____. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- ARIES, Philippe. *O Homem Perante a Morte*. Lisboa, Europa-América, 1977.
- ASSIS BRASIL, L.A. *Perversas famílias*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1992.
- AZEVEDO, Thales. *Ciclo da vida; ritos e ritmos*. São Paulo, Ática, 1987.
- BACHELARD, Gastón. *A dialética da duração*. São Paulo, Ática, 1988.
- _____. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
- _____. *La dialectique de la durée*. Paris, Quadrige/PUF, 1989.
- _____. *La poétique de l'espace*. Paris, Quadrige/PUF, 1984.
- _____. *La Terre e les rêveries de la volonté*. Paris, Librairie José Corti, 1988a.
- _____. *La Terre et les rêveries du repos*. Paris, Librairie José Corti, 1988.
- BAKTHIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética (a teoria do romance)*. São Paulo, Hucitec-UNESP, 1993.
- BARREIRA, César. Fraudes e corrupções eleitorais, entre dádivas e contra-venções. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Org.). *Política no Brasil*.

- Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006a. p. 151-164.
- BARREIRA, Irllys. Campanhas em família, as veias abertas das disputas eleitorais. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Org.). *Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006b. p. 301-332.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. *Política e vida associativa em um bairro carioca*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BARROS, Rachel Rocha de Almeida. *Les solitaires au paradis*. 2007. Thèse (Doctorat en Anthropologie Sociale, Ethnographie et Ethnologie) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- BAUDRILLARD et alii. *L'imaginaire, l'espace et le pouvoir urbain*. Bercy, Ed. Anthropos, 1980.
- BECK, Anamaria. *Lavradores e pescadores, um estudo sobre o trabalho familiar e trabalho acessório*. 1976. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BECK, Ulrich & GIDDENS, Anthony & LASH, Scott. *Modernização reflexiva*. São Paulo, Editora da Unesp, 1997.
- BELTRÃO, Jane F. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém, Goeldi; UFPA, 2004.
- BENJAMIN, Walter. "O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1993. p. 197 a 221.
- _____. "O flâneur". In: BENJAMIN, Walter. "Sobre alguns temas em Baudelaire". In: *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas volume III*. SP, Ed. Brasiliense. p. 185-236.
- _____. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Obras escolhidas volume III*. SP, Ed. Brasiliense
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1973.

- BERGSON, Henri. *Durée et simultanéité, à propos de la théorie de Einstein*, Paris, PUF, 1922.
- _____. *L'évolution créatrice*. Paris, PUF, 1907.
- _____. *Matière et mémoire*. Paris, PUF, 1939.
- BERNARD, C.; GRUZINSKI, S. *Histoire du nouveau monde, de la découverte à la conquête*. Paris, Fayad, 1991.
- BESCHOREN, Maximiliano. *Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1989.
- BEZERRA, Marcos O. *Em nome das bases*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- _____. O caminho das pedras, representação política e acesso ao governo federal segundo o ponto de vista de políticos municipais. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Org.). *Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006. p. 151-164.
- BILAC, Elisabete Doria. *Família e trabalho feminino*. 1983. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BLAY, Eva. Dormitórios e vilas operárias, o trabalhador no espaço urbano brasileiro. In: VALADARES, Lícia (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1980.
- BOAS, Franz. *L'art primitif*. Paris, Adam Biro, 2003.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo, Fapesp; Edusp, 1994.
- BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília, etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.
- BORIAUD, Jean-Yves (org.). *La Nouveau monde*. Paris, Les Belles Lettres, 1992.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo, Queroz ED. Ltda. e EDUSP, 1987.
- _____. *O tempo vivo da memória. Ensaios de psicologia social*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

- BOTT, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre *et al.* *A profissão de sociólogo, preliminares epistemológicas*. Petrópolis, Editora Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinction, critique sociale du jugement*. Paris, Ed. de Minuit, 1979.
- _____. *Le sens pratique*. Paris, Ed. de Minuit, 1980.
- BRANDÃO, Carlos R. *Sacerdotes de viola – rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- BRITTO DA MOTTA, Alda *Trajetórias Sociais de Gênero e Representações sobre a Velhice no Brasil*. IV Congresso Luso Afro-brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1996.
- CABRAL, Benedita. *Recriar laços, estudo sobre idosos e grupos de convivência nas classes populares paraibanas*. 2002. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas.
- CAIAFA, Janice. *Aventura das cidades*. Ensaios e etnografias. Rio de Janeiro, FGV, 2007.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A cidade de muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp; Ed. 34, 2000.
- _____. *A política dos outros, o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. *A presença do autor e a pós-modernidade em Antropologia*. In: *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*. n. 21, julho 1988.
- _____. *Imagens do poder e da sociedade, o mundo cotidiano de moradores da periferia*. 1982. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. *Uma incursão pelo lado “não respeitável” da pesquisa de campo*. GT coordenado por Ruth Cardoso e Gilberto Velho. *Ciências Sociais Hoje-1*, Recife; Brasília, ANPOCS; CNPq, p. 332-354, 1981.
- CAMARGO, C. P. F. *et al.* *São Paulo 1975; crescimento e pobreza*. São Paulo, Loyola, 1975.
- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Ed. Duas Cidades,

1987.

_____. Um instaurador. Homenagem a Florestan Fernandes. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 30, ano 11, p. 6-8, 1996.

CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica. Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo, Studio Novel, 1993.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo, Unesp, 2000.

_____. *Os diários e suas margens*. Brasília, UNB, 2002.

_____. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; CNPq, 1988.

CARDOSO, Ruth C. L. Sociedade e poder, representações dos favelados de São Paulo. *Ensaio de Opinião 2-4*, São Paulo, p. 38-44, 1978.

_____. (Org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

_____. *Estrutura familiar e mobilidade social*, estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. 1972. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Movimentos sociais urbanos, balanço crítico. In: SORJ, Bila; ALMEIDA, M. H. T. (Coord.). *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CARDOSO, Ruth C. L.; DURHAM, Eunice. A investigação antropológica em áreas urbanas. *Revista de Cultura*, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 49-54, 1973.

_____. Conversa com Eunice Durham e Ruth Cardoso. In: GROSSI, Miriam et al. *Conferências*. Blumenau, Nova Letra, 2007. p. 221-242.

_____. Elaboração cultural e participação social nas populações de baixa renda. In: *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 171-177, 1977.

CASTELLS, Alícia N. G; GUIMARÃES, Ana C. R. Pinceladas sobre as práticas comerciais em um bairro popular de Florianópolis. *Cuadernos de Antropologia Social*, n. 26, p. 69-86, 2007.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, G. A. D. (Org.). *Os anos de chumbo*, a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

- CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. "O campo na selva, visto da praia". In: *XIV Encontro Anual da ANPOCS*, 22 a 26 de outubro de 1990. Caxambu, Minas Gerais.
- CASTRO, Mônica. Eleições, quem decide o quê. Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, p. 7-20, 1992.
- CAVIGNAC, Julie. A. Reconstruindo o passado; memórias migrantes da zona norte de Natal. *Revista Travessia*, São Paulo, n. 32, p. 35-40, set./dez. 1998.
- CAVILHA, Juliana. *Dos desregramentos da carne*. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CECHET, Fátima R. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- CHAUNU, Pierre. *L'expansion européenne du XIe au XVe siècle*. Paris, PUF, 1969.
- CHAVES, Christine A. Eleições em Buritis, a pessoa política. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.
- CIOCCARI, Marta R. *Do gosto da mina, do jogo e da revolta*. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. *Ecos do subterrâneo*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Ed.). *Writing culture*. The poetics and politics of ethnography. Berkeley, University of California Press, 1986.
- _____. *A experiência etnográfica, antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1998.
- CONAN, M. La invention des identités perdues. In: BERQUE, Augustin. *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. (Org.). Seyssel, Champ Vallon, 1994.
- COQUELIN, Anne. *L'invention du paysage*. Paris, PUF, 2000.

- CORADINI, Elisabete. *Redes de sociabilidade e apropriação do espaço em uma área central de Florianópolis*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CORADINI, Odaci L. Relações profissionais e disputas eleitorais. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (Org.). *Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006. p. 267-300.
- CORAJOURD, M. Le paysage, c'est l'endroit ou le ciel et la terre se touchent. (Org. François Dagognet). In: *Mort du paysage? Philosophie et esthétique du paysage*. Seyssel, Champ Vallon, 1982.
- CORBIN Alain. *Le territoire du vide. L'Occident et le désir du rivage*. Paris, Aubier, 1988.
- CORBIN, Alain. *L'homme dans le paysage*. Paris, Les éditions textuel, 2001.
- CORBIN, Henry. *Histoire de la philosophie islamique*. Paris, Folio, 1989.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. *Vilas, parques, bairros e terreiros, novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Paulo e São Luís*. São Luís, EDUFMA, 2003.
- CORRÊA, Mariza. *História da antropologia no Brasil (1930-1960)*. Testemunhos, Emílio Willems, Donald Pierson. São Paulo, Vértice; Revista dos Tribunais; Campinas, Unicamp, 1987.
- _____. *Morte em família, representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- COSTA FREIRE, Jurandir. "O medo social". *Revista Veja* 25 anos. Reflexões para o futuro, 1997. P. 82 a 98.
- COSTA, Maria Cecília S. *Os filhos do coração, um estudo antropológico da adoção em camadas médias brasileiras*. 1988. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- COSTA, Rogério H. da. *Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
- COSTA, Sandra R. S. *Bricoleur de rua, um estudo antropológico da cultura*

- hip-hop carioca*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- COULON, Alain. *L'ethnométhodologie*. Paris, PUF, 1987.
- CUNEGATTO, Thaís. *Etnografia na Rua da Praia: um estudo antropológico sobre cotidiano, memória e formas de sociabilidade no centro urbano portoalessense*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CUNHA, Neiva V. *Histórias de favelas da Grande Tijuca*. Rio de Janeiro, Ibase; Agenda Social Rio, 2006.
- CUNHA, Neiva V.; MELLO, P. P. T. Saara, reinventando etnicidades e ambiências urbanas num mercado popular carioca. In: REGINENSI, Catherine (Org.). *Cidade, transformações no mundo do trabalho e políticas públicas*. Rio de Janeiro, DP&A, 2006. p. 120-137.
- CUNHA, Olivia M. G. Cinco vezes favela – uma reflexão. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, UFRJ; FGV, 1996. p. 188-217.
- DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua, espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. As raízes da violência no Brasil, reflexões de um antropólogo social. In: *A violência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____. *Carnavais, malandros e heróis, para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1979.
- _____. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. In: NUNES, Edson de Oliveira (organizador). *A aventura sociológica, objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 23-35.
- _____. *Relativizando, uma introdução a antropologia social*. Rio de Janeiro, Petrópolis, 1981.
- DAMO, Arlei. *Para o que der e vier*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Programa

- de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- DAUSTER, Tânia. *Nome de família*. 1987. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano, artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- DEBERT, Guita G. História de vida e experiência de envelhecimento para mulheres de classe média no Estado de São Paulo. *Cadernos CERU*, São Paulo, USP, n. 19, p. 126-147, 1984.
- _____. *Pressupostos de Reflexão Antropológica sobre a Velhice. Textos Didáticos*. IFCH/UNICAMP, Campinas, 1994.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente. 1300-1800*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- DEVOS, Rafael V. *A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque Estadual Delta do Jacuí, Bairro Arquipélago, Porto Alegre, RS*. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. *Uma ilha assombrada na cidade*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- DIAS DUARTE, Luiz Fernando. *Da vida nervosa, nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro, J. Zahar Ed./CNPq, 1986.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência*. Gangues, galeras e o movimento *hip-hop*. São Paulo, Annablume, 1998.
- DOS SANTOS, Benedito Rodrigues. Trabalho infantil no Brasil, discussão e balanço das principais estratégias de erradicação & a cidadania de crianças e adolescentes – legislação e proteção a seus direitos. In: ARAÚJO, Braz (Org.). *Crianças e adolescentes no Brasil*, diagnósticos, políticas e experiências. São Paulo, Fundação Cargill; MP2 Comunicações, p. 143-

- 150, 295-334, 1997.
- DOUGLAS, M & WILDAVSKY, A. *Risk and Culture*. Los Angeles, University of California Press. 1982.
- DOUGLAS, Mary. *Risk and Blame, essays in cultural theory*. Routledge, Londres. 1992.
- _____. *Pureza e Perigo*. São Paulo, Perspectiva, 1966.
- DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre, IEL, 1961.
- DUARTE, Luiz Fernando D. *Da vida nervosa*. Nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar; CNPq, 1986.
- DUBY, Georges. *Ano 1000 ano 2000, na pista de nossos medos*. São Paulo, Unesp, 1990.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus. O sistema das castas e suas implicações*. São Paulo, EDUSP, 1992.
- _____. *O individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.
- DURAND, Gilbert. *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris, Dunod, 1980.
- _____. *A imaginação simbólica*. São Paulo, Cultrix, 1988.
- _____. *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- _____. *L'imagination symbolique*. Paris, PUF, 1984.
- _____. *Roger Caillois et les approches de l'imaginaire*. Cahiers de L'imaginaire. Paris, Harmattan, n.8, 1992.
- _____. *Science de l'homme et tradition, le nouvel esprit anthropologique*. Paris, Berg International, 1979.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas, problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. p. 17-38.
- _____. Cultura e ideologia. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 1984a.

_____. Etnografia de rua, estudo de antropologia urbana. *Rua – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade* Campinas, Unicamp, n. 9, p. 101-127, 2003.

ECKERT, Cornelia. “Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica”. In: *Humanas*, RIFCH/UFRGS, vol.1n 19/20 Porto Alegre, 1996-1997. P. 21 a 44.

_____. “Une Ville Autrefois Minière: La Grand-Combe” Etude d’Anthropologie Sociale. Paris, These de Doctorat. 1992. L’Université René Descartes. Paris V, Sorbonne.

_____. A cultura do medo e as tensões do viver a cidade, narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. In: *Antropologia, Saúde e Envelhecimento*. 1 ed. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2002. p 73 a 102.

_____. *Os homens da mina, um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas, RS*. 1985. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ELIADE, Mircea. *Le Mythe de l'éternel retour*. Paris, Gallimard, 1969.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. *La société de l'individu*. Paris, Fayard, 1991

_____. *O processo civilizador, uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2 vol., 1989.

ERDMANN, Regina Mari. *Reis e rainhas no desterro*. 1981. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FANTIN, Márcia. *Cidade dividida*. Florianópolis, Cidade Futura, 2000.

FEATHERSTONE, M. *Postmodernisme e esthétisation de la vie quotidienne*.

Sociétés, Revue de Sciences Humaines e Sociales, Paris, CEAQ, n.35, p.37-47,1991.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 1964.

Tese (Obtenção da Cátedra de Sociologia I) – Universidade de São Paulo,

São Paulo.

FERREIRA, Jonatas. "Da vida ao tempo, Simmel e a construção da subjetividade no mundo moderno". In: *RBCS*. Vol. 15, n 44 outubro/2000. p. 103 a 117.

FERRY, Luc. *L'Homo aestheticus, l'invention du goût à l'age démocratique*. Paris, Grasset, 1990.

FONSECA, Claudia L. W. *Nos caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez, 1995.

FOOTE-WHYTE, William. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

_____. *Surveiller et punir*. Paris, Gallimard, 1975.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1988.

FRANÇA, Maria Cristina C. de C. *Memórias familiares em festa*. 2009. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do império*. São Paulo, Edusp, 2005.

FREUD, Sigmund. "Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna". In: *FREUD*. Livro 31. Pequena Coleção das Obras de Freud. Rio de Janeiro, Imago, 1986.

FREUND, Julien. "De Max Weber à Georg Simmel". In: *Revue Sociétés*. N. 37, Ed. Dunod, 1992, p. 217 a 224.

FRÚGOLI Jr., Heitor; ANDRADE, Luciana T.; PEIXOTO, Fernanda (Org.). *As cidades e seus agentes, práticas e representações*. Belo Horizonte, PUC-MG; São Paulo, Edusp, 2006.

_____. *Centralidade em São Paulo*. Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo, Edusp; Cortez; Fapesp, 2000.

_____. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

FRY, Peter. *Para inglês ver, identidade e cultura na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982.

- GABERQUE, Augustin. *Les raisons du paysage*. Paris, Hazan, 1995.
- GANEBIN, M. La représentation fantasmatique du paysage comme condition de sa possibilité et de sa perception. In: DAGOGNET, François (Org.). *Mort du paysage? Philosophie et esthétique du paysage*. Actes du colloque de Lyon. p. 30-40.
- GASPAR, Maria Dulce *Garotas de programa, prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas, o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002.
- _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- _____. *The interpretation of cultures, selected essays*. New York, Basic Books, 1973.
- GIACOMAZZI, Maria Cristina. *O cotidiano da Vila Jardim*. 1997. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.
- _____. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- GODINHO, H. Le Voyage des Lusitades: initiation guidé par les dieux de l'antiquité. In: *Les Imaginaires des latins*. Perpignan, Presse Universitaires de Perpignan, 1991. p. 25-45.
- GOFFMAN, Erving. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris, De Minuit, 1973.
- _____. *Les rites d'interaction*. Paris, De Minuit, 1974.
- GOLDMAN, Márcio. Uma teoria etnográfica da democracia, a política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Org.). *Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006. p. 203-226.
- GONZAGA DE OLIVEIRA, Sonia M. *Montanhas de pano*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- GOULART, Jorge Salis. *A formação do Rio Grande do Sul*. Pelotas, Globo, 1929.
- GRABURN, Nelson et al. *Antropologia e turismo, discussões contemporâneas*. Campinas, Papirus, 2009.
- GRAND-CARTERET, John. *Les montagnes à travers les âges*. Geneve, Slatkine, 1983.
- GREGORI, Maria Filomena. *Meninos nas ruas, a experiência da viração*. 1994. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. *Cenas e queixas, um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. 1987. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GROSSI, Miriam P. O significado da violência nas relações de gênero no Brasil. *Revista Sexualidade, gênero e sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1995.
- GUIMARÃES, Carmem Dora. *O homossexual visto por entendidos*. 1977. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GUIVANT, Júlia. S. Trajetórias das Análises de Risco: da Periferia Ao Centro da Teoria Social. BIB. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, Rio de Janeiro, v. 46, n.2, p. 3-38, 1998.
- GUTTERRES, Anelise. *A morada como duração da memória*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- HABERMAS, Jurgen. *L'espace public*, Paris, Payot, 1978.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris, Puf, 1968.
- HARRISON, Richard. *Forêts, essai sur l'imaginaire occidental*. Paris, Flammarion, 1992.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1996.
- HEILBORN, Maria Luiza de A. *Conversa de portão, juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca*. 1984. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *Dois é par*, conjugalidade, gênero e identidade. 1992. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HEINEN, Nívia Terezinha. *História social do disciplinamento moral do espaço urbano de Porto Alegre: o centro da cidade*. Brasília, CNPq, 1989. (Mimeo.)

HEYE, Ana Margarete. *Mata Machado*, um estudo sobre moradia urbana. 1979. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HOCKE, Gustav H. *Maneirismo: o mundo como labirinto*. São Paulo, Perspectiva, 1986.

HOLANDA, Sergio B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1968.

HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Iphan, n. 24, p. 243-253, 1996.

_____. A linguagem das ruas, o discurso político em dois modelos de urbanismo. In: *Anuário Antropológico* 80. Fortaleza; Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 151-186, 1982.

HONORATO, Rossana. *Se essa cidade fosse minha... a experiência urbana na perspectiva dos produtores culturais de João Pessoa*. João Pessoa, Universitária, 1999.

JARDIM, Marta D. *Negociando fronteiras entre o trabalho, a mendicância e o crime*. 1998. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

JEUDY, Henri-Pierre. *Mémoires du social*. Paris, PUF, 1990.

JODELET, Denise. *Les représentations sociales*. Paris, PUF, 1984.

KANT DE LIMA, Roberto. *A política da cidade do Rio de Janeiro*, seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro, Forense, 1995.

_____. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil, uma bibliografia. *BIB – Boletim de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, n. 50, p. 58, 2000.

KOFES, Maria Suely. *Diferença e identidade nas armadilhas da igualdade e*

- desigualdade*. 1991. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- KUSCHNIR, Karina. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000a.
- _____. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000b.
- _____. *Política e mediação cultural*, um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. 1993. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. *Política e sociabilidade*, um estudo de antropologia social. 1998. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- _____. Política, cultura e espaço urbano. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Antropologia urbana*, cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999. p. 88-97.
- L'ECOLE DE CHICAGO. *Naissance de l'écologie urbaine*. Textes traduits et présentés par Yves Grafmeyer et Isaac Joseph. Paris, RES Champ Urbain; Aubier, 1979.
- LAGO, Mara C. de S. *Memória de uma comunidade que se transforma*, de localidade agrícola pesqueira a balneário. 1983. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- _____. *Modos de vida e identidade*, sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, 1996.
- LAHIRE, Bernard. *Homem plural*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- LANNA, Marcos. *A dívida divina*, troca e patronagem no nordeste brasileiro. Campinas, Unicamp, 1995.
- LASCH, Christopher. *The culture of narcissism, american life in the age of diminishing expectations*. New York, Mouton, 1978.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.
- LEAL, Ondina Fachel. *The gaúchos: male culture and identity in the pampas*.

- Berkeley, Universidade da Califórnia, 1989. (Dissertação de PhD em Antropologia).
- LECZNEIZKI, Lisiane. Pequenos homens grandes, guris de rua em Porto Alegre. 1992. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978.
- LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.
- LEIRIS, Michel. *L'Afrique fantôme*. Paris, Gallimard, 1934.
- LEITE LOPES, José Sérgio Leite (Org.). *Cultura e identidade operária*. Aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro, Marco Zero; Proed, 1987.
- LEITE LOPES, José Sérgio Leite et al. *A ambientalização dos conflitos sociais*. Participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.
- LEITE LOPES, José Sérgio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Brasília; São Paulo, Marco Zero; UnB, 1988.
- _____. *O vapor do diabo, o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- LEITE, Rogério P. *Contrausos da cidade*. Campinas, Unicamp, 2004.
- _____. *Espaço público e política dos lugares, usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife antigo*. 2001. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. Uma carreira política e vários modos de legitimação. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (Org.). *Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006. p. 247-266.
- LEMGRUBER, Julita. *Cemitério dos vivos*. 1979. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal

- do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LEROI-GOURHAN, André. *Le geste et la Parole*. Paris, Albin-Michel, 1964.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à Obra de Marcel Mauss. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974. p.1-36.
- _____. *Tristes tropiques*. Paris, Pion, 1955.
- LEVY-BRUHL, Lucien. *Carnets*. Paris, PUF, 1998.
- LEWGOY, Bernardo. *A invenção de um patrimônio*. 1992. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LIMA FILHO, Manuel F. *O desencanto do Oeste*, memória e identidade social no médio Araguaia. Goiânia, UCG, 2001.
- LIMA FILHO, Manuel F.; MACHADO, Laís A. (Org.). *Formas e tempos da cidade*. Goiânia, UCG; Cãnone, 2007.
- LIMA, Marcelo A. *A gestão da experiência de envelhecer*, a Unati-Uerj. 1999. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas.
- LIMENA, Maria Margarida Cavalcanti. “Mundo em crise?” In REVISTA MARGEM. *Temporalidades*. Faculdade de Ciências Sociais – PUC – SP. Educ, 1996. p. 60-75.
- LINS DE BARROS, Myriam M. *Autoridade e afeto*, avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.
- LOPES NETO, Simões. *Cancioneiro guasca*. Porto Alegre, Globo, 1954.
- _____. *Contos gauchescos e lendas do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1949.
- LOPO, Rafael. *É o fim da várzea?* Um ensaio etnográfico sobre narrativas, formas de sociabilidade e conflito em um time de futebol de várzea na cidade de Porto Alegre. Trabalho de conclusão do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- LORD, Lúcio e ECKERT, Cornelia (orientação). Nascidos na beira do trilho: um estudo antropológico na Vila dos Ferroviários – Porto Alegre. Volume 3, n. 5, 2002. Revista Eletrônica Iluminuras. Porto Alegre, BIEV/UFRGS, <http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9131>

- LUZ, Margareth. *O melhor de Niterói é a vista do Rio. Políticas culturais e intervenções urbanas*, MAC e Caminho Niemeyer. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- MACDOUGALL, David. *The corporeal image. Film, ethnography and the senses*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 2006.
- MACEDO, Carmen Cinira. *A reprodução da desigualdade: um projeto de vida familiar de um grupo operário*. São Paulo, Edições Vértices, 1986a.
- _____. *Tempo de gênese*. O povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo, Brasiliense, 1986b.
- MACEDO, Francisco R. de. *Porto Alegre: origem e crescimento*. Porto Alegre, Sulina, 1968.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Sociabilidade violenta, por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, jan./jun. 2004.
- _____. O significado do botequim. In: *Cidades, usos e abusos*. São Paulo, Brasiliense, 1978. p. 86-87.
- MACHADO, Lia Z. Família, honra e individualismo. In: *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 138-153, 1986.
- MACHADO, Rosana P. *A garantia "soy yo"*, Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros em Porto Alegre e Ciudad del Este. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MACRAE, Edward. O militante homossexual no Brasil da 'Abertura'. 1986. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MAFFESOLI, Michel. *A sombra de Dionísio*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- _____. *Aux creux des apparences pour une éthique de l'esthétique*. Paris, Edition Pion, 1990.
- _____. *Du nomadisme*. Sociétés, Revue de Sciences Humaines e Sociales, Paris, CEAQ, n.36, p. 403-413, 1992.

- _____. *La Transfiguration du politique. La tribalisation du monde*. Paris, Grasset, 1992.
- _____. *Le Paradigme esthétique: la sociologie comme art*. *Sociologie et Sociétés*, v.2, p.33-39, out. 1985.
- _____. *O tempo das tribos*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
- MAFRA, Patrícia Delgado. *Entre a pista e o camelódromo*. O cotidiano dos camelôs no centro do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MAGALHÃES, Nara M. E. *O povo sabe votar, uma visão antropológica*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- MAGGIE, Yvonne. A. V. *Guerra de Orixá*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1975.
- MAGNANI, José G. C. *Festa no pedaço, O circo-teatro e outras formas de lazer e cultura popular*. São Paulo, Hucitec, 1998.
- MAGNANI, José G.; TORRES, Lilian de L. (Org.). *Na metrópole, textos de antropologia urbana*. São Paulo, Fapesp, 1996.
- MAGNI, Claudia T. *Nomadismo urbano*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MALDONADO, Simone. Apresentação In: *Política & Trabalho*. Setembro de 1996. 12. Editora Universitaria UFPB, PPGS e UFPB. 1996. p. 5 a 10.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril Cultural, Pensadores, Ática, 1976.
- MARCEL, O. *Composer le paysage/construction et crises de l'espace (1789-1992)*. Seyssel, Champs Vallon, 1989.
- MARCEL, O. GUÉRY e DAGOGNET, F.. Mort et résurrection du paysage? In: DAGOGNET, François (Org.). *Mort du paysage? Philosophie et esthétique du paysage*. Seyssel, Champ Vallon, 1982.
- MARCUS, George E.; FISCHER, Michael M. J. *Anthropology as cultural critique, an experimental moment in the human sciences*. 2. ed. Chicago, University of Chicago Press, 1999.

- MARQUES, Ana Claudia. Sobre lutas de famílias e suas tramas. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (Org.). *Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006a. p. 353-368.
- MARQUES, Olavo R. *Entre a avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal*. 2006b. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MARTINS, Ciro. *Estrada nova*. Porto Alegre, Movimento, 1985.
- _____. *Porteira fechada*. Porto Alegre, Movimento, 1989.
- _____. *Sem rumo*. Porto Alegre, Movimento, 1985.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU, EDUSP, 1974.
- MEAD, Margareth. Anthropologie visuelle dans une discipline verbale. In: *Pour une anthropologie visuelle*. France, C. (Org.). Paris, Mouton, 1979.
- MELATTI, Julio Cezar. A antropologia no Brasil, um roteiro. *BIB – Boletim de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, n. 17, p. 3-52, 1984.
- MELLO, Kátia S. S. *Igualdade e hierarquia no espaço público*, análise dos processos de administração institucional de conflitos no município de Niterói. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- MELLO, Marco A. S.; VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa*, a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3. ed. São Paulo, Projeto, 1983. v. 1.
- MELLO, Marco A. S. Selva de pedra, apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro. In: ESTERCI, Neide et al. (Org.). *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. v. 1, p. 205-228.
- MILITO, Cláudia; SILVA, Hélio R. S. *Vozes do meio-fio*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- MISSE, Michel. A violência como sujeito difuso. In: FEGHALI, Jandira et al. (Org.). *Reflexões sobre e violência urbana*, (in)segurança e (des)esperanças. Rio de Janeiro, Mauad, 2006a. p. 19-32.
- _____. *Crime e violência no Brasil contemporâneo*, estudos de sociologia do

- crime e da violência urbana. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006b.
- MONTERO, Paula. *Da doença à desordem*. 1982. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MONTES, M. L. A.; MEYER, M. *Redescobrimo o Brasil, a festa na política*. São Paulo, Queiroz, 1985.
- MONTES, Maria Lúcia. Entrevista concedida a Lilian de Lucca Torres. Disponível em, <<http://n-a-u.org/pontourbe02/Montes.html>>. Acesso em, mar. 2010.
- MORAES FILHO, E. *Simmel*. São Paulo, Editora Ática, 1983.
- MORAES, Carlos Dante de. *Figuras e ciclos da história riograndense*. Porto Alegre, Globo, 1959.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideia de revolução no Brasil (1789/1801)*. São Paulo Cortez, 1989.
- MOTTA, Alda B. Novas formas de sociabilidade de idosos, o caso de Salvador. Bahia. *Análise & Dados*, Salvador, n. 1, p. 129-137, 2001.
- MOTTA, Flávia. *Gênero e reciprocidade, uma ilha no sul do Brasil*. 2002. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas.
- MOURA, Cristina P. *Ilhas urbanas*. 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- NEVES, Delma P. *A perversão do trabalho infantil*. Lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói, Intertexto, 1999.
- NICHOLS, Madaline Wallis. *O gaúcho*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1946.
- NIEMEYER, Ana Maria. *Lugar da pobreza*. 1985. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *El significado en la arquitectura occidental*. Buenos Aires, Summa, 1980
- NUNES, Brasilmar F. *Sociedade e infância no Brasil*. Brasília, UnB, 2003.

- OLIVAR, José Miguel N. *Guerras, trânsitos e apropriações*. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- OLIVEIRA, Marcelo A. N. *Avenida Paulista, a produção contemporânea de uma paisagem de poder*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unicamp, Campinas.
- OLIVEIRA, Marcelo J. *O lugar do travesti em Desterro*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- OLIVEN, Ruben G. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- _____. *A Antropologia dos Grupos Urbanos*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- _____. *A cidade como local de integração sociocultural, a integração dos moradores da vila Farrapos na cidade de Porto Alegre*. 1973. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. *Chame o ladrão, as vítimas da violência no Brasil*. In: BOSCHI, Renato Raul (Org.). *Violência e cidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982a. p. 21-28.
- _____. *Metabolismo social da cidade*. Porto Alegre, UFRGS, 1974.
- _____. *Urbanization and social change, a case study of Porto Alegre*. 1977. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – University of London, Londres.
- _____. *Violência e Cultura*. Petrópolis, Vozes, 1982b.
- ORMAUX, Serge. *Le paysage, entre l'idéal et le matériel*. In: DROZ, Yvan e MIÈVILLE-OTT, Valérie (Orgs.). *La polyphonie du paysage*. Lausanne, Presses polytechniques et universitaires romandes, 2005.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- PAIN, Sara. *Psicometria genética*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1992.
- PAIXÃO, Antônio Luís. *Problemas sociais, políticas públicas, o caso do tóxico*. In: ZALUAR, Alba (Org.). *Drogas e cidadania*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

- PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (Org.). *Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 2006.
- PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (Org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1996.
- _____. *Eleição municipal, política e cidadania*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006. p. 137-150.
- PAOLI, Maria Celia P. M. *Desenvolvimento e marginalidade – um estudo de caso*. São Paulo, Pioneira, 1974.
- PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006b.
- _____. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995.
- _____. De que serve um documento? In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (Org.). *Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2006a. p. 25-50.
- _____. *Uma antropologia no plural, Três experiências contemporâneas*. Brasília, Ed. UNB, 1991.
- PEIXOTO, Clarice E. *Envelhecimento e imagem*. São Paulo, Annablume, 2000.
- PEIXOTO, Fernanda A. As cidades nas narrativas sobre o Brasil. In: FRÚGOLI Jr., Heitor et al. (Org.). *As cidades e seus agentes, práticas e representações*. Belo Horizonte, PUC-MG; São Paulo, Edusp, 2006. p. 177-197.
- PEREIRA, João Baptista B. Emilio Willems e Egon Schaden na história da antropologia. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 8, n. 22, set./dez. 1994.
- PEREIRA, Luiz F. A. *De olhos bem abertos, rede de tráfico em Copacabana*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- PEREIRA, Vera M. C. *O coração da fábrica*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade, favelas e a política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- _____. *República: verso & reverso*. Porto Alegre, Ed.UFRGS/IEL, 1989.

- PESSANHA, Elina G. F. *Vida operária e política*. 1986. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PESSANHA, José Américo Motta. Bachelard e Monet: o olho e a mão. In: NOVAES, Aduino (Org.). *O olhar*. São Paulo, Companhia das Letras. p. 149 a 165.
- PETONNET, Colette. *Espaces habités, ethnologie des banlieues*. Paris, Galilée, 1982.
- PICCOLO, Fernanda D. A gramática nativa, reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela. In: FRÚGOLI Jr., Heitor; ANDRADE, Luciana T.; PEIXOTO, Fernanda (Org.). *As cidades e seus agentes*, práticas e representações. Belo Horizonte, PUC-MG; São Paulo, Edusp, 2006. p. 330-352.
- PITTE, J-R. *Historie du paysage français*. Paris, Taillandier, 1983.
- PLENEL, Edwy. *Histoire du nouveau monde*. Paris, Le Monde, 1992.
- POESTER, Teresa. Les frontières Du paysage: fenêtrés et grilles. 2002. Tese (Doutorado) em Artes Plásticas na Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne, França.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos* 3 memória, RJ, vol. 2, n 3, 1989.
- PRADO, Antônio A. *1922 – Itinerário de uma falsa vanguarda: os dissidentes, a Semana e o integralismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- PRADO, Simone M. *Da anchova ao salário mínimo*. Uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ. 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- RABINOW, Paul. *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.
- RAMALHO, José Ricardo R. *Mundo do crime – a ordem pelo avesso*. 1979.

- Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RIAL, Carmen S. *Mar de Dentro, a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição*. 1988. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- RIAL, Carmen S.; GÓDIO, M. (Org.). *Pesca e turismo, etnografias da globalização no litoral do Atlântico Sul*. Florianópolis, Nuppe, 2006.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. São Paulo, Vozes, 1977.
- _____. *Diários Índios*. São Paulo, Cia das Letras, 2006.
- RIBEIRO, Gustavo L. *O capital da esperança*. Brasília, um estudo sobre uma grande obra da construção civil. 1980. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.
- RICOEUR, P. et al. *As culturas e o tempo. Estudos reunidos pela Unesco*. Petrópolis, Vozes e São Paulo, EUSP, 1975.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Seuil, 2000.
- _____. *O si-mesmo como um outro*. São Paulo, Papyrus, 1991.
- _____. *Tempo e Narrativa*. Tomo I, II, III. Campinas, Papyrus, 1993.
- RIFIOTIS, Theophilus et al. (Org.). *Relações de poder, cidadania e violência*. João Pessoa, UFPB, 1998.
- RIZZINI, Irene (Org.). *Vida nas ruas, trajetórias evitáveis?* Rio de Janeiro, PUC, 2003.
- ROCHA, Ana Luiza C. *A dialética do estranhamento*. 1985. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. *Le sanctuaire du désordre, ou l'art de vivre des tendres barbares sous les Tristes Tropiques Étude de l'esthétique urbaine et la mémoire collective au sud du Brésil*. 1994. Thèse (Doctorat) – Paris V, Sorbonne, Paris.
- RODRIGUES, Tiago H. *Contando as violências*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ROGER, Alain. Histoire d'une passion théorique ou comment on devient un rabotier du paysage. In: BERQUE, Augustin. (Org.). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Seyssel, Champ Vallon, 1994. p. 40-60.

_____. Ut Pictura Hortus. In: DAGOGNET, François. *Mort du paysage? Philosophie et esthétique du paysage*. Seyssel, Champ Vallon, 1982. p. 95-108.

RUSSO, Jane A. *O corpo contra a palavra*. 1991. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SAHLINS, Marshall. *Como pensam os nativos*. São Paulo, EDUSP, 2001.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo, EDUSP, 1974.

SAKURAI, Celia. Estudo da associação de bairro na cidade de São Paulo. 1987. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SALEM, Tania. A despossessão subjetiva, dos paradoxos do individualismo. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 18, ano 7, p. 62-77, 1992.

_____. Família em camadas médias, uma perspectiva antropológica. *BIB – Boletim de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, n. 21, p. 25-39, 1986.

_____. *O velho e o novo*. Um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis, Vozes, 1980.

_____. *Sobre o casal grávido*, incursão em um universo ético. 1987. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SALVATORI, Elena. *Nem tudo o que reluz é ouro*, estilo de vida e sociabilidade na construção de um espaço urbano de prestígio em Porto Alegre/RS.

1996. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANSOT, Pierre. *Les Formes Sensibles de la vie sociale*. Paris, PUF, 1986.

_____. *Variations paysagères*. Paris, Klincksieck Esthétique, 1983.

SANT'ANA, Maria Helena. *Vila Cai-Cai*, a lógica da habitação reciclável. 1997.

- Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SANTOS, Carlos Nelson F. Três movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro. 1979. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
- SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999.
- SARTI, Cynthia A. *A família como espelho*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SCARFON, Maria de Lurdes. *Mundo da pobreza*. 1982. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SCHAMA, S. *Le paysage & la mémoire*. Paris, Seuil, 1999.
- SCHUTZ, Alfred. *Estudios sobre teoria social*. Buenos Aires, Amorrortu editores, 1972.
- SCOTT, Russel P.; MOTA, Roberto. *Sobrevivência e fontes de renda, estratégias das famílias de baixa renda no Recife*. Recife, Massangana, 1983.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público – As tiranias da intimidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Hélio R. S. *Travesti, a invenção do feminino*. Etnografia. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Iser, 1993.
- SILVA, Hélio R. S.; MILITO, C. *Vozes do meio-fio*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.
- SILVA, Telma C. Desastre como processo, saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia. In: LEIBING, Annette (Org.). *Tecnologias do corpo, uma antropologia das medicinas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nau, 2004. p. 201-225.
- SILVA, Vagner G. *O antropólogo e sua magia*. São Paulo, Edusp, 2000.
- SILVEIRA, Flávio L.; CANCELA, Cristina D. *Paisagem e cultura*. Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade. Belém, EdUFPA, 2009.

- SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida mental". In: VELHO, Otávio G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979. p 11 a 25.
- _____. A ponte e a porta e a Filosofia da Paisagem. In: *Política & Trabalho*. Setembro de 1996. 12. João Pessoa, Editora Universitária UFPB, PPGS e UFPB. 1996. p. 10 a 24.
- _____. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006. (Texto original *How is Society Possible? American Journal of Sociology*, v. 16,1910-11).
- SIMMEL, Jorge. *Cultura femenina y otros ensayos*. Madrid, Revista de Occidente, 1934.
- SIMÕES, Júlio A. *Entre o lobby e as ruas*, movimento de aposentados e politização da aposentadoria. 2000. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Unicamp, Campinas.
- SIQUEIRA, Monica S. *Arrasando horrores!* 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SOARES, Luiz Eduardo. "Homicídios Dolosos Praticados contra Menores no Estado do Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa desenvolvido como parte do plano de trabalho do Projeto Se Essa Rua Fosse Minha" (FASE, IBASE, IDAC, ISER). Rio de Janeiro, 1991.
- _____. "Violência e cultura do medo no Rio de Janeiro". Mimiog. Palestra proferida no PPG Antropologia Social UFRGS, março 1995.
- _____. *O Rigor da Indisciplina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- _____. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Top Books, 1996.
- SODRÉ, Muniz. Violência, mídia e política. In: FEGHALI, Jandira et al. (Org.). *Reflexões sobre a violência urbana, (in)segurança e (des)esperanças*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2006. p. 33-42.
- SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre, Sulina, 1967.
- TACCA, Fernando C. Sapateiro – o retrato da casa. *Boletim Especial do Cen-*

- tro de Memória*, Unicamp, Campinas, n. 10, p. 33-47, 1993.
- TACUSSEL, P. Le Baroque contemporain. *Sociétés, Revue des Sciences Humaines et Sociales*, n.35, p.99-103, 1991.
- TAMASO, Izabela. *Em nome do patrimônio*. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.
- _____. *Tratorando a história*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília.
- TEIXEIRA, Carla C.; CHAVES, Christine de A. *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.
- TELLES, Vera. *Pobreza e cidadania*. São Paulo, Ed. 34, 2001.
- THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica*. Investigação social e enquête operária. São Paulo, Polis, 1980.
- TODOROV, Tzvetan. *La Conquête de l'Amérique, la question de l'autre*. Paris, Seuil, 1982.
- TRAVASSOS, Sonia D. *Jogo, praça pública e sociabilidade masculina*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- VALLADARES, Licia (Org.). *A escola de Chicago*. Impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte, UFMG; Rio de Janeiro, Iuperj, 2005.
- VALLADARES, Licia. *La recherche urbaine au Brésil*, bref aperçu de son évolution. Disponível em, <<http://www.revues.msh-paris.fr>> Acesso em, dez. 2009.
- VATTIMO, G. Postmodernité et la fin de l'histoire. *Le Discours Psychanalytique*, n. 1, p.175-191, fev. 1989.
- VEDANA, Viviane. *Fazer a feira*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. *No mercado tem tudo que a boca come*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Fe-

deral do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VELHINHO, Moisés. *Capitania d'El Rei*. Porto Alegre, Globo, 1964.

VELHO Gilberto. *Nobres e anjos*, um estudo de tóxicos e hierarquia. 1975.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*, objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 36-46.

_____. (Org.). *O desafio da cidade*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

_____. *Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. *Desvio e divergência, uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

_____. *Subjetividade e sociedade*. Uma experiência de geração. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

_____. "O cotidiano da violência, identidade e sobrevivência". In: *Boletim do Museu nacional. Nova série, Rio de Janeiro, Brasil*. Antropologia n° 56 – 30 de abril de 1987.

_____. *A utopia urbana, um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

_____. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

_____. *Antropologia urbana, cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

_____. *Mudança, crise e violência*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

VELHO, Gilberto; MACHADO, Luiz Antônio. A organização social no meio urbano. In: *Anuário Antropológico* 76. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 71-80, 1977.

VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, UFRJ; FGV, 1996.

- VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas, desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- VELHO, Otávio G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1967.
- _____. Antropologia para sueco ver. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 79-91, 1980b.
- VERÍSSIMO, Erico. Ana Terra revisitada. In: *Ana Terra*. Porto Alegre, Globo, 1971.
- _____. *O arquipélago I e II*. Porto Alegre, Globo, 1961.
- _____. *O arquipélago III*. Porto Alegre, Globo, 1962.
- _____. *O continente*. Porto Alegre, Globo, 1949.
- _____. *O retrato*. Porto Alegre, Globo, 1951.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira . *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1938.
- VIANNA, Hermano (Org.). *Galerias cariocas, territórios de conflitos e encontros*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- VIANNA, Hermano. *O mundo funk carioca*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.
- VILLELA, Jorge M. *O povo em armas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.
- VOGEL, Arno; SANTOS, Carlos Nelson F. dos et al. *Quando a rua vira casa*. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro, IBAM; CPU, 1985.
- WAGNER, Helmut R. (Org. e Introdução). *Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos de Alfred Schutz*. RJ, Zahar, 1979.
- WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, Editora 34, 2000.
- WATIER, Patrick. *Georg Simmel sociologue*. Belval, Circé, 2003.
- WEBER, Max. *La ville*. Paris, Aubier Montaigne, 1982.
- WINKIN, Yves. *A nova comunicação*. São Paulo, Papirus, 1998.
- WOORTMANN, Klaas A. W. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1987.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro,

FGV, 1998.

ZALUAR, Alba. (Org.). *Drogas e Cidadania*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. As mulheres e a direção do consumo doméstico. In: KOFES, Maria S. et al. *Colcha de retalhos*. Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 159-182.

_____. *Cidadãos não vão ao paraíso*. Campinas, Unicamp; Escuta, 1994a.

_____. *Medo do crime, medo do diabo*. Unicamp/IMS-UERJ, 1994b.

_____. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Revan e UFRJ, 1996a.

_____. *Da revolta ao crime*. Rio de Janeiro, Moderna, 1996b.

_____. Violência, cultura e poder. In: PEREIRA, Luiz F. A. *De olhos bem abertos, rede de tráfico em Copacabana*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

SOBRE AS AUTORAS

ANA LUIZA CARVALHO DA ROCHA é doutora em Antropologia Social pela Université Paris V René Descartes – Sorbonne (1994), com Pós-doutorado no Laboratoire d'Anthropologie Visuelle et Sonore du Monde Contemporaine da Université Paris VII (2001). É antropóloga pesquisadora no Laboratório de Antropologia Social (PPGAS, IFCH, UFRGS) e colabora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, IFCH, UFRGS. Professora na FEEVALE/RS. É pesquisadora do CNPq. Coordena o Projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais (LAS, PPGAS, IFCH e ILEA) com sede no ILEA/UFRGS. Atua no Núcleo de Pesquisa em Estudos Contemporâneos (NUPECS), PPGAS/UFRGS.

CORNELIA ECKERT é doutora em Antropologia Social pela Université Paris V, René Descartes – Sorbonne (1992), com Pós-doutorado no Laboratoire d'Anthropologie Visuelle et Sonore du Monde Contemporaine da Université Paris VII (2001). É professora no Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, IFCH/UFRGS. É pesquisadora do CNPq. Coordena em parceria com Ana Luiza Carvalho da Rocha o projeto Banco de Imagens e Efeitos Visuais (LAS, PPGAS, IFCH e ILEA) com sede no ILEA/UFRGS. Coordena o Núcleo de Antropologia Visual (Navisual, LAS, PPGAS, IFCH, UFRGS). Atua ainda no Núcleo de Pesquisa em Estudos Contemporâneos (NUPECS, PPGAS, UFRGS) e no Núcleo interdisciplinar de Estudos sobre Envelhecimento (Prorext, UFRGS).

